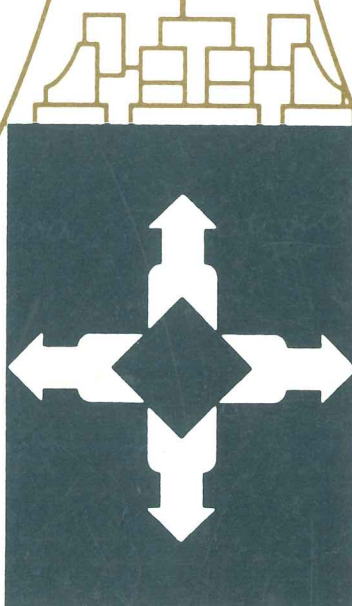


ANAIIS

da Câmara Legislativa do Distrito Federal



VENTVRIS VENTIS

Anais da CLDF

Brasília

Vol. 1 Nº 1

p. 1 - 98

2 a 15 jan. 1991

Anais

da

Biblioteca/CLDF

Câmara Legislativa do Distrito Federal

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 1ª Legislatura

(Sessões de 02 a 15 de janeiro de 1991)

Vice-Presidência
Vice-Presidente: Rose Mary Miranda

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica
Coordenador: Ivan Carvalho

Documento Normalizado pelo
Setor de Documentação Legislativa da
Diretoria Legislativa

Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal. ---1ª Sessão da 1ª
Legislatura (1991)-. --- Brasília : Câmara Legislativa do Distrito
Federal, 1991-.

v.

1.Distrito Federal. Câmara Legislativa.---Anais. 2.Discurso
parlamentar. I. Título.

CDU 328(817.4)(093.2)

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Primeira Legislatura

Mesa Diretora

Deputado Salviano Guimarães, Presidente
Deputado Tadeu Roriz, Vice-Presidente
Deputado Pedro Celso, 1º Secretário
Deputado José Ornellas, 2º Secretário
Deputado Benício Tavares, 3º Secretário
Deputado José Edmar, Suplente
Deputado Fernando Naves, Suplente

Deputados Distritais

Deputado Agnelo Queiroz, PC do B
Deputado Aroldo Satake, PDS
Deputado Benício Tavares, PDT
Deputado Carlos Alberto, PCB
Deputado Cláudio Monteiro, PRP
Deputado Edimar Pirineus, PDT
Deputado Eurípedes Camargo, PT
Deputado Fernando Naves, PDC
Deputado Geraldo Magela, PT
Deputado Gilson Araújo, PTR
Deputado Jorge Cauhy, PL
Deputado José Edmar, PTR
Deputado José Ornellas, PL
Deputada Lúcia Carvalho, PT
Deputado Manoel Andrade, PTR
Deputada Maria de Lourdes Abadia, PSDB
Deputado Maurílio Silva, PTR
Deputado Padre Jonas, PDT
Deputado Pedro Celso, PT
Deputado Peniel Pacheco, PST
Deputada Rose Mary Miranda, PTR
Deputado Salviano Guimarães, PFL
Deputado Tadeu Roriz, PSC
Deputado Wasny de Roure, PT

SUMÁRIO

I - SENADO FEDERAL

	Pág.
Sessão Especial do Senado Federal, realizada em 1º de janeiro de 1991, destinada a receber o compromisso e dar posse aos deputados distritais eleitos a 3 outubro de 1990	
- Abertura da sessão, pelo senador Nelson Carneiro.	001
- Diplomas conferidos aos deputados distritais	002
- Discurso do presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Mauro Benevides	014
- Termo de compromisso dos deputados distritais.....	015
- Encerramento.....	016

I- CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sessão Solene, destinada a dar posse ao governador e vice-governador do Distrito Federal, em 1º de janeiro de 1991

1 - Ata da 1ª sessão solene, em 1º de janeiro de 1991 ...	018
1.1 - Abertura	
Recebimento de compromisso e posse do Governador e da Vice-Governadora do Distrito Federal, eleitos a 03 de outubro de 1990, e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, para exercerem o mandato no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995, o Senhor Joaquim Domingos Roriz e a Senhora Márcia Kubitschek (Resolução nº 049 de 1990, do Senado Federal)	019
1.2 - Comunicados da Presidência	
Convocação dos Senhores Deputados para a Sessão Preparatória a realizar-se, dia 02 de janeiro de 1991, às 09:00 horas, destinada à eleição dos membros da Mesa Diretora.	021
1.3 - Encerramento	021

I - 1ª Sessão Preparatória, em 02 de janeiro de 1991

1. - Ata da 1ª Sessão Preparatória, em 02 de janeiro de 1991.....	022
1.1 - Abertura	
1.2. Comunicados da Mesa	
- Mensagem 01 de 1991 do governador do Distrito Federal, que "encaminha Projeto de Lei criando a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno"	
1.3 - Ordem do Dia	
Eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal para a primeira e segunda sessões legislativas da primeira legislatura.....	023
Proclamação dos eleitos e posse nos respectivos cargos	024

1.4 - Comunicados da presidência

Convocação dos Senhores Deputados - membros da Mesa Diretora - para uma reunião a realizar-se, dia 03 de janeiro de 1991, às 09:00 horas, para tratar do disposto no art. 7º da Resolução nº 049, de 1990, do Senado Federal e das medidas administrativas necessárias ao funcionamento da Casa.	024
Convocação dos Senhores Deputados para a primeira Sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se no dia 04 de janeiro de 1991, sexta-feira, às 10 horas	024
1.5 - Encerramento	027

I - 1ª Sessão Extraordinária, em 4 de janeiro de 1991.

1 - Ata da 1ª Sessão Extraordinária, 04 de janeiro de 1991.	028
1.1 - Abertura	
1.2 - Ordem do Dia	
Discussão das primeiras providências administrativas adotadas pela Diretoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do previsto no art. 7º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal.	
1.3 - Encerramento	031

I - 1ª Sessão Ordinária, em 07 de Janeiro de 1991

1 - Ata da 1ª Sessão Ordinária, em 07 de janeiro de 1991	032
1.1 - Abertura	
1.2 Pequeno Expediente	
1.2.1 Comunicados da Mesa	
- Ofício da Deputada Lúcia Carvalho, que "Solicita Providências no sentido de aproximar o plenário das galerias"	032
- Projeto de Resolução nº 001/91, que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências"	032
- Mensagem nº 001/91, do Sr. Governador do Distrito Federal que "Encaminha projeto de lei que promove o desenvolvimento integrado da Região do Entorno"	032
- Projeto de Lei nº 001/91, que "Cria a Secretaria de Articulação para desenvolvimento do Entorno e dá outras providências"	032
1.2.2. Comunicados de Parlamentares	
Deputado José Edmar (PTR)	
- Apresentação e comentários de 3 (três) Projetos de lei que visam a solução do problema dos inquilinos de baixa renda do Distrito Federal.	033
Deputado Peniel Pacheco (PST)	
- Considerações acerca de solicitação de parlamentar da Casa sobre o encerramento do sistema de voto secreto	034
- Referência à matéria publicada pela imprensa local com denúncia sobre a existência de um possível "trem da alegria", na Câmara Legislativa do DF.	035
Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)	
Referência a diversos assuntos pertinentes ao funcionamento da Casa.	035
Considerações sobre a contratação de funcionários	

para o quadro permanente da Câmara através de concurso público.	035	Projeto de Resolução nº 004/91 do Deputado Agnelo Queiroz, que "aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa Constituinte".	039
Deputado Wasny de Roure (PT)		1.2.3 - Comunicados de Parlamentares	
- Solicitação à Mesa de cobrança junto ao Tribunal de Contas do DF, de resposta ao telex enviado pelo parlamentar sobre esclarecimento quanto à reeleição do Presidente e Vice-Presidente do referido Tribunal.	035	Deputado Wasny de Roure - PT	
Deputado Euripedes Camargo (PT)		Comentários sobre a composição dos gabinetes dos Deputados.	040
- Referência à denúncia apresentada pelo Sindicato dos Empregados e Entidades Assistenciais (SENALBA); sobre a privatização dos serviços públicos funerários do Distrito Federal, com favorecimento de grupos de empresários do Distrito Federal. Apelo ao governo do DF para apuração das circunstâncias que envolvem a matéria.	035	Defesa da proposta de "Semana Inglesa" e referência à apresentação de Projeto de Lei do Partido dos Trabalhadores que trata do "Assentamento da Vila do Varjão"	
Deputado Tadeu Roriz (PSC)		Deputado Agnelo Queiroz - PC do B	
- Parabenização à iniciativa do governo do DF, pelo envio de mensagem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando a Secretária de Articulação do Entorno.	036	Críticas à privatização dos "Serviços Funerários e dos Cemitérios do Distrito Federal".	040
Deputado Geraldo Magela (PT)		Deputado Manoel de Andrade - PTR	
- Esclarecimento sobre a responsabilidade pelas informações divulgadas pela imprensa local (Jornal do Comércio e Correio Braziliense) sobre denúncias de possíveis contratações de funcionários para quadro permanente da Casa, sem concurso público.	036	Referências às notas da imprensa sobre a iniciativa do Governador Joaquim Roriz em estudar a construção de cinco hospitais no Distrito Federal	
Deputado Jorge Cauhy (PL)		Comentários sobre deficiência de recepção de sinais de rádio e televisão, na cidade satélite do Gama e defesa da implantação de estações repetidoras naquele local.	
Solicitação de providências para solução do estado precário em que se encontram as ruas da Candangolândia.		Solicitação à Mesa que busque maiores informações oficiais em relação à privatização dos "Serviços Funerários do Distrito Federal".	040
Proposição do retorno do Museu do Índio a suas antigas e verdadeiras finalidades.	036	Deputada Rose Mary Miranda - PTR	
Deputado Pedro Celsó (PT)		Comentários sobre a privatização dos "Serviços Funerários e dos Cemitérios do Distrito Federal".	
- Defesa ao livre provimento para os cargos dos gabinetes dos deputados e lideranças e alerta a esse tipo de nomeação em outros setores da Casa.		Críticas aos altos preços das mensalidades escolares.	
- Apresentação de projeto de resolução à Mesa que modifica o Art. 2º da Resolução 48 (apoio à reivindicação de participação do 1º Secretário nas Comissões).	037	Apresentação de Requerimento que solicita prioridades aos arrimos de família e para os pais que tenham mais de cinco filhos, no preenchimento de vagas à Rede Oficial de Ensino de 1º e 2º graus.	041
1.3. Encerramento.	038	Deputado Gilson Araújo - PTR	
		Repúdio à matéria publicada na imprensa local, intitulada "Câmara Legislativa do Distrito Federal procura emplacar o primeiro trem da alegria"	
I - 2ª Sessão Ordinária, em 08 de Janeiro de 1991		Comentários à fixação do assentamento do Varjão e elogios na defesa de sua execução.	041
1. Ata da 2ª Sessão Ordinária, em 08 de janeiro de 1991.	039	Deputado Fernando Naves - PDC	
1.1 - Abertura		Apresentação de Requerimento que solicita "seja apreciada proposição, nos termos da letra "d" do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art 11 da Resolução 49/50, também do Senado Federal, a fim de que sejam atendidos os compromissos assumidos pelos Deputados com os funcionários de seus gabinetes".	042
1.2 - Pequeno Expediente		1.3 - Ordem do Dia	
1.2.1 - Leitura da Ata da Sessão Anterior		- Escolha do Deputado Manoel de Andrade, como líder da bancada do PTR.	042
1.2.2 - Comunicados da Mesa		- Escolha do Deputado Padre Jonas, como líder da bancada do PDT.	042
Requerimento nº 001/91 da Deputada Rose Mary Miranda que "solicita ampliação do espaço destinado aos trabalhos da imprensa no plenário".	039	- Criação do Bloco Solidariedade, constituído pelos Deputados Peniel Pacheco, Salviano Guimarães e Aroldo Satake, tendo como líder o Deputado Peniel Pacheco.	042
Projeto de Resolução nº 002/91 do deputado Carlos Alberto que "cria as comissões de trabalho que especifica, fixando-lhes atribuições e prazos".	039	- Criação do Bloco Progressista constituído pelos Deputados Fernando Naves, José Edmar e Tadeu Roriz, tendo como Líder o Deputado Fernando Naves.	042
Projeto de Resolução nº 003/91 do Deputado Agnelo Queiroz, que "dispõe sobre a criação de comissões para fins de contratação de funcionários para ocupar o quadro temporário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	039	- Criação do Bloco Liberal Progressista, constituído pelos Deputados Jorge Cauhy, José Ornellas e	

Cláudio Monteiro, tendo como Líder o Deputado Jorge Cauhy.....	042
- Escolha da Deputada Lúcia Carvalho como Líder da Bancada do PT.....	043
1.4 - Encerramento.....	043

I - 3ª Sessão Ordinária, em 09 de janeiro de 1991.

1 - Ata da 3ª Sessão Ordinária, em 09 de janeiro de 1991.....	044
1.1. - Abertura	
1.2. - Pequeno Expediente	
1.2.1. - Comunicado da Mesa	
Projeto de Resolução nº 008/91, que estabelece a composição do Pessoal dos gabinetes dos deputados.....	045
1.2.2. - Comunicados de Parlamentares	
Deputado Edimar Pireneus (PDT)	
- Agradecimentos aos eleitores de Brasília e de Brazlândia pelo voto de confiança nele depositado.....	045
- Pedido de providência sobre a necessidade urgente de saneamento básico para o setor Veredas, situado na cidade-satélite de Brazlândia.....	045
Deputado Fernando Naves (PDC)	
- Solicita esclarecimento sobre a participação dos estados de Goiás e Minas Gerais, com relação à criação da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno.....	045
- Deputado Peniel Pacheco (PST)	
- Comentários sobre matéria publicada no jornal "Correio Braziliense", a qual avalia a questão da contratação de funcionários para servir à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sem concurso público e sobre a matéria que traz o título "CIA estimula evangélicos, diz arcebispo".....	045
Deputado Benício Tavares (PDT)	
- Agradecimentos ao Sr. Edson Grossi de Andrade, pela execução das adaptações ao edifício da Câmara Legislativa, facilitando o acesso dos portadores de deficiência física.....	046
Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)	
Apelo à luta dos comerciários pela implantação da semana inglesa.....	046
Deputado Jorge Cauhy (PL)	
Pronunciamento defendendo o funcionamento nos finais de semana do comércio local.....	046
1.3. - Grande Expediente	
Deputado José Edmar (PTR).	
Apresentação de requerimento que visa apurar possíveis irregularidades na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.....	047
Deputado Maurílio Silva (PTR)	
Registro do alto índice de acidentes automobilísticos nas avenidas do Distrito Federal, e solicita que seja aprovado projeto viário que será apresentando nos próximos dias.....	048
Deputado Geraldo Magela (PT)	
Protesto contra as demissões de funcionários do Banco do Brasil.	
Críticas à política do Governo Federal com relação à privatização da Empresa de Correios e Telégrafos.....	048
1.4. - Comunicado da Presidência.	

Convocação dos Srs. Deputados para Sessão Ordinária a realizar-se amanhã às 14:30 min.....	049
1.5 - Encerramento.....	049

I - 4ª Sessão Ordinária, em 10 de janeiro de 1991.

1 - Ata da 4ª Sessão Ordinária, em 10 de janeiro de 1991.....	050
1.1. - Abertura	
1.2. - Pequeno Expediente.	
1.2.1. - Comunicados de Parlamentares.	
Deputado Gilson Araújo (PTR)	
- Referências ao programa de assentamento para famílias de baixa renda do Distrito Federal.....	051
- Considerações sobre matéria publicada na imprensa local acerca das demissões de funcionários do Banco do Brasil S/A.....	051
Deputado Pedro Celso (PT)	
- Citação de nota publicada no jornal "Bsb Brasília" sobre a criação da Secretaria do Entorno.....	051
- Apresentação de Moção que "solicita informações ao DETRAN juntamente com o DTU e o GDF sobre o setor de transporte coletivo de Brasília".....	051
- Comentários sobre matéria publicada na imprensa local intitulada "Padrão" que registra a falta de segurança nos veículos de Brasília.....	051
Deputado Wasny de Roure (PT)	
- Considerando sobre o projeto de alfabetização Paulo Freire.....	051
- Comentários sobre matéria publicada na revista "Veja" intitulada "Réveillon Bombástico" a respeito do processo inflacionário do País.....	051
Deputado Padre Jonas (PDT)	
- Congratulações à Mesa Diretoria pela condução dos trabalhos legislativos desta Casa.....	052
- Comentário sobre projeto que visa a preservação da memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.....	052
- Apresentação de requerimento que "solicita voto de aplauso, louvor e congratulação pela recondução do coronel Almir Maia Ribeiro ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal.....	052
Deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB)	
Registro do exemplar da 1ª edição da Constituição Brasileira contendo a carta do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para arquivo da biblioteca nesta Casa.....	052
- Referências do Projeto de Lei nº 1 que "Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e dá outras providências".....	052
1.3. - Ordem do Dia.	
Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Padre Jonas, que "Solicita votos de aplausos, louvor e congratulação pela recondução do coronel Almir Maia Ribeiro ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal. Aprovado, por votação simbólica.....	052
Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Pedro Celso, que "solicita tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 001/91, de autoria do deputado Fernando Naves que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências" e 008/91, de	

autoria da Mesa Diretora, que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências". Aprovado, por votação simbólica. 052

Discussão e votação em 1º turno, dos Projetos de Resolução n°s 001 e 008, de 1991 que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais, e dá outras providências". Aprovado, com 23 votos favoráveis e 01 voto contrário. 053

1.4.- Comunicados da Presidência.

Convocação dos Srs. deputados para sessão ordinária a realizar-se amanhã, às 9 horas. 056

1.5.- Encerramento. 056

I - 5ª Sessão Ordinária, em 11 de janeiro de 1991.

1. Ata da 5ª Sessão Ordinária, em 11 de janeiro de 1991 057

1.1.- Abertura

1.2.- Pequeno Expediente

1.2.1.- Leitura da Ata da Sessão anterior.

1.2.2.- Comunicados de Parlamentares.

Deputado Aroldo Satake (PDS)

- Preocupação com projeto de ampliação das Estações de Tratamento de Esgoto da Asa Sul e Asa Norte, que se encontra paralisado por falta de verbas ... 058

Deputado Benício Tavares (PDT)

- Agradecimento ao Secretário dos Transportes pela solicitação ao Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de prorrogar por tempo indeterminado a validade das carteirinhas usadas pelos deficientes físicos. 058

Deputado Edimar Pireneus (PDT)

- Pronunciamento sobre a construção de novas escolas em substituição à escola de lata na cidade satélite de Brazlândia. 058

Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

- Referências sobre matéria publicada pela imprensa local, anunciando a existência de casos de dengue no Distrito Federal e quais as providências tomadas pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM/DF, para evitar que a população fique exposta e contaminada pelo mosquito transmissor. 058

Deputado Manoel Andrade (PTR)

-Pedido de providências na montagem dos gabinetes dos Srs. Deputados Distritais uma vez que vem trazendo problemas, com o acúmulo de pedidos, expedientes e matérias. 058

1.3. - Grande Expediente.

Deputado Wasny de Roure (PT)

-Críticas ao parecer final da SEMATEC, no que se refere à fixação da Vila do Varjão. 059

Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)

- Repúdio à ação do governo americano e solidariedade ao povo árabe em possível conflito no Golfo Pérsico. 060

Deputado Carlos Alberto (PCB)

Referências sobre possíveis consequências na economia brasileira, devido à crise do Golfo Pérsico. 061

Deputado Jorge Cauhy (PL)

Apoio à atuação da Secretária de Ação Social, Srª Maria do Barro, que vem cumprindo com eficiência

a sua missão. 062

Deputado Tadeu Roriz (PSC)

Protestos às críticas feitas pelo Sr. Luiz Gutemberg através de um editorial da TV Bandeirantes, que acusa a Câmara Legislativa do DF de iniciar suas atividades com os mesmos e velhos vícios dos outros parlamentos. 062

Deputado Fernando Naves (PDC)

-Explicação sobre o colapso em que se encontra a Polícia Militar do Distrito Federal e em defesa dos cumprimentos dos direitos do policial militar. 063

Deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB)

-Denúncia sobre a ocupação irregular no parque ecológico do Guará. 065

1.4.-Comunicados da Presidência.

Aviso aos Srs. Deputados sobre instalação das Comissões até segunda-feira, e alerta a todos para a importância e urgência da eleição dos Srs. Presidentes e Vice-Presidentes dessas comissões. 066

Convoca sessão extraordinária, com a ordem do dia já distribuída, para as 12:00 horas de hoje. 066

1.5.- Encerramento. 066

I - 2ª Sessão Extraordinária, em 11 de janeiro de 1991.

1. Ata da 2ª Sessão Extraordinária, em 11 de janeiro de 1991 067

1.1.-Abertura

1.2.-Ordem do Dia.

Parecer do relator referente aos Projetos de Resolução n°s 001 e 008 de 1991, que "tratam da composição do pessoal dos gabinetes e dão outras providências" 067

APROVADO - 20 votos favoráveis e 01 contrário.

Redação final da matéria aprovada na Ordem do Dia, nos termos do art. 351, inciso II, com a finalidade de deixá-la com a redação correta. 068

APROVADO, com 21 votos favoráveis.

Requerimento solicitando que a instalação das comissões permanentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal fique marcada para o dia 14 de janeiro, pela manhã, em horário a ser determinado pelo Presidente da Mesa, de autoria do Líder da Bancada Progressista, do Líder do Partido Liberal Progressista, do Líder do PDT e do Líder do bloco Solidariedade. 068

REJEITADO - com 08 votos favoráveis, 10 votos contrários e 01 abstenção. 069

1.3.- Encerramento. 070

I - 6ª Sessão Ordinária, em 14 de Janeiro de 1991

1. Ata da 6ª Sessão Ordinária, em 14 de janeiro de 1991 071

1.1 - Abertura

1.2 - Pequeno Expediente

1.2.1 - Comunicação de Líderes

Deputado Jorge Cauhy, em nome da bancada do PL.

Solicitação ao Secretário de Saúde à modificação

no horário de funcionamento do Hemocentro de Brasília a fim de viabilizar o número de doações de órgãos.....	072	fazer parte do acervo bibliotecário dessa Casa Legislativa.....	078
Deputado Aroldo Satake , em nome da bancada do PDS		- Leitura da carta em que o governo americano nega o envolvimento de suas entidades oficiais com o trabalho de qualquer comunidade religiosa no Brasil. ...	078
- Discurso em repúdio às denúncias de contaminação dos tomates produzidos no Distrito Federal, apresentada pelo proprietário de um laboratório no Centro de Atendimento Tecnológico.....	072	Deputado Tadeu Roriz (PSC)	
Deputado Benício Tavares , em nome do PDT.		- Leitura da comunicação enviada pela Secretaria do Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia sobre o estado em que se encontra a barragem do Rio Descoberto.....	079
- Discurso ressaltando e enaltecendo a atuação do PDT no quadro político atual.....	072	- Referências sobre recebimento de um abaixo assinado dos moradores da QNP 6 e da QNP 8, que adquiriram lotes comerciais da Terracap, reivindicando o loteamento urgente dessas áreas, uma vez que as mesmas estão sendo invadidas.....	079
Deputado Eurípedes Camargo , em nome do PT		- Enfoque sobre a violência na República soviética da Lituânia.....	079
- Apresentação de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e Administrativos dos Cemitérios e dá outras providências".....	072	Deputada Lúcia Carvalho (PT)	
Deputado Maurílio Silva , em nome do PTR.		- Solicitação à Mesa no sentido que seja encaminhada ao Sr. Governador a proposta de enviar seu Plano de Governo a todos os parlamentares, como prevê o art. 5º da Resolução nº 15 de 1988 do Senado Federal.....	080
- Pronunciamento em defesa de uma melhor condição de vida para sociedade de menor poder aquisitivo.....	073	- Pronunciamento em protesto ao descaso com que é tratado o ensino público no Distrito Federal.....	080
Deputada Rose Mary Miranda , em nome do PTR		1.4. Encerramento.....	081
- Apresentação de Projeto que cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal-IPASFE.....	073		
Deputada Lúcia Carvalho , em nome da liderança do PT.			
- Referência sobre a composição das Comissões desta Casa.....	074		
Deputado Edimar Pireneus , em nome do PDT			
- Apresentação de Requerimento que solicita a presença nesta Casa do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Jofran Frejat, para prestar informações sobre a morte da menor Leticia Alves dos Santos, no último dia 2, vítima de infecção hospitalar, contraída no Hospital Regional de Brazlândia.....	074	I - 7ª Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991.	
Deputado Agnelo Queiroz , em nome do PC do B.		1 - Ata da 7ª Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991.....	082
- Apelo ao Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Jofran Frejat, para que reconsidere a sua decisão e faça justiça para com todos os profissionais de Saúde.....	074	1.1- Abertura	
- Comentários sobre o cancelamento da licitação que tinha como propósito privatizar os serviços funerários do Distrito Federal.....	074	1.2- Pequeno Expediente.	
Deputado Carlos Alberto , em nome do PCB.		1.2.1- Leitura da Ata da sessão anterior.	
Cumprimentos aos moradores do acampamento da Telebrasilândia.....	074	1.2.2- Comunicados da Mesa.	
- Comentários sobre a participação do PCB em ato público, realizado em frente da Embaixada Americana em favor da paz no Golfo Pérsico.....	075	Requerimento nº 016/91, de autoria do deputado Fernando Neves que "solicita ao presidente desta Casa, que interceda junto ao Sr. Governador do Distrito Federal, no intuito de sensibilizá-lo quanto ao atendimento do ofício referente aos policiais militares do Distrito Federal".....	082
- Referências sobre a implantação do metrô de superfície no Distrito Federal.....	075	Requerimento nº 017/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que "solicita à Novacap a substituição do Engenheiro Fausto Amador Francisco Favale, por um profissional indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA/DF".....	082
1.3 Grande Expediente.		Requerimento nº 019/91, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda que "recomenda à Secretaria de Educação do Distrito Federal prioridade de vagas nas escolas da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º graus aos arrimos de família e a mães com mais de cinco filhos".....	082
Deputado Eurípedes Camargo (PT)		Requerimento nº 020/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que "solicita maiores esclarecimentos quanto às reeleições, previstas no parágrafo 1º do art. 83 e art. 223, Resolução nº 38, de 30 de outubro, do Tribunal de Contas do Distrito Federal".....	082
- Apresentação de Projeto de Lei que determina a fixação definitiva do Acampamento da Telebrasilândia.....	075	Projeto de lei nº 015/91, de autoria do deputado Gilson Araújo, que "autoriza o GDF a construir	
Deputado Manoel Andrade (PPR)			
- Referências sobre matéria publicada pela imprensa local, sob título "Rodoviária é privatizada só com apoio popular".....	077		
- Deputado Peniel Pacheco (PST)			
-Doação de um exemplar da Bíblia Sagrada para			

ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências".....	082	Deputado Wasny de Roure (PT) - Comentários sobre a comissão nomeada pela Novacap para apurar acidente no Ginásio Nilson Nelson.....	085
Projeto de lei nº 013/91, de autoria do deputado José Edmar, que "autoriza o GDF a utilizar área que especifica, no Guará I, às margens da ferrovia, divisa com o Conjunto Habitacional Lúcio Costa, para fins de expansão urbana visando a propiciar habitação para famílias de classe média".....	082	Deputada Lúcia Carvalho (PT) - Críticas à medida Provisória nº 290, aprovada pelo Congresso, e a lei derivada da referida medida.....	086
Projeto de lei nº 014/91, de autoria do deputado Benício Tavares, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal, a conceder isenção do imposto sobre operações referente à circulação de mercadorias, na aquisição de veículos que especifica e dá outras providências".....	082	Deputado Jorge Cauhy (PL) - Referências às obras assistenciais privadas no Distrito Federal.....	086
Projeto de Resolução nº 012/91, de autoria do deputado José Ornellas, que "aprova o detalhamento de dotação orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso".....	082	Deputado Gilson Araújo (PTR) - Repúdio à abertura do comércio local nos finais de semana.....	087
Requerimento 021/91, de autoria do deputado Eurípedes Camargo, que solicita que seja agilizado o processo relativo ao Projeto de Alfabetização de Adultos.....	082	Deputado Salviano Guimarães (PFL) - Apresentação de projeto fixando o bairro Nossa Senhora de Fátima, na região administrativa de Planaltina.....	087
1.2.3- Comunicados de Líderes. Deputado Peniel Pacheco , em nome do Bloco Solidariedade - Comentários sobre a designação de Comissões e a indicação de cada membro.....	082	1.3- Ordem do Dia. Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Agnelo Queiroz.....	089
Deputado Padre Jonas , em nome da bancada do PDT - Solicitação da colocação da Bandeira Nacional, Bandeira do Distrito Federal e um relógio no plenário desta Casa.....	082	REJEITADO. 1.4- Grande Expediente.	
Deputada Lúcia Carvalho , em nome da bancada do PT - Referências ao pronunciamento do deputado Peniel Pacheco.....	082	Deputado José Edmar (PSL) - Críticas à matéria publicada em um jornal local, a qual informava que o Sr. Governador do Distrito Federal não abriria novos assentamentos no Distrito Federal.....	091
1.2.4- Comunicados de parlamentares. Deputado Salviano Guimarães (PFL) - Comentários sobre pronunciamento da Deputada Lúcia Carvalho (PT), a respeito da composição das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.....	084	Deputado Gilson Araújo (PTR) - Apoio ao programa de assentamentos do Sr. Governador Joaquim Domingos Roriz, no Distrito Federal.....	092
Deputado José Edmar (PTR) - Cumprimentos à imprensa local pela cobertura da instalação da CPI, que visa corrigir as distorções nos programas de assentamento rural no Distrito Federal.....	085	- Apresentação de projeto de lei nº 015, que "autoriza o Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências". Deputada Rose Mary Miranda (PTR) - Solicita providências do Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de sanar o estado dos hospitais de Brasília.....	093
		Deputado Wasny de Roure (PT) - Comentários sobre o agravamento da crise no Golfo Pérsico.....	094
		Deputado Peniel Pacheco (PST) - Pronunciamento sobre as providências adotadas pelo Sr. Governador do Distrito Federal, a respeito dos serviços funerários do Distrito Federal.....	094
		1.5- Encerramento.....	095
		Convocação de sessão ordinária para amanhã às 14:30 minutos.....	095



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Ano XLVI

Nº 1

Quarta Feira 2 de janeiro de 1991

Brasília - DF

SENADO FEDERAL

Sessão Especial do Senado Federal

Realizada em 1º de janeiro de 1991, às 10 horas, no auditório Petrônio Portela, destinada a receber o compromisso e dar posse aos Deputados Distritais, eleitos a 3 de outubro de 1990.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Senador Nelson Carneiro. Presidente, o Sr. Senador Mendes Canale. 1º Secretário; e à esquerda o Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O Sr. **PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Declaro aberta a sessão que se destina a receber o compromisso e dar posse aos Srs. Deputados Distritais eleitos a 3 de outubro de 1990, para comporem, no Planalto Central, a primeira Câmara Legislativa do Distrito Federal, em sua primeira Sessão Legislativa da Primeira Legislatura.

Tenho a honra de convidar Sua Eminência o Cardeal Dom José Freire Falcão para fazer parte da Mesa. (Pausa).

(O Arcebispo de Brasília, Cardeal Dom José Freire Falcão, toma assento à Mesa). (Palmas).

O Sr. **PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — tenho a honra de convidar o Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim, para fazer parte da Mesa. (Pausa).

(O Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim toma assento à Mesa). (Palmas).

O Sr. **PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Tenho a honra de convidar o Dr. Joaquim Domingos Roriz, Governador eleito do Distrito Federal, para fazer parte da Mesa. (Pausa).

(O Governador eleito do Distrito Federal, Dr. Joaquim Roriz, toma assento à Mesa). (Palmas).

O Sr. **PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Tenho a honra de convidar o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtênio

Mendes Cardoso, para fazer parte da Mesa. (Pausa)

(O Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtênio Mendes Cardoso, toma assento à Mesa). (Palmas).

(É executado o Hino Nacional). (Palmas).

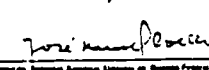
O Sr. **PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Nos termos do disposto no inciso I do parágrafo único do art. 1º da Resolução n.º 49, de 1990, do Senado Federal, foram encaminhados à Mesa os diplomas conferidos a S. Ex.ªs. os Srs. Deputados Distritais, pela Justiça Eleitoral, os quais serão publicados no órgão oficial.

São os seguintes diplomas

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Aguiar Costa Junior Filho
este **Diploma** de Deputado Estadual
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira,
obteve 4.387 votos.

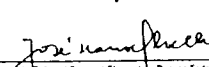
Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) André Satake
este **Diploma** de Deputado Estadual,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária,
obteve 4.182 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Genício Tavares da Cunha Netto, este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 02 de outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira, obteve 6.036 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Carlos Alberto Nogueira Lima Torres, este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira, obteve 14.541 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Francisco Claudio Monteiro este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 09 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Movimento Círculo Progressista, obteve 2887 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

Jose Manoel Soares
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Edimar Pereira Cardoso este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 09 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Aquilino, obteve 4156 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

Jose Manoel Soares
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Guilherme Fede de Camargo este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores, obteve 4.171 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

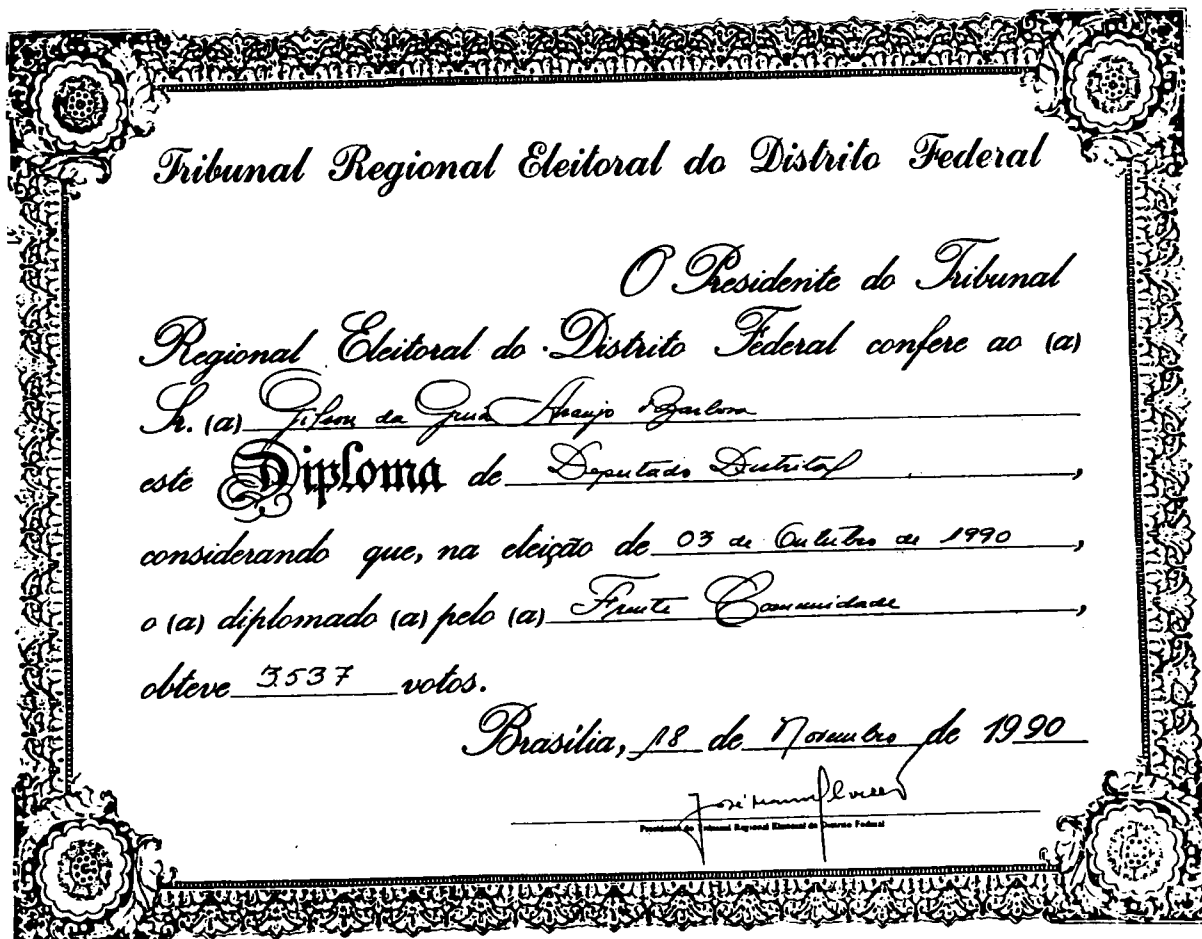
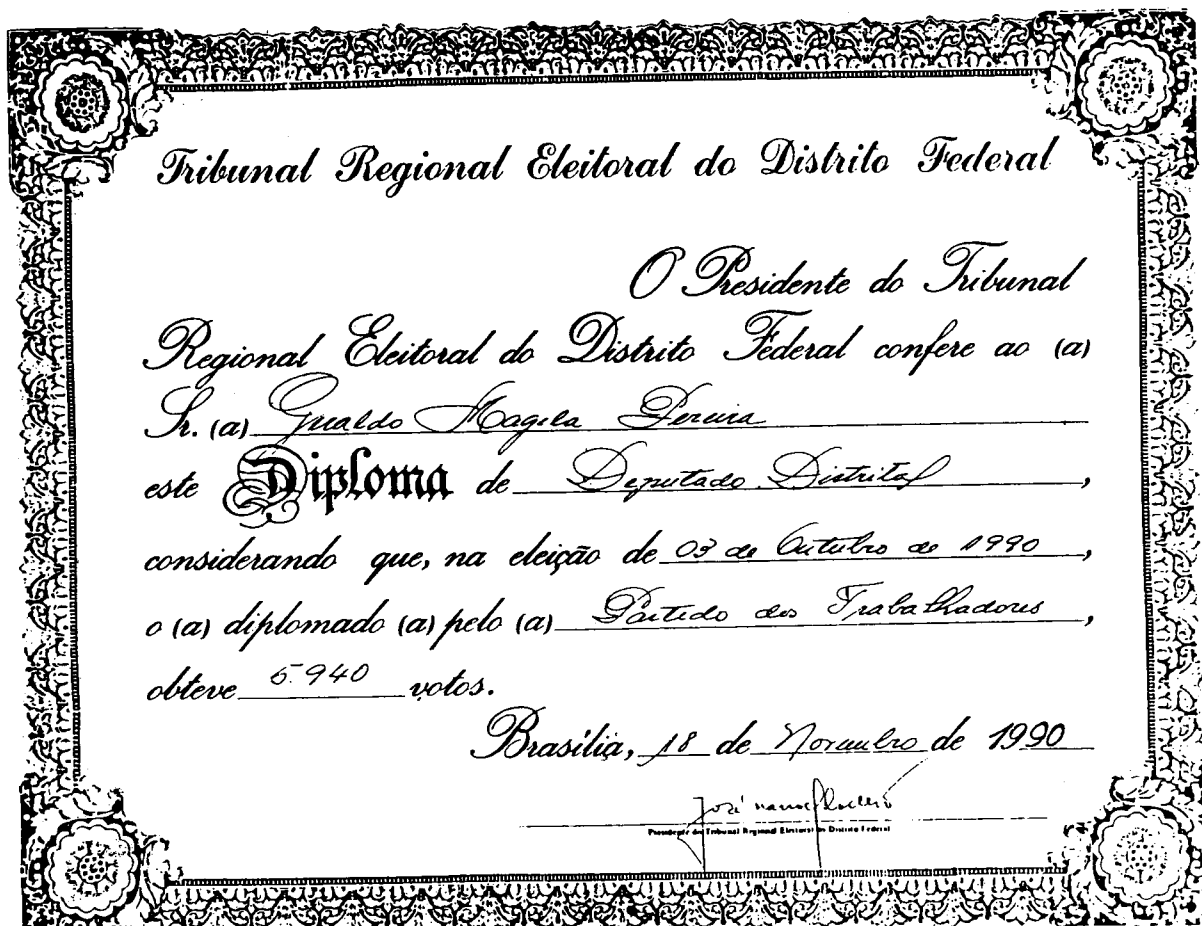
João Manoel de Jesus
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Fernando Gomes Naves este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária, obteve 5.490 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

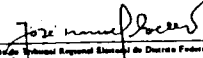
João Manoel de Jesus
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal



Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Josep Cauly Junior este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Colunato Cidual Progreanta, obteve 8.712 votos.


Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) José Edmar de Castro Cordus este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária, obteve 5.680 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) José Ornelas de Sousa Filho este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Movimento Liberal Progressista, obteve 3.520 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manuel de Jesus
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Lúcia Helena de Souza este **Diploma** de Deputada Distrital, considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores, obteve 11.506 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manuel de Jesus
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Marcel Paul de Andrade Neto este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitade, obteve 5.633 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel Duarte
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao, (a) Sr. (a) Maria de Lourdes Maria Gomes este **Diploma** de Deputada Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira, obteve 12.607 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel Duarte
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Marquês Lima este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 05 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade, obteve 4.198 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Jonas Zetteraci este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 05 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular 'Quilômetro', obteve 8.526 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Pedro Cordeiro este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores, obteve 19.139 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Manoel Brechal
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Genival Pacheco este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade, obteve 6.382 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Manoel Brechal
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Rose Mary Araújo de Bessada este **Diploma** de Deputada Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária, obteve 3.031 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

Jose Manoel Balleu
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Tadeu Rous de Araújo este **Diploma** de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária, obteve 3.624 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

Jose Manoel Balleu
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Wany Nally de Figue este Diploma de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores, obteve 2.848 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel Soares
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a) Sr. (a) Salvador Antônio Guimarães Gomes este Diploma de Deputado Distrital, considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990, o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária, obteve 4.801 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel Soares
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — o Senado Federal que em decorrência de disposição constitucional vinha exercendo as atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na palavra do ilustre Presidente da respectiva Comissão do Distrito Federal, Senador Mauro Benevides, saudará os Srs. Deputados Distritais que hoje assumem os seus respectivos mandatos.

Com a palavra o nobre Senador Mauro Benevides. (Palmas).

O Sr. MAURO BENEVIDES — Exm^o Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal. Sua Eminência Cardeal Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Exm^o Sr. Governador Wanderley Vallim; Exm^o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Desembargador Valtério Mendes Cardoso; Exm^o Sr. Governador eleito do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz; Exm^{os} Senadores Mendes Canale e Pompeu de Sousa, que compõem a Mesa Diretora do Senado Federal; Exm^o Sr. vice-Governador do Distrito Federal, Dr. Marco Aurélio de Araújo; Exm^a Sra. Vice-Governadora eleita do Distrito Federal Deputada Márcia Kubitschek; Exm^{os} Srs. Senadores integrantes da Comissão do Distrito Federal. Exm^{os} Srs. Senadores; Exm^{os} Srs. Deputados Federais; Exm^{os} Srs. Deputados Distritais; minhas Senhoras e meus Senhores.

A partir de hoje, o Senado Federal vê concluída a sua tarefa de inquestionável magnitude, relacionada com a vida legislativa de Brasília, transferindo tão imensa responsabilidade à Assembléia Distrital, cujos integrantes se investem num mandato popular, conferido soberanamente pelo eleitorado da Capital da República, na manifestação das urnas de 3 de outubro passado.

O 1^o de janeiro de 1991 assume, assim, conotação de significativo evento histórico com a posse do primeiro Governador e Vice-Governador eleitos por via direta e dos 24 Parlamentares que terão o difícil encargo de ordenar a facies jurídica e institucional do Distrito Federal fazendo despontar uma estrutura política autônoma, que agora se concretiza na importância desta solenidade marcante.

Até aqui, coube ao Senado a elevada missão de disciplinar o contexto legislativo de Brasília através da Comissão Permanente, da qual foi primeiro Presidente, ainda nos idos de 1966, o Senador por São Paulo. Lino de Mattos, sucedido no cargo por preclaros homens públicos, todos concientes de seus deveres para com esse Planalto monumental que D. Bosco e Juscelino Kubitschek, separados no tempo, mas identificados na grandiosidade de um sonho deslumbrante, erigiram como centro nevrálgico das decisões nacionais.

Destaque-se, apenas para guardar fidelidade a registros inapagáveis, que antes os Deputados Arnaldo Nogueira e Guilherme Machado presidiram a Comissão, quando tal atribuição era deferida ao Congresso Nacional pela Carta vigente. Com a Constituição de 5 de outubro de 1988, que sinalizou o reingresso do País no Estado de Direito, após longo e ominoso período autoritário, o Distrito Federal assiste ultimamente a sua aspiração autonomista, com a inserção no texto da nova Lei Fundamental das normas permanentes e transitórias, garantidoras da aguardada emancipação, que neste instante reveste-se de contorno definitivo em meio ao esplendor e as glórias desta data inesquecível.

Entendeu o Presidente desta Casa, Senador Nelson Carneiro, figura-símbolo do Parlamento brasileiro, detentor de seguidos mandatos populares em 50 anos de fecunda e brilhante atuação, que hoje se ouviu a palavra do último dirigente da Câmara Legislativa provisória, no momento em que se empossam os Deputados Distritais, aos quais foi cometida a incumbência de compor um importante colegiado, escolhido todos os seus Membros pela vontade incontestável da comunidade brasileira. Conhecidos os resultados da recente competição e proclamados

pela Justiça especializada os titulares da deputação distrital, apressamo-nos em limitar a nossa ação legiferante, circunscrevendo-a somente à apreciação de matérias indispensáveis à movimentação administrativa e à própria governabilidade do Poder Executivo local. Com elasticidade de prerrogativas explicitadas pela Resolução n^o 157 de 1^o de novembro de 1988, tudo fizemos para suprir a inexistência da Câmara que hoje se instala, oferecendo todo lastro de nossa experiência e feroísmo à população da Capital da República, na transitoriedade de uma fase emergencial de seus fatos políticos.

Cerca de vinte proposições apenas deixaram de ser votadas pela Comissão do Distrito Federal, entre elas a que diz respeito ao Código de Posturas, a que estabelecia linhas mestras para o Plano Diretor e a que criava a Secretaria Extraordinária, com o fim específico de promover a viabilização do Projeto do Entorno.

Nos dois últimos anos, mais de duas centenas de anteprojetos e mensagens foram examinadas no esforço constante de todos os 21 senadores para corresponder à natural expectativa da população de Brasília.

Transformou-se a Comissão, por outro lado, em foro adequado para ouvir os reclamos do povo, obrigando-se a mesma a instar o governador e seus secretários a se tornarem sensíveis a justos apelos dirigidos por entidades de classe, associações de cidades-satélites, enfim, órgãos sindicais e civis representativos dos mais variados segmentos sociais.

No parecer final do Orçamento para 1991 consignamos, dentro dos tetos disponíveis, dotações que permitirão ao ilustre Governador Joaquim Roriz e à Vice-Governadora Márcia Kubitschek iniciar a concretização de suas metas e programas durante o quadriênio que se vai inaugurar, sob os melhores auspícios, a partir desta data.

Acompanhamos, com críticas e estímulos, empreendimentos arrojados, como os assentamentos de Samambaia, congregando milhares de famílias, sequiosas pela obtenção de um lote de terra capaz de assegurar-lhes a moradia que tanto almejavam. Convocamos Secretários de várias pastas, para que esclarecessem decisões do Governo, inquinadas incorretas ou equivocadas, na busca empenhada de conduzir a administração por caminhos que melhor a aproximassem das aspirações coletivas.

Em termos de política de pessoal, no âmbito do GDF, acolhemos, mensagem do Governador Wanderley Vallim, consubstanciando o Plano de Cargos e Salários, ao mesmo tempo que votamos o Regime Jurídico Único, sem algumas das frustrações com que se defrontam agora os servidores públicos civis da União.

Preocupa-nos sobremaneira o repasse imperioso destinado aos itens segurança, saúde e educação, de responsabilidade do poder central, numa dependência orçamentária que ainda se prolongará por algum tempo, em razão de óbvia carência de disponibilidades que afeta a restrita área tributária da capital do País. Por isso, a exemplo do que fizeram os eminentes Senadores Meira Filho, Maurício Corrêa, Pompeu de Sousa e Valmir Campelo, além dos Deputados Federais brasileiros, também nós subscrevemos emendas ao Orçamento Federal vinculando recursos mais ponderáveis, para acelerar o progresso desta área privilegiada do extenso Território Nacional.

Se é certo que agora nos afastamos, por imposição legal, dos misteres pertinentes ao âmbito legislativo de Brasília, isso não significa dizer que nos iremos distanciar de sua vida política, econômica e social, com a qual tanto convivemos no cotidiano dos nossos afazeres parlamentares.

Possuindo excelente e dinâmica Bancada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem assim uma Assembléia Distrital extraída da legitimidade de urnas livres, a capital da República naturalmente não prescindirá da colaboração patriótica e

desinteressada de representantes de outras plagas dispostos a contribuir, modesta, mas espontaneamente, para, definitivamente, a consolidação de uma cidade, já, de forma merecida, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade. A concepção urbanística de Lúcio Costa e a visão arquitetônica de Oscar Niemeyer fazem despertar, em todos nós, os mais nobres e puros sentimentos cívicos, que se arraigam entranhadamente em nosso espírito, tornando-nos sinceros admiradores dessa obra imperecível.

Senhores Deputados Distritais, essa breve retrospectiva do trabalho empreendido pela Comissão do Distrito Federal não poderia ser finalizada sem uma mensagem nitidamente política, ajustada à realidade da conjuntura em que vivemos.

Tenho a convicção de que o ano que hoje principia deverá congrega legisladores de todos os níveis no esforço ingente de soerguer a imagem do poder a que pertencemos, lamentavelmente desgastada diante da opinião pública brasileira, a julgar pela contundente lição de 3 de outubro, quando uma avalanche de votos brancos e nulos desfigurou a classe política, num veredito irrecorrível de intensa repercussão em todos os recantos do País.

Brasília não poderá, infensa a essa tarefa de reabilitação ser comandada pelo próprio Congresso, com a adesão de assembléias e câmaras municipais, numa mobilização que se assentará na austeridade, na dinamização do processo legislativo, no exemplar exercício de mandatos, na seriedade e na transparência dos atos que viermos a praticar.

O Senado já deu a partida na busca desse desiderato para a empenhada arremetida de todas as classes sociais, valendo a gestão Nelson Carneiro como paradigma dessa faina modelar imprescindível ao fortalecimento da democracia.

Pressinto que os Deputados que ora se investem do munus representativo estão impregnados desses propósitos salutarres, numa perfeita correspondência ao apoio recebido da massa votante. Nos contatos mantidos entre mim, presidente da comissão do Distrito Federal, e os novos parlamentares Distritais, sobrelevava sempre o espírito moralizador, fonte de inspiração de todas as causas que haverão de patrocinar em nome de quantos os que os sufragaram no pleito de outubro de 1990.

Minhas Senhoras e meus Senhores, o ano que hoje começa foi projetado como suportável pelo Presidente Fernando Collor, numa alusão aos percalços previsíveis na ação governamental, cuja ultrapassagem nos compele a enfrentar inevitável quadro recessivo gerador de inquietude social, com o desemprego atingindo percentuais elevados e o crescimento econômico alçando-se a insignificantes patamares.

A contenção de despesas do setor público torna-se, assim, obsessiva, dela ninguém devendo afastar-se, em nome de uma recuperação moral e financeira com a qual estaremos decididamente comprometidos.

Os políticos brasileiros não podem mais ser apontados como dilapidadores do patrimônio público, antes precisam situar-se em clara posição de dignidade capaz de reabilitá-los de uma vez por todas, a fim de que não se reedite o episódio absenteísta e constrangedor do pleito passado.

Não fugirão os Deputados Distritais a esse comportamento determinado, que se compatibiliza com os imensos obstáculos postos à frente do País, na superação dos quais devemos concentrar energia e boa vontade permanentes.

Brasília exigirá de seus Parlamentares essa inflexível firmeza de objetivos a ser transposta para todos os escalões dos Poderes da República. O Legislativo dirá presente a essa cruzada, seja pelo Congresso, seja pela Assembléia.

Em meio a tais diretrizes, os Deputados brasileiros haverão de nortear o seu intenso labor, e prognosticamos como dos mais sérios e profícuos,

tendo por base exclusivamente os superiores interesses coletivos.

Ao se iniciarem amanhã os debates entre os novos Deputados, debruçando-se cada qual no equacionamento dos angustiantes problemas de uma cidade que cresce e se expande acentuadamente, a opinião pública brasileira deverá rejubilar-se pelas soluções que despontarem, originárias da sensibilidade e da visão dos que agora se investirão no mandato eletivo.

Nessa década *fine* secular, com as inevitáveis implicações no seu crescimento demográfico, Brasília estará sem dúvida, preparada para defrontar-se com a realidade emergente, abrindo promissoras alternativas para a atual e as gerações porvindouras.

O Governador Joaquim Domingos Roriz, por seu turno, com a vivência parlamentar de que é possuidor, saberá prestigiar as justas iniciativas dos Deputados Distritais, somando-as ao seu oportuno programa governamental. Consolidar-se-á, desta maneira, a estrutura democrática da capital federal, sob os nossos aplausos entusiásticos e calorosos.

Sr. Presidente Nelson Carneiro, minhas senhoras e meus senhores, a Comissão Permanente do Senado que se extingue saúda os que agora são empossados, expressando-lhes integral confiança no desempenho do mandato popular outorgado pela consciência esclarecida de milhares de brasileiros aqui domiciliados.

Todos nós, Senadores de outros estados, acompanharemos tranquilos e pressurosos a trajetória da Câmara Legislativa, convictos de que a mesma será direcionada exclusivamente para o desenvolvimento de Brasília, como palco de grandes decisões da História política contemporânea. (Muito bem! Palmas).

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Convido o Sr. Deputado Francisco Cláudio Monteiro a comparecer à Mesa, para a leitura do termo de compromisso.

Esclareço que, após a leitura do termo de compromisso, os demais Deputados Distritais, ao serem chamados, dirão: "Assim o prometo".

Peço à Assembléia se conserve de pé.

O Sr. Francisco Cláudio Monteiro — "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Lei Orgânica a ser elaborada pela Câmara Legislativa que ora se instala; observar as leis; desempenhar fiel e lealmente o mandato que o povo me conferiu e trabalhar pelo progresso do Distrito Federal". (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados.

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Agnelo Queiroz.

O Sr. Agnelo Queiroz — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Aroldo Satake.

O Sr. Aroldo Satake — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Benício Tavares da Cunha Melo.

O Sr. Benício Tavares da Cunha Melo — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Carlos Alberto M. Lima Torres.

O Sr. Carlos Alberto M. Lima Torres — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Edimar Pireneus Cardoso.

O Sr. Edimar Pireneus Cardoso — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Eurípedes Pedro de Camargo.

O Sr. Eurípedes Pedro de Camargo — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deputado Fernando Gomes Naves.

O Sr. Fernando Gomes Naves — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Deixamos de chamar o Deputado Francisco Cláudio Monteiro porque, na própria leitura, prestou seu compromisso. Deputado Geraldo Magela Pereira.

O Sr. Geraldo Magela Pereira — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Gilson da Guia Araújo Barbosa.

O Sr. Gilson da Guia Araújo Barbosa — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Jorge Cauhy Júnior.

O Sr. Jorge Cauhy Júnior — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — José Edmar de Castro Cordeiro.

O Sr. José Edmar de Castro Cordeiro — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — José Ornellas de Sousa Filho.

O Sr. José Ornellas de Sousa Filho — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Lúcia Helena de Carvalho.

A Srª Lúcia Helena de Carvalho — "Continuar lutando por uma sociedade justa e socialista, assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Manoel Paulo de Andrade Neto.

O Sr. Manoel Paulo de Andrade Neto — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Maria de Lourdes Abadia.

A Srª Maria de Lourdes Abadia — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Maurílio Silva.

O Sr. Maurílio Silva — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Pe. Jonas Vettoraci.

O Sr. Pe. Jonas Vettoraci — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Pedro Celso.

O Sr. Pedro Celso — "Pelas transformações sociais, assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Peniel Pacheco.

O Sr. Peniel Pacheco — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Rose Mary Araújo de Miranda.

A Srª Rose Mary Araújo de Miranda — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Salviano Antônio Guimarães Borges.

A Srª Salviano Antônio Guimarães Borges — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Tadeu Roriz de Araújo.

O Sr. Tadeu Roriz de Araújo — "Assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Wasny Nakle de Roure.

O Sr. Wasny Nakle de Roure — "Por uma sociedade sem explorados e exploradores, para que haja justiça. Amós, 5. 24, assim o prometo". (Palmas).

O Sr. MENDES CANALE — Declaro empossados Deputados Distritais os Srs: Agnelo Queiroz, Aroldo Satake, Benício Tavares, Carlos Alberto Lima Torres, Edimar Pireneus Cardoso, Eurípedes Camargo, Fernando Gomes Naves, Francisco Cláudio Monteiro, Geraldo Magela Pereira, Gilson Davi Araújo Barbosa, Jorge Cauhy Júnior, José Edmar de Castro Cordeiro, José Ornellas de Sousa Filho, Lúcia Helena de Carvalho, Manoel Paulo Andrade Neto, Maria de Lourdes Abadia, Maurílio Silva, Padre Jonas Vettoraci, Pedro Celso, Peniel Pacheco, Rose Mary Araújo de Miranda, Salviano Antônio Guimaraes

res Borges, Tadeu Roriz de Araújo e Wasny Nakle de Roure.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Deputados Distritais encaminham à Mesa declarações de filiação partidária e de nome parlamentar que serão publicadas em órgão oficial. (Pausa).

Senhores Membros da Mesa, Srs. Deputados Distritais, minhas Senhoras e meus Senhores, discorra certo deputado, nos idos de 1949, sobre a valorização do homem rural, quando, interpelado por ilustre colega sobre a mudança da capital, logo assegurou o seu voto, justificando-o: "Desde os bancos acadêmicos por isso me bato. Acredito que enquanto não for a capital para o interior, não teremos levado para o centro do Brasil meios de propulsão eficientes de seu engrandecimento".

Três anos mais tarde, falando aos bacharelados de Goiás, renovava a sua determinação, afirmando: "Ficou no passado, sob a poeira de mais um século, o gesto romântico de desfaldar a bandeira da interiorização da capital".

Em 1887, o Visconde de Porto Seguro indicava o Planalto Central como a região mais própria à sede do Governo brasileiro.

Hoje irrompe a caminhada, chegou o instante de iniciar a bandeira da execução, semeando caminhos e rasgando horizontes. Não se poda um discurso, reclama-se uma decisão, uma marcha. E concluía em 1952: — "Nossa missão não é somente avivar a brasa, alimentar a fogueira; cumpre-nos incendiar a Nação com o clamor sem fim de nossas vozes. Deu-lhe a providência todas as leituras, a de contribuir com o seu voto para a transferência da capital e sem interrupção assistir, colaborando no florescimento danova metrópole a que se ajunta a supremacia honrada de presidir a instalação de sua primeira Câmara Legislativa.

Entre as justas alegrias e as melhores esperanças que povoam as primeiras horas deste fim de século, as alegrias de V. Exªs, Srs. Deputados, se acrescenta, pela bondade dos fluminenses e do Senado Federal, a daquele obstinado parlamentar que o saúda, prestando o solene compromisso de cumprir a Constituição e as leis, e de servir, sem vacilações, a Brasília, de Dom Bosco e Juscelino, desempenhando o honroso mandato popular com fervor, espírito público, probidade e independência.

Deus ajude a V. Exªs (Palmas).

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Solicita ao nobre Sr. 3º Secretário, Senador Pompeu de Sousa, realize, mais uma vez, a chamada, para que os novos deputados recebam os diplomas que lhes serão entregues.

O Sr. 3º Secretário, Senador Pompeu de Sousa, procede à chamada e à entrega aos deputados de diploma conferido pelo Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a missão do Senado Federal.

Convido o nobre Sr. Deputado Distrital Jose Ornellas de Sousa Filho — nos termos do disposto no inciso VI do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 49, de 1990 — a assumir a presidência desta Sessão. (Pausa).

(O Sr. Deputado Distrital José Ornellas de Sousa Filho assume a presidência.) (Palmas).

O Sr. PRESIDENTE (José Ornellas de Sousa Filho) — Antes de encerrar esta sessão histórica em que são empossados os primeiros 24 deputados distritais eleitos, cabe-me, em nome de meus companheiros que aqui represento, agradecer, primeiro, ao Senado — na pessoa do Senador Nelson Carneiro —, pela bela solenidade que preparou em segundo lugar, à Comissão do Distrito Federal — na pessoa do Senador Mauro Benevides — pelo trabalho que desenvolveu nestes anos todos em prol do Distrito Federal; e às autoridades, aos amigos, ao parentes e

ao povo que aqui ocorreu para prestigiar a posse de seus deputados.

Prometemos cumprir uma série de coisas. Evidente que isto implica em trabalhar muito, dar um exemplo ao Brasil, de que Brasília vai construir uma sociedade mais humana, mais fraterna, mais solidária.

Encerrando a solenidade, convoco os primeiros deputados distritais para a primeira Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se hoje, às 16 horas, em seu plenário, destinada à prestação de compromisso e à posse do governador e da vice-governadora do Distrito Federal.

Com estas palavras, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos).

MESA

Presidente

Nelson Carneiro - PMDB - RJ

1º Vice-Presidente

Iram Saraiva - PDT - GO

2º Vice-Presidente

Alexandre Costa - PFL - MA

1º Secretário

Mendes Canale - PSDB - MS

2º Secretário

Divaldo Suruagy - PFL - AL

3º Secretário

Pompeu de Sousa - PSDB - DF

4º Secretário

Lourenberg Nunes Rocha — PTB - MT

Suplentes de Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

Aureo Mello - PMDB - AM

Antônio Luiz Maya - PDC - TO

Lavoisier Maia - PDT - PN

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL - (DF)

(21 membros)

Composição

Presidente: Mauro Benevides

Vice-Presidente: Odacir Soares

PMDB

Titulares

Aluizio Bezerra

Aureo Mello

Francisco Rollemberg

Antonio Alves

Márcio Lacerda

Mauro Benevides

Meira Filho

Nabor Júnior

Ronaldo Aragão

Suplentes

Cid Sabóia de Carvalho

Humberto Lucena

João Calmon

José Fogaça

Ronan Tito

PFL
Titulares

Odacir Soares

Edison Lobão

João Lobo

Lourival Baptista

Suplentes

Divaldo Suruagy

Hugo Napoleão

PSDB
Titulares

Almir Gabriel

Chagas Rodrigues

Pompeu de Sousa

Suplentes

Jutahy Magalhães

Silvio Name

PEQUENOS PARTIDOS

João Castelo (PRN)

Maurício Corrêa (PDT)

Mauro Borges (PDC)

Carlos DelCarli (PTB)

Ney Maranhão (PRN)

Oziel Carneiro (PDS)

Moisés Abrão (PDC)

Vago (PTB)

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca - Ramal 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 4065



Posse do
Governador e Vice-Governador
do Distrito Federal

1º de Janeiro de 1991

S U M Á R I O

1. — Ata da 1ª Sessão Solene, em 1º de janeiro de 1991.

1.1 Abertura

1.2 - Ordem do Dia

Recebimento de compromisso e Posse do Governador e da Vice-Governadora do Distrito Federal, eleitos a 03 de outubro de 1990, e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, para exercerem o mandato no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995, o Senhor Joaquim Domingos Roriz e a Senhora Márcia Kubitschek (Resolução nº 049 de 1990, do Senado Federal).

1.3 — Comunicados da Presidência

Convoco os senhores Deputados para a Sessão Preparatória a realizar-se amanhã, dia 02 de janeiro de 1991, às 09:00 horas, neste Plenário, destinada à eleição dos membros da Mesa Diretora.

1.4 — Encerramento.

Ata da Sessão Solene, em 01 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa da 1ª Legislatura.

Presidente (s) : Sr (s). Deputado (s) José Ornellas

Secretário (s) : Sr. (s). Deputado (s)

Secretária : Maria de Lourdes Abadia

Srºs Deputados: Pedro Celso

José Edmar

Maurílio Silva

Às 16:00 horas e minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|--|--|
| — Deputado Agnelo Queiroz (PC do B) | — Deputado José Edmar (PTR) |
| — Deputado Aroldo Satake (PDS) | — Deputado José Ornellas (PL) |
| — Deputado Benício Tavares (PDT) | — Deputada Lúcia Carvalho (PT) |
| — Deputado Carlos Alberto (PCB) | — Deputado Manoel Andrade (PTR) |
| — Deputado Cláudio Monteiro (PRP) | — Deputada Mª de Lourdes (PSDB) |
| — Deputado Edimar Pireneus (PDT) | — Deputado Maurílio Silva (PTR) |
| — Deputado Eurípedes Camargo (PT) | — Deputado Pedro Celso (PT) |
| — Deputado Fernando Naves (PTR) | — Deputado Peniel Pacheco (PST) |
| — Deputado Geraldo Magela (PT) | — Deputada Rose Mary Miranda (PTR) |
| — Deputado Gilson Araújo (PTR) | — Deputado Salviano Guimarães (PFL) |
| — Deputado Padre Jonas (PDT) | — Deputado Tadeu Roriz (PTR) |
| — Deputado Jorge Cauhy (PL) | — Deputado Wasny de Roure (PT) |

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) — Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa, destinada a receber o compromisso e dar posse ao Governador e à Vice-Governadora do Distrito Federal, eleitos a três de outubro de 1990, e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, para exercerem o mandato no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995, o senhor Joaquim Domingos Roriz e a senhora Márcia Kubitschek.

Para secretariar a Mesa, convido a Exma. Sra. Deputada Distrital Maria de Lourdes Abadia e os Exmos. Srs. Deputados Distritais Redro Celso, José Edmar e Maurílio Silva.

Honra-nos com sua presença o representante do Senhor Presidente da República, o nobre Ministro de Estado da Justiça, Jarbas Gonçalves Passarinho, a quem convido para compor a Mesa.

A Câmara Legislativa está, também, honrada com a presença do Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, a quem convido para compor a Mesa.

Honra-nos, igualmente, com sua presença o senhor Desembargador Valtênio Mendes Cardoso, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a quem convido a compor a Mesa.

Para receber os empossandos, à entrada do edifício, e acompanhá-los até à mesa, designo a Comissão integrada pelos Senhores Deputados Distritais Rose Mary Araújo, Fernando Naves e Edimar Pireneus.

A fim de aguardar a chegada do Senhor Governador e da Senhora Vice-Governadora, suspendo a sessão.

Com a presença na Casa do Senhor Governador e da Senhora Vice-Governadora reabro a Sessão, a fim de que Suas Excelências sejam conduzidas até a Mesa.

Solicito que sejam recebidos de pé pelos presentes.

Neste momento será executado o Hino Nacional.

O Senhor Governador e a Senhora Vice-Governadora irão prestar o compromisso determinado pela Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal.

Convido os presentes a se levantarem.

O SR. JOAQUIM RORIZ: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasileiro, promovendo o bem geral e o progresso do Distrito Federal".

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHKE: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasileiro, promovendo o bem geral e o progresso do Distrito Federal".

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) — Declaro empossados no cargo de Governador do Distrito Federal o senhor Joaquim Domingos Roriz e no cargo de Vice-Governadora a senhora Márcia Kubitschek.

Suas Excelências exercerão os respectivos mandatos no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995.

A senhora Secretária, Deputada Distrital Maria de Lourdes Abadia, irá proceder à leitura do termo de posse.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA: "As dezesseis horas do dia primeiro de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e um, perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a Direção da Mesa provisória constituída pelo Senhor Deputado Distrital José Ornellas, Presidente, e dos Senhores Deputados Maria de Lourdes Abadia, Pedro Celso, José Edmar e Maurílio Silva, Secretários, compareceram o senhor Joaquim Domingos Roriz e

a senhora Márcia Kubitschek, e, nos termos do artigo segundo da Resolução número quarenta e nove, de mil novecentos e noventa, do Senado Federal, foram solenemente empossados nos cargos de Governador e Vice-Governadora do Distrito Federal, para os quais foram eleitos no dia três de outubro do ano de mil novecentos e noventa, para o período de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e um a primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco. Os empossados proferiram, na forma de disposto no parágrafo quinto do artigo segundo da citada Resolução, o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasileiro, promovendo o bem-geral e o progresso do Distrito Federal".

De ordem do Senhor Presidente da Mesa, lavrou-se o presente Termo de Posse, que é assinado pelos empossados e pela Mesa que dirige os trabalhos da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) — Concedo a palavra ao Senhor Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal.

O SR. GOVERNADOR (Joaquim Domingos Roriz) — Senhor Ministro da Justiça, Senhor Jarbas Passarinho, representante de Sua Excelência Fernando Collor de Mello, Digníssimo Presidente da República; Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senhor Nelson Carneiro; Senhor Presidente da Assembléia Distrital, Deputado José Ornellas; Senhora Vice-Governadora, Márcia Kubitschek; Senhores Deputados Distritais que compõem esta Mesa, Deputado José Edmar, Deputada Maria de Lourdes, Deputado Maurílio Silva; Senhores Deputados Federais aqui presentes; demais Senhores Deputados Distritais; Senhores Governadores aqui presentes, Senhores Secretários de Estado; Senhor Senador recém-eleito, Valmir Campello; demais Senadores aqui presentes; autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores: do povo do Distrito Federal, nas eleições de 3 de outubro, nos deu a missão de escrever um novo capítulo na história da Capital do nosso País. Nossa responsabilidade vem, portanto, da confiança popular do dever que temos de dar continuidade a uma história de sonhos, de lutas e de memoráveis conquistas.

Brasília, sonhada por Dom Bosco, foi pensada por homens como Felipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier, que já pretendiam, nos ideais da Inconfidência Mineira, interiorizar a Capital do País.

Os caminhos dessa história passam por Hipólito José da Costa, em seu exílio londrino, no qual criou o jornal *Correio Braziliense*, retomando, como principal bandeira, o ideal mudancista. Importante ainda lembrar José Bonifácio, inscrevendo, na Constituição de 1891, a nova Capital e a Missão Cruls, que demarcou novo Território nesse mesmo ano, chegando até Antônio Carvalho Soares, o "Toniquinho", um brasileiro simples, do interior, que, representando uma aspiração nacional, interpelou JK no início de Jataí, tirando do Presidente o compromisso público de construir Brasília.

As grandes mudanças da história vêm do povo e da capacidade que devem ter os governantes de ouvi-lo e dirigir suas ações no rumo das aspirações populares.

Juscelino foi, construtor de Brasília, o exemplo do governante que, sabendo ouvir o povo, soube transmitir-lhes otimismo e teve coragem de sonhar.

E o sonho contagia, senhoras e senhores.

O sonho de JK contagiou Niemeyer e Lúcio Costa, e foi contagiando brasileiros de fibra incomum, como Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, e legiões de candangos que, vindos de todas as regiões do País, trouxeram, para construir Brasília, o suor e a inteligência.

As linhas da arquitetura e os fundamentos sobre o

solo constituem criação de gênios da nossa arte, mas a alma desta Cidade é um pedaço da alma de Juscelino, resumindo, a alma de todo um povo, como parcela da imortalidade de seu espírito, que se eterniza aqui, na memória do concreto, na permanência da esperança.

Senhores Deputados:

Herdeiros que somos dessas conquistas, temos, neste momento histórico, o privilégio de iniciar um novo tempo, moldado pela convivência democrática, embasado na vontade popular e voltado, unicamente, para o interesse maior da sociedade.

Brasília é de seus moradores, mas é, também, de todo o povo brasileiro. Seu desafio é duplo: cabe-lhe servir de Capital a uma Federação de Estados, reunidos nesta Nação, cumprindo-lhe ser a cidade-modelo, como qualidade de vida e pólo indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste.

Assim, o nosso trabalho conjunto, Senhores Deputados, com certeza deve buscar a constante melhoria da qualidade de vida do nosso povo, cumprindo os compromissos com o povo de Brasília, que, fixando suas raízes nesta terra, sabe que a cidadania não se reduz ao direito de votar, mas, também, e sobretudo, ao direito de ter saúde, educação, trabalho, transporte, segurança e moradia.

Mas o nosso trabalho levará em conta, ainda, que, como capital e diante da quantidade de recursos transferidos pela União ao Distrito Federal, Brasília tem contas a prestar a toda a sociedade brasileira. E o modo de fazê-lo consiste na busca de soluções pioneiras e modernas para as questões que nos afligem, como povo e como Nação.

A autonomia de Brasília interessa, também, ao Governo da República. Ao assumir sua própria responsabilidade sobre a administração da Capital, o povo de Brasília retira do Governo Federal uma preocupação. Se, pelas próprias circunstâncias especiais de Brasília, irão caber, ao Poder Central, encargos de natureza financeira — e isso deve ser visto como contrapartida pela sua utilização como sede do Governo da República — já não lhe pesam as responsabilidades pela administração cotidiana da cidade.

O Governo que aqui se inicia pretende, ao mesmo tempo, preservar a tradição e propor a modernidade.

Brasília é síntese da cultura brasileira, porque implica na visão correta, fulgurante, de um novo tempo para o nosso país. Não apenas uma visão urbanística ou arquitetônica, nem mesmo administrativa. Brasília significa uma transformação radical na paisagem política, econômica e social do Brasil. Sem Brasília, sem a incorporação de novos espaços, sequer existiríamos hoje como Nação, tal a gravidade da concentração econômica, política e demográfica que viveríamos agora.

É preciso, pois, neste momento, dando consequência ao pensamento que gerou Brasília, retomar a direção proposta por Juscelino Kubitschek. Mas não apenas para preservar o Plano Piloto como Patrimônio da Humanidade, com sua alta qualidade de vida.

Num primeiro momento, é preciso estender essa qualidade de vida a todo o Distrito Federal. Ou ela será patrimônio comum de todos os habitantes do Distrito Federal, ou não será de ninguém.

Ao mesmo tempo, é preciso recolocar Brasília na posição que lhe cabe, de vanguarda política, econômica, social e cultural do País.

Seremos vanguarda política e econômica se formos capazes de propor e levar à prática de um modelo de desenvolvimento que tenha, no Centro-Oeste, seu ponto principal de alavancagem.

O Centro-Oeste brasileiro é a última grande reserva cultivável disponível no mundo. Tem posição geopolítica privilegiada, no centro do País, com comunicação rápida para todos os pontos do País; infra-estruturas extensas planas, com água abundante,

banhadas de sol o ano inteiro, sem catástrofes climáticas.

Portanto, já que o simples bom senso nos aconselha a preservar a Amazônia e já que o Nordeste exige soluções e investimentos que consumirão mais tempo, é no Centro-Oeste que se localizam as possibilidades brasileiras nesta hora.

É preciso descentralizar o Brasil — politicamente, economicamente, social e demograficamente. Ou, então, continuaremos a empilhar pessoas, em condições desumanas, na periferia das metrópoles do Sul-Sudeste, até torná-las ingovernáveis — como já começa a acontecer — e mergulhá-las nas desequilíbrios de escala, que empresários e governantes daquelas regiões já experimentam.

É o bom senso, pois, que recomenda assentar, no Centro-Oeste, uma nova etapa do desenvolvimento nacional, que amplie a produção, o mercado e as possibilidades sociais. A tragédia brasileira, hoje, está essencialmente na perda da possibilidade de ascensão social. Nada de pior pode acontecer a uma nação que a desesperança de sua gente.

Sem aquela nova direção não haverá saída para a crise brasileira. De pouco adiantará resolverem-se, localmente, os problemas do Distrito Federal ou de qualquer outra parte — porque as legiões de desertados inviabilizarão de novo, em pouco tempo, qualquer cidade.

É preciso definir e implantar um modelo de desenvolvimento sustentável, em que produção e preservação caminhem juntas — e a ciência já nos mostra essa possibilidade.

Por isso, não hesitaremos em fazer do Distrito Federal o posto avançado de um movimento pela preservação do cerrado e a ponta-de-lança na luta pela retomada do desenvolvimento, com base no Centro-Oeste.

Neste Governo, tenham certeza — porque este é um compromisso — o meio ambiente será uma variável decisiva em todo o planejamento, em toda e qualquer área — e não um mero apêndice, simples acessório destinado a apagar incêndios de outros setores.

Já sabemos o suficiente sobre a gravidade da situação ambiental no nosso Planeta, no nosso País, nas nossas cidades. É hora de agir, de sermos competentes. E vamos ser. Vamos tornar o Distrito Federal um exemplo para o Brasil em matéria ambiental. Até inovando. Até incorporando novas tecnologias.

Da mesma forma, e ainda retomando o sonho do eterno Presidente e criador, vamos dar a essa cultura-síntese do Brasil, que se forjou no Distrito Federal, com as mãos, a inteligência e a sensibilidade de brasileiros de toda parte, a importância que lhe cabe. Nós pretendemos que o Distrito Federal seja um ponto de efervescência da cultura brasileira. Porque isso também é modernidade. Na sociedade pós-moderna em que estamos ingressando, apesar dos nossos dramáticos problemas sociais, os bens culturais são e serão decisivos. Se não queremos perder o bonde da História, temos de fazer a indústria da cultura, do turismo, do esporte, do lazer — enfim, da indústria do século XXI — uma de nossas metas principais.

No começo do século, as riquezas partiam da matéria-prima. Nos anos 50, dos bens de capital, das máquinas. Hoje, a riqueza nasce das idéias e da informação.

O traço mais decisivo da modernidade deste Governo, entretanto, desejamos que venha da nossa decisão inarredável de estabelecer, como prioridade maior, o compromisso com o social, com a solução das questões sociais: a habitação, o emprego, o transporte de massa, a educação, a saúde, o saneamento básico.

Esse, repito, é o compromisso decisivo deste Governo: com os que mais precisam.

Nós vamos levar à prática um-a-um — não tenham dúvida — os compromissos que registramos em nossa campanha e nos quais confiaram os cidadãos do Distrito Federal.

Vamos urbanizar os assentamentos já implantados. Vamos implantar, de modo exemplar, os novos assentamentos. Vamos discutir, profundamente, em nível nacional, as migrações.

Vamos construir o metrô de superfície. Vamos retomar a tradição brasileira do ensino de tempo integral na rede pública.

Vamos recuperar e ampliar a rede de saúde do estado.

Vamos levar o saneamento básico a cada casa.

Vamos gerar habitações para a classe média.

E vamos gerar empregos, num processo que alie uma industrialização não poluente ao estímulo criador no setor terciário, a grande fonte de ocupação na sociedade moderna.

Tudo isso, tenho certeza, é possível. E já. Desde que a sociedade o deseje. E esteja disposta a participar das decisões, do planejamento e da execução.

Participar significa estar disposto, cada cidadão, a discutir democraticamente os problemas e a aceitar as decisões da maioria, sem sectarismos de nenhuma espécie, sem corporativismos inadmissíveis, porque nefastos para o conjunto da sociedade.

Significa cumprir os deveres de cidadania, que vão da preservação do patrimônio público ao pagamento rigoroso dos impostos devidos.

Mas significa, principalmente, acreditar na possibilidade de construir-se, aqui e agora, um pedaço da felicidade. Essa é a tarefa de um Governo, no final das contas. E é para essa tarefa que convoco, neste momento, toda a sociedade do Distrito Federal, sem nenhuma distinção. Não sou governador apenas dos que votaram em mim, mas de todos os brasilienses, os de nascimento e os de opção.

Se nós assim quisermos, no fundo do nosso coração e do nosso desejo, tudo será possível.

A nossa função é a de nos situarmos no centro das pressões e dos desejos da sociedade, para determinar o ponto de convergência possível e, a partir dele, a diretriz correta, o caminho adequado.

Esse é o nosso passado — governar ouvindo a comunidade. Será esse o nosso futuro.

Não nos faltam fé e convicção.

Com a ajuda e a participação do povo do Distrito Federal, nossa vontade se aperfeiçoará.

Vejo-os, nesta Câmara Legislativa, como portadores do poder popular. Fomos, os senhores e eu, os primeiros a receber os deveres de legislar e governar o Distrito Federal diretamente de seus habitantes. Antes os que o governávamos, ainda que nos dedicássemos inteiramente ao povo, devíamos nosso mandato ao presidente da República e ao Senado Federal. Por mais que procurássemos trabalhar para o povo — e tenho a consciência de que o fiz nos escassos meses em que administrei a cidade — a nossa legitimidade procedia de vontade alheia à população de Brasília. A partir de hoje, as coisas mudam. Temos que prestar contas, antes de tudo, aos que nos escolheram, aos que ouviram o nosso programa, aos que vieram conversar conosco durante a campanha e nos elegeram em outubro passado.

Não vejo, nem desejo encontrar impedimentos, à esquerda ou à direita, na execução dos programas de Governo que só contemplam, à sua frente, as necessidades mais prementes do povo.

Nosso governo respeitará — porque considera um fundamento do regime democrático — a independência e a competência exclusiva do Poder Legislativo, especialmente no que diz respeito à futura Lei Orgânica do Distrito Federal.

E exatamente porque entendemos a importância decisiva dessa tarefa para o futuro da Capital da República, estamos determinados que todo o Governo que agora se empossa se abra, sem restrições, à colaboração com a Câmara Legislativa nesse trabalho.

Senhores:

Penso que não podemos esperar pela maturação dos projetos econômicos de longo prazo. Temos que ir fazendo as coisas já, com muito trabalho e com muito otimismo. Com a ajuda dos senhores, quero, nesses quatro anos, construir escolas para todas as crianças que se encontram hoje em idade de frequentá-las e edificar os hospitais e postos de saúde necessários à atual população do Distrito Federal. Continuaremos a promover o assentamento das famílias sem-teto. Não podemos prometer que, daqui a quatro anos, estejam resolvidos todos os problemas sociais de Brasília. Mas faremos tudo nessa direção. Não é possível levantarem-se muros em volta das cidades, com a ilusão de proteger seu bem-estar contra a miséria que as invade. Enquanto não houver um pouco de prosperidade, pelo menos para todos os brasilienses, o Brasil não será um País próspero. Podem dizer que este é um sonho. É verdade. Este foi o sonho de Juscelino, este foi o sonho de Tancredo e, da mesma forma que eles, eu também sonho viver em um país justo e feliz. Como eles, eu também farei a minha parte para que o sonho se torne realidade um dia.

Neste território brotam as águas emendadas que, nascentes das Bacias do Paraná, do Amazonas e do São Francisco, distribuem vida e riqueza a três diferentes regiões desse País-Continente. Neste território, Juscelino Kubitschek urgiu a esperança do povo brasileiro, de ver sua riqueza melhor distribuída e seu território todo ocupado, de forma racional e equilibrada. Neste território brota, agora, a esperança do nosso trabalho conjunto, numa exemplar convivência democrática.

Convindo-os, a todos, para nos juntarmos em torno das nossas convergências e construirmos, sobre elas, um futuro.

Para todos os desafios desta cidade-capital conto com os senhores.

Conto, também, com a ajuda de Deus. Há sobre Brasília o manto da espiritualidade. Dom Bosco sonhou que neste Planalto seria erguida uma cidade justa. Poucas comunidades se dedicam, no mundo, tanto como Brasília, à fé em Deus e à transcendência do homem.

Israel Pinheiro, o construtor da cidade, quis que uma das primeiras obras a serem concluídas fosse a da Catedral, com sua cúpula que se prolonga na torre em súplica a Deus.

Imersa em horizontes sem limites, Brasília é um ponto sobre a Terra, cercado e coberto de infinito. Esta situação geográfica a faz mais próxima de Deus. Ele estará conosco para que possamos governar com a razão da justiça e com a solidariedade do amor.

Quero encerrar as minhas palavras, mas antes de fazê-lo quero agradecer a presença nesta solenidade das autoridades e de uma forma especial a S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, pelo seu porte de homem público dos mais brilhantes deste País e, além da sua condição pessoal, também representa Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Quero agradecer, também, ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro; quero agradecer a presença dos senhores Governadores aqui presentes, de forma especial ao meu amigo Íris Rezende Machado, com quem me congratulo neste instante.

Agradeço a presença dos outros senhores Governadores, dos senhores Senadores e de todos os

Congressistas brasileiros; agradeço também aos senhores Deputados Distritais; Secretários de Estado; Presidentes de Tribunais, e de forma especial ao Sr. Presidente eventual desta solenidade, o Deputado José Ornellas.

Agradeço, em meu nome, e também em nome da Vice-Governadora, Márcia Kubitschek, a presença de todos, de todas as autoridades aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) — Cumprida a finalidade desta sessão histórica, em que foram

empossados o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e a Excelentíssima Senhora Vice-Governadora, Márcia Kubitschek, primeiros governantes eleitos pelo povo de Brasília, cabe-me agradecer a presença do Excelentíssimo representante do Senhor Presidente da República, o ministro Jarbas Passarinho, do Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, e das demais autoridades que aqui vieram dar maior realce a esta solenidade.

Esta Câmara, em nome do povo de Brasília, saúda e deseja ao Senhor Governador e à Senhora Vice-

Governadora uma profícua administração, voltada para o bem maior da nossa coletividade.

A Presidência convoca Sessão da Câmara Legislativa a realizar-se amanhã, dia 2 de janeiro, às 9h, neste Plenário, destinada à eleição dos membros da Mesa diretora.

Convido os senhores membros da Comissão que introduziu Suas Excelências ao Plenário, juntamente com os membros da Mesa, acompanhá-los à saída deste Plenário.

Está encerrada a sessão.

S U M Á R I O

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

1. - Ata da 1ª Sessão Preparatória, em 02 de janeiro de 1991

1.1 - Abertura

1.2 - Comunicados da Mesa

Mensagem 01, de 1991 do governador do Distrito Federal, que "encaminha Projeto de Lei criando a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, e dá outras providências".

1.3 - Ordem do Dia

Eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal para a primeira e segunda sessões legislativas da primeira legislatura.

Proclamados eleitos e empossados nos respectivos cargos, os senhores Deputados:

Salviano Guimarães - Presidente

Tadeu Roriz - Vice-presidente

Pedro Celso - Primeiro Secretário

José Ornellas - Segundo Secretário

Benício Tavares - Terceiro Secretário

José Edmar - Primeiro Suplente

Fernando Naves - Segundo Suplente

1.4 - Comunicados da presidência

Convoco os Senhores Deputados - membros da Mesa Diretora - para uma reunião a realizar-se amanhã, dia 03 de janeiro de 1991, às 09:00 horas, para tratar do disposto no art. 7º da Resolução nº 049, de 1990, do Senado Federal e das medidas administrativas necessárias ao funcionamento da Casa.

Tenho a honra de convocar os senhores Deputados para a primeira Sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se no dia 04 de janeiro de 1991, sexta-feira, às 10 horas, neste plenário, destinada a dar conhecimento à Casa das primeiras medidas administrativas tomadas pela Mesa.

1.5. Encerramento.

Ata da 1ª Sessão Preparatória, em 2 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 1ª Legislatura

Presidência do Sr. José Ornellas

Secretários: Sr (s) Deputados Agnelo Queiroz, Wasny de Roure, Pedro Celso, José Ornellas e Benício Tavares.

O Sr. Presidente (José Ornellas) - Estão presentes ao plenário 21 Srs. Deputados, número que atende ao disposto no § 3º do art. 3º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal.

Declaro aberta a sessão destinada à eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que dirigirá os trabalhos na primeira e na segunda sessão legislativa de sua primeira legislatura.

A Presidência suspende a sessão, até às 15 horas, quando se procederá à eleição dos membros da Mesa, para o que peço a compreensão de todos os presentes.

O SR. PENIEL PACHECO - Gostaria de fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Sr. Deputado Peniel Pacheco, esta decisão resulta de acordo dos Srs. Deputados, pelo menos da maioria deles. Não vamos voltar a discutir o assunto.

O SR. PENIEL PACHECO - Não quero discutir o assunto, apenas usarei a palavra para fazer minha colocação pessoal.

O SR. JORGE CAUHY - Sugiro que não se faça nenhum pronunciamento agora, Sr. Presidente, conforme combinamos.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Caro Deputado Peniel Pacheco, peço sua compreensão. Vamos aguardar um momento. V. Exa. terá oportunidade, depois, de fazer seu pronunciamento.

Como Presidente provisório da Mesa tive o cuidado de não tomar uma decisão isolada. Tive o cuidado de ouvir a maioria no sentido de procurar um consenso para que estabeleçamos, realmente, uma Mesa equilibrada, uma Mesa que possa dirigir bem os trabalhos desta Casa. Em nome da democracia e em nome do entendimento é que assumimos esta posição, na certeza de que, às 15 horas, ao reabirmos a sessão, poderemos começar imediatamente a votação para a eleição da Mesa Diretora.

Peço a compreensão de todos os presentes e da imprensa para que isso realmente seja entendido, que entendam nossa posição.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Está reaberta a sessão. Estão presentes no plenário os vinte e quatro Deputados.

Convido os Srs. Deputados Agnelo Queiroz e Wasny de Roure para integrarem a Mesa, a fim de atuarem como escrutinadores.

De acordo com o estabelecido na Resolução nº 49, de 1990, a eleição será procedida por maioria de votos, presente a maioria da Câmara Legislativa, e em dois escrutínios: o primeiro, destinado à eleição do Presidente e do Vice-Presidente; o segundo, destinado à eleição dos Secretários e Suplentes.

Neste instante, a Mesa está apta a receber as inscrições dos Srs. Deputados candidatos à Presidência e à Vice-Presidência.

Estão inscritos, como candidatos à Presidência, os nobres Deputados Pedro Celso e Salviano Guimarães; para Vice-Presidente, apenas um candidato, o nobre Deputado Tadeu Roriz.

Vamos colocar no local onde estão as cédulas apenas os envelopes desses candidatos.

A Presidência suspende a sessão por alguns instantes a fim de que os senhores Deputados possam munir-se de cédulas, que se encontram à disposição, na sala anexa à cabine de som do Plenário.

Uma vez de posse das cédulas que contêm o nome de seus candidatos, o Deputado assinalará com um "X" o cargo que deseja seja preenchido pelo escolhido.

As duas cédulas, assim marcadas, deverão ser colocadas em um só dos envelopes que se encontram junto a elas. Estarão lá só as cédulas referentes aos candidatos que se inscreveram.

Está suspensa a sessão para que os Senhores Deputados possam apanhar as cédulas e os envelopes.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Está reaberta a sessão.

O nobre Deputado Agnelo Queiroz vai proceder a chamada dos senhores Deputados para a votação. Os senhores Deputados, ao serem chamados, colocarão o envelope junto à urna que se encontra sobre a Mesa.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Benício Tavares (vota); Carlos Alberto (vota); Cláudio Monteiro (vota); Edimar Pireneus (vota); Eurípedes Camargo (vota); Fernando Naves (vota); Geraldo Magela (vota); Gilson Araújo (vota); Jorge Cauhy (vota); José Edmar (vota); Lúcia Carvalho (vota); Manoel Andrade (vota); Maria de Lourdes Abadia (vota); Maurílio Silva (vota); Padre Jonas (vota); Pedro Celso (vota); Peniel Pacheco (vota); Rose Mary Miranda (vota); Salviano Guimarães (vota); Aroldo Satake (vota); Tadeu Roriz (vota); Wasny de Roure (vota); José Ornellas (vota); e Agnelo Queiroz (vota).

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Está concluída a votação, tendo participado dela vinte e quatro senhores Deputados.

Solicito ao nobre Deputado Wasny de Roure que proceda à contagem das sobrecartas.

O SR. WASNY DE ROURE - Há vinte e quatro (24) sobrecartas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Foram encontradas vinte e quatro sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Da apuração constatou-se o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Pedro Celso com onze (11) votos, Deputado Salviano Guimarães com treze (13) votos; para Vice-Presidente, Deputado Tadeu Roriz com quatorze (14) votos.

Tenho a honra de proclamar eleito Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para o biênio 1991 a 1992, o nobre Deputado Salviano Guimarães, e para Vice-Presidente o nobre Deputado Tadeu Roriz.

Convido Suas Excelências a assumirem os seus lugares à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Senhoras e senhores Deputados Distritais; senhoras e senhores representantes da imprensa; meus senhores e minhas senhoras que nos honram com a sua presença prestigiando esta primeira Sessão da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Com muita honra assumo as elevadas funções de Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tenho consciência plena de que a tarefa é árdua, desafiadora, de que os problemas, de variada natureza, haverão de exigir o máximo do meu esforço.

Anima-me, entretanto, o significativo gesto de confiança e estímulo dos meus Colegas Deputados Distritais, cuja generosidade devo proclamar, no momento em que me atribuem a satisfação e a responsabilidade de ser o primeiro Presidente do Poder Legislativo do Distrito Federal.

Testemunho, pois, a todos aqueles que sufragaram o meu nome, em memorável decisão majoritária deste Plenário, a minha mais profunda gratidão.

Vivemos um inesquecível momento do nosso itinerário político.

Afirma-se, definitivamente, o Poder Legislativo em nossa terra, com a eleição — posse da sua Mesa Diretora.

Instala-se, no solo do Distrito Federal, a Casa do Povo: neste Planalto Goiano, cujas origens históricas se acumulam no Entorno desta Capital da Esperança, nascida da inspiração do Presidente Juscelino Kubitschek, do traço inteligente de Lúcio Costa e Oscar

Niemeyer, da tenacidade de Israel Pinheiro e das mãos calejadas de milhares de trabalhadores brasileiros, candangos, vindos de quase todos os recantos do País.

Guardo, com orgulho e emoção, ao recordar este mosaico da História, as imagens sempre presentes da altiva e querida Planaltina - a memória da minha vida.

Senhoras e Senhores Deputados, nenhum outro sentimento poderia, assim, dominar esta solenidade senão o da esperança. Esperança tantas vezes plantada no coração do povo. Esperança que sempre acompanhou os sonhos, os anseios, de cada homem ou mulher, que almeja uma trajetória de vida mais feliz e com menos privações, de qualquer ordem.

Para muitos segmentos da comunidade que representamos, nós, os Deputados Distritais, somos os modernos bandeirantes, que estarão anunciando a boa nova, ao amanhecer do Terceiro Milênio.

O nosso trabalho será, certamente, o outro nome da esperança. Não podemos falhar no cumprimento do nosso intransferível dever.

Cada um de nós tem procurado, nos respectivos setores de atuação, dar a mais viva contribuição para a melhoria das condições do nosso povo. Daí o mandato parlamentar. Daí o conhecimento de que somos capazes de fazer muito mais.

Este reconhecimento traduz, inquestionavelmente, o compromisso de que a tarefa que vimos realizando não se conclui neste momento.

Aqui não é o ponto de chegada de uma jornada que se finda e cujo êxito deva ser festejado. Ao contrário, daqui lançamos o olhar sobre o futuro e visualizamos o quanto ainda temos de caminhar.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa será o ponto de referência das Senhoras e dos Senhores Deputados Distritais, em cuja ação solidária confiamos, convencidos do sucesso da nossa tarefa comum.

Aqui chegamos com o sentimento do servir. Não faltaremos à grande comunidade do Distrito Federal. Respeitaremos sempre o povo na sua soberania, que, segundo Rousseau, é o exercício da vontade geral.

Esta é a visão que trago na condição de Presidente da Câmara Legislativa. Por ser o primeiro Deputado a ocupar este cargo, devo ser exemplar no seu exercício. O diálogo, a seriedade e o entendimento serão os pilares da nossa gestão.

Saudamos no livre debate das idéias, no calor da controvérsia e das paixões, as manifestações autênticas do jogo democrático. Vivenciaremos, sobretudo, o respeito, a solidariedade, a estima, negando sempre lugar e protagonismo à ofensa, à infâmia e à indiferença.

Estou convicto de que os honrados Deputados e Deputadas Distritais dedicarão toda a sua energia e todo o seu entusiasmo à missão patriótica a cada um confiada, para que esta Casa seja reconhecida, através do tempo, como uma instituição atuante, zelosa e responsável.

Deus nos ajude nos passos largos que haverão de ser dados, pelo bem do povo do Distrito Federal, pelos altos destinos da grande e abençoada Nação brasileira.

Muito obrigado.

Em seguida passaremos ao outro item da nossa pauta.

Iremos passar, agora, à eleição dos Secretários da Mesa e seus Suplentes, obedecido o mesmo processo anterior. A Presidência irá suspender a Sessão por cinco minutos a fim de que os senhores Deputados possam munir-se de cédulas. As cédulas, uma vez preenchidas com "X" nos locais que indicam a função para a qual se deseja que o candidato seja

eleito, deverão ser colocadas, todas as cinco, em um só envelope.

A Presidência solicita que os Senhores Deputados que desejam inscrever-se como candidatos aos demais cargos da Mesa façam suas inscrições junto ao Senhor Secretário, dentro desse período estabelecido.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, tenho uma questão para encaminhamento. Como até este instante não se conseguiu um acordo para a composição dos cargos, proporia que esta segunda parte da sessão seja adiada para amanhã, para que possamos ter tempo de efetuar esses entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal, determina que a eleição para a Mesa seja realizada no dia 2 de janeiro. Já estamos no processo de eleição, de votação, e não podemos transferir a Sessão. Fizemos o que era possível ao suspendê-la por um prazo curto, porque houve solicitação, para que se fizessem as inscrições. De modo que nesse período é que poderão ser feitos os ajustes para a ocupação dos demais cargos da Mesa.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sugiro que o tempo seja maior, Sr. Presidente. Cinco minutos são absolutamente insuficientes. Solicito, no mínimo, meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Estamos no prazo de inscrições de candidatas. A Mesa entende que esse processo não pode ser interrompido. Nesse período, é possível fazer-se ainda algum entendimento no sentido de que a composição da Mesa seja realmente representativa. Acredito que dez minutos sejam suficientes para se proceder às negociações.

O SR. CARLOS ALBERTO — Apelo para a sabedoria do Presidente recém-eleito. Não estamos alegando apenas um secretário, o que, acredito, poderia ser restrito aos interesses apenas dos vinte e quatro Deputados Distritais. A decisão que iremos tomar afeta toda a cidade de Brasília. Creio que nem em dez ou trinta minutos teremos condições de fazer esses entendimentos.

Acho que a sabedoria do Sr. Presidente recém-eleito deve conceder, no mínimo, meia hora para que possamos fazer esses entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Considerando as várias solicitações, teremos vinte minutos para as inscrições.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Estão reabertos os trabalhos.

Senhoras e Senhores Deputados, estão registrados os seguintes candidatos: para 1º Secretário, Deputado Pedro Celso; para 2º Secretário, Deputado José Ornellas; para 3º Secretário, Deputado Benício Tavares; para primeiro suplente, Deputado José Edmar; e, para segundo suplente, Deputado Fernando Naves.

Solicito, portanto, aos Senhores Deputados que se munam das cédulas na sala anexa à cabine de som do plenário, para que se proceda à eleição.

Está suspensa a Sessão para que se passe ao processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a Sessão. O Senhor Deputado Agnelo Queiroz, Secretário, irá proceder à chamada dos senhores Deputados.

Os Senhores Deputados, ao serem chamados, colocarão o envelope na urna que se encontra sobre a mesa.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Benício Tavares (vota); Carlos Alberto (vota); Cláudio Monteiro (vota); Edimar Pireneus (vota); Eurípedes Camargo (vota); Fernando Naves (vota); Geraldo Magela (vota); Gilson Araújo (vota); Jorge Cauhy (vota); José Edmar

(vota); Lúcia Carvalho (vota); Manoel Andrade (vota); Maria de Lourdes Abadia (vota); Maurílio Silva (vota); Padre Jonas (vota); Pedro Celso (vota); Peniel Pacheco (vota); Rose Mary Miranda (vota); Salviano Guimarães (vota); Aroldo Satake (vota); Tadeu Roriz (vota); Wasny de Roure (vota); José Ornellas (vota); e, Agnelo Queiroz (vota).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está concluída a votação, tendo participado dela vinte e quatro Senhores Deputados.

Solicito ao nobre Deputado Wasny de Roure que proceda à contagem das sobrecartas.

O SR. WASNY DE ROURE — Há vinte e quatro (24) sobrecartas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Foram encontradas vinte e quatro sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Da apuração constatou-se o seguinte resultado: para Primeiro Secretário, Deputado Pedro Celso, 18 votos e Deputado José Edmar, 1 voto; para Segundo Secretário, Deputado José Ornellas, 20 votos e Deputado Fernando Naves, 1 voto; para Terceiro Secretário, Deputado Benício Tavares, 21 votos; para Primeiro Suplente, Deputado José Edmar, 22 votos e Deputado Fernando Naves, 1 voto; para Segundo Suplente, Deputado Fernando Naves, 22 votos e Deputado José Edmar, 1 voto.

Esta Presidência tem a honra de proclamar eleitos e empossados nos respectivos cargos, os senhores Deputados:

Pedro Celso — Primeiro Secretário;
José Ornellas — Segundo Secretário;
Benício Tavares — Terceiro Secretário;
José Edmar — Primeiro Suplente; e
Fernando Naves — Segundo Suplente.

Convido os Senhores Secretários a assumirem os seus lugares à mesa, agradecendo aos senhores Deputados Agnelo Queiroz e Wasny de Roure o auxílio prestado à Mesa na presente Sessão.

Esta Presidência comunica ao Plenário que recebeu do senhor Governador do Distrito Federal a mensagem nº 1/91 — Projeto de lei que cria a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno e dá outras providências.

A matéria terá tramitação tão logo aprovadas as normas que regulamentarão o Processo Legislativo da Câmara Legislativa.

A Presidência convoca ainda os Deputados membros da Mesa para uma reunião a realizar-se amanhã, dia 3 de janeiro, às 9 horas, para tratar do disposto no art. 7º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal, e de medidas administrativas necessárias ao funcionamento da Casa.

Tenho a honra de convocar os Deputados para a primeira sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se no dia 4 de janeiro de 1991, sexta-feira, às 10 horas, neste plenário, destinada a dar conhecimento à Casa das primeiras medidas administrativas tomadas pela Mesa.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, se me permite quero fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. terá a palavra.

Ficam abertas as inscrições aos Deputados.

Queremos estabelecer um prazo de três minutos para que cada orador possa fazer uso da palavra para estas comunicações.

Tem a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alegre-me, em primeiro lugar, ter garantida a palavra nisto que se chama Parlamento e, portanto, o lugar próprio para os parlamentares se expressarem. Alegre-me, em segundo lugar, ver concluído o processo

de eleição da primeira Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Quero aqui manifestar o meu voto de elogio àqueles que chamamos candidatos anônimos, que, em favor do entendimento, abriram mão de suas postulações e fizeram tudo para que se pudesse chegar a um final feliz: a composição dessa Mesa.

Julgamos de suma importância que todos os partidos ou frentes estejam representados hoje na primeira Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

Lamentamos o fato de as negociações terem inviabilizado aos candidatos da nossa frente os votos que tanto nos honraria, do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular.

Seria imensamente gratificante termos deles a mesma atitude que tivemos para com eles — favorecer o entendimento. E assim sempre procederemos em favor do bem desta Casa e em favor da população do Distrito Federal. Abrimos mão das nossas postulações, mas jamais abriremos mão dos nossos ideais.

Estaremos sempre prontos a honrar os votos que foram a nós confiados, estaremos sempre dispostos a buscar no entendimento, e não no radicalismo, aquilo que venha dignificar a nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — com a palavra a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — (PSDB — Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente e Companheiros que compõem a primeira Mesa nesta histórica Câmara Legislativa. Pedi a palavra para parabenizá-los e, num primeiro momento colocar o encaminhamento e uma proposta para refletirmos.

Quando da contagem desses votos, nós vimos que foi feito um esforço tremendo para a composição dessa Mesa, no que felizmente chegamos a um acordo, e acho que quem vai ser beneficiada nesse acordo é Brasília, é o povo de Brasília e a nossa Câmara, que começou sob a disposição da negociação. Gostaria de registrar aqui que houve, nesse acordo, um rompimento, porque quando foi discutida essa chapa foi decidido que todos os colegas votariam nessa proposta. Aliás, aproveito para deixar aqui minha proposta para que os votos desta Casa sejam em aberto, pois essa foi uma luta e uma conquista nossa na Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que o voto secreto faz pairar sobre todos sempre uma suspeita.

Deixo aqui essa proposta. Vamos votar às claras, com o voto registrado de cada parlamentar. E parabéns a todos. É uma maravilha que tenhamos chegado a este acordo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Secretários, colegas Deputados, sinto-me honrado em, neste momento, ver a Mesa da Câmara Legislativa composta pelas cinco frentes que foram eleitas pela sociedade de Brasília para interpretar os anseios de toda a sociedade do Distrito Federal.

Houve um longo processo que envolveu dezenas de reuniões com a Frente Comunitária, a Frente Comunidade e também a Frente Liberal discutindo a composição da Mesa. O impasse existiu até poucos minutos atrás, mas houve um gesto de grandeza da Deputada Rose Mary Miranda, gesto de grandeza do Deputado José Ornellas. Eu mesmo anteriormente já tinha aberto mão da 2ª Secretaria, em sessão anterior, efetuada dias atrás, para que ela ficasse à disposição tanto do PDT, da Frente Popular, como do PT. O impasse continuou até minutos atrás, mas, graças ao gesto de imensa grandeza da Deputada Rose Mary Miranda e da compreensão dos vinte e

quatro Deputados, hoje temos uma Mesa que, composta pelas cinco frentes, interpreta o anseio da sociedade.

Que esse comportamento permaneça nesta Casa, para que a sociedade de Brasília seja beneficiada, não na defesa de interesses individuais, mas dos interesses de toda a sociedade de Brasília.

Sinto-me extremamente feliz com a votação que foi realizada nesta tarde, porque isso vai permitir o nosso entendimento e vai fortalecer a confecção de uma Lei Orgânica progressista, que a sociedade do Distrito Federal espera que entreguemos no menor espaço de tempo possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT - Sem revisão do orador). Prezados companheiros da Mesa, demais Deputados Distritais, cidadãos que hoje vêm à nossa sessão solene de eleição da Mesa, os nossos cumprimentos, inicialmente, pela eleição daqueles que dirigirão os trabalhos da nossa Câmara no próximo período, a primeira legislatura histórica desta Câmara.

Inicialmente, gostaria de dizer que o Partido dos Trabalhadores, desde a proclamação dos resultados eleitorais, trabalhou no sentido de que tivéssemos aqui uma Mesa que refletisse o resultado eleitoral saído das urnas.

Desde o primeiro momento, nós nos proclamamos pela eleição de uma Mesa de consenso e, na medida que isso não fosse possível, que pudéssemos ter uma Mesa que refletisse a composição da Câmara, porque ela é o resultado da vontade da população do Distrito Federal.

Junto com os companheiros da Frente Popular, fomos procurar os companheiros da Frente Comunitária, da Frente Comunidade e do Movimento Liberal Progressista para expressar esse nosso sentimento, essa nossa vontade. Fizemos a eles várias propostas, que colocavam, inclusive — e aí é preciso que nós resgatemos essa memória aqui — que o bloco que ganhasse a Presidência deveria abdicar de disputar a 1ª Secretária, porque isso era o reflexo da composição da Câmara.

Insistindo nessa tese, o PT, desde o primeiro momento, disse que, na impossibilidade de se ter uma Mesa de consenso, teríamos que compor uma que refletisse todas as forças aqui representadas. Na medida em que trabalhávamos com tal premissa, e a partir da indicação do Presidente, isso ficou impossibilitado, mas continuamos trabalhando no sentido de compor uma Mesa que fosse a mais representativa possível.

Nestas condições, temos que louvar e reconhecer o trabalho daqueles que, mesmo não estando no nosso campo, também trabalharam para que essa Mesa tivesse tal representação.

E seria injustiça nossa nomear apenas alguns, porque poderíamos esquecer outros companheiros. Agora é com o mesmo espírito que lamentamos que alguns, depois de um esforço sobre-humano para se chegar a um consenso, tenham rompido esse acordo, valendo-se da cobertura da cabine indevassável — porque é preciso resgatar aqui que não votamos no companheiro Salviano Guimarães para Presidente, eis que tínhamos candidato próprio.

Mas todos nós, do Partido dos Trabalhadores, votamos nos outros cinco candidatos para as três Secretarias e nos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, seu tempo está esgotado.

O SR. GERALDO MAGELA — Concluo, Sr. Presidente.

Destá forma, gostaria de confirmar cada um dos princípios pelos quais o PT se vai pautar na sua

trajetória, no seu trabalho aqui dentro. O primeiro deles é a lealdade. Mesmo na divergência, leis fomos desde o princípio e continuaremos sendo, pois conclamamos todos os 24 Deputados Distritais a que compatibilizem o seu discurso com a prática, a fim de que possamos manter todos os compromissos assumidos até o último momento.

Saudamos, portanto, a Mesa da Câmara Legislativa e todos os colegas, almejando que tenhamos um trabalho profícuo para o bem da sociedade brasiliense, para que possamos fazer justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — (PT sem revisão do orador). Sr. Presidente, companheiros da Mesa, companheiros do plenário, creio que essa nossa primeira reunião é uma demonstração concreta do que virá pela frente. Precisamos acostumar-nos que no âmbito do Parlamento se discute, se elabora. Talvez não tenha sido aprovada aquela proposta que gostaríamos, muito menos, talvez, aquilo que desejaríamos os companheiros que compõem o bloco governista. É bom ressaltar, porém, que inicialmente a postura de radicalização não veio da nossa parte. Ela surgiu nessa votação realizada há pouco. Isso é um fato concreto, está evidente de parte daqueles que se colocaram no processo de maneira radical, sem aceitar a negociação como o mecanismo ideal para se encontrar a solução do problema. Inclusive, ficou demonstrado e foi registrado na imprensa como o bloco governista negociou a composição para a Presidência. É claro que o rolo compressor, até mesmo dentro desse bloco, foi evidenciado na votação, caso contrário o companheiro Salviano Guimarães não teria tido os treze votos que recebeu. Porque não votaram apenas em Salviano Guimarães, votaram no Sr. Governador Joaquim Roriz. Se isso não tivesse acontecido, tudo teria sido desmascarado.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores reafirma sua disposição, ainda participante dessa Mesa, de manter-se vigilante, denunciador de toda postura de convivência com o estado do poder econômico que hoje está acoplado a este Governo. Assim, nossa postura continuará sendo de resistência ao poder econômico, continuará sendo de resistência ao rolo compressor.

Queremos aqui deixar registrado o nosso agradecimento ao companheiro Carlos Alberto, que, ainda mantendo sua candidatura não vacilou em analisar os acontecimentos.

Não estamos aqui decifrando o seu voto, estamos querendo agradecer, e até mesmo elogiar a postura assumida por esse companheiro, ao entender que o seu era um nome que deveria ser analisado, deveria ser considerado até o último momento.

O Partido dos Trabalhadores entende que o companheiro Pedro Celso recebeu uma votação proporcional à de diversos Deputados Federais eleitos, pois foi o mais votado com vinte mil votos. E não poderia deixar de caracterizar esse fato porque era a manifestação evidente de que o Partido dos Trabalhadores, contando com cinco parlamentares, foi o único que teve a dignidade de se lançar sozinho numa campanha, numa disputa que não tinha por trás o poder econômico...

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Nobre Deputado, seu tempo está encerrado.

O SR. WASNY DE ROURE — ... não tinha realmente uma força que o pudesse sustentar a não ser a sua militância.

Assim sendo, fomos à luta, demos ao companheiro Pedro Celso onze votos, e o consagramos 1º Secretário depois de uma luta árdua que, inclusive, envolveu negociação.

Elogio aqueles companheiros do bloco governista que tiveram a dignidade e a hombridade de votar às claras. Espero que essa postura do voto aberto — cuja necessidade foi ressaltada também pela companheira Maria de Lourdes Abadia — possa ser mantida nas próximas votações, como manifestação da postura desse Parlamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR Sem revisão do orador). Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, meus amigos, temos assistido aqui a manifestações que não correspondem à verdade dos fatos.

Há poucos instantes o Deputado Geraldo Magela dizia que o PT não votou em Salviano Guimarães, quando, apurados os votos destinados ao Vice-Presidente, só contabilizamos 14 votos. Daí o que se está vendo é que não há a preocupação de chegar ao consenso tão reclamado, porque se assim fosse o companheiro Tadeu Roriz teria conseguido 24 votos, uma vez que nenhum outro partido ou frente lançou candidato para esse posto.

Quero dizer aqui que concordo com a proposta da Deputada Maria de Lourdes Abadia, de que o voto seja aberto. Todos sabem que não votei na chapa, e isso eu disse aqui abertamente, pois teria votado à vista de todo o mundo se aqui houvesse um placar, porque não me omito, não é do meu feito um comportamento desses. Da mesma maneira, se tivesse concordado com a composição, teria votado também no PT.

Mas vamos deixar isso de lado, porque hoje conseguimos realizar um feito grandioso para Brasília, conseguimos eleger e dar posse à primeira Mesa que vai dirigir os trabalhos desta Câmara Legislativa pelos próximos dois anos. E quero pedir a Deus, ao Criador, que ilumine os membros da Mesa, pois mesmo discordando de sua composição, eu tenho a grandeza de respeitar o resultado do pleito. Respeitar, sim, porque se não houvesse respeito, certamente não haveria democracia, e eu sou um defensor da democracia, já havia dito aqui a meus companheiros, que o resultado que saísse das urnas seria acatado por todos nós, por obrigação e dever.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, seu tempo está encerrado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Despeço-me, agradecendo à Mesa e a todos, inclusive às galerias e à imprensa, mantendo a promessa de continuar sendo transparente na minha conduta como Deputado Distrital, defendendo sobretudo a justiça e a verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — (PT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, tenho uma observação a fazer. Ao iniciar os nossos trabalhos, com esses entendimentos, com essas disputas, algo me deixou preocupado. Foi o fato de perceber que se caracteriza por parte de alguns companheiros de bancada o preconceito em relação ao Partido dos Trabalhadores. E este preconceito a sociedade não registrou nas votações do primeiro e segundo turnos, para a Presidência da República, tampouco agora quando eleger a maior bancada do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, companheiros, ainda bem que boa parte dos Deputados entenderam que votaram no Partido dos Trabalhadores nessa composição. Minha observação inicial limitou-se a alguns companheiros — para não caracterizar essa indisposição ou esse preconceito partidário. Que isso seja evitado e anali-

sado melhor o comportamento de todos, já que não é isso o que a sociedade entende.

A outra questão refere-se à intervenção do companheiro Manoel Andrade e do companheiro Geraldo Magela, quando S. Exa. mencionou que a nossa posição é de cumprir todos os acordos na íntegra. Na ocasião, ele levantou o fato sobre o voto na Vice-Presidência.

A verdade é que não havia o acordo de votar naquele momento o que se estava disputando no primeiro escrutínio. O acordo foi estabelecido no segundo escrutínio quando garantimos a nossa votação. No caso, tínhamos feito o acordo.

Portanto, discordo da posição do companheiro Manoel Andrade quando retrata como meia verdade a posição do Partido dos Trabalhadores. Estamos ressaltando que cumprimos o acordo na íntegra. Este era o nosso comportamento antes, é agora e o será sempre.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sras. e Srs. Deputados, informamos que temos ainda quatro Deputados inscritos. Não mais havendo manifestações, encerramos as inscrições.

Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — (PCdoB. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs. Secretários recém-eleitos, companheiros Deputados, gostaria inicialmente de, em nome do PC do B, dar meus parabéns à Mesa eleita.

Quero também dizer que, com todo esse processo de disputa, de luta, de apresentação de idéias e posições, conseguimos algo absolutamente normal em qualquer ambiente político, especialmente no Parlamento.

Houve uma candidatura do nosso campo e pensamos que representava mais uma ofensa, pois comprometida obviamente com as propostas que defendemos. Entretanto, essa disputa à Presidência não representa algo do outro mundo. Muitas vezes vamos discutir, debater e simplesmente não será possível chegar-se a determinado consenso. No caso, haverá votação. Outras vezes, será possível chegar-se a um consenso, como aconteceu na segunda parte da eleição que garantiu, a meu ver, a representatividade nessa Mesa, ou seja, que os diversos partidos nos dois campos que estavam polarizados na disputa ficassem representados na Mesa. Os Deputados estão de parabéns por esta primeira atitude. Isso representa, seguramente, a possibilidade de convivência e podemos encaminhar os nossos trabalhos com muita tranquilidade. Sei que muitas vezes essa disputa se pautará sobretudo em nomes, esquecendo-se um pouco o conteúdo que a Mesa representa e a expectativa da nossa população em relação a ela.

Gostaria de finalizar dizendo que nos devemos consentar. Se não nos foi permitido esclarecer muitos detalhes no curso dessa disputa, no entanto, agora, queremos que essa Mesa seja independente em relação ao Executivo, uma Mesa transparente, uma Mesa que discuta, seja democrata. Com um Plenário tão pequeno como o nosso, podem-se trazer aqui questões polêmicas, para que a Mesa seja consultada e consulte os diversos partidos, as diversas bancadas, enfim, que seja uma Mesa que possa ter uma relação aberta com a sociedade. Nossa expectativa é que não haja vícios, que não haja fisiologismo, que não haja favorecimentos. Isso é fundamental para dar marca à nossa Casa, e é responsabilidade desta Mesa.

Por isso acredito que essa representação pode dar essa marca. Devemos ter um nível de proximidade muito grande com todos os Deputados e fazer um esforço concreto para que a face desta Assembléia seja dada por essa Mesa. Portanto, ela tem uma grande responsabilidade, que corresponde ao que a

nossa população mais quer no Distrito Federal, que é um Legislativo sem os vícios que existem por aí fora. Nesse sentido, todos nós devemos estar vigilantes e não permitir que ocorra o que existe em outros lugares.

Era esta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — (PL. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, membros da Mesa, meus caros colegas, pessoas que se encontram nas galerias, nossos cumprimentos.

Sempre tive uma preocupação muito grande, qual seja, a de que precisamos pensar que aqui vamos conviver durante quatro anos e que precisamos manter o entendimento. Manteremos entendimentos constantes para chegar a bons termos, como o de hoje.

Tanto a Frente Liberal, como a Frente Progressista, a Frente Comunitária, bem como o próprio Grupo 13, como é chamado, desejaram o entendimento.

Quero ressaltar aqui que, quando nos reunimos pela primeira vez, foi destinada a 1ª Secretaria para o PT. Formou-se uma comissão, levou-se ao PT a sugestão e este, definitivamente, não a aceitou.

Também propusemos a Vice-Presidência. Não aceitaram.

Lamento que agora venham aqui companheiros para levantar sua voz e acusar principalmente o Governador Joaquim Roriz desse fato, pois S. Exa. em nenhum momento tomou parte nas nossas decisões. O Governador nos deixou à vontade para que tomássemos nossas decisões. Esta foi uma decisão tomada por nós e jamais, em nenhum instante, faltou-nos a vontade de que houvesse o entendimento para que a Mesa fosse composta da forma como o foi e hoje estamos contentes em ver que na sua composição há representantes de vários partidos.

Também temos de nos entender com relação a inúmeros projetos que entrarão nesta Casa, todos com vistas a beneficiar o povo de Brasília.

Não podemos falar, em nenhum momento, em paixões partidárias. Aqui teremos de levar avante os compromissos assumidos com o povo brasileiro. Vamos deixar as paixões partidárias de lado; vamos viver o ambiente de confraternização, de trabalho sério e honesto, para que possamos chegar a bom termo no que nos propusemos a fazer.

Peço a Deus que nos ilumine e faça com que possamos nos dar as mãos nessa marcha difícil, de quatro anos, período no qual vamos representar Brasília.

O povo de Brasília nos elegeu. Agora, temos que dar, àqueles que confiaram em nós, demonstração de que vamos procurar fazer todo o possível para que os problemas locais sejam resolvidos da melhor maneira.

Conto com todos os 24 Deputados para que tenhamos um ambiente de amigos, de companheiros. Não faz mal que haja divergência entre nós, ela é até necessária, mas ao sairmos daqui deveremos sair todos abraçados, como bons amigos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs. Secretários, caros colegas, povo do Distrito Federal, penso que o momento histórico que vivemos exige pensarmos antes de mais nada no que acabou de ser finalizado: a eleição da Mesa Diretora.

Travamos uma luta muito longa, pela democracia, pela representação política, pelo direito de voto do povo desta cidade. Durante mais de 20 anos fomos a

capital do autoritarismo, e sofremos especialmente as consequências dele.

Quando apresentei minha candidatura, estava convencido de que essa seria a alternativa que poderia levar à vitória do nosso ideal, o ideal daqueles que lutaram pela democracia nesta cidade, lutaram pela representação política, lutaram pelo voto.

Mas gostaria de, junto com os nossos companheiros, inclusive de esquerda, fazer uma reflexão. Penso que a Mesa que acabou de ser eleita, não pode ser uma espécie de procuradora dos interesses dos vinte e quatro Deputados Distritais, como se representássemos um condomínio de interesses. Essa Mesa tem que espelhar o funcionamento eficaz deste Poder, um Poder tão negligenciado neste País, um Poder que tem sido desmerecido, que tem sido atingido até na sua credibilidade. Por isso temos o dever de começar e terminar bem, de modo a não merecermos críticas desta cidade ao final do nosso mandato.

Cabe a todos nós promover uma ruptura — e essa ruptura deve ser feita com a ajuda desta cidade — uma ruptura com a cultura do paternalismo, do clientelismo, da corrupção, dos trens da alegria, o que tem feito com que o Poder Legislativo, a política e os políticos estejam sempre sob a mira da crítica desta cidade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, seu tempo está encerrado.

O SR. CARLOS ALBERTO — Então, neste momento em que estamos assumindo, este seria o meu desejo, essas seriam as minhas palavras. Tenho a convicção de que nós e a Mesa, composta que foi pelo método do entendimento, que é o que deve prevalecer aqui dentro desta Casa, e não o do confronto — confronto, sim, de idéias e pensamentos — encontraremos sempre a solução através da negociação.

Estou certo de que se agirmos assim poderemos cumprir com o nosso dever e honrar a dignidade do povo desta cidade, que tanto tem lutado para superar a pobreza e a miséria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ — (PSC. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar consignado nos Anais desta Casa, como minhas primeiras palavras, um profundo agradecimento a todos os que consagraram o meu nome nas urnas em 3 de outubro último.

Em especial, dirijo-me aos companheiros e companheiras que, em luta difícil, sem medir esforços e numa época em que não tínhamos certeza da vitória, enfrentaram todos os medos, todas as apreensões e descargas, e partiram em defesa do meu nome, lutando, convencendo, levando avante o propósito da vitória.

Sou hoje Deputado Distrital por toda Brasília, e é para essa Brasília, íntegra e completa, que trabalharei no máximo das minhas forças.

No entanto, não posso esquecer, e conservo vivos na memória e no coração, o empenho, a dedicação e o carinho especial com que as classes menos favorecidas da sociedade receberam e apoiaram o meu nome. Muitos, cuja fisionomia de necessidade e cansaço guardo com nitidez, foram esteio e ponto de apoio importantes no início, desenvolvimento e fim do embate das eleições.

Fica, assim, expresso aqui, de maneira clara e inofensível, este sincero agradecimento. Se não o fizesse agora, tenho certeza de que o desempenho do meu mandato não seria tão claro e puro como desejo que seja, pois teria a tísna-lo uma falta com o meu próprio povo.

Acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, aqui nesta Câmara Legislativa, inicia-se para mim um longo caminho, que quero trilhar bem, com fortaleza

de ânimo, transparência e limpeza de atitudes. E, estou convicto, na atividade parlamentar que se mostra a profundidade e a inteireza do homem público, sua verdadeira vocação, seu desejo concreto e verdadeiro de servir ao povo.

E espero, mercê de Deus, que não me faltem saúde, inteligência e acuidade política suficientes para fazer de mim um defensor do povo, sem orgulho ou pretensões vãs de qualquer espécie.

Coloco-me, assim, à disposição do povo, a mim e ao meu Gabinete, para servi-lo no que estiver ao meu alcance e guardarei comigo, sempre e sempre, a preocupação maior do amor por esta cidade, onde vivo desde o meu nascimento e que quero ver progressista, sem os problemas sociais de difícil

solução que ainda hoje a abalam e a desfiguram.

Quero deixar um agradecimento especial aos colegas que sufragaram meu nome como Vice-Presidente desta Casa. Agradeço a todos e espero que esta Mesa seja o reflexo da seriedade de todos os 24 Deputados Distritais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Antes de encerrar a presente sessão, queria convocar os membros da Mesa para a reunião de amanhã, às 9 horas, e aos demais Deputados para a nossa primeira sessão extraordinária que será realizada no dia 4 de janeiro, sexta-feira, às 10 horas, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)

S U M Á R I O

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1-Ata da 1ª Sessão Extraordinária, 04 de janeiro de 1991.

1.1-Abertura

1.2-Ordem do Dia

Discussão das primeiras providências administrativas adota-

das pela Diretoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do previsto no art. 70 da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal.

1.3-Encerramento

Ata da 1ª Sessão **EXTRAORDINÁRIA**, em 4 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, da 1ª Legislatura

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) **SALVIANO GUIMARÃES**

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) **PEDRO CELSO**

Às 10 horas e 00 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| — Deputado Agnelo Queiroz (PC do B) | — Deputado José Edmar (PTR) |
| — Deputado Aroldo Satake (PDS) | — Deputado José Ornellas (PL) |
| — Deputado Benício Tavares (PDT) | — Deputada Lúcia Carvalho (PT) |
| — Deputado Carlos Alberto (PCB) | — Deputado Manoel Andrade (PTR) |
| — Deputado Cláudio Monteiro (PRP) | — Deputada Mª de Lourdes (PSDB) |
| — Deputado Edimar Pireneus (PDT) | — Deputado Maurílio Silva (PTR) |
| — Deputado Eurípedes Camargo (PT) | — Deputado Pedro Celso (PT) |
| — Deputado Fernando Naves (PDC) | — Deputado Peniel Pacheco (PST) |
| — Deputado Geraldo Magela (PT) | — Deputada Rose Mary Miranda (PTR) |
| — Deputado Gilson Araújo (PTR) | — Deputado Salviano Guimarães (PFL) |
| — Deputado Padre Jonas (PDT) | — Deputado Tadeu Roriz (PSC) |
| — Deputado Jorge Cauhy (PL) | — Deputado Wasny de Roure (PT) |

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 4.1.91

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a primeira sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Presidência lembra que a presente sessão foi convocada para ciência das primeiras providências administrativas adotadas pela Mesa Diretora e, em especial, do previsto no artº 7º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal, ou seja, horário de realização das sessões ordinárias da Casa.

Dispõe o artº 11 daquela Resolução:

“Além das disposições desta Resolução, e até que a Câmara Legislativa fixe disposições próprias que possibilitem o normal funcionamento, a Mesa Diretora, ouvido o Plenário, poderá aplicar, no que couber, as normas estabelecidas na Resolução 157, de 1988, do Senado Federal, e em seu Regimento Interno”.

A Presidência consulta o Plenário se há alguma objeção à adoção da medida. (Pausa). Não havendo objeção, serão observadas, preliminarmente, pela Casa, as normas estabelecidas no Regimento Interno e nas Resoluções nºs. 157, de 1988, e 49, de 1990, do Senado Federal.

Os casos regulares serão resolvidos pela Presidência, ouvido o Plenário.

Passamos a dar outras informações, sobre atos administrativos.

A Mesa, obedecendo o disposto na Resolução nº 49/90, artº 7º resolve fixar o horário e dias das reuniões ordinárias: de segunda a quinta-feira, das 14h30 às 18h30, e nas sextas-feiras, das 9h às 13h.

Atendendo à solicitação de alguns Srs. Deputados, a Mesa passa a permitir o credenciamento para entrada em plenário de uma pessoa por parlamentar, durante as sessões ordinárias. Fica estabelecido, porém, que essa pessoa só poderá entrar em plenário para prestar informações ao deputado que as solicitar, devendo sair em seguida; não pode, portanto, permanecer em plenário.

SR. JORGE CAUHY — Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma proposta

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicitamos aos Srs. Deputados que aguardem, pois ainda estamos prestando informações sobre o processo parlamentar. Há outros parlamentares, como por exemplo o Deputado José Ornellas, que gostariam de prestar informações ao Plenário.

Concedo a palavra ao nobre deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, demais membros da Mesa, colegas Deputados, senhoras e senhores, temos a tarefa de, como 3º Secretário, cuidar da parte legislativa. Procuramos, nos dias que antecede-

ram a nossa posse, obter as primeiras informações sobre essa tarefa.

Com a proposta da Presidência, aprovado o dispositivo do artº 11 da Resolução nº 49, o que se refere à Resolução nº 157 e ao Regimento Interno, fica criado o processo legislativo, que permite a tramitação necessária às matérias em nossa Casa.

Em face disso, a partir de agora criaremos o Protocolo Legislativo, com o que se dará às proposições a respectiva numeração, a fim de que sejam apreciadas em plenário.

Mantivemos contato com os companheiros da Comissão do Distrito Federal. Inclusive, vários de seus membros estão aqui, hoje, nos ajudando nos trabalhos desta sessão. Também aqui estão os companheiros da segurança, aos quais daqui dirijo nossos agradecimentos pelo brilhante trabalho que vêm realizando, especificamente à Comissão do Distrito Federal, pois aqui já temos esse pessoal que irá colaborar dentro das suas funções, nas atividades legislativas desta Casa. Estão faltando apenas as requisições que se fizerem necessárias às suas Casas de origem. Devo ressaltar que alguns são funcionários do GDF.

Acredito que no prazo de mais alguns dias, já estará em pleno funcionamento a Secretaria Legislativa.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos colegas que votaram em mim para ocupar a 3ª Secretaria

ria, e espero poder cumprir minha missão da melhor forma possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Dando continuidade aos informes, passo a palavra ao nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. sem revisão do orador). — Sr. Presidente, porque me coube a 2ª Secretária, ontem estive no GDF, para me informar a respeito do Orçamento.

Como ainda não existia a Câmara Legislativa, para implantá-la, em 1991, a Secretaria de Planejamento do GDF abriu a Rubrica nº 4.130, que é geral, com o valor de Cr\$ 5.600.300.000,00. Caberá a nós, agora, o detalhamento dessa verba, para o que já começamos a nos movimentar, a fim de que possamos, pelo menos dentro de uns dez dias, no máximo, tê-lo realizado. Esse detalhamento vai ser feito sob a coordenação da 2ª Secretária, mas com a cooperação da 1ª e da 3ª Secretárias, especialmente da 1ª, porque a ela compete cuidar do orçamento de pessoal.

Existe, ainda, outra rubrica, aberta sob nº 4.110 — Obras — com o valor de somente Cr\$ 560.000.000,00. Trata-se de uma técnica de orçamento. Como não se sabe o que se vai gastar com a nova sede, através dessa técnica de orçamento tem-se de abrir uma rubrica. Depois de detalharmos a propósito da obra da nova sede, teremos de aprovar uma verba especial para esse fim.

Quanto aos recursos de 1990, fico devendo explicações a V. Exas., porque ontem não tive condições de, com a Secretaria de Administração e Desenvolvimento Urbano, descer a detalhes para saber o que temos, ainda, da verba do ano passado e de saber qual a possibilidade de adquirirmos os materiais que estão faltando. Se bem que estou informado, e hoje vou melhor me esclarecer sobre este assunto, de que há várias máquinas e troncos de telefones que estão faltando e que já estão sendo adquiridos. Falta, apenas, terminar o processo de licitação. Alguns materiais até estão sendo fornecidos.

Peço aos companheiros que tenham um pouco de paciência. Espero que até o fim da próxima semana, no máximo, o problema desse material, importante para o nosso funcionamento, esteja resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Ainda continuando os informes, passo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, estamos trabalhando, tentando viabilizar o concurso público, porque temos um prazo de cinco meses para realizá-lo, e a comunidade o está esperando com muita ansiedade.

Também já estamos trabalhando no sentido de estruturar não só a 1ª Secretária, mas todas as outras.

A Mesa está aprofundando a discussão quanto à requisição de pessoal, bem como a propósito da composição dos gabinetes, da Secretaria, enfim, da estruturação da Casa.

Era esse o relato que desejava fazer, para dizer que estamos trabalhando para isso.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — **Feitos os informes**, a Presidência concederá a palavra aos deputados que dela desejarem fazer uso, pelo prazo de cinco minutos.

Vamos abrir as inscrições.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos receberam um expediente, ou a grande maioria o recebeu, da direção da Central Única dos Trabalhadores, que representa mais de quinze sindicatos da nossa cidade, que por sua vez representa milhares de

trabalhadores, pedindo a nossa intervenção, solicitando que funcionemos como uma espécie de mediadores e também que formulemos proposições no sentido de que as reivindicações dos operários ligados ao GDF, sejam atendidas pelo Governo do Distrito Federal, enfim, para que ajudemos a encontrar soluções nesse sentido.

É bom dizer que esse setor representa milhares de trabalhadores que trazem não só as suas reivindicações, do ponto de vista da sua corporação, mas também propostas para solução de problemas de todas as outras áreas, como, por exemplo, de saúde, educação etc.

Portanto, que cada parlamentar saiba da importância que têm essas colocações e que não se permita que esta situação se radicalize de um lado ou de outro; que nós, enquanto Deputados eleitos pela população do Distrito Federal, saibamos dar a devida importância a esta questão.

Os trabalhadores estão na sua data-base, entregaram a pauta ao governador Wanderley Vailin, bem como ao atual Secretário do Trabalho, e até agora não obtiveram resposta. Vão entregá-la também ao Governador Joaquim Roriz — e a nós também forneceram — solicitando nossa intervenção.

Peço a cada colega Deputado compreensão e colaboração nesse sentido.

Há pouco tempo, ocorreram lamentáveis incidentes entre as Polícias Civil e Militar. Não desejamos que casos desse tipo, ou semelhantes, aconteçam novamente na nossa cidade. Não estou dizendo que vão acontecer. Mas esta é a data-base da categoria.

Eles trazem algumas reivindicações, como reposição das perdas salariais, que, pelo DIEESE, já ultrapassam a casa dos 400%; unificação da data-base; e verificação, por nós, da questão do Regime Jurídico Único.

Peço a cada colega que verifique com muito cuidado essas questões, para que possamos atender aos profissionais da saúde e ajudar na solução dos seus problemas, na educação e em outras áreas afins, bem como para que se consiga melhorar esses serviços, porque neles estão envolvidas milhares e milhares de pessoas que dependem do atendimento nesses setores.

Era este registro que queríamos fazer, pedindo solução para o problema exposto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Deputados, durante quinze anos da minha vida levei à população de Brasília as mais variadas notícias e informações. Durante quinze anos da minha vida sofri, como os colegas que ali estão, na área reservada à imprensa, inúmeras discriminações. Trabalhei em lugares apertados. Cobríamos muitas festas, e ficávamos, na maioria das vezes, fora delas, porque os diretores é que, neias, gozavam da beleza e da riqueza.

Não vai ser agora, Sr. Presidente, quando estou participando desta Casa, histórica para Brasília, que vou permitir que meus companheiros de imprensa fiquem relegados a um curral, sem condições de trabalho.

Portanto, peço ao Sr. Presidente, e aos demais membros da Mesa, que colaborem com os companheiros da imprensa, facilitando o acesso e o seu trabalho nesta Casa.

Seria necessário que colocássemos gradis rodeando a área reservada aos Deputados, para facilitar o acesso dos repórteres, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu, talvez melhor do que qualquer um de V. Exas, sei como é difícil o trabalho da imprensa, que tem a

missão muito importante de transmitir a esta cidade informação correta, uma imagem bonita, uma fotografia bem-feita.

Portanto, deixo aqui registrado este meu pedido. Espero que a Presidência não o esqueça e imediatamente facilite o trabalho dos companheiros da imprensa.

Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa parte a que se refere a nobre Deputada Rose Mary já está sendo providenciada.

Peço à imprensa que tenha paciência, porque as coisas não estão fáceis, temos dificuldades. Mas tudo isso vai ser feito. A reivindicação da imprensa vai ser atendida. A sala vai ter máquinas de escrever, mesas, tudo exatamente como a imprensa está solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, companheiros de plenário, creio que esta Casa está registrando as suas primeiras manifestações, e é importante que assim nos acostumemos, porque de agora em diante o Distrito Federal terá um foro democrático para poder se manifestar, sobretudo para ser ouvida a voz dos trabalhadores.

É importante lembrar aos companheiros que aderiram a esta Casa que ela é a antiga Embrater.

Temos um compromisso de luta com os companheiros da Embrater, que tentaram desesperadamente segurar a empresa, que constituiu um dos maiores patrimônios históricos deste País, na atividade de sustentação e de apoio ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo aos pequenos e aos médios agricultores, uma vez que as empresas de assistência técnica de extensão rural da iniciativa privada nunca privilegiaram os pequenos e os médios rurícolas.

Hoje temos a oportunidade de ocupar este edifício, que representa a história acumulada durante anos. Inclusive, o plenário desta Casa está instalado exatamente onde funcionava a biblioteca da Embrater.

Sr. Presidente e companheiros de plenário, aproveito a oportunidade para registrar o nosso repúdio à política do Governo Collor de extinguir a Empresa Brasileira de Extensão Rural e outras empresas públicas nacionais, como também estatais, que estão na mira para serem extintas.

Concluindo minha intervenção neste primeiro momento, gostaria de deixar registrado — e acredito que o faço em nome dos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores, quicá de outros partidos — o nosso repúdio à política de dismantelamento do Governo Collor. A nossa manifestação de repúdio à sua irresponsabilidade para com o povo brasileiro, portanto para com a sociedade brasileira.

Mais tarde, nas futuras gerações — e eu diria a partir do próximo ano — quando teremos de importar alimentos, neste país, lembraremos de quanto custou, e está custando caro para a sociedade brasileira, a ausência de empresas como a Embrater.

Portanto, deixo nosso registro de repúdio à política de um governo que não tem como meta prioritária apoiar o processo de produção agrícola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos estamos conscientes das nossas responsabilidades, enquanto Deputados eleitos para ocupar a primeira legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Somos não apenas deputados, mas temos também o dever de desempenhar o papel de

vereadores, uma vez que a autonomia política do Distrito Federal ainda não foi plenamente conquistada.

Preocupa-me notícia veiculada na imprensa, semana passada segundo a qual a cidade do Guará ainda não terá verbas necessárias à construção de seu hospital, reivindicação há muitos anos feita junto ao Governo.

Sabemos da prioridade que deve ter a assistência à saúde das comunidades mais carentes do Distrito Federal. Comprendemos que é importante o Governo atender àquelas faixas mais desassistidas da sociedade e entendemos que não é menos importante priorizar o atendimento às regiões dos assentamentos, as menos favorecidas da população.

Entendemos, contudo, que a comunidade do Guará é também constituída de cidadãos que merecem dignidade, e a nossa cidade precisa de um hospital.

Fazemos, portanto, um apelo público ao Sr. Governador do Distrito Federal e também ao nosso Secretário da Saúde, Dr. Jofran Frejat, no sentido de que se abra espaço e oportunidade para que a comunidade do Guará tenha esta justa reivindicação atendida, porquanto existem também no Guará alguns núcleos de assentamentos com populações de baixa renda, que não dispõem de transporte coletivo nem de condução própria para buscar nos hospitais do Plano Piloto, e das regiões mais elitizadas de Brasília, um atendimento adequado ao acompanhamento da saúde.

Sem saúde, o Guará é uma cidade precária, é uma cidade que não tem aquilo que requer.

Portanto, usando desta tribuna, que vai ser a caixa de ressonância da vontade popular, conclamamos as autoridades constituídas para que incluam no orçamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal verbas para construção do hospital daquela cidade-satélite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista que estamos numa fase essencialmente de estruturação da nossa Casa, e de algumas atividades básicas, entendo que deva haver um projeto integrado de estruturação da Câmara Legislativa.

Não creio que seria boa norma, bom princípio, pensarmos que a estruturação devesse ser desenvolvida autonomamente pelos três secretários. Acho que devemos pensar, repito, num projeto integrado.

Portanto, proponho, para ser aprovada hoje por este Plenário, a formação de uma comissão para elaborar o projeto de estruturação da Casa.

Não estou propondo os nomes porque penso que deveríamos conversar um pouco sobre isso.

Haveria uma comissão para elaborar o anteprojeto do Regimento Interno da Casa e outra para redigir o anteprojeto do Regimento da Constituinte, que apreciará a Lei Orgânica.

Sei que vários companheiros já tomaram iniciativas visando ao Regimento Interno e ao Regimento da Constituinte. Com a utilização desses trabalhos, esses companheiros poderiam ser membros dessas comissões, que, no máximo, seriam constituídas por três Deputados. Seriam três comissões, cada uma com três pessoas.

O prazo para elaboração desses três trabalhos, acredito, poderia ser estabelecido em aproximadamente duas semanas. Minha proposta básica, fundamental, é no sentido de que sejam formadas essas comissões.

Eu me somo também às colocações do companheiro Wasny, quando protesta com relação à extin-

ção de empresas públicas que têm servido ao povo brasileiro, basicamente contra a extinção da Embraer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Deputados Distritais que compõem o Plenário, eu gostaria que a Mesa se manifestasse de público sobre este assunto e levasse ao conhecimento do Governo do Distrito Federal a nossa preocupação com relação às cidades-satélites, particularmente a nossa Ceilândia.

Ceilândia é uma cidade discriminada. Seus moradores ao chegarem a outros locais, são colocados como se fossem marginais. Nosso pessoal é tido como se fosse um apêndice indesejável no Distrito Federal.

Teremos que reverter, que mudar esse pensamento, que fazer com que essas pessoas sejam reconhecidas como seres humanos, que vieram para o Distrito Federal a fim de auxiliar, de ajudar na construção de Brasília. Elas também participaram da eleição de todos que estão aqui.

Precisamos valorizar nossos pessoal de Ceilândia, porque não é possível que nossos filhos, ao saírem de lá, venham para o Plano Piloto e sejam discriminados.

Precisamos dar maior atenção às cidades-satélites, onde as pessoas são tidas como se não fizessem parte do Distrito Federal, que para cá não vieram nem aqui trabalham para o engrandecimento do DF.

Quero também fazer um pedido ao nosso Presidente.

Sabemos que, após as eleições, passamos a nos reunir na Câmara dos Deputados e, às vezes, na Comissão do Distrito Federal. Temos conhecimento de que todas as reuniões foram gravadas e que dali poderão ser extraídos textos a serem remetidos a todos os Deputados Distritais, para que possamos conhecer o que ficou registrado e, dentro daquilo que ficou estabelecido, possamos dar andamento, prosseguimento às nossas discussões aqui. Trata-se de textos que terão de ser adaptados, sustentados de acordo com o que ficou estabelecido nas reuniões, que foram formais, mas com o propósito significativo de levar a sério o que se discutiu.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que peça a remessa não só das fitas, como também dos textos, para nos serem distribuídos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PRT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aventada, aqui, a questão da qualidade de vida da população do Distrito Federal, principalmente das cidades-satélites, da periferia.

Quero manifestar, de público, que é preocupação de todos nós buscar a melhoria, com transformações sociais, da qualidade de vida da população do DF. Mas quero também adiantar que tenho absoluta certeza de que o governo Joaquim Roriz será de transformação social em todo o Distrito Federal, porque há sensibilidade do governador e do governo como um todo. S. Exa. governa de frente para o povo, buscando aquilo que o povo exige e quer. Há uma proposta pública de campanha registrada em cartório, com detalhamento geral de tudo aquilo que a sociedade pediu e manifestou de público.

Quero garantir que este governo, que ora se instala, vai trazer tranquilidade e sossego, vai ser um Governo de paz e prosperidade.

Portanto, podem ficar tranquilos, pois as cidades-satélites, principalmente Samambaia, onde há um conglomerado de mais de cinquenta favelas, serão

contempladas nos níveis de exigência e de urgência de que a população precisa. Todas as cidades-satélites serão contempladas com o progresso, a paz, a prosperidade, a transformação social, porque o governo Joaquim Roriz é de proposta, é sério, é de participação, o que ainda não se viu durante trinta anos, desde 1960, aqui no Distrito Federal.

Neste plenário, quero deixar uma palavra de fé, no sentido de que se dê um tempo mínimo para que essas manifestações de progresso comecem a tomar corpo aqui no Distrito Federal. E que nós, da Câmara Legislativa, procuremos nos integrar a encaminhar ao governador projetos aqui elaborados, para que S. Exa. possa tomar conhecimento daquilo que está fora do detalhamento do seu governo e que deve buscar para o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra, o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui, em primeira mão e para ficar consignado nos Anais desta Casa, quero registrar o lamentável assassinato de um motorista de táxi, ocorrido no dia 30 de dezembro de 1990.

Esse assassinato, como outros tantos verificados no ano passado, deu uma prova inequívoca de que o aparelho policial de Brasília precisa ser repensado.

Tivemos informações de que o motorista José Osmar Clementino, o TX-4032, ainda tentou, ao verificar a aproximação de uma viatura policial, buscar socorro, e foi abatido exatamente quando dela se aproximou.

Os policiais tiveram a grandeza de prestar socorro, mas não perseguiram o marginal, que correu sorrateiramente, portanto sem ser perseguido.

A questão da segurança pública de Brasília é séria e tem que ser repensada.

Registro, também, que durante minha vida de motorista de táxi, com mais de quinze anos de atividade, esse foi o ano mais violento que a categoria presenciou.

Daqui, peço às corporações da Polícia Civil e da Polícia Militar que procurem desempenhar suas atividades com amor ao próximo, defendendo os trabalhadores.

Queremos ver essas polícias, as gloriosas Polícias Militar e Civil, desempenharem seus serviços de tal modo que a população passe a ter fé e esperança numa garantia de segurança permanente.

Sr. Presidente, ao aliar-me aos companheiros que me antecederam na tribuna, desejo também dizer que o governo Joaquim Roriz, que agora se instala, tem cinquenta propostas registradas em cartório, conforme reafirmou.

Acredito que este governo, sábio, preocupado com as causas sociais, com certeza fará com que Brasília tenha, doravante, uma administração competente, eficiente, que atenderá às grandes aspirações do povo. Creio que, inclusive, a segurança pública, à frente do Coronel Brochado, vai ser reestruturada e que Brasília terá, assim, tranquilidade.

Companheiro Fernando Naves, concedo o aparte a V. Exa.

O SR. FERNANDO NAVES - V. Exa. acabou de falar sobre o assassinato do motorista de táxi e na inércia da polícia, que não perseguiu o criminoso. O que não é sabido pela comunidade é que tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil não dispõem de equipamentos nem de armamentos sequer para poderem executar a sua missão. Essas polícias existem no papel, mas na verdade não dispõem de material. Os policiais sequer dispõem de folga para poderem atender a suas famílias. Os policiais não dispõem de folga para descanso, a fim de que, na hora em que for necessário, possam atuar prontamente. A polícia

está reconhecida de direito pela União, mas não por nós, do Distrito Federal, porque não podemos interferir na sua organização. As polícias, hoje não são reconhecidas pelos cidadãos como integrantes da sociedade. As mães, ao verem seus filhos não querendo atendê-las, dizem assim: "Faça, porque senão eu vou chamar a polícia". A polícia está precisando ser reconhecida por todos. Está sendo necessário a polícia ser reconhecida não pelos coronéis e delegados que dirigem a segurança pública mas sim, pelos soldados e agentes, que são os elementos de frente, são os elementos que estão frente a frente com o marginal, são os elementos que estão arriscando suas vidas, são os elementos que dobram serviço para satisfazer a interesses particulares de pessoas que os dirigem, que comandam as polícias. Nosso pessoal está pronto, mas infelizmente não pode jogar sua vida contra o "38" de um marginal, que nada tem a perder. Infelizmente, tenho a lamentar que o pessoal não tenha perseguido o criminoso. Mas não dispõe de recursos. Gostaria de pedir o apoio de V. Exa. para revertermos toda essa situação. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Sr. Presidente, quis mostrar uma situação de fato, e pedi que houvesse uma reestruturação na polícia. O colega disse que falta material, equipamentos, viaturas. Eu realmente disse que precisaríamos, e precisamos, de uma reestruturação na polícia. Mas necessitamos amor de todo o servidor público. Precisamos de amor. Que todo o funcionário público tenha amor pela missão, porque a população está a cobrar e muitas vezes, o responsabilizado é o governante, só ele, mas aquele que executa não o é.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra, o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, nobres colegas, queria fazer um pedido.

O Núcleo Bandeirante, cidade-mãe onde tudo começou, há longos anos tem falta de assistência médica adequada.

Com muita insistência nossa, foi criado um posto de emergência para atendimentos emergenciais, mas funciona precariamente. Não há medicamentos, não há médicos, nada. Porém, o que mais precisamos, no Núcleo Bandeirante, é de um hospital. Que sejam tomadas imediatas providências para a construção de um hospital.

Para V. Exas. terem uma idéia, Sr. Presidente e nobres colegas, quando uma pessoa adoecer, à noite, sem recursos, não há atendimento no posto médico porque não existe assistência médica adequada. O doente não tem dinheiro para pagar um táxi, e os ônibus param a certa hora. Então, o que resta lá, é esperar pela sorte e pela misericórdia divina.

Peço, Sr. Presidente, que imediatamente haja deliberação do Governo do Distrito Federal, do Secretário da Saúde, no sentido da construção de um hospital no Núcleo Bandeirante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Companheiros da Mesa, companheiros do Plenário, público presente, gostaria que nestes quatro anos todos trabalhássemos para dar a Brasília tudo aquilo que ela precisa e merece e que isso transcendesse as nossas diferenças ideológicas. Acho que, no primeiro dia, já demos uma demonstração dessa nossa qualidade.

Parabenizo todos aqueles que contribuíram para que tenhamos uma Mesa que represente as visões políticas existentes em Brasília.

Peço, por outro lado, que não usemos muito do nosso espaço, aqui, para continuar em campanha.

Acho que há muitas questões para discutir e votar. É preciso, portanto, evitarmos a dispersão, inclusive

do Plenário, sermos um pouco mais objetivos. Isto, eu pediria a todos.

Comunico à Mesa, Sr. Presidente, que encaminharei requerimento e já discuti o assunto com uma boa parcela de Deputados a propósito da retirada divisória que não nos interessa, que separa os parlamentares do público que nos assiste. Então, vamos formalizar o pedido de retirada dos vidros que nos separam, porque não temos medo do contato e nem da manifestação da população que, com certeza, aqui virá. Tenho convicção de que esta também não é uma reivindicação só da minha bancada, mas da maioria dos parlamentares com os quais entrei em contato.

Portanto, gostaria, além de apoiar a Deputada Rose Mary Araújo, que se referiu à área reservada aos jornalistas, de que também pensemos em evitar essa falta de contato com os nossos companheiros trabalhadores, com a população em geral, que vem assistir aos nossos trabalhos.

Vou encaminhar requerimento à Mesa com esse objetivo. Acho que é esse o procedimento. Consulto, inclusive, a Mesa, neste momento, se deve ser este o procedimento: um requerimento à Mesa, para que ela o encaminhe administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está correto.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, solicito ao Deputado Carlos Alberto o encaminhamento formal da proposição a que se referiu, para que a Mesa Diretora da Câmara possa examinar a matéria e encaminhar à decisão do Plenário, na primeira reunião ordinária desta Casa.

Lembro aos Srs. Deputados que a nossa primeira reunião ordinária será realizada na segunda-feira, dia 7 do corrente, das 14h30 às 18h30.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta primeira sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

S U M Á R I O

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, em 07 de Janeiro de 1991

1.1. Abertura

1.2 Pequeno Expediente

1.2.1 Comunicados da Mesa

— Ofício da Deputada Lúcia Carvalho, que “Solicita Providências no sentido de aproximar o plenário das galerias”.

— Projeto de Resolução nº 001/91, que estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências”

— Mensagem nº 001/91, do Sr. Governador do Distrito Federal que “Encaminha projeto de lei que promove o desenvolvimento integrado da Região do Entorno”

— Projeto de Lei nº 001/91, que “Cria a Secretaria de Articulação para desenvolvimento do Entorno e dá outras providências”.

1.2.2. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado José Edmar (PTR)

— Apresentação e comentários de 3 (três) Projetos de lei que visam a solução do problema dos inquilinos de baixa renda do Distrito Federal.

Deputado Peniel Pacheco (PST)

— Considerações acerca de solicitação de parlamentar da Casa sobre o encerramento do sistema de voto secreto.

— Referências à matéria publicada pela imprensa local com denúncia sobre a existência de um possível “trem da alegria”, na Câmara Legislativa do DF.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

— Referências a diversos assuntos pertinentes ao funcionamento da Casa.

— Considerações sobre a contratação de funcionários para o quadro permanente da Câmara através de concurso público.

Deputado Wasny de Roure (PT)

— Solicitação à Mesa de cobrança junto ao Tribunal de Contas do DF, de resposta ao telex enviado pelo parlamentar sobre esclarecimento quanto à reeleição do Presidente e Vice-Presidente do referido Tribunal.

Deputado Eurípedes Camargo (PT)

— Referência à denúncia apresentada pelo Sindicato dos Empregados e Entidades Assistenciais (SENALBA), sobre a privatização dos serviços públicos funerários do Distrito Federal, com favorecimento de grupos de empresários do Distrito Federal. Apelo ao governo do DF para apuração das circunstâncias que envolvem a matéria.

Deputado Tadeu Roriz (PSC)

— Parabenização à iniciativa do governo do DF, pelo envio de mensagem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando a Secretaria de Articulação do Entorno.

Deputado Geraldo Magela (PT)

— Esclarecimento sobre a responsabilidade pelas informações divulgadas pela imprensa local (Jornal do Comércio e Correio Braziliense) sobre denúncias de possíveis contratações de funcionários para o quadro permanente da Casa, sem concurso público.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

— Solicitação de providências para solução do estado precário em que se encontram as ruas da Candangolândia.

— Proposição do retorno do Museu do Índio a suas antigas e verdadeiras finalidades.

Deputado Pedro Celso (PT)

— Defesa ao livre provimento para os cargos dos gabinetes dos deputados e lideranças e alerta a esse tipo de nomeação em outros setores da Casa.

— Apresentação de projeto de resolução à Mesa que modifica o Art. 2º da Resolução nº 48 (apoio à reivindicação de participação do 1º Secretário nas Comissões).

1.3. ENCERRAMENTO

Ata da 1ª Sessão Ordinária, em 07 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente (s): Sr (s). Deputado (s) Salviano Guimarães e Tadeu Roriz.

Secretário (s): Sr (s). Deputado (s) Pedro Celso e José Ornellas.

Às 15 horas e 25 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Deputado Aroldo Satake (PDS)
- Deputado Benício Tavares (PDT)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro (PRP)
- Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)
- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)

- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Deputada Mª de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães (PFL)
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido os Srs. 1º e 2º Secretários a tomarem assento à mesa.

(Pausa).

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A presidência lembra que a presente sessão foi convocada de acordo com a decisão tomada pelo Plenário na última reunião extraordinária, realizada em 4 do corrente mês.

Fica dispensada a leitura da Ata, em virtude de ainda não haver sido confeccionada, em conformidade com as notas taquigráficas.

Srs. Deputados, de acordo com o art. 11 da Resolução nº 49/90, a Mesa Diretora propõe a aprovação pelo Plenário das seguintes normas disciplinadoras dos trabalhos: as sessões de segundas e sextas-feiras serão consideradas de debates, divididas em duas partes: Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente terá duração de 60 minutos, podendo ser aberto com o *quorum* mínimo de 1/4 dos Deputados. O Pequeno Expediente será dividido em duas partes: a primeira parte com 30 minutos, obedecendo à seguinte ordem:

— Leitura da Ata;

— Comunicações enviadas à Mesa;

— Petições e documentos recebidos pela Secretaria e pelo Presidente e de interesse do Plenário.

Segunda parte, também com 30 minutos: discursos, sem apartes, de 5 minutos por orador.

Para efeito desses discursos, os Srs. Deputados poderão fazer a inscrição em livro próprio, e será obedecida rigorosamente a ordem de inscrição.

Segunda parte da sessão de debates: Grande Expediente, com três horas de duração, destinado aos oradores inscritos, com o tempo máximo de 20 minutos por orador, com direito a aparte.

Às terças, quartas e quintas-feiras, entre o Pequeno e o Grande Expediente, com duração de duas horas, entrará a Ordem do Dia, com discussão e deliberação de todas as proposições, havendo a necessidade prévia de se verificar a presença em plenário do *quorum* mínimo de 13 Deputados.

Gostaríamos de consultar os Srs. Deputados para saber se algum tem qualquer objeção à proposta. Queiram fazer o favor de manifestar-se.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Essa proposta chegará até nós por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sim. É uma proposta dos nossos trabalhos iniciais até que se aprove, em definitivo, o regimento da Casa, para que possamos, então, ter no regimento a ordenação dos trabalhos, depois, vamos dizer, desse período inicial em que faremos o ajustamento a partir de uma ordem de serviço, de uma ordem de entrada em discussão, conforme esta proposta.

O SR. FERNANDO NAVES — Seria possível que a Mesa providenciasse, antes da leitura, uma cópia de todas as propostas para que pudéssemos acompanhá-las?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Perfeitamente.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, pela ordem. Já que não temos cópia, solicito que seja lido de novo para que possamos anotar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Vou ler pausadamente a proposta. Nós teríamos nas segundas e sextas-feiras sessões de debates. Essas sessões serão divididas em duas partes: Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente, com duração de 60 minutos, será, por sua vez, dividido em duas partes de 30 minutos. Nos primeiros 30 minutos, proceder-se-á à leitura da Ata, comunicações enviadas à Mesa, petições e documentos recebidos pelo Presidente e Mesa e de

interesse do Plenário. Na segunda parte do Pequeno Expediente, com duração de 30 minutos, discursos, sem aparte, de 5 minutos por orador.

Os Srs. Deputados que desejarem fazer uso da palavra no Pequeno Expediente inscrever-se-ão em livro próprio, antes de iniciada a sessão, e será obedecida a ordem de inscrição. Essa ordem é sequencial. Se nós tivermos oito deputados inscritos no primeiro dia, falarão os seis primeiros, e no outro dia continuar-se-á com o sétimo, o oitavo, o nono, e assim sequencialmente.

O SR. WASNY DE ROURE — Quando ocorrem essas inscrições para as futuras reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A inscrição para fazer uso da palavra deverá ser feita até às 13h do dia da sessão.

O livro de inscrição ficará na Terceira Secretaria, que é a responsável pelos assuntos relativos ao processo legislativo.

A segunda parte, que é o Grande Expediente, terá duração de três horas destinadas aos oradores inscritos, da mesma maneira, em livro próprio para o Grande Expediente, podendo usar a palavra, no máximo, por 20 minutos, com direito a aparte.

Às terças, quartas e quintas-feiras, entre o Pequeno e o Grande Expediente, haverá a ordem do dia, com duas horas de duração, com discussão e deliberação de todas as proposições, havendo necessidade de um *quorum* mínimo de 13 deputados presentes no plenário.

Nas sessões de sexta-feira será permitida a inscrição até meia hora antes do início da sessão, porque elas são realizadas no período da manhã.

Consulta, então, se existe alguma objeção quanto à aprovação desta proposta.

(Pausa).

Não havendo objeção, está aprovada.

Há sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO Pedro Celso —

“Brasília, 04 de janeiro de 1991.

S. Exa. Sr. Deputado Salviano Guimarães Borges, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Eu, Deputada Lúcia Carvalho, PT, venho, através deste, requerer de V. Exa. a providência no sentido de modificar o isolamento que separa o plenário da galeria desta Casa.

Tal solicitação se faz necessária, uma vez que acreditamos que a participação do povo não dificultará nossos trabalhos.

Nestes termos, peço deferimento.

Deputada Lúcia Carvalho.

À Mesa para apreciar e tomar as medidas convenientes.

Em 07 de janeiro de 1990.

“— Projeto de Resolução nº 001/91.

Ementa: Estabelece a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

“Mensagem nº 001/91.

Ementa: Promover desenvolvimento integrado da região do entorno”.

“Projeto de lei nº 001/91.

Ementa: Cria a Secretaria de Articulação, para desenvolvimento do Entorno e dá outras providências”.

Os documentos serão distribuídos às comissões competentes para providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — De acordo com o regimento do Senado Federal, solicito aos Srs. Deputados representantes de partidos políticos ou blocos parlamentares que indiquem os respectivos líderes, para efeito de composição das comissões permanentes.

Diante da necessidade de urgência na formação

das comissões permanentes, daremos um prazo de 24 horas para a indicação dos líderes.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, pela ordem.

Queria um esclarecimento: já existe alguma norma para a formação de blocos? Como é que os blocos indicariam líderes, uma vez que esta Casa não aprovou nenhuma norma, ainda, a esse respeito? No que concerne aos partidos políticos, provavelmente isso poderá ser feito sem nenhuma norma, mas não no caso dos blocos partidários. Queria um esclarecimento, Sr. Presidente, para saber como nós, deputados distritais, vamos nos comportar a propósito deste assunto, uma vez que não existe norma aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Aprovamos que o Regimento Interno do Senado seria, vamos dizer, o nosso ponto de referência e regeria os nossos trabalhos. O título IV do Regimento do Senado dispõe.

“Dos blocos da Maioria, da Minoria e das Lideranças.

Artº 61. As representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar.

Parágrafo único. Somente será admitida a formação de bloco parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição”, no caso, da Câmara.

“O bloco parlamentar terá líder, a ser indicado dentre os líderes das representações partidárias que o compõem”.

Isso é combinado com o artº 11 da Resolução nº 49.

Como um décimo dos deputados constitui 2,4, entendemos que esse número deve ser arredondado para o mínimo de três deputados por bloco partidário ou partido político.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, temos três Comissões: de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça. No Regimento do Senado existem outras comissões. Vamos adotar essas três comissões ou o que estabelece o Regimento do Senado? Entendo que sejam as três comissões.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Deputada, por isto que é o Regimento do Senado combinado com a Resolução nº 49. Deveremos compor as três comissões previstas na resolução.

Estão abertas as inscrições para os deputados que quiserem fazer uso da palavra.

(Pausa.)

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Pequeno Expediente:

— José Edmar

— Peniel Pacheco

— Agnelo Queiroz

— Wasny de Roure

— Eurípedes Camargo

— Tadeu Roriz

— Geraldo Magela

— Jorge Cauhy

— Pedro Celso

A Presidência concede a palavra ao nobre Deputado José Edmar, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir um momento de atenção da V. Exªs., meus nobres colegas, para este pronunciamento, no qual procurarei retratar a todos um problema social dos mais relevantes e polêmicos do Distrito Federal e que juntos haveremos de solucionar ou pelo menos amenizar, em níveis suportáveis. Trata-se da questão dos inquilinos de baixa renda do Distrito Federal.

A cidade de Samambaia, quando foi concebida, era destinada às famílias da classe média baixa e às mais pobres residentes principalmente nas cidades-satélites, em barracos de fundo de quintal, verdadeiros cortiços em condições bem piores que as das senzalas do tempo da escravidão.

Ali não existem leis, muito menos ações de despejo. Se o inquilino atrasa um ou, no máximo, dois meses de aluguel, quando volta do trabalho, no início da noite, corre o risco de encontrar seus pertences jogados na rua e outras famílias já no seu barraco.

Moram nesses locais mães solteiras, serventes, bombeiros, biscateiros, empregadas domésticas, que deixam seus filhos à mercê da promiscuidade, sem as mínimas condições de higiene. Contam, apenas, com um chuveiro e um sanitário, para várias famílias.

São pessoas de bem, pais e mães de famílias que trabalham o dia todo e que merecem uma condição de vida mais digna.

Como disse, Samambaia foi destinada, inicialmente, para abrigar esse contingente da população; entretanto, durante a implantação dessa cidade-satélite, o Governo deu prioridade às invasões existentes principalmente no Plano Piloto. Ao agir assim, ele puxou o cobertor, que era curto, para cobrir a cabeça, e descobriu os pés.

O que agora vamos propor é um remendo forte e grosso para cobrir esses pés descalços e gelados.

Juntos vamos buscar uma solução digna para esses nossos irmãos e irmãs brasilienses. Estamos dando entrada, nesta Casa do povo, a três projetos que, na realidade, aparentam ser um só. São as seguintes as suas ementas: 1ª — “Reserva área a oeste do córrego Vicente Pires, às margens da Estrada-Parque Ceilândia (Estrutural), para fins de assentamento de famílias de baixa renda”; 2ª — “Reserva área a oeste do córrego Vicente Pires, às margens da Estrada-Parque Ceilândia (Estrutural), para famílias com renda de 5 a 15 salários mínimos”; 3ª — “Autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder outra área, ou mesmo desapropriar a atual ocupada pelo Jockey Clube de Brasília, localizada às margens da ferrovia, divisa com o conjunto habitacional “Lúcio Costa” — Guará I, para fins de expansão urbana, visando a propiciar habitação para famílias de classe média”.

Esclareço que esses três projetos, que na realidade compoem um único projeto, um único conglomerado humano, praticamente suprem o déficit habitacional existente em Brasília. Ele está desmembrado em três projetos, porque o primeiro está completamente desimpedido, podendo ser feito o assentamento de imediato. Quanto ao segundo, já existem na área algumas chácaras que foram, não se sabe como, pois não há clareza, retiradas pela Fundação Zoobotânica e cedidas a algumas pessoas que, sabe Deus lá como, já estão com elas demarcadas e usando-as. Teríamos de refazer, antes que tomem esse pedaço de chão, como tomaram do lado esquerdo da Estrutural de Taguatinga para Ceilândia. Relativamente ao terceiro, poderíamos ter problemas para conseguir, porque teríamos de desapropriar aquela área do Jockey Clube. Entendemos que se trata de um local que não é propício para a atividade que se propõe a desenvolver. Sugerimos, inclusive, no projeto, que seja cedida uma área em troca, ou seja, pagando-se por essa desapropriação, aqui na Granja do Torto, onde já existe área de agropecuária e que poderia interessar aos associados daquela entidade.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para esclarecer minha conduta ideológica nesta Casa.

Faço parte, como militante do Partido do Solidarismo Libertador, que integra o movimento de solidariedade internacional, que tem base na doutrina social cristã e que visa exatamente à libertação de

populações e até mesmo de países. Foi esse movimento que arreventou o muro de Berlim e levou a liberdade democrática ao Leste europeu. Precisamos agora derrubar o muro do capitalismo selvagem e libertar da condição de senzalas países que, como o Brasil, vivem presos à casa grande dos países credores.

Em nível nacional, devemos melhorar a distribuição de rendas. Para isto o País tem de crescer e acabar de vez com a inflação, a qual interessa apenas aos capitalistas cartelizados que têm como máxima “levar vantagem em tudo”.

Somente a força da doutrina social cristã, a doutrina da solidariedade humana, é que poderá derrubar este muro invisível e, por isto, muito mais difícil de combater, pois quase sempre aparece disfarçado de ovelha, escondendo suas garras de lobo.

O solidarismo visa, acima de tudo, à justiça social com liberdade. É na busca desses objetivos que pautarei minha atuação nesta Casa. Repito: liberdade com justiça social.

Dentro dessa concepção, quero pedir mais um minuto de atenção aos meus nobres colegas para falar sobre um problema que requer intervenção imediata desta Casa. Trata-se dos moradores da Vila São José, de Taguatinga, situada e sufocada pelas mansões concedidas de forma duvidosa, entre a Rodovia Estrutural e a Estrada-Parque de Taguatinga.

Esses moradores estão ali há mais de dez anos, alguns até há 20 anos, e agora, de forma humilhante estão sendo expulsos com a expansão das cercas das “chácaras” (entre aspas) desses privilegiados concessionários que com ninharias estão expulsando os verdadeiros donos daquele solo, chacareiros que há tempos vêm tirando daquelas terras o sustento de suas famílias.

Hoje, de um contingente de 585 famílias, restam apenas 57, é em nome dessas 57 famílias que, desta tribuna, faço um apelo ao Sr. Governador para que coloque em prática imediatamente, a decisão tomada quando visitou aquela Vila em 5 de outubro de 1989, cujo texto, publicado no D.O. do D.F. do dia seguinte, passo a ler, na parte onde consta aquela decisão do Sr. Governador. Peço ao Sr. Presidente que todo o texto faça parte deste meu pronunciamento.

Vila São José será assentada

A área da Vila São José, em Taguatinga, será totalmente dividida em chácaras e lotes menores para acolher os moradores mais antigos da localidade. Essa decisão do governador Joaquim Roriz, apoiada por representantes das 585 famílias cadastradas, durante encontro do governo com a comunidade da Vila, na manhã de ontem, após ouvidas lideranças com interesses conflitantes. No palanque, Roriz esteve acompanhado do vice-governador Wanderley Valim, secretários de Serviços Sociais, João Ribeiro, e da Comunicação Social, Renato Riella, além do administrador regional de Taguatinga, Walter Moura, do assessor Cícero Miranda e do senador que não merece ter seu nome citado nesta Casa.”

O Sr. Presidente (Sr. Saviano Guimarães) — Sr. deputado o tempo de V.Exa. terminou, e nós temos mais Deputados inscritos para fazer uso da palavra.

O Sr. José Edmar — Sr. Presidente, estou no final do meu discurso e, se V.Exa. permite, só lerei este texto.

“A propósito das ‘chácaras’ (entre aspas) onde foram construídas verdadeiras mansões de forma obscura, às margens da Estrutural, concedidas a uma casta privilegiada, comunico a esse Plenário que entrarei no decorrer da semana com requerimento propondo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, visando ao Artigo 37 da Constituição, porque tenho informações seguras de que essas

concessões não foram pautadas pelo princípio da moralidade e publicidade de que trata esse dispositivo da nossa Carta Magna”.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Srs. Deputados, a confecção dos Anais da Câmara Legislativa está a cargo do Serviço de Taquigrafia. Para que haja a máxima fidelidade na transcrição, a Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que, após efetuarem a leitura dos seus discursos ou publicações, entreguem a matéria lida à Coordenação do Registro Taquigráfico, que fará a posterior devolução. Solicitamos mais uma vez aos Srs. Deputados que obedeçam rigorosamente o tempo de 5 minutos.

Com a palavra Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST — sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, quando da eleição da Mesa Diretora desta Casa, um dos nobres pares assumo à tribuna para pedir que fosse definitivamente encerrado o sistema de voto secreto. Naquela oportunidade, S. Exa. alegou que o voto secreto poderia esconder decisões tomadas por determinado parlamentar, fingindo, assim, de um acordo, de uma determinação de blocos partidários.

Concordo com essa posição, pois acredito que essa Casa deva ser caracterizada pela transparência plena, e que todos os que foram eleitos, para aqui exercerem seu mandato, devem ter como objetivo mostrar à sociedade suas opiniões, suas convicções políticas, suas decisões partidárias.

Assustou-me, contudo, encontrar na imprensa local, no domingo passado, e também na grande imprensa, notícias sobre sérias acusações feitas por um Deputado. Esse Deputado, escondendo-se na garantia do sigilo da fonte, denunciava a existência de um “ítem da alegria” na Câmara Legislativa do Distrito Federal, trem esse que não existe, até onde entendo. É um trem fantasia, que há somente na cabeça do Deputado que fez tal denúncia.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que pessoas eleitas para manifestarem ao público posição transparente, cristalina, se escondam atrás do sigilo da imprensa que a lei assegura para fazer denúncias levanias, mentirosas, descabidas, com o fim de desmoralizar nosso Legislativo.

É inadmissível que alguém se esconda atrás desse expediente para mostrar coisas que não existem, lançando dúvidas que comprometem o bom desempenho desta Casa.

Sei que a Mesa já tomou as devidas providências que o caso requer, ao esclarecer publicamente que tais acusações não são procedentes. Concito a todos os nobres colegas, a que repudiem a atitude tomada por quem fez essa acusação e que denunciem o fato, quando tomarem conhecimento de que há pessoas que se estão mascarando para tentar denegrir a imagem do Legislativo local.

As penas já foram espalhadas, as notícias já foram veiculadas pelos jornais do Brasil e, perante a opinião pública, estamos sendo vistos como pessoas que estão querendo promover benesses, querendo beneficiar apaniguados, fazendo deste Legislativo um cabide de empregos.

Nada disso acontece e não acontecerá. Enquanto eu tiver voz, estarei denunciando neste plenário claramente, abertamente, qualquer atitude neste sentido, pois esta Casa tem de ser preservada desse tipo de coisa. Aqui não haverá contratações ilícitas, de pessoas, por parentesco ou relações de amizade.

Essas minhas palavras, solicito que fiquem consignadas nos Anais registrando, assim, meu repúdio a essa atitude, seja ela de quem for.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — (PC do B. Sem revisão do orador) — Tendo em vista as notícias que saíram nos jornais, ontem, fruto de discussão que aconteceu na Mesa da Câmara, gostaria de deixar minha posição em relação a isto.

Na sessão de hoje está prevista a discussão de diversos assuntos pertinentes ao funcionamento da Câmara Legislativa, que precisam ser decididos urgentemente. Dentre outros citamos: equipar gabinetes, contratar funcionários, garantir condições de trabalho para a imprensa. Gostaria, entretanto, de referir-me, especialmente, à contratação de funcionários, para que, desde já, fique bem explícita minha posição sobre o assunto.

Os cargos de gabinete são de livre provimento. Como em qualquer outra casa legislativa, o parlamentar precisa contratar pessoas de sua confiança para o trabalho mais direto do gabinete, para o trabalho específico do seu mandato e, particularmente agora, para os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica. Exatamente por isso, os funcionários destes cargos só os ocupam pelo tempo do mandato do parlamentar que os contratou. São os cargos de confiança.

Além destes cargos de gabinete, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há justificativa para a contratação de pessoas de confiança. Todos os demais funcionários vão exercer funções de interesse de todos os parlamentares.

A contratação de funcionários para os gabinetes, para a Mesa, que passariam a ser do quadro da Câmara, independente de concurso público, é uma afronta à população do Distrito Federal e aos próprios deputados distritais. Os gabinetes da Mesa Diretora da Câmara Legislativa não devem seguir uma orientação política específica. São gabinetes que precisam estar tecnicamente capacitados para atender aos seus deputados titulares, sejam eles de quaisquer tendências. A indicação política para estes cargos, na verdade, compromete a democracia e a transparência do processo legislativo. Ela só serve para criar estruturas internas de poder, como se pode constatar em diversas outras casas legislativas do País.

Depois de muita luta, os partidos progressistas e diversos setores organizados da sociedade conseguiram incluir na Constituição de 1988 a exigência do concurso público para qualquer contratação no serviço público. Não fosse a constitucionalidade do concurso público, a própria ética nos indica que a escolha pessoal, por critérios técnicos, de competência, é a melhor forma para a admissão no serviço público. É a melhor forma para que o clientelismo não persista como critério para a contratação de pessoal no serviço público.

Resalto, portanto, minha total oposição a qualquer contratação para o quadro permanente da Câmara Legislativa que não seja feita por concurso público. Os famosos "trens da alegria" em nada contribuem para o tratamento digno do Legislativo. No País inteiro existe uma grande desconfiança em relação aos políticos. Muito dessa desconfiança se baseia em fatos como estes, que desnudam discursos falsamente moralistas de campanha. Precisamos ter a mesma atitude tanto em cima do palanque como ao descermos dele.

Repudiamos, portanto, qualquer tentativa de contratação de funcionários para o quadro permanente da Câmara Legislativa que não seja sob a forma de concurso público. Para atender às necessidades dos trabalhos legislativos, até a realização do concurso público, sugerimos seguir a decisão da Resolução do Senado Federal, que permite a requisição de funcionários pelo prazo máximo de um ano. Se eles

pretenderem continuar trabalhando na Casa do Povo do Distrito Federal, terão de fazer concurso público, como qualquer outro cidadão.

Quero, apenas, aproveitar o que resta do meu tempo para encaminhar duas questões fundamentais: primeira, um Projeto de Resolução que está nas minhas mãos — infelizmente está manuscrito, porque não temos máquina de datilografia, mas quero encaminhá-lo assim mesmo à Mesa — e que se refere à constituição de uma comissão composta por cinco deputados, que fara a análise dos currículos para admissão dos funcionários que comporão o quadro provisório da Câmara Legislativa, até o concurso público. Esse é o conteúdo do Projeto.

Estamos apresentando, também, anteprojeto de regimento da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Solicitaria um esclarecimento do Sr. Presidente: qual será a tramitação desse projeto na discussão da Lei Orgânica?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado Agnelo Queiroz, solicito a V.Exa. que dê a entrada de sua proposição na Terceira Secretaria, no protocolo.

Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar um assunto não tão pertinente à Casa, embora acreditemos que, num futuro muito breve, estará bastante próximo a nós.

O Partido dos Trabalhadores, através da bancada distrital, posicionou-se no início do mês de dezembro, antecedendo-se à eleição do novo Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, solicitando esclarecimento sobre critérios e formas da eleição do Presidente daquela casa.

Segundo a Lei nº 91, de março de 1990, o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá ser reeleito apenas uma vez. Entretanto, em dispositivo aprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, em 30 de outubro de 1990 — portanto, alguns dias antes de se proceder à eleição do novo Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal — o referido Tribunal elaborou uma resolução que retoma o dispositivo da Lei nº 91 do Senado Federal, quando reafirma, no art. 83, o seguinte:

"O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares para o mandato coincidente com o ano calendário, permitida a recondução. Esta só se fará uma vez e pelo voto, no mínimo, de cinco conselheiros, inclusive o que presidir o ato".

Entretanto, o art. 223 da mesma resolução determina:

"O disposto no § 1º do art. 83 não se aplica à primeira eleição após a vigência da Lei nº 91, de 30 de março de 1990, prevalecendo, neste caso, a recondução por maioria simples".

Assim posto, Sr. Presidente, caros companheiros, posicionamo-nos a favor de maiores esclarecimentos por parte daquela Casa, para um bom entendimento da matéria, pois entendemos que aquela deve preservar sua idoneidade e imparcialidade.

Sobre este assunto, enviei telex ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Solicito à Mesa que cobre uma resposta do referido Tribunal para esse telex, que, aliás, foi enviado a cada um dos conselheiros.

Diz o seguinte:

"Para os Conselheiros Frederico Augusto Bastos, José Eduardo Barbosa, Joel Ferreira da Silva, Ronaldo Costa Couto e Marli V. Papadópolis.

Tendo em vista a eleição da nova Presidência e Vice-Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos próximos dias, bancada petista distrital

gostaria de obter maiores esclarecimentos quanto à reeleição prevista no art. 223 da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, e Lei nº 91, de 30 de março de 1990. Em princípio, entendemos ser conflitantes ambos dispositivos diante da questão de reeleição".

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de apresentar outras preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Resta-lhe um minuto na tribuna.

O SR. WASNY DE ROURE — Então faremos, apenas, a apresentação de duas que temos em mãos.

Na recente entrevista concedida pelo Sr. Secretário Newton de Castro, um jornalista formulou a seguinte pergunta: "Agora esta lei não depende somente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Ela depende, também e até mais, da Câmara Legislativa?" Respondeu o Sr. Secretário: "A nossa Secretaria tem sua competência na parte executiva, mas, evidentemente, que todo o seu trabalho envolve aspectos jurídicos que deverão ser encaminhados à Procuradoria-Geral, e quando dependem de autorização legislativa, se o Governador assim entender, deverão ser encaminhados e apreciados pela Câmara Legislativa".

Entendemos, Sr. Presidente — e por sinal a reportagem foi bastante interessante — que a resposta do Sr. Secretário foi equivocada, porque o que regula o trâmite no Poder Legislativo não é a matéria que depende da compreensão do Sr. Governador, mas da compreensão constitucional.

Creio que é um equívoco lamentável esta Câmara Legislativa, já nos seus primeiros dias, estar recebendo respostas de uma autoridade que está bastante posicionada neste Governo que entende que esta Casa está simplesmente a serviço do Poder Executivo, quando isto não é verdade. Esta Câmara está a serviço da comunidade do Distrito Federal e, portanto, o trâmite está regulamentado em matéria constitucional e não, simplesmente, em matéria de compreensão do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que ser moderno é ter compromisso com a liberdade, e implica também não haver fome, miséria e ignorância.

Não é essa a postura do Governo do chamado "Brasil Novo". No seu furor propagandístico, vendendo a imagem de um País moderno e vigoroso, o que se faz é promover o sucateamento e desperdício das empresas públicas que produzem ou prestam serviços essenciais à população que paga por eles. E isto acontece deliberadamente, para ser apresentado como justificativa para a privatização, que agora é apontada como remédio para todos os males sociais — inclusive, um dos apontados como o pior deles é a corrupção — como se no setor privado não houvesse corruptos.

Na verdade, o que sempre tem motivado tudo isso é o favorecimento pessoal ou de grupos empresariais, aos quais é repassado um patrimônio construído com o sacrifício do povo brasileiro.

É o que acontece com o GDF. Ao apagar as luzes do seu governo biónico, o Sr. Wanderlei Vallim efetivou atos de licitação para vender bens e serviços públicos, como é o caso dos cemitérios do Distrito Federal, fato denunciado durante todo o ano passado pelo Senalba — Sindicato dos Empregados em Entidades Assistenciais, como uma negociata com a "morte".

Toda vez que a Fundação do Serviço Social, órgão subordinado à Secretaria do Desenvolvimento Social do Distrito Federal, foi questionada pelo sindicato ou

pela imprensa sobre o processo de privatização dos serviços funerários do Distrito Federal, a Fundação respondeu que o caso seria remetido para decisão da futura Câmara Distrital.

Pois não tiveram essa paciência. Agora, estamos aqui e temos de exercitar essa autonomia a nós conferida pelo povo, para interferir diretamente em todos os atos praticados sem amparo legal pelo Governo do Distrito Federal, anulando-os ou suspendendo seus efeitos até que a Câmara, soberanamente, estabeleça na Lei Orgânica do Distrito Federal as normas legais que venham a viabilizar juridicamente esses processos, sem nenhuma suspeita de favorecimento a qualquer empresa.

Esperamos que sejam tomadas providências pelo atual Governo do Distrito Federal, para apuração das circunstâncias que envolvem a privatização dos serviços públicos funerários. Caso contrário, esta Câmara terá de encontrar formas de interferir no assunto ora denunciado.

Por enquanto, temos certeza de que da forma como está sendo encaminhado o assunto pela FSS/DF, não beneficia a sociedade brasileira, principalmente suas camadas mais pobres, não beneficia trabalhadores diretamente envolvidos, que terão agravadas suas condições de trabalho, com perdas de conquistas, inclusive, salariais, implantando-se a discriminação social, com diferença entre quadras para quem pode pagar mais, as chamadas "quadras nobres", encarecendo os serviços e, o que é pior, o próprio GDF, a gastar com os serviços. Portanto, isto não resolve o problema da área e só beneficia as empresas que estão entrando na "jogada".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PCS — sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Distrito Federal houve por bem enviar a esta Casa a mensagem que cria a Secretaria de Articulação do Entorno, para a devida apreciação. Essa providência é, sobretudo, louvável, porque possibilita equacionar a difícil questão do Entorno que envolve providências não apenas do Governo do Distrito Federal, mas também do Estado de Goiás. Este, como é de nosso conhecimento, igualmente criou sua secretaria para o mesmo fim. Tem-se, assim, uma ação conjugada que pode produzir resultados corretos e positivos.

A questão do Entorno, como sabemos, deve ser vista sob dois aspectos principais. Um deles é o que envolve o GDF e o governo de Goiás nas questões administrativas, sociais e políticas, envolvendo esforços e recursos apropriados e perfeitamente articulados, de forma a obter os melhores resultados. De outro lado, há o aspecto do habitante do Entorno, com suas necessidades, carência de emprego, de atendimento de saúde, transporte, moradia, segurança, e outros. É esse o aspecto mais importante, devendo ser atendido com maior urgência. Trata-se de um problema antigo que vem desde a fundação de Brasília, re que agora vem sendo equacionado, através desse passo mais importante.

Esperamos que o projeto venha a ser aprovado e encontradas, a partir daí, as soluções acertadas para os problemas gerados pelo Entorno, através de um órgão com destinação específica, que deverá receber recursos e planejamento adequados e que só trará benefícios, tanto para o Governo do Distrito Federal como instituição, quanto para o povo, especialmente os mais carentes, os mais sofridos, como é o caso dos habitantes do Entorno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não toquei na questão da agropecuária.

Sabemos que, hoje, Brasília é um celeiro de grãos, produzido não só dentro do Distrito Federal, mas na região que abrange o Entorno do Distrito Federal.

Soja, arroz, feijão, milho e outros cereais são produzidos intensamente dentro dessa bacia que engloba o Distrito Federal, Goiás e alguns municípios de Minas Gerais. Sem falar também na bacia leiteira, que hoje está compreendida na mesma região, que produz e abastece nossa cidade. Por isso, devemos aplaudir essa louvável decisão do Governo do Distrito Federal, juntamente com o governo de Goiás, para que aproveemos a criação da Secretaria de Articulação do Entorno.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Secretários, demais companheiras e companheiros Deputados Distritais, gostaria de dizer, inicialmente, que as informações divulgadas pelo "Jornal do Comércio" e pelo "Correio Brasileiro", mesmo com as diferenças entre o que foi divulgado e o que foi dito, são de minha inteira responsabilidade. E, respondendo ao companheiro Deputado Distrital Peniel Pacheco, digo que não nos escondemos atrás da fonte. Aqui ressalvo a idoneidade do repórter com quem conversei. E não havendo ficado claro se eu estava passando uma informação em que autorizasse a divulgação do meu nome, foi dada a iniciativa de não divulgá-lo. Então, assumo a responsabilidade, mesmo com a diferença ocorrida na publicação, porque foi divulgado o número de nove assessores. Digo que não seriam nove, mas dezesseis assessores.

Além disso, esclareço, ao ratificar a informação e deixá-la registrada nos Anais desta Casa, porque aqui vamos ter oportunidade de votar em favor da livre contratação, do livre provimento, em apenas duas situações e tão somente em duas situações. Para os gabinetes dos Deputados Distritais, cujos cargos devem ser ocupados por pessoas de absoluta confiança dos eleitos e para as lideranças dos partidos ou blocos partidários. Nos demais casos somos radicalmente contra qualquer contratação por livre provimento, porque consideramos isto um "bonde", sim, para não dizer que é um "trem", e um "bonde" em que se adiciona um "vagão", virando um "trem" e, logo em seguida, um "metrô". Somos contrários à contratação sem concurso público, porque achamos isso uma imoralidade.

Quero parabenizar o companheiro repórter e o jornal que divulgou essa matéria, porque, ao contrário do que pode ter sido dito aqui, eles estão prestando um relevante serviço a esta Casa. Por quê? Porque antes de se permitir que se efetive a contratação imoral de pessoas sem concurso, isto tem de ser evitado, para que esta Casa dê uma demonstração de probidade, dê uma demonstração de seriedade.

Infelizmente, a nota que a Mesa divulga não desmente o que a matéria informou. A letra "C" diz que os cargos em comissão a serem criados em caráter emergencial, para permitir o funcionamento da Câmara Legislativa, são de livre provimento. Quero dizer à Mesa que se ela concordar e continuarem a dizer que esses cargos são de livre provimento, tenho esperança de que este Plenário rejeitará essa resolução, de que este Plenário não vai admitir essa imoralidade, de que este Plenário não vai admitir que se contrate sem concurso um secretário, um assessor para trabalhar na secretaria, porque o cargo da Mesa, companheiros, não é do Deputado. O cargo da Mesa é do conjunto dos Deputados Distritais. Em suma, ele é da população do Distrito Federal. É diferente dos cargos do gabinete do Deputado Distrital.

Também na letra "D" não foi desmentida a informação de que um dos cargos seria para uso exclusivo da Presidência, do que discordamos, porque o Presidente não pode ter qualquer tipo de

regalia sobre os demais componentes da Mesa. Não queremos uma Mesa presidencialista. Decidimos, desde as reuniões preliminares, as quais tivemos a honra de sermos um dos primeiros a convocar, que a Mesa seria colegiada.

O SR. PENIEL PACHECO — V.Exa. me conde de um aparte?

O Sr. GERALDO MAGELA — Concedo o aparte a V.Exa. com muito prazer.

O SR. PENIEL PACHECO — Quero crer que V.Exa. esta muito bem-intencionado quando tomou a iniciativa de dirigir à imprensa as informações, pelas quais agora, corajosamente assume a responsabilidade perante este Plenário. Ocorre, entretanto, Sr. Deputado, que naquela matéria se diz que os cargos de livre provimento passariam para o quadro efetivo da Câmara dos Deputados, o que não é verdade. Em segundo lugar, sou a favor, e creio que a imprensa está prestando um grande serviço, mesmo denunciando aquilo que não aconteceu. Não presta um grande serviço quem está dando, como já existente, um fato que ainda não ocorreu e não foi consumado. Ai, sim, creio que estaremos abrindo um precedente para a desmoralização do nosso Legislativo. Perdoe-me V.Exa., mas acredito que foi prematura e inoportuna a sua intervenção nesse particular.

O SR. GERALDO MAGELA — Refuto as críticas do companheiro Peniel Pacheco. A verdade é que quem for trabalhar nas Secretarias e na Presidência não irá necessariamente para o quadro efetivo. Este é um outro equívoco quanto a esta matéria. Mas o que já fizemos, e vamos continuar a fazer, é nos antecipar a esse tipo de atitude, até porque, se não tivéssemos feito isto, provavelmente hoje estaríamos aqui votando essa resolução, e dando à Mesa — aos três Secretários, ao Presidente e ao Vice-Presidente — o direito de contratar secretários por livre provimento. Ora, desde quando secretária é cargo em comissão?

Então, companheiros, estaremos sempre atentos e responsabilmente faremos as denúncias que tiverem de ser feitas, e as assumiremos publicamente, como assumimos esta. Tenho a esperança de que este Plenário não vai permitir esta imoralidade, acho até que a Mesa não vai trazer isto à votação desta forma, não vai permitir que isto seja votado e aprovado desta maneira.

É neste sentido o nosso pronunciamento de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, demais membros da Mesa, ilustres colegas, quero dizer ao nobre Deputado Geraldo Magela que temos, na 1ª Secretaria, o Deputado Pedro Celso, do PT, a quem está afeta a área de recursos humanos, e creio que ele está atento à manifestação de S. Exa. O que acho é que esse tipo de colocação deveria ser feito apenas entre os colegas, e não trazido a público. Afinal, os nobres colegas têm plena liberdade de conversar uns com os outros.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é a preocupação com a Candangolândia, que está em estado de calamidade, com as ruas praticamente intransitáveis. Tive oportunidade de visitar o local e verificar que é necessário, e com urgência, que se tome uma providência do tipo colocar caminhões de cascalho ou passar uma patrula naquelas ruas, pelo menos para melhorar um pouco a situação até que sejam asfaltadas.

O outro assunto que quero trazer é uma proposta que apresento ao Plenário, no sentido de que o Museu do Índio retorne às suas antigas e verdadeiras finalidades. Aquela obra foi construída para abrigar o Museu do Índio. Esta era a sua finalidade. Não é

possível admitir que uma obra criada especialmente para essa finalidade seja agora desvirtuada. Quem for lá visitá-la verificará que ela é inteiramente adaptada aos costumes dos índios, e mudar isto seria uma aberração. Esta é, portanto, a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito a V.Exa. que encaminhe sua proposição à Mesa por escrito.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso, último orador inscrito.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no início desta discussão foi dito aqui, de forma sub-reptícia, que um dos Srs. Deputados eleitos para a Mesa teria colocado a matéria na imprensa — todos devem estar lembrados disso. Agora vem o nobre Deputado Geraldo Magela afirmar que foi ele quem colocou a matéria na imprensa. Portanto, não foi nenhum dos membros da Mesa. Então, peço a V.Exas. que tenham cuidado com este tipo de colocação, pois pode levar ao descrédito de quem a faz.

Agora quero deixar bem claro que também defendemos o livre provimento para os cargos dos gabinetes dos Deputados e para as Lideranças. Eu mesmo, na reunião da Mesa, cheguei a defender proposta no sentido de que, no caso da estrutura mínima que estava sendo montada naquele momento — chefe de gabinete, assessor e secretária — o chefe de gabinete, por ser cargo de extrema confiança, fosse também de livre provimento, de acordo com o interesse e a escolha pessoal do Secretário, no caso. Hoje, após a reunião da Mesa, fiquei bastante preocupado e até assustado, porque vi que estava sendo colocado em prática aquele velho dito popular segundo o qual onde passa o boi passa a boiada. Foi o que senti na reunião de hoje da Mesa Diretora, quando além de também quererem nomear por livre provimento para cargo de chefe de gabinete, de assessor e de secretária, igualmente a Mesa Diretora e várias pessoas chegaram a defender que aqueles setores de apoio no caso a assessoria jurídica e a assessoria de imprensa e divulgação — também fossem de livre provimento. Eu já estava bastante assustado, mas a coisa não parou aí. Logo em seguida criaram a figura de um diretor e de uma secretária, que também seria de livre provimento. Então estamos percebendo que isto é extremamente perigoso, isto é uma bola de neve. O que queremos é alertar os colegas e também deixar colocado o nosso protesto, pedindo que não se permita a aprovação de medida dessa natureza, porque ela poderá significar a desmoralização desta Casa.

Esta é a nossa posição.

Também quero trazer à apreciação deste Plenário projeto de resolução que modifica o Art. 2º da Resolução nº 48, que diz que o 1º Secretário não poderá participar das Comissões. Como o acordo feito aqui em plenário desdobrou as atividades da 1ª Secretária, considero justa a reivindicação no sentido de o 1º Secretário também participar das Comissões. Essa discussão já foi levada à Mesa Diretora e esperamos que tenha a aprovação dos colegas.

Outro ponto refere-se a projeto de resolução que vamos encaminhar à Mesa e diz respeito — e me parece ser consensual diante de todos nós, ou da grande maioria — à ampliação dos poderes para a rejeição de funcionários para esta Casa. Hoje a Resolução nº 49 do Senado Federal restringe as requisições ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, e à administração direta e indireta do GDF. Há uma discussão, não só entre os membros da Mesa, como entre vários parlamentares, no sentido de que se estenda essa medida também aos três poderes da União. Como são questões que vão ser apreciadas num futuro próximo, peço aos companheiros que comecem a refletir sobre elas desde já.

Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, creio que alguns equívocos estão sendo cometidos quando assuntos que dizem respeito a entendimentos iniciais havidos e reuniões da Mesa — sobre os quais não houve deliberação, e, portanto, ainda não aprovados por este Plenário — estão sendo considerados matéria vencida. Acho que tais equívocos precisam ser reparados, até para o bom andamento dos trabalhos da nossa Casa. Essas matérias serão aprovadas, após examinadas pelo Plenário.

Portanto, ficar levantando questões, questiúnculas e questionamentos é até indesejável para o bom desempenho do nosso Legislativo, o que apenas vai dar a impressão de que estamos aqui para nos digladiarmos, para promovermos uma competição entre partidos ou forças políticas, para ver qual delas vai fazer valer a sua posição. Acredito que a Mesa ainda não tenha deliberado, e por isso espero que a minha questão não seja dada como matéria vencida, enquanto o Plenário, se este for o caso, não tiver apreciado a matéria.

Era esta a questão que eu queria deixar bem clara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quanto a essa questão dos funcionários da Câmara Legislativa, evidentemente, intransigentemente defendemos o princípio do concurso público. Mas vamos precisar tratar, eu diria até desapassionadamente — até onde seja possível encontrar um político não-apassionado — a questão do funcionamento da nossa Casa neste instante. Temos, em primeiro lugar, uma situação bastante concreta que, a meu ver, a Mesa saberá resolver com um quadro provisório, com os funcionários da antiga Embrater, que permitem que esta Casa esteja com as luzes acesas, que haja água nas torneiras, que a mesa telefônica funcione, que a correspondência possa ter o seu curso, assim como outros serviços essenciais a este Legislativo. Eu citaria o nome de duas pessoas, já de todas conhecidas, que vamos ter de contratar. A forma terá de ser resolvida pela Mesa e por nós. Refiro-me ao Sr. Messias Barros dos Santos, Auxiliar de Manutenção, a quem desejo prestar uma homenagem (palmas) em nome de todos os funcionários demitidos da Embrater, e ao Administrador Edson Gil Marques dos Santos (palmas) deste imóvel, que coordenou, nos últimos tempos, esses funcionários que ainda estão aqui permanecendo. Evidentemente, o princípio é o do concurso público, mas, neste instante, teremos de ter sábor para encontrar a forma para que a nossa Casa funcione e para que possamos cumprir as nossas tarefas.

Em segundo lugar, recentemente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, alguns dos melhores técnicos na área legislativa deste país, dos melhores profissionais, foram aposentados. Já se fez algum levantamento de seus nomes. Eles foram quase que compulsoriamente aposentados em função da aprovação do Regime Único. Então, queremos que essas pessoas — podemos citar alguns, como a Dra. Sara, das Comissões do Senado, o Dr. Clodoaldo, da Câmara, a Dra. Áurea, e a Dra. Marilda, e tantos outros, os melhores técnicos legislativos deste país — venham, para nos ajudar. Estão aposentados. Não poderão ser requisitados, mas vamos ter de saber resolver essa questão. Assim indica a sabedoria.

Realmente, eu seria totalmente contra qualquer tipo de abertura que pudesse propiciar a contratação ou surgimento de qualquer “trem da alegria”. Acho que não podemos ser ingênuos. Existe uma certa cultura neste sentido: este é um país pobre, um país de desempregados, esta é uma cidade de desempregados. É natural que cada um de nós, deputados, esteja recebendo, diariamente, pedidos para contratar, para trazer para esta Casa esses funcionários. Então, há, realmente, todo um caldo de cultura propício ao desenvolvimento dessa bactéria do “trem da alegria”, e temos de estar alerta em relação a isso. Eu gostaria de dizer que me parece razoável ampliarmos os cargos comissionados de livre provimento, nos termos em que foram inicialmente referidos.

Deputado Pedro Celso: Que “não se pode deixar passar o boi, que passa a boiada”, concordo inteiramente com o companheiro. Penso que o Presidente, o Vice-Presidente, os Secretários, devem ter o direito de contratar o seu chefe de gabinete, o seu secretário, em cargos de livre provimento. Isso não significa nenhum “trem da alegria”, mas fazer funcionar. Então, entendemos que este Plenário poderia aprovar isso, e não estaríamos abrindo nenhuma exceção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado Tadeu Roriz para assumir a Presidência, porque desejo fazer uso da palavra.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Tadeu Roriz.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Tem a palavra o nobre Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PFL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Deputados, senti a necessidade de fazer uso da palavra para prestar alguns esclarecimentos e colocar a verdade nos seus devidos lugares.

A Mesa desta Casa, constituída de Deputados que representam todas as forças políticas, eleita após exaustivos entendimentos, ao assumir a responsabilidade de fazer com que esta Casa efetivamente funcione no menor prazo possível, houve por bem discutir e propor algumas contratações de livre provimento, o que não significa — e é o que todos repudiamos — qualquer tipo de “trem da alegria”, mesmo porque o nosso princípio é o de dar oportunidade a todos quantos possam prestar serviços à Câmara Legislativa.

Propusemos, efetivamente, contratação para preenchimento de dezesseis cargos para a Mesa, mais três subcoordenadores e uma assessoria jurídica, o que constitui 21 pessoas.

Discutimos, preliminarmente, antes que se instalasse esta Casa, o livre provimento, de tal forma que permitisse a cada Deputado ter até onze pessoas no seu gabinete, aprovando uma proposta do Sr. Deputado Wasny de Roure, no sentido de uma quantia acima de um milhão de cruzeiros, na época, para a contratação desses servidores, pelo critério de livre provimento, para atender exclusivamente aos gabinetes dos Deputados.

Propusemos, ainda, que 21 servidores fossem contratados para prestarem serviços aos Srs. Deputados desta Casa. Buscamos requisitar funcionários e encontramos grandes dificuldades para trazer pessoal qualificado.

Estamos fazendo hoje, efetivamente, aquilo que o PT mais repudia: explorando a mão-de-obra dos funcionários da Embrater, que estão trabalhando gratuitamente para todos nós; dos funcionários do Senado, voluntários, e de outras pessoas que estão nos servindo aqui voluntariamente. Isso configura uma exploração dessas pessoas, porque elas deveriam — e a isso têm direito constitucionalmente —

receber a devida remuneração pelo seu esforço, pelo trabalho que aqui estão desempenhando.

A Presidência desta Casa não admite e repudia qualquer tentativa de jogar lama sobre esta Mesa, que está se sacrificando, trabalhando dia e noite para que esta Casa funcione.

Solicito, portanto, que a medida proposta pela Mesa, ainda não aprovada em plenário, possa ser aprovada, e que cada um dos Srs. Deputados abra mão de um, de apenas um funcionário de livre provimento para ficar à disposição da Mesa desta Casa, a fim de que se possa dar início aos trabalhos de que precisamos. Não temos como recrutar ninguém, porque não dispomos de um funcionário para datilografar uma requisição. Não temos sequer como preparar uma folha de pagamento, não temos sequer como pagar as pessoas que estão aqui trabalhando, de modo que ou assumimos esta responsabilidade por inteiro, todos nós, ou veremos amanhã sair nas manchetes dos jornais que os deputados distritais não trabalham, que os deputados distritais não estão cumprindo com seu dever, e, se resolvemos trabalhar durante o mês de janeiro, quando há um recesso parlamentar, foi exatamente para provar à população do Distrito Federal que durante este mês organizáramos esta Casa, para, a partir da finalidade do processo parlamentar, podermos apreciar as matérias de interesse da população do Distrito Federal.

Assim, no final do recesso parlamentar, estaremos apreciando as matérias de interesse da população do Distrito Federal.

O SR. GERALDO MAGELA — V.Exa. me concede um aparte?

O SR. SALVIANO GUIMARÃES — Concedo um aparte a V.Exa. com muito prazer.

O SR. GERALDO MAGELA — Inicialmente, gostaria de indagar se são verídicas as informações que V.Exa. nos presta agora, de que os funcionários da Embrater estão sem receber. Eles estão sem receber da Câmara, mas recebem da Embrater, não é isso?

O SR. SALVIANO GUIMARÃES — Mas eles não têm obrigação alguma de prestar serviço aos deputados distritais, e sim à Embrater, que é o seu órgão de origem e que lhes paga.

O SR. GERALDO MAGELA — Quanto à segunda parte da intervenção de V.Exa., coloco um funcionário do meu gabinete, de livre provimento, ao dispor da Mesa, para tarefas de secretaria, inclusive para que ela não tenha de contratar ninguém de livre provimento em momento algum. Esse funcionário pode ficar todo o tempo que for preciso, desde que seja condição para não se contratar ninguém de livre provimento. Eu gostaria de dizer que, se há alguém que esteja trabalhando sem receber, cumpre à Mesa informar ao Plenário e sugerir medidas, porque somos radicalmente contrários a que qualquer trabalhador não seja remunerado pelo trabalho que executa. Peço ao companheiro Salviano, que também é o Presidente da Casa, que providencie informações ao Plenário sobre quem está trabalhando sem receber, para que possamos corrigir essa situação.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES — O próprio pessoal que trabalha nos nossos gabinetes não tem como receber, porque até hoje não aprovamos a resolução que lhes dá o direito de receber alguma

coisa, e este Plenário poderá negar a aprovação dessa resolução.

Companheiros deputados, a Mesa entende e assume sua responsabilidade, e deseja contar com a compreensão de todos os Srs. Deputados, porque estamos trabalhando para o engrandecimento desta Casa e não para denegrir sua imagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem, para esclarecimento de questão de ordem. O primeiro posicionamento é mais uma questão de auxílio à Mesa.

Com relação às discussões que ocorreram na Câmara Federal, elas foram registradas em forma taquigráfica e não foram transcritas.

Sugiro que a Mesa solicite à Presidência da Câmara Federal não somente as fitas, mas o serviço de taquigrafia completo, porque eles têm infra-estrutura, têm condições de fornecer.

O segundo é uma questão mais de orientação, por parte da Mesa, no que diz respeito ao registro para pronunciamento no pequeno Expediente. Se há um limite por sessão, ou por sessões, enfim, creio que a Mesa, talvez, terá de examinar essa matéria. Não sei se já há informações sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, lembro que a Câmara Legislativa realizará sua segunda sessão ordinária amanhã, terça-feira, dia 08 de janeiro, às 14h30hs.

Está encerrada a sessão.

S U M Á R I O

1. Ata da 2ª Sessão Ordinária, em 08 de janeiro de 1991.

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Leitura da Ata da Sessão Anterior

1.2.2 — Comunicados da Mesa

Requerimento nº 001/91 da Deputada Rose Mary Miranda “solicita ampliação do espaço destinado aos trabalhos da imprensa no plenário”.

Projeto de Resolução nº 002/91 do Deputado Carlos Alberto “cria as comissões de trabalho que especifica, fixando-lhes atribuições e prazos”.

Projeto de Resolução nº 003/91 do Deputado Agnelo Queiroz, “Dispõe sobre a criação de comissões para fins de contratação de funcionários para ocupar o quadro temporário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Projeto de Resolução nº 004/91 do Deputado Agnelo Queiroz, “aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa Constituinte”.

1.2.3 — Comunicados de Parlamentares

Deputado Wasny de Roure — PT

Comentários sobre a composição dos gabinetes dos Deputados.

Defesa da proposta de “Semana Inglesa” e referência à apresentação de Projeto de Lei do Partido dos Trabalhadores que trata do “Assentamento da Vila do Varjão”.

Deputado Agnelo Queiroz — PC do B

Críticas à privatização dos “Serviços Funerários e dos cemitérios do Distrito Federal”.

Deputado Manoel de Andrade — PTR

Referências às notas da imprensa sobre a iniciativa do Governador Joaquim Roriz em estudar a construção de cinco hospitais no Distrito Federal.

Comentários sobre deficiência de recepção de sinais de rádio e televisão, na cidade satélite do Gama e defesa da implantação de estações repetidoras naquele local.

Solicitação à Mesa que busque maiores informações oficiais em relação à privatização dos “Serviços Funerários do Distrito Federal”.

Deputada Rose Mary Miranda — PTR

Comentários sobre a privatização dos “Serviços Funerários e dos Cemitérios do Distrito Federal”.

Críticas aos altos preços das mensalidades escolares.

Apresentação de Requerimento que solicita prioridades aos arrimos de família e para os pais que tenham mais de cinco filhos, no preenchimento de vagas à Rede Oficial de Ensino de 1º e 2º graus.

Deputado Gilson Araújo - PTR

Repúdio à matéria publicada na imprensa local, intitulada “Câmara Legislativa do Distrito Federal procura emplacar o primeiro trem da alegria”.

Comentários à fixação do assentamento do Varjão e elogios na defesa de sua execução.

Deputado Fernando Naves — PDC

Apresentação de Requerimento que solicita “seja apreciada proposição, nos termos da letra “d” do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art 11 da Resolução 49/90, também do Senado Federal, a fim de que sejam atendidos os compromissos assumidos pelos Deputados com os funcionários de seus gabinetes”.

1.3 — Ordem do Dia

— Escolha do Deputado Manoel de Andrade, como líder da bancada do PTR.

— Escolha do Deputado Padre Jonas, como líder da bancada do PDT.

— Criação do Bloco Solidariedade, constituído pelos Deputados Peniel Pacheco, Salviano Guimarães e Aroldo Satake, tendo como líder o Deputado Peniel Pacheco.

— Criação do Bloco Progressista constituído pelo Deputados Fernando Naves, José Edmar e Tadeu Roriz, tendo como Líder o Deputado Fernando Naves.

— Criação do Bloco Liberal Progressista, constituído pelos Deputados Jorge Cauhy, José Ornellas e Cláudio Monteiro, tendo como Líder o Deputado Jorge Cauhy.

— Escolha da Deputada Lúcia Carvalho como Líder da Bancada do PT.

1.4 Encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, está aberta a segunda sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Fica dispensada a leitura da Ata, em virtude de ainda não haver sido confeccionada em conformidade com as notas taquigráficas.

PEQUENO EXPEDIENTE

Convido o Deputado Cláudio Monteiro para secretariar a Mesa.

Sobre a mesa há requerimentos e projetos que

serão lidos pelo Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO (Cláudio Monteiro) — Requerimento nº 001/91, que solicita ampliação do espaço destinado aos trabalhos da imprensa no plenário, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda
Projeto de Resolução nº 002/91. Ementa: cria as comissões de trabalho que especifica, fixando-lhes atribuições e prazos.

Projeto de Resolução nº 003/91. Ementa: dispõe sobre a criação de comissões para fixar critérios de solicitação de funcionários para ocupar o quadro temporário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Projeto de Resolução nº 004/91. Ementa: aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa agradece a colaboração do Deputado Cláudio Monteiro.

Vamos dar início à segunda parte do Pequeno Expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

— Agnelo Queiroz

— Wasny de Roure

— Manoel Andrade

— Rose Mary Miranda

— Gilson Araújo
— Fernando Naves

Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz. Como S.Exa. não se encontra presente, passo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure, lembrando que, no Pequeno Expediente os Srs. Deputados podem fazer uso da palavra por 5 minutos, não sendo permitida a concessão de apertes.

O SR. WASNY DE ROURE (PT — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de lembrar ao Sr. Presidente, quanto à entrevista dada ontem por S.Ex.^a e publicada hoje, na qual se referiu à nossa pessoa, que a proposta defendida na comissão era de sete membros para cada gabinete, através de livre provimento. Posteriormente a comissão aumentou esse número, passando-o para oito. Ao ser apresentada a proposta ao Plenário, esse número passou a ser de onze pessoas. Entretanto, devo ressaltar que a proposta inicial foi de nossa autoria.

Nono pronunciamento de hoje, gostaria de abordar dois assuntos.

Na condição de cristão evangélico e membro do Partido dos Trabalhadores, sou radicalmente contrário à utilização do domingo como dia de trabalho. Para nós, evangélicos, o domingo é dia de descanso, de recuperação das energias perdidas na semana.

Portanto, somos favoráveis à proposta da semana inglesa, isto é, trabalhar-se de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas e no sábado das 8 às 12 horas. Esta também é a proposta defendida pelos trabalhadores do comércio, particularmente pelo Sindicato dos Comerciantes.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que gostaríamos de abordar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores se refere à apresentação de projeto de lei — a ser entregue ainda hoje no gabinete do 3º Secretário — sobre o assentamento da Vila do Varjão.

A Vila do Varjão ocupa um espaço relativamente pequeno, e hoje ali moram aproximadamente 720 famílias, o que perfaz uma população em torno de 4 mil pessoas.

O Relatório de Impacto de Meio Ambiente apresentado ao público no auditório da Sematec, no mês de outubro, foi amplamente discutido e teve o endosso da comunidade, desde que o RIMA pudesse contemplar o assentamento efetivo da Vila do Varjão.

Com relação ao assentamento da Vila do Varjão, entendo haver relativa compreensão por parte das autoridades do Governo do Distrito Federal. Assim, acredito que não haverá maiores dificuldades para isso, até mesmo para um melhor posicionamento da bancada hoje vinculada ao Governo. Aliás, o Sr. Governador prometeu efetivar o assentamento.

Em nome do PT, estou apresentando projeto de lei neste sentido, já amplamente discutido com a comunidade do Varjão, que, diga-se de passagem, se encontra aqui representada, nas galerias da Casa. Essa é uma antiga reivindicação daqueles moradores, muitos dos quais estão morando no local há mais de 25 anos.

No que tange à preservação ecológica, será perfeitamente possível ser atendida, ainda que o Varjão esteja situado numa área ecologicamente delicada, até mesmo porque seu solo é um tanto frágil. Entretanto, estudos técnicos demonstram ser viável o assentamento da Vila do Varjão.

A Vila do Varjão é altamente valorizada por ser o início do Setor de Mansões Norte, e portanto está situada em uma região altamente valorizada, não somente, por estar próxima à casa do Exmo. Sr. Presidente da República, mas, em particular, em função do Shopping Center que está programado para ser construído naquela região, nos próximos meses.

Assim sendo, deixarei registrado, logo mais, o projeto de lei que o Partido dos Trabalhadores está trazendo à Mesa, para sua deliberação nos próximos dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou trazer à baila um assunto que foi comentado ontem, mas que, em face da perversidade do tema, acho importante que possamos manifestar nossa opinião sobre ele.

O Sr. Wanderley Vallim, no apagar das luzes do seu governo, decidiu transformar a morte em negócio lucrativo para uns poucos proprietários de funerárias. Se já não é fácil ao brasileiro viver com a atual crise, morrer tornou-se assunto para ricos.

O Governo anterior do Distrito Federal, ao qual o atual dá continuidade, privatizou a prestação de serviços nos cemitérios do Distrito Federal. Com isso, uma campa com duas gavetas, que custava 45 mil cruzeiros quando os serviços eram prestados pela Fundação das Pioneiras Sociais, passou a valer 120 mil cruzeiros.

Como acontece com todas as prestadoras de serviços como por exemplo do setor de limpeza, da área de segurança — constroem-se grandes fortunas, propiciando-se que recebam muito do poder público e paguem quase nada aos trabalhadores.

A proposta da firma que venceu a concorrência prevê a contratação de somente 28 dos 67 funcionários do GDF encarregados deste trabalho. Mesmo assim, eles seriam contratados com salários abaixo do que estariam ganhando em janeiro, ou seja, 65 mil cruzeiros. O salário a ser pago pela firma seria de 40 mil cruzeiros mais 5 mil, se o empregado não tiver nenhuma falta durante o mês. Até hoje pela manhã, entretanto, nenhum trabalhador havia sido contratado.

O Governo do Distrito Federal também aprontou das suas para com os funcionários. Eles tinham um contrato temporário de prestação de serviços, que venciam em 5 de janeiro. Foram, entretanto, demitidos em 31 de dezembro para que, com a rescisão, não tivessem direito aos 81% de reposição salarial previstos para os funcionários públicos no mês de janeiro. Isto também serviu de argumento para a empresa prestadora de serviço prometer contratá-los com um "salário mais alto" ou seja, o salário de dezembro mais 5 mil cruzeiros.

A faina privatista que tomou conta do País agride o bom senso e os interesses da população. A ordem é privatizar, não importa como, nem o quê. O Governo "collorido" do Distrito Federal vai gastar três vezes mais com a contratação de prestação de serviço. Da folha de pagamentos de dezembro, incluídos os encargos sociais, 3,1 milhões de cruzeiros, o GDF gastou 11,8 milhões de cruzeiros com prestação de serviços. Portanto, a população vai ainda pagar mais pelo serviço, ou seja, por um ato de desgoverno gastou-se mais recursos dos impostos pagando empresas, que ainda vão cobrar quase quatro vezes mais da população pelo mesmo serviço.

A "Máfia dos Cemitérios", Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ganha duas vezes nas costas da população, e o Governo do Distrito Federal é apontado como "moderno" porque moderno, dizem os donos do poder, "é privatizar".

O que o Governo do Distrito Federal deveria fazer, aliás, como qualquer governo, seria garantir o mínimo necessário à população para ela viver com dignidade e até mesmo morrer sem ter que submeter à ganância por lucros exorbitantes de setores privados da sociedade, beneficiados por go-

vernos insensíveis aos problemas do povo simples e humilde de nossa terra — como gosta de dizer o atual Governador.

Registro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu protesto contra esta atitude do Governo do Distrito Federal. Deixo minha solidariedade aos trabalhadores enganados pelo GDF, que ainda correm o risco da demissão, e à população do Distrito Federal, que não merece ser mais arrojada do que já o é pela política do Governo Federal.

Encerrando, gostaria, neste momento, de fazer um chamamento aos companheiros Deputados Distritais.

Agora é preciso que fiscalizemos as ações do Governo do Distrito Federal. Não podemos permitir este tipo de crueldade que será jogar nas garras da iniciativa privada, que apenas tem ansia de lucro, a questão dos cemitérios do Distrito Federal.

Todos sabemos, inclusive os companheiros da bancada do Governo, o quanto é penoso para a população carente enterrar um ente querido nos cemitérios de Brasília.

Não podemos permitir que os cemitérios sejam privatizados, pois uma questão que envolve sentimento e dor não pode ser entregue às mãos de meia dúzia de empresas prestadoras de serviços, a fim de enriquecê-las. Estas empresas exploram a população carente que necessita de seus serviços, obrigando-a a vender galinhas, porcos, vender tudo o que tem ou pedir emprestado para satisfazer às garras desses empresários inescrupulosos, ansiosos por lucros.

Anteriormente, estes fatos não eram denunciados. Trata-se de um conluio dessas empresas contra o Governo do Distrito Federal, e isso merece o repúdio de todos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeira mão, gostaria de registrar e enaltecere a iniciativa do Governador Joaquim Roriz de estudar a construção de cinco hospitais.

Há poucos dias, esta tribuna foi usada para se pedir ao Governador uma atenção especial para a saúde, e hoje leio no "Jornal do Brasil" que o Governador Joaquim Roriz já se antecipa e promete a construção de cinco hospitais: em Samambaia, no Guarã, no Paranoá, na Ceilândia e outro grande hospital em uma área ainda a ser definida. Isto mostra que o Governador Joaquim Roriz está preocupado com a saúde no Distrito Federal.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de abordar um assunto que me parece não ser do conhecimento de V.Exas.

A cidade do Gama, que deve ter aproximadamente 250 mil habitantes, ainda não teve o direito de assistir à sua televisão.

Moro naquela cidade há quase vinte anos, e o clamor público reclama a atenção do Estado e dos órgãos de comunicação para que ela receba de pronto a transmissão dos sinais de televisão e rádio, a fim de que aquela população possa também ter acesso à comunicação.

Até parece que o Gama não padece de problemas mais cruciais. O Gama padece de problemas mais sérios, mas também do descaso em um setor tão importante e que não vai trazer para o Estado nem para o setor de comunicações maiores custos.

A sociedade e esta Casa, aqui representada pelo voto do povo, cobram dos meios de comunicação e do Governo que sejam colocados na cidade do Gama repetidoras, que propiciariam o recebimento de imagens de todos os canais de televisão.

Quero chamar a atenção para este problema, Sr. Presidente, porque tem havido cobranças em todas

as reuniões, nas ruas e encontros que realizamos com a população.

Por que o Gama, uma cidade de 250 mil habitantes, ainda não tem acesso à comunicação?

Outro assunto a abordar, já discutido pelo colega Deputado Agnelo Queiroz, é quanto à privatização dos serviços públicos funerários. Acredito que este assunto é da maior relevância. Sendo assim, proponho que a Mesa busque informações oficiais, a fim de que, juntos, não deixemos isto acontecer — se realmente procede a informação de que os serviços funerários passarão à iniciativa privada, o que implicaria prejuízo à comunidade. Proponho à Mesa buscar, nos meios próprios do Governo, essas informações. É preciso que esse Plenário não permita que venha a acontecer qualquer ingerência que prejudique a comunidade.

Sr. Presidente, por enquanto, era o que me restava abordar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer também ao Deputado Agnelo Queiroz que, mesmo sendo membro da comissão do Governo, ou seja, da bancada governista, como S. Ex.^a falou, não concordo, absolutamente, com a privatização de empresas funerárias. Há muitos anos venho combatendo isso. Há muitos anos venho recebendo denúncias sobre pobres coitados que têm seus corpos jogados no IML por falta, única e exclusivamente, de dinheiro para que possa enterrar o corpo já sofrido e cansado. E não vai ser agora que vou concordar com essa determinação, permitindo que privatizem empresas funerárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros desta Mesa, tendo em vista os altos preços cobrados pelas escolas particulares, torna-se cada vez mais difícil um cidadão colocar o seu filho na escola.

A única herança que um pai de família pode deixar para um filho, hoje em dia, é o ensino. Causa-lhe satisfação saber que ele criou aquele filho, aquele pequeno, que cresceu e transformou em homem ou mulher, e que, apesar de todo o esforço, os apertos pelos quais passou na vida, conseguiu formar aquela moça ou aquele rapaz, transformando-os em cidadãos.

Hoje estamos vivendo uma realidade muito difícil para que esse cidadão carente possa realmente ter seu filho formado, assistir à sua formatura, com lágrimas nos olhos, batendo no peito, com orgulho, dizendo que ele formou aquela pessoa, porque o nosso ensino está elitizado.

Sr. Presidente, entregarei requerimento à Mesa solicitando prioridade para preenchimento de vagas na rede oficial de ensino de 1º e 2º Graus, já que o pai de família, o trabalhador, não pode colocar seu filho na escola particular, porque o ensino é elitista. Pedirei 1º e 2º Graus para os arrimos de família e para filhos cujas mães tenham mais de cinco, porque quem possui mais de um filho não tem a menor condição de colocar um deles em escola particular.

Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que recomende à Secretaria de Educação do Distrito Federal prioridade no preenchimento de vagas nas escolas da rede de ensino público de 1º e 2º Graus aos arrimos de família e aos filhos de mães com mais de cinco, por ocasião das matrículas escolares no período letivo que se iniciará.

Apesar de o Governador Joaquim Roriz já ter garantido que neste ano vão haver vagas na rede de ensino público do Distrito Federal, acreditamos que alguns casos especiais devam ser tratados de forma prioritária, pois não se justifica que uma pessoa, sendo arrimo de família e com tantas responsabilida-

des assumidas, não tenha prioridade no preenchimento de uma vaga, ao procurar uma escola da rede pública para se matricular, sendo necessário enfrentar filas que são formadas com vários dias de antecedência. Vimos isso com imagens transmitidas por emissoras de televisão. Nesse caso podemos incluir também os filhos de donas-de-casa com mais de cinco, que lutando com dificuldades de toda a ordem, precisam tê-los estudando, alimentando-se nas escolas. Alimentação esta que, em muitos casos, é a única feita pela criança durante todo o dia.

Entrego este requerimento à Mesa e para ele peço aos srs. Deputados toda atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais deste final de semana estamparam que a Câmara Legislativa do Distrito Federal estava procurando emplacar o primeiro "trem da alegria". Os jornais de hoje ampliaram este assunto.

Em relação à composição dos funcionários da Casa, desde o mês de outubro vêm sendo realizadas dezenas de cansativas reuniões para se encontrar a quantidade de pessoal que pudesse, inicialmente, ocupar os cargos em comissão dos gabinetes de cada Deputado. Isto foi amplamente discutido por todos os Deputados, encontrando-se um quantitativo de oito funcionários por gabinete, os quais poderiam ser desdobrados até onze. Isto foi aprovado, de acordo com as necessidades de funcionamento da Câmara Legislativa, ou seja, atender à sociedade do Distrito Federal. Portanto, foi matéria votada e aprovada por todos.

Em seguida, foi eleita a Mesa da Câmara Legislativa: Presidente e Vice, com os Secretários. E, a partir daí, criou-se um novo fato: era preciso dirigir os trabalhos da Câmara Legislativa. Foi discutida pela Mesa a questão do pessoal burocrático para assessorá-la. A propósito, lamento a primeira opinião que, surpreendentemente, se tentou passar à opinião pública. Os vinte e quatro Deputados se manifestaram sobre uma questão que já foi amplamente discutida. Todos são contra o ingresso, nesta Casa, de pessoas sem concurso. Isto foi discutido nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A propósito do funcionamento das secretarias e da Presidência, há, realmente, necessidade de funcionários que venham a realizar burocraticamente os trabalhos da Mesa. Mas, conforme foi passado à opinião pública, pareceu que os Deputados eleitos por partidos ligados ao Governo do Distrito Federal são responsáveis por essa situação. Essa iniciativa coloca toda a Câmara Legislativa em descrédito, em face de informações tendenciosas que vêm a dificultar inclusive nosso relacionamento dentro desta Casa, porque a nossa função — e para isto encontramos dificuldades, neste momento — é a de colocar a Casa em funcionamento, visando a um objetivo maior, o Regimento Interno, no primeiro momento, e a Lei Orgânica, posteriormente. E sem pessoal especializado não se anda, não se elabora esses dois diplomas com a urgência de que necessitamos, para não prejudicarmos a sociedade do Distrito Federal.

Lamento que haja a iniciativa de Deputados de passarem à imprensa imagens que só repercutem negativamente para uma Casa em que desejamos ter o maior compromisso de lisura e transparência perante o povo do Distrito Federal e do Brasil.

Faço uma proposta ao Sr. Presidente: que as questões decididas pela Mesa, como essa de pessoal, que não tinham vindo a plenário — e delas os Deputados não tinham conhecimento — sejam levantadas por escrito, porque cabe à Mesa decidir sobre quantos funcionários são necessários para

funcionar o gabinete do Presidente e das secretarias.

Em seguida, essa matéria seria discutida e aprovada pelo Plenário. Que isso seja feito por escrito, para não pagarmos o preço de o todo pela parte. Senão, nosso relacionamento será dos piores possíveis e trará prejuízos para a sociedade do Distrito Federal.

A segunda questão refere-se ao Varjão. A luta do Varjão, bastante antiga, é pela fixação daquela comunidade naquela localidade, e vem de muitos anos. No Governo Joaquim Roriz foram realizadas várias reuniões, o processo de assentamento do Varjão passou por audiências públicas e a comunidade tem a palavra do Governo do Distrito Federal nesse sentido. É uma palavra decisória, é um compromisso que se vai realizar e nenhum dos Deputados presentes neste plenário teve qualquer participação nisso. Eu me sentiria mal, a minha consciência doeria se eu puxasse para mim o mérito que a comunidade do Varjão tem sozinha, porque lutou junto ao Governo do Distrito Federal para conseguir essa vitória. Participei de algumas reuniões e das audiências públicas, mas a luta foi do povo do Varjão e a vitória é sua. A conclusão do assentamento do Varjão, neste momento, depende só de o povo de lá, em comissão, dirigir-se ao Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a fim de solicitar urgência na entrega dos lotes, dentro dos critérios já estabelecidos.

Repito, Sr. Presidente. Esse mérito não pode ser transferido a nenhum dos membros da Câmara Legislativa, agora que o bolo está pronto. O que cabe a cada um de nós é colaborar para que isto se efetive o mais rapidamente possível.

Há mais de dez anos que frequento o Varjão e o Paranoá e acompanho a sua luta pela fixação naquelas localidades, enfrentando governos reacionários e o poder econômico. Mas participação é uma coisa — e eu participei. Não tenho o mérito, porém, da vitória do assentamento do Varjão. O mérito é do povo do Varjão, que hoje tem a palavra do Governo que já se encontra instalado. O caminho, neste momento, para a execução dessa medida, dentro do que já foi decidido a nível de Governo, é o povo do Varjão dirigir-se ao Governo do Distrito Federal e solicitar o imediato assentamento.

Estaremos aqui para colaborar na solução de dificuldades que porventura venham a ocorrer quando da fixação desse assentamento e na entrega dos lotes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Antes de conceder a palavra ao Deputado Fernando Naves, próximo orador inscrito, concedo a palavra ao companheiro Pedro Celso, para uma comunicação.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria comunicar a V. Exa. e a todos os companheiros o falecimento, ontem, do Vice-Presidente nacional do PDT, Deputado Doutel de Andrade, que prestou relevantes serviços à Nação e teve uma vida pública dedicada ao engrandecimento do nosso País. Solicito à Casa que preste homenagem à memória de S. Exa. guardando um minuto de silêncio, em respeito a esse político que morreu aos 70 anos de idade, após uma vida inteira dedicada ao trabalho pelo País.

Esta solicitação é feita também atendendo a pedido do Deputado Benício Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido os presentes a, de pé, guardarem um minuto de silêncio em homenagem à memória do Deputado Doutel de Andrade.

(De pé, o Plenário presta a homenagem).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Exmos. Deputados, Senhoras e Senhores, todos sabemos que a partir de 2 de janeiro nossos gabinetes passaram a ser ocupados por funcionários que até agora não sabem como será seu dia de amanhã, não sabem se sua situação funcional está devidamente legalizada e se terão condição, ao final do mês, de receber seus vencimentos. Por isso gostaria de ler, e vou passar às mãos do Sr. Presidente, o seguinte requerimento, para o qual peço urgente tramitação.

“Requeremos a V.Exa. que seja apreciada a proposição em anexo, nos termos da letra “d” do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 11 da Resolução 49/90, também do Senado Federal, a fim de que sejam atendidos os compromissos assumidos pelos Deputados com os funcionários de seus gabinetes”.

Isto porque até o momento nenhum funcionário, nenhum Deputado sabe como será cumprido o compromisso já assumido. E mais ainda, precisamos regulamentar o que já foi acordado, porque isto não é invenção, já ficou decidido entre os 24 Srs. Deputados quando das reuniões na Câmara dos Deputados.

Então, gostaria de passar às mãos do Sr. Secretário o documento a que me refiro, para ser apreciado oportunamente.

Era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Cumprida a primeira parte do pequeno Expediente, passamos, em seguida à segunda parte,

Ordem do Dia.

Fica suspensa a sessão por uma hora para que os blocos e partidos indiquem os respectivos Líderes à Mesa.

Está suspensa a sessão.

(Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão.

Solicito ao 3º Secretário que proceda à leitura da indicação dos líderes, por blocos ou partidos políticos.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) — Sr. Presidente, companheiros da Mesa, Srs. Deputados, informo que a bancada do PTR escolheu para liderar a sua bancada o Deputado Manoel de Andrade. (Palmas).

Comunico a criação do Bloco Solidariedade, constituído pelos seguintes Deputados: Peniel Pacheco, Salviano Guimarães e Aroldo Satake, sendo escolhido para ser o líder do referido bloco o Deputado Peniel Pacheco. (Palmas).

Informo, também, a criação do bloco Progressista, composto pelos Deputados Distritais Fernando Naves, do PTR, José Edmar, do PSL, e Tadeu Roriz, do PSC. Comunicamos, também, que foi indicado para líder do bloco o Deputado Fernando Naves. (Palmas).

Foi criado o Bloco Liberal Progressista, composto dos Deputados Jorge Cauhy, José Ornellas e Cláudio Monteiro, que indicam para a liderança o Deputado Jorge Cauhy. (Palmas).

A bancada do PDT, composta pelo Deputados Edimar Pireneus, Padre Jonas e Benício Tavares, indicou para líder o Padre Jonas. (Palmas).

Estes foram os ofícios que chegaram às nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Lembro aos Srs. Líderes que S.Exas. têm prazo de 24 horas para indicar os membros das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a propósito da discussão sobre lideranças, foi invocado o Regimento Interno do Senado. Sucede que o Art. 65 do Regimento Interno do Senado, que trata das lideranças, fala em 1/20 da composição do Senado, e no nosso caso o número cai para 1,02. Portanto, como não se pode seguir rigorosamente essa orientação. O que temos de fazer é adaptar um monstrego para reger os trabalhos desta Casa. Na verdade, ele não tem nada a ver com o nosso caso, mas serve de referência, para não haver uma disparidade muito grande. E concordo em que até aí haja referência, mas não podemos permitir que nesta Casa, que tem várias representações com um só membro, esses partidos deixem de ter as prerrogativas de liderança, de o Deputado falar em nome do seu partido ou mesmo falar em seu próprio nome, não implicando isto, obviamente, estrutura de liderança para esse partido.

Portanto, a minha proposta concreta é no sentido de que, mesmo usando-se como referência o Regimento Interno do Senado, se garanta às representações partidárias com um só membro as prerrogativas de um líder, ainda que sem a estrutura material respectiva.

Se V.Exa., Sr. Presidente, acatar a minha sugestão, farei a indicação do líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, também eu gostaria de levantar aqui esta questão, porque acho que se trata muito mais de problema político.

De acordo com essa proposta, só a partir de três Deputados é que os partidos poderiam ter um líder, e V.Exa. há de convir em que no nosso caso isto fica muito difícil. Já conversei a propósito disso com outros colegas, e todos concordamos em que alguns blocos não têm a dificuldade enfrentada pelos outros, aqueles que, tendo um só representante, tiveram de reunir três Deputados num só bloco para poder indicar a liderança. No nosso caso, isto ficou muito complicado, porque somos três companheiros, um do PCB, um do PC do B e um do PSDB. Sem dúvida, teríamos problemas, porque os nossos partidos têm estatutos, têm militância, sofrem cobranças e têm representatividade no Congresso Nacional.

Então recorro à boa vontade desta Casa para que faça uma reflexão política, uma discussão política ao estudar o nosso caso. Confesso que gostaria muito de ver os “tucanos” aqui representados, tendo voz e vez.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, evidentemente, vamos repetir aqui um pouco as palavras dos nossos companheiros Agnelo Queiroz e Maria de Lourdes Abadia. Não há dúvida de que há um interesse bastante grande em dar a esta Casa a estrutura de lideranças que correspondam aos aspectos políticos dos partidos. Não podemos entender a liderança ou a formação de blocos como formas menores de reunir pessoas para terem direito a mais uma sala, a mais uma secretária, a mais um chefe de gabinete, para ter o direito de eleger mais um para a comissão “a” ou para qualquer outra atividade.

Supomos que as lideranças devem ser pensadas essencialmente a partir do seu fundamento político. E nós, então, temos uma preocupação bastante gran-

de: estamos aqui com partidos novos, partidos que tentam renovar, trazer propostas novas para a sociedade brasileira. No caso do PCB, estamos exatamente diante do primeiro partido que, enfim, sobreviveu à realidade brasileira dos últimos 68 ou 69 anos. Este é um partido com linha programática bastante nítida. Por isso gostaríamos e precisaríamos trazer a este Plenário, em cada questão, em cada discussão que aqui fosse travada, o pensamento do nosso partido. Penso que este seja também o desejo dos demais partidos, mas, no nosso caso específico, optamos, os três partidos, por nos manter na nossa individualidade.

Evidentemente, quando afirmo essas posições, quero frisar que considero que todos os outros dez partidos representados nesta Casa por apenas um Deputado Distrital são igualmente representativos, buscam, da mesma forma, trazer para a Nação brasileira, para a nossa cidade uma nova perspectiva de um Brasil mais justo, de um Brasil melhor. Mas, guardadas as especificidades e esse interesse comum, neste momento optamos por manter essa individualidade. Pediria, então, a compreensão deste Plenário no sentido de aceitar que seja constituída essa liderança individual, nas premissas também colocadas pelo nobre Deputado Agnelo Queiroz, de que não estamos reivindicando nenhuma estrutura de liderança; estamos apenas invocando aquilo que nos parece ser mais importante na liderança, que é o seu componente político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, achamos extremamente justas as colocações dos companheiros. Agora, gostaríamos de refutar as palavras do Deputado Carlos Alberto quando citou a composição dos blocos parlamentares e a questão da ocupação de espaço de liderança, trazendo a nítida impressão de que nosso desejo visa a uma complementação do fisiologismo que tanto tem denegrido a imagem do Parlamento. Nós o fizemos em determinados blocos parlamentares por uma composição de idéias e na defesa de um interesse maior, o da sociedade do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicitaria aos Srs. Deputados que apresentaram propostas que as fizessem por escrito, dirigidas à Mesa, para que esta possa analisar a questão e submetê-las ao Plenário na reunião de amanhã.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Só gostaria, já que fui citado, responder que é um direito que temos, Sr. Presidente, de dizer que o Deputado Cláudio Monteiro não entendeu a minha colocação. Eu disse que não nos colocariamos num bloco com a mera intenção de obter benesses a qualquer custo. A questão é fundamentalmente política. E não quis dizer, com isso, que os outros que se constituíram em bloco tenham como finalidade obter benesses.

Espero que o nosso colega Deputado Cláudio Monteiro não tenha enfiado uma carapuça qualquer que não lhe era enviada.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelo a V.Exa. e aos companheiros Deputados para que resolvamos esta questão aqui e agora.

O que está orientando os nossos trabalhos até o momento é o Regimento do Senado, que, no seu Art. 65, diz o seguinte:

“A Maioria, a Minoria e as representações partidárias com número de membros superior a 1/20 da composição do Senado terão líderes e vice-líderes”.

Isto, aplicado à nossa realidade, representa 1,02. Então, rigorosamente, é a mesma aproximação que o Presidente fez quando analisou 2,4 para aproximar para 3. Com justeza, porque este é um Regimento do Senado Federal, e desconhecer que nesta Casa existem dez partidos que têm apenas um representante é brincadeira. Não há como protelar, haja vista que é um procedimento automático, que deve ocorrer com o mesmo raciocínio que, no caso dos blocos partidários, foi usado para a aproximação.

Eu pediria um esforço da Mesa no sentido de deliberar conjuntamente, visando a que os partidos que aqui não estão representados possam indicar também, neste momento, os seus líderes.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado, ontem este Plenário aprovou uma norma para formação de blocos: o mínimo de três Deputados por bloco. Esta foi uma decisão do Plenário. Insisto em que os Deputados façam a solicitação por escrito. A Mesa terá boa vontade para apreciar e encaminhar a matéria para decisão do Plenário.

Tem a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também nos foi encaminhado um comunicado da bancada do Partido dos Trabalhadores, composta pelos Deputados Pedro Celso, Wasny de Roure, Eurípedes Camargo,

Geraldo Magela e Lúcia Carvalho, indicando para Líder da Bancada do PT a Deputada Lúcia Carvalho. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, vou declarar encerrada a sessão.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, que a está solicitando para fazer um comunicado.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional realizou ontem sessão extraordinária para homenagear a memória do homem público, Deputado Federal, suplente de Senador eleito para a legislatura que terá início em fevereiro e Vice-Presidente do meu partido, o PDT, o Dr. Doutel de Andrade, que tinha por profissão advogar em favor do Banco do Brasil.

Neste momento, trago ao conhecimento desta Casa o luto e o pesar que nós, do PDT, estamos sentindo e singelamente, com estas palavras, nos aliamos àqueles que homenageiam a memória de Doutel de Andrade, um brasileiro que honrou nossa política, enalteceu nossa cultura e ajudou a dignificar nossa Pátria.

Cassado em 1966, não fugiu à luta e tratou de organizar a resistência democrática, participando da criação dos partidos de oposição, fazendo parte de diversos movimentos em defesa da democracia, até culminar com a fundação do PDT, ao lado de Leonel

Brizola e muitos outros companheiros.

Doutel ficará na memória do nosso partido como um combatente leal, carregado de princípios éticos e como incansável pacificador. Em toda a sua vida, sempre buscou a harmonia entre as forças contrárias e a paz entre os homens.

Agradecemos ao nosso ilustre Presidente a iniciativa da homenagem à memória de Doutel e compartilhamos com nossos companheiros do PDT do pesar pela ausência do nosso Vice-Presidente.

Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar a sessão, peço permissão para, em face do recebimento de ofícios, apresentar a Deputada Maria de Lourdes Abadia como Líder do PSDB, o Deputado Agnelo Queiroz como Líder do PC do B e o Deputado Carlos Alberto como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está encerrada a sessão.

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)

SUMÁRIO

1 — Ata da 3ª Sessão Ordinária, em 09 de janeiro de 1991.

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Comunicado da Mesa

Projeto de Resolução nº 008/91, que estabelece a composição do Pessoal dos gabinetes dos deputados.

1.2.3 — Comunicados de Parlamentares

Deputado Edimar Pireneus (PDT)

— Agradecimentos aos eleitores de Brasília e de Brazlândia pelo voto de confiança nele depositado.

— Pedido de providência sobre a necessidade urgente de saneamento básico para o setor Veredas, situado na cidade-satélite de Brazlândia.

Deputado Fernando Naves (PDC)

— Solicitando esclarecimento sobre a participação dos estados de Goiás e Minas Gerais, com relação à criação da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno.

— Deputado Peniel Pacheco (PST)

— Comentário sobre matérias publicadas no jornal "Correio Braziliense", a qual avalia a questão da contratação de funcionários para servir à Câmara Legislativa do Distrito Federal, um concurso público e sobre a matéria que traz o título "CIA estimula evangélicos, diz arcebispo".

Deputado Benício Tavares (PDT)

— Agradecimentos ao Sr. Edson Grossi de Andrade, pela execução das adaptações ao edifício da Câmara Legislativa facilitando o acesso dos portadores de deficiência física.

Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)

Apoio à luta dos comerciantes pela implantação da semana inglesa.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

Pronunciamento defendendo o funcionamento nos finais de semana do comércio local.

1.3 — Grande Expediente

Deputado José Edmar (PTR)

Apresentação de requerimento que visa apurar possíveis irregularidades na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Deputado Maurílio Silva (PTR)

Registro do alto índice de acidentes automobilísticos nas avenidas do Distrito Federal, e solicita que seja aprovado projeto viário que será apresentado nos próximos dias.

Deputado Geraldo Magela (PT)

Protesto contra as demissões de funcionários do Banco do Brasil.

Críticas à política privatista do Governo Federal com relação à privatização da Empresa de Correios e Telégrafos.

1.4 — Comunicado da Presidência

Convocação dos Srs. Deputados para Sessão Ordinária a realizar-se amanhã às 14:30 min.

1.5 — Encerramento

Ata da 3ª Sessão Ordinária, em 09 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, da 1ª Legislatura

Presidente (s): Sr (s). Deputado (s) Salviano Guimarães

Secretário (s): Sr (s). Deputado (s) José Ornellas

Às 14 horas e 55 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

— Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB) — Deputado José Edmar (PTR)

— Deputado Aroldo Satake (PDS) — Deputado José Ornellas (PL)

— Deputado Benício Tavares (PDT) — Deputada Lúcia Carvalho (PT)

— Deputado Carlos Alberto (PCB) — Deputado Manoel de Andrade (PTR)

— Deputado Cláudio Monteiro (PRP) — Deputada Mª de Lourdes (PSDB)

— Deputado Edimar Pireneus (PDT) — Deputado Maurílio Silva (PTR)

— Deputado Eurípedes Camargo (PT) — Deputado Pedro Celso (PT)

— Deputado Fernando Naves (PDC) — Deputado Peniel Pacheco (PST)

— Deputado Geraldo Magela (PT) — Deputado Rose Mary Miranda (PTR)

— Deputado Gilson Araújo (PTR) — Deputado Salviano Guimarães (PFL)

— Deputado Padre Jonas (PDT) — Deputado Tadeu Roriz (PSC)

— Deputado Jorge Cauhy (PL) — Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão ordinária.

A leitura da Ata será dispensada. Faremos sua publicação a posteriori, sendo permitido aos Srs. Deputados, através de requerimento escrito, dirigido à Mesa, solicitar correções da mesma.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que faça parte da Mesa.

Com relação ao expediente e à Ordem do Dia, somente poderemos apresentá-los após a constituição das Comissões Permanentes. A exceção é o Projeto de Resolução nº 008/91, de autoria do Deputado Fernando Naves e outros, para o qual solicitam urgência urgentíssima. O referido projeto de resolução será encaminhado à Comissão Diretora para emitir parecer.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da ementa do projeto.

O SR. 2º SECRETÁRIO (José Ornellas) — Projeto de Resolução nº 008/91 que estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Edimar Pireneus
- Fernando Naves
- Peniel Pacheco
- Benício Tavares
- Agnelo Queiroz
- Jorge Cauhy

Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao subir, pela primeira vez, à tribuna popular, quero fazer alguns agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus por estar participando deste momento histórico da nossa capital; depois, agradeço a todos os eleitores de Brasília e de Brazlândia pelo voto de confiança em mim depositado.

Devo dizer que as promessas que fiz em campanha não ficarão somente na ida e na vinda do meu gabinete ao plenário. As promessas feitas, isto é, de trabalhar em defesa das causas populares, aqui serão cumpridas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao fazer meu primeiro pronunciamento quero tratar de um assunto sobre o qual a comunidade deveria estar falando há muito tempo: a poluição. Desse assunto, devemos começar a falar em casa, em nosso bairro, na nossa cidade.

Começo, então, falando sobre a minha cidade querida, pulmão da minha cidade. Lá, Sr. Presidente, companheiros, está fixado o Setor Veredas que ainda não tem saneamento básico. Isso está causando poluição, afetando o equilíbrio ecológico, pois as fossas são rasas e, com o período das chuvas, os detritos são levados para o córrego Veredinha, caindo na barragem do Descoberto.

Na parte da Quadra 12 já temos instalado esgoto, mas todos os dias é entupido, vaza, e cai no córrego Veredinha.

Pedimos então ao Governo e à CAESB imediatas providências no sentido de rever a situação da Quadra 12. Reivindicamos, junto ao Governo, o rápido saneamento básico do Setor Veredas.

Ao defendermos a ecologia, o pulmão de Brazlândia, estamos defendendo também a água e a vida do povo de Brasília. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos solicitando que seja feita

imediatamente a proteção e a urbanização da reserva ecológica do Setor Veredas.

Quero aproveitar esta oportunidade para abordar a questão da abertura do comércio aos domingos. Somos radicalmente contra, porque acreditamos que domingo é o dia do descanso, o dia da família entender-se, é o dia do trabalhador. Não podemos concordar em que o interesse de alguns poucos se sobreponha ao da maioria dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi distribuído a todos nós o Projeto de Lei nº 001/91, de autoria do Governo, que cria a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno e dá outras providências.

A propósito, encaminho à Mesa o seguinte requerimento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Brasília-DF., 09 de janeiro de 1991

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de serem encaminhados a esta Câmara Legislativa esclarecimentos sobre a participação dos Estados de Goiás e Minas Gerais, com relação à criação da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, objeto do Projeto de Lei nº 001, de 02 de janeiro de 1991, bem como a estimativa de despesas para a aplicação desse projeto, e se os Governos dos Estados de Goiás e Minas Gerais também arcarão com dotações financeiras para a execução do projeto em pauta.

Tal solicitação se prende ao entendimento de que os benefícios e responsabilidades da criação dessa Secretaria não serão apenas para o Distrito Federal, como também para os Municípios localizados nessa região.

Justifica-se ainda o esclarecimento ora solicitado, haja vista que no projeto em apreciação não constam os elementos esclarecedores das despesas acarretadas com a execução do referido projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DEPUTADO — FERNANDO NAVES

Sr. Presidente, entendemos que problemas como a saúde, a educação, a segurança, o desemprego decorrente da migração, e outros mais, não são somente do Distrito Federal. Portanto, este não poderá arcar sozinho com a responsabilidade de resolvê-los, tampouco com as despesas para dar tratamento à altura que o caso requer.

Entendemos que o Estado de Goiás, por participar com grande número de Municípios na Região do Entorno, e o Estado de Minas Gerais também são responsáveis pelo problema, e através dos seus governos devem tentar resolvê-los. Por isso o nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria, aproveitando o momento, reportar-me a duas matérias jornalísticas veiculadas, hoje, nos jornais da cidade.

A primeira diz respeito a um artigo assinado pelo eminente jornalista Jair de Farias, no qual avalia a

questão de um "trem da alegria" que não aconteceu, nem acontecerá. Ele, inclusive, conclui a sua matéria dizendo que o "trem da alegria" não passa de um trem-fantasma.

Se existisse o "trem da alegria" nesta Casa, estaríamos transformando o recém-criado Parlamento do Distrito Federal em um lugar onde as atitudes não condizem com aquilo que é, realmente, o nosso objetivo. Como o trem é fantasma, faz-nos lembrar um parque de diversões.

Então, solicito ao Sr. Presidente que conceda permissão para que esse artigo, bem elucidativo, faça parte dos Anais desta Casa.

A outra matéria a que me referi foi publicada no "Correio Braziliense", e traz o título "CIA estimula evangélicos, diz arcebispo".

É preciso que fique bem claro, Sr. Presidente, que os movimentos evangélicos, no Brasil, são históricos. Surgiram no tempo do Brasil Império e sempre foram pautados por uma postura de repúdio ao imperialismo exacerbado promovido pelas nações colonizadoras do Brasil. Os evangélicos se pautam e são estimulados a realizar suas tarefas pelo que diz a Bíblia e a mensagem de Jesus Cristo. Se Jesus Cristo tem algum vínculo com a CIA, eu não sei. O certo é aquilo que é a determinação de Jesus Cristo: irmos pelo mundo anunciando o Evangelho a todas as criaturas, sem discriminação.

Em segundo lugar, o Evangelho é uma força libertadora que promove o homem integral. Não é um movimento estabelecido para criar amarras e enfraquecer a sociedade. Pelo contrário, o Evangelho fortalece o homem, principalmente na sua estrutura familiar.

Segue-se, portanto, que esta mensagem libertadora não liberta só o homem na sua condição mental e psicológica, mas o liberta até mesmo da escravidão do vício que coloca o homem muitas vezes como um elemento nocivo à sociedade, e o aproveita para prestar serviços a esta sociedade.

Se este Evangelho está sendo utilizado pela CIA, até aplaudo esta iniciativa.

O Evangelho resgata o ser humano e promove o bem-estar da família.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, se há alguém utilizando a estrutura religiosa para fins ilícitos, não compete a mim julgar. Se há religiões ditas evangélicas ou não que estão usando o Evangelho a fim de realizar algum trabalho financiado por este organismo internacional repudiável, como é o caso da CIA, então gostaria que o eminente Arcebispo de São Luís, Vice-Presidente da CNBB, pudesse retratar claramente de quem se trata, para evitar esta generalização tão danosa, e acredito que muito indesejável no momento em que se avizinha a visita do Papa ao Brasil.

Acredito que o eminente Arcebispo falhou ao fazer uma declaração sem estabelecer exatamente quais as pessoas que estão a serviço da CIA e utilizando uma promoção religiosa para realizarem o seu trabalho.

Em quarto lugar, convém salientar que dentro desta egrégia Casa existem Parlamentares que são de convicção evangélica, e acredito que o nobre Deputado Maurílio Silva, como pastor evangélico que é, não tem nenhum vínculo com a CIA. Creio que o nobre Deputado Wasny de Roure, principalmente, pelo seu vínculo com o PT e como ferrenho acusador das atividades deste órgão, não é vinculado a ele.

Não me privo de citar o meu próprio nome, pois não tenho nenhuma simpatia por este órgão e nenhum vínculo com ele, além de não gostar de ser visto como alguém que está a serviço desta instituição.

Portanto, Sr. Presidente, pedimos e acreditamos que seja concedida uma audiência com o Arcebispo de Brasília, na qual vamos levar a nossa preocupação quanto a esta atitude discriminatória que não traz

nenhum benefício à sociedade brasileira, acusações estas que não são dignas e esclarecedoras, trazendo, portanto, dúvidas.

Era o que tinha a dizer.

JAIR DE
FARIAS

Trem Fantasma

A discussão criada entre os deputados distritais sobre a contratação de alguns funcionários (21) essenciais ao funcionamento da estrutura de comando da Câmara Legislativa, que não pode esperar pelo concurso público para começar efetivamente seu trabalho, chega, por linhas tortas, mas chega ao conhecimento público, demonstrando a transparência que toda e qualquer ação da nova Casa Legislativa forçosamente terá aos olhos da cidade.

Os titulares de cargos diretivos da Câmara, presidente, vice, e secretários eleitos semana passada, constataram que além da falta de máquinas de escrever e cadeiras não têm sequer mensageiros à disposição para as tarefas mínimas, quando precisam na verdade de secretárias-dactilógrafas, assessores profissionais nas áreas da administração pública, legislação e direito, para que trabalhem.

Daí a necessidade, segundo a Mesa, de contratar funcionários de confiança passíveis de demissão.

A resolução da direção da Câmara promoveu a primeira tarde quente de debates entre os parlamentares, a partir de duras críticas do líder do PT, Geraldo Magela, à sugestão da Mesa, mesmo com a presença de Pedro Celso na 1ª Secretaria, forçando inclusive a que o presidente Salviano Guimarães saísse em defesa da instituição.

O que se quer é equilíbrio e sensatez. Se há erro no episódio, deve ser debitado à inexperiência da Mesa, em tratar matéria tão delicada sem a devida clareza que informasse em detalhes os porquês da resolução, da sua necessidade e legalidade. Houve ruído na comunicação, pois se de um lado há urgência nas contratações e legitimidade na sua prática; e em todos os legislativos os titulares de cargos diretivos gozam de prerrogativas de alguns funcionários de confiança, sem prejuízo dos concursados, de carreira, que, aliás, são as espinhas dorsais dessas casas; de outro lado, a sugerida prática da requisição funcional, autorizada em resolução do Senado, cria entraves à administração, já que não poderia ser feita em regime de urgência, com a necessária concordância dos requisitados, e sem que estes tivessem a confiança dos titulares da Mesa.

A verdade é que se não tivéssemos na sede do poder e não tivéssemos vivido tempos tão aviltantes de desrespeito aos cidadãos, nos desmandos cometidos nesta República, para benefício de alguns escolhidos, tudo seria diferente e o episódio compreendido nos limites da sua normalidade. Mas vivemos em Brasília, a cidade que testemunhou as maiores barbaridades nos campos do privilégio e do nepotismo nas administrações públicas, e por isso pagamos o preço de alguns exageros, inclusive vendo fantasmas, no caso, "trem fantasma".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nestas rápidas palavras, gostaria de manifestar meus agradecimentos pessoais e, quem sabe, posso até falar em nome de muitos dos que estão aqui presentes, pelo trabalho desinteressado e produtivo que os funcionários remanescentes da Embrater vêm realizando. Não tenho dúvidas de que é uma ação de grande utilidade para nosso trabalho.

Quero incluir neste agradecimento o nome do Dr. Edison Grossi de Andrade, pessoa que por sua competência e seriedade se tornou estimada por nós. Para mim, este agradecimento se reveste de maior

importância, tendo em vista o empenho pessoal do Dr. Grossi em executar as necessárias adaptações ao edifício, facilitando a vida das pessoas portadoras de deficiência. Sem essas adaptações, a começar por minhas atividades, tudo o mais para o deficiente seria dificultado. Quero, então, reiterar esses agradecimentos ao Dr. Grossi.

Sobre este mesmo assunto, li no jornal que a Novacap — talvez seguindo o exemplo da Câmara Legislativa — está construindo uma rampa de acesso ao anexo do Palácio do Buriti, especialmente para os deficientes físicos. Este pode ser o início de um longo caminho que vai nos levar, um dia, à total adaptação de todo o Distrito Federal. É um antigo sonho dos deficientes de todo o Brasil que a nossa Capital seja a primeira cidade brasileira — quem sabe até do mundo — a ser totalmente adaptada para que todas as pessoas portadoras de alguma deficiência possam se locomover sem dificuldades, com autonomia e dignidade.

O Poder Executivo, na pessoa do Governador, tem dito frequentemente que um dos seus objetivos seria a transformação de Brasília num exemplo de equilíbrio ecológico. Compartilho desse otimismo e tenho esperança de que o Governador atinja esse caro objetivo: Gostaria, entretanto, que Brasília também se transformasse naquele exemplo almejado por nós, portadores de deficiência, de vivermos em uma cidade sem obstáculos arquitetônicos ou culturais.

Estamos, a propósito desse assunto, encaminhando um projeto de lei que procura diminuir a grande injustiça que se pratica contra a pessoa portadora de deficiência, para o qual encarecemos a atenção dos nobres colegas e solicitamos o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deve entrar na Ordem do Dia desta Casa, nas próximas semanas, um projeto de lei de especial interesse para uma enorme categoria do Distrito Federal: os comerciários. Quero, aqui, antes de mais nada, ressaltar meu irrestrito apoio à luta dos comerciários pela implantação da semana inglesa que, além de uma legítima reivindicação, é perfeitamente constitucional, pois define uma jornada de 44 horas semanais. A redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais foi uma luta que exigiu muito dos setores organizados da sociedade, particularmente dos sindicatos e dos partidos progressistas. Apesar de não ser o que pleiteávamos, foi uma conquista importante para os trabalhadores.

A semana inglesa chega a ser apontada como um privilégio e, na verdade, ela já é uma realidade em diversos Estados brasileiros. Para ser mais preciso, a semana inglesa já foi adotada em 18 Estados da Federação. A forma de sua adoção varia da legislação ao contrato de trabalho.

A aprovação da semana inglesa não chega a ser, portanto, nenhuma grande polêmica. O projeto, que deverá ser discutido nesta Câmara, atende perfeitamente a todos os requisitos para a adoção da semana inglesa e, ainda, preserva a possibilidade de uma negociação entre patrões e empregados para funcionamentos fora do horário previsto.

A imprensa denuncia hoje, Sr. Presidente, sras. e srs. Deputados, demissões que os comerciários vêm enfrentando. A rotatividade é enorme, pois se trata de uma categoria extremamente dispersa, já que as concentrações de trabalhadores só ocorrem nas grandes firmas. Fica fácil, portanto, ao patronato, exercer pressões sobre seus funcionários.

Os comerciários ainda estão sujeitos a jornadas de trabalho semanal de mais de 48 horas. Isto, quando a própria Constituição Federal prevê a jornada máxima de 44 horas semanais. Nesta época de crise, quando

as pressões sobre os comerciários, ameaçados de demissão, aumentam, autorizar, como ocorreu recentemente, a abertura do comércio aos domingos, é entregar mais ainda esses trabalhadores a uma situação de brutal exploração. Precisamos, com urgência, colocar em discussão o projeto da semana inglesa, que resguarda a integridade dos trabalhadores do comércio. Muito Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pediria que os meus ilustres colegas Edimar Pireneus e Agnelo Queiroz prestassem atenção a esta matéria, pois está relacionada aos pronunciamentos de S.Ex.^{as}.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio preocupado e vejo, na televisão, a alarmante notícia de que o comércio de Brasília deverá dispensar nos próximos dias mais de seis mil trabalhadores comerciais.

Somados ao grande número de servidores demitidos pela extinção de órgãos federais, e pelo chamado enjugamento da máquina administrativa, a quantidade de desempregados é assustadora.

Enquanto isto, Sr. Presidente, revelando uma estranha irresponsabilidade e a total indiferença pela sorte daqueles que se viram privados do seu emprego, fonte da sua sobrevivência, líderes dos comerciários vêm pregando o fechamento do comércio às doze horas no sábado e a sua reabertura na segunda-feira.

Se essa desastrada idéia viesse a vingar, Sr. Presidente, seriam no mínimo mais vinte mil desempregados, uma vez que as empresas seriam forçadas a diminuir os seus custos, em face da retração dos negócios e da perda de compradores turistas que visitam a Capital nos finais de semana.

No mundo inteiro, Sr. Presidente, o comércio funciona ininterruptamente, sendo que, na maioria dos países mais civilizados, um grande número de casas de comércio ficam abertas em pontos estratégicos vinte e quatro horas por dia.

Aqui em Brasília, infelizmente, aqueles que se dizem líderes dos comerciários estão maldosamente confundindo horário de abertura do comércio com jornada de trabalho.

Uma coisa nada tem a ver com a outra. Os comerciários continuarão a trabalhar 44 horas por semana, como prevê o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.

Para preencher a extensão do horário de funcionamento do comércio, no mínimo, serão admitidos quinze mil novos empregados, ou deixarão de ser demitidos outros tantos.

Quanto ao repouso semanal, que insistem em dizer que só poderá ocorrer no domingo, é uma falácia; o próprio Senhor Jesus Cristo, ao ser censurado pelos fariseus por permitir que os seus discípulos colhessem espigas de trigo no dia de sábado para saciar a fome, respondeu-lhes:

"Qual deles não socorreria a sua ovelha ou seu jumento que viesse a cair em uma fossa em um sábado? "E assim, não poderia permitir que ele e seus discípulos passassem fome naquele dia santificado, à vista do alimento a ser colhido.

Sr. Presidente, esta nossa Câmara é um jovem Parlamento, depositário das esperanças e anseios de dois milhões de habitantes desta Capital.

Vamos zelar para que ela não venha a ser manchada com o pecado original da demagogia, da defesa de causas sem fundamento, e acabar eivada dos vícios que tanto desmoralizam outras Casas Legislativas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo

matérias para a Ordem do Dia, vamos passar ao Grande Expediente.

Passa-se ao
GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Grande Expediente:

- José Edmar
- Maurílio Silva
- Geraldo Magela

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANOEL DE ANDRADE — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Renovador deseja formalizar requerimento solicitando o adiamento, por mais 24 horas, do prazo de apresentação dos nomes dos titulares e suplentes das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Presidência acata o requerimento de V.Exa, e prorroga por mais 24 horas o prazo para a apresentação dos nomes dos Deputados que vão compor as Comissões.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT) — Sr. Presidente, considerando que foi aprovado o adiamento do prazo para a apresentação dos nomes daqueles que vão compor as Comissões, sugiro que decidamos hoje que a sessão de amanhã se destinará apenas à formalização das Comissões, inclusive com a eleição das suas direções. Consulto V.Exa. se há possibilidade regimental de assim fazermos. E digo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque vejo que estamos começando a andar em círculo, e o nosso processo legislativo está sendo por demais atrasado; temos de agilizá-lo. Há decisões que são urgentes. Por isso, se for regimentalmente possível, acho que teremos de sacrificar a sessão de amanhã — e, se for o caso, até a de 6ª feira — a fim de permitir que tomemos decisões urgentes, como a de contratação de funcionários, aquisições e projetos similares.

Assim sendo, consulto a Mesa se, regimentalmente, podemos tomar esta decisão, caso o Plenário esteja de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado, a Mesa deu um prazo de 48 horas para as indicações dos membros das Comissões, prorrogado agora por mais 24 horas, portanto, até amanhã. Caso findo este prazo não se conclua a composição das Comissões, suspenderemos a sessão de amanhã até que estejam todas prontas. Mas a suspensão se dará amanhã, antes do início da reunião, atendendo à sua solicitação.

Antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito, quero lembrar que no Grande Expediente o Deputado dispõe de 20 minutos para pronunciar sua oração, podendo receber apartes.

Solicitaria aos Srs. Deputados que tomassem seus assentos e que a imprensa respeitasse o andamento dos trabalhos da sessão e fizesse suas entrevistas logo após o término da mesma.

Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, tendo em vista a solicitação dos companheiros e até porque teremos de dar oportunidade a que os partidos indiquem os seus membros para as comissões, gostaria de dispensar os 20 minutos que me são concedidos neste Grande Expediente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito mais uma vez à imprensa que não faça entrevistas durante a sessão no recinto do Plenário.

Os Srs. Deputados que desejarem prestar esclarecimentos e entrevistas à imprensa poderão fazê-lo fora do recinto ou logo após a sessão.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador). — Como ainda não há autorização para os assessores adentrarem no recinto, e há questões de urgência a serem resolvidas, a única forma de esses companheiros se comunicarem com os Deputados é através da bancada da imprensa. Infelizmente, isto que está acontecendo é por conta da falta dessa autorização.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Gostaria de lembrar ao Deputado que esta matéria já transitou em julgado, e que já foi concedida autorização para que cada Deputado credenciasse um dos seus assessores para entrar no plenário e fornecer os subsídios e os documentos necessários, não podendo, porém, permanecer no recinto.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, posso informar que a matéria publicada no "Correio Brasileiro" é oriunda da agência "O Estado". É só um esclarecimento que eu gostaria que ficasse no nosso pronunciamento.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme meu pronunciamento de anteontem, acabo de dar entrada nesta Casa a um requerimento de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito que visa a apurar as irregularidades com as chamadas chácaras da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. De acordo com meu conhecimento, já somam mais de 10 mil, as chácaras que foram distribuídas em surdina, configurando falcaturia, de que o seriam a agricultores, mas que na verdade são destinadas a empresários, pessoas do Governo, por trás de quem estão autoridades do Governo e da fiscalização. De certo modo estamos vendo aí Brasília como um todo, pois em todos os cantos é a mesma coisa. Posso citar, no caso, Águas Claras, Vereda da Cruz, Arniqueira, Fercal, Ponte Alta, Ponte Alta de Cima, Ponte Alta de Baixo, e vários outros locais. Listam-se mais de 10 mil chácaras distribuídas pela Fundação Zoobotânica, sem que os esclarecimentos necessários tenham sido dados a público ou divulgados pela imprensa quanto à seriedade dessa distribuição.

Este é o questionamento que faço aqui, ao mesmo tempo em que dou entrada nesta Casa ao requerimento já referido. A propósito, junto ao requerimento alguns fatos, como, por exemplo, a queda do Secretário de Agricultura, meses atrás, quando tentou constituir uma CPI para apurar tais irregularidades e foi demitido. Espero que eu, como Deputado, não seja demitido, até porque não há possibilidade nenhuma de isso acontecer. Quero apenas, meus companheiros, em nome da moral, da dignidade, da lisura, e tentando resgatar aqui os valores morais desta Câmara Legislativa na apuração de tais irregularidades, que possamos constituir essa comissão para apurar tais casos.

Cedo um aparte no nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Sr. Deputado, companheiros, quero apresentar, de público, o meu apoio ao pedido do companheiro, até porque tenho conhecimento de que, na região administrativa de Brasília, próxima a Alméciga, núcleo rural, existem, inclusive, pistoleiros que ali residem, que ameaçam com tiros, com armas de fogo de grosso calibre, moradores que ali estão há vários anos, porque

querem, simplesmente, beneficiar-se de uma condição em que até hoje não foi colocado freio; está desenfreada a condição de cessão de chácaras e de propriedades, porque aqueles que necessitam realmente não têm oportunidade de cultivá-las, e aqueles que jamais vão colocar em prática a agricultura estão se beneficiando de tudo isso. Então, quero, de público, apresentar o meu apoio ao companheiro José Edmar. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço ao nobre companheiro Fernando Naves.

Concedo aparte ao companheiro Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Sr. Presidente, prezados companheiros, eu queria, na qualidade de líder da bancada do PTB, ratificar essa sua posição, porque acho que é o mais importante nessa questão elementar e fundamental para o Distrito Federal. Temos necessidade urgente de que se cumpram as normas ditadas com referência a essas chácaras, a fim de que se alinje o objetivo de produção para o qual são orientadas, para que dêem retorno e tragam, como resposta, a abundância de víveres e da produção agropecuária, portanto, para que a nossa comunidade seja beneficiada, e não para que poucas pessoas levem vantagem e nós fiquemos atrás do processo de desenvolvimento, e em retrocesso na aplicação dessas chácaras. Agradeço a oportunidade deste aparte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR — Sou eu que agradeço a ratificação do companheiro Deputado Padre Jonas. Ouço o Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Será um assunto muito polêmico, e é bom que também falemos. Eu queria dizer a V.Exa. que tenho conhecimento da existência de chácaras dos chacareiros de Águas Claras. Visitei toda aquela região que é muito produtiva. Pode haver fraude na entrega de chácaras para empresários ou outras coisas, mas eu gostaria até de convidar, como fui convidado, o ilustre Deputado a fazer uma visita e ver que lá tiraram o 1º, 2º e 3º lugares de produtividade em Brasília. Então, eu solicito ao nobre companheiro que aquele lugar seja respeitado. É possível que alguns também possam ter recebido chácaras, como bonificação, mas eu afirmo com toda a certeza que aquela zona tem uma produtividade que satisfaz Brasília e abastece o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR — Gostaria de lembrar a todos os companheiros que anteontem eu trouxe a esta sessão alguns produtores rurais que moram na Vila São José há mais de 20 anos. Eu citei também naquele documento que eram mais de 585 famílias, e hoje restam somente 57 famílias que residem ali há quase 20 anos, e nunca tiveram suas chácaras demarcadas.

Pelo contrário, as chácaras que estão demarcadas são justamente as de empresários, de pessoas que nunca tiveram produção agrícola, que estão lá dentro através de um favorecimento político ou financeiro. Não posso aceitar que, ao mesmo tempo, a sociedade de Brasília questione a entrega de lotes para pessoas de baixa renda, como Samambaia, mas não questione a entrega de chácaras de 20 mil metros, que poderiam abrigar mais de 100 famílias, a parlamentares, como é o caso de Senadores da República que detêm chacara pelo seu favorecimento parlamentar, mas que se recusam a aceitar famílias humildes, como é o caso do pessoal da Vila São José. Não posso aceitar essa argumentação. Envergonho-me quando vou a Taguatinga e vejo na Estrada Estrutural aquele amontoado de chácaras, mansões que surgem sob a promessa de serem chacareiros. Coisa nenhuma, são bonificações da Fundação Zoobotânica sobre propinas. É isso que acontece e por isso é que dei entrada nesta Casa ao pedido dessa comissão parlamentar de inquérito, para que se apurem essas denúncias. Quero que

estejam juntos vários documentos, depoimentos de autoridades, de fiscais da zona rural denunciando esse fato.

Agradeço a atenção e peço desculpas pela veemência, mas, realmente, ao passar anos subindo aquela serra, e vendo-a, diante de tal barbaridade, não poderia ter outro comportamento.

Aproveitando, ainda, o meu tempo, gostaria de complementar o pronunciamento do nobre companheiro Edimar Pireneus, com relação à barragem do Rio Descoberto. Sou um ferrenho defensor dos loteamentos, das chácaras da população de baixa renda, mas sou membro do Conselho da Defesa Civil, Conselho da Defesa do Meio Ambiente — CONDEMA, situados em Taguatinga, e também conheço muito bem a parte da barragem do Rio Descoberto. Gostaria de complementar, somente como um subsídio à sua proposta, Deputado Edimar Pireneus, que às margens da barragem do Rio Descoberto existe um loteamento denominado Mansões Lucena Roriz. Foi colocado o nome do pai do nosso Governador a propósito, para que realmente houvesse facilidade de legalização daquele loteamento. Mas aqueles lotes estão justamente na barragem do Rio Descoberto. Todo esgoto que vier a ser feito naquela área terá forçosamente de cair na barragem do Rio Descoberto. Então, complemento dizendo que há necessidade de que o Poder Público, o Poder Executivo intervenha naquele loteamento de Mansões Lucena Roriz para realmente coibir, terminar com aquela aberração que acontece às margens da barragem do Rio Descoberto.

Gostaria de complementar o que o nobre Deputado Agnelo Queiroz citou há pouco, a respeito da semana inglesa. Sou plenamente favorável à semana inglesa, desde que não tenhamos um turno duplo. Explico por que, Deputado Agnelo Queiroz. Brasília, por suas distâncias, dificulta aos companheiros que trabalham, por exemplo, no Plano Piloto, cumprirmos dois turnos, e fazer a refeição. É muito difícil. Inclusive os funcionários públicos já estão caminhando para um turno único de seis horas. Acho que isso é viável. Deveríamos debater mais sobre esse assunto, para que nós, não só no serviço público, mas na iniciativa privada, tivéssemos turno único de seis horas, ou mesmo dois turnos de seis horas com duas turmas.

Agradeço ao Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, anteontem e ontem vimos, em Taguatinga, graves acidentes de trânsito com vítimas, criando problemas para familiares e, certamente, causando dificuldades futuras para pessoas que já estão hospitalizadas.

Em janeiro de 1989 vimos na Estrutural um gravíssimo acidente, envolvendo um caminhão, com várias vítimas, até vítimas fatais.

Posteriormente, em junho de 1989, a Estrada Parque de Taguatinga servia de cenário para um novo desastre, envolvendo dezessete veículos.

No mês passado, um órgão competente do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal registrou centenas de colisões, onde várias pessoas morreram e dezenas ficaram feridas. Repetindo, anteontem Taguatinga passou por um momento difícil, quando vinte e quatro veículos se envolveram numa tragédia, ficando o sistema viário totalmente paralisado por horas.

Ontem vimos a cena de novo. Esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados não pode assistir impassível à ceifa de vidas colhidas na seara do trânsito aqui do Distrito Federal.

É de sabedoria geral que a nossa cidade abriga um dos mais violentos trânsitos do País, e há indicação

ascendente dos índices de crescimento da frota de veículos, sendo hoje cerca de um carro para cada habitante. A atual desproporção do aumento da população em comparação com o desempenho da arquitetura viária e a projeção populacional, certamente irá causar-nos dificuldades maiores em um futuro bem próximo.

Gostaria de fazer um veemente apelo: que esta Casa não assistisse a este tipo de situação impassível, parada, mas que pudéssemos caminhar no sentido de apresentar solução viável para que no mínimo amenizemos a situação viária do Distrito Federal.

Construímos uma cidade para 500 mil habitantes no ano 2000, e temos hoje 2 milhões de habitantes com um sistema viário deficitário e problemático.

Fica aqui o meu apelo no sentido de se amenizar a situação com um projeto sério, e nos próximos dias estarei apresentando a esta Casa um projeto viário, juntamente com a diretoria de engenharia de trânsito do Distrito Federal, no sentido de viabilizar o trânsito do Distrito Federal.

Penso que, assim fazendo, poderemos, no mínimo, evitar que lares venham a enlutar-se em virtude do trânsito no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, companheiros e companheiras Deputados, faço uso da palavra hoje para informar à Mesa que estarei protocolando ainda no expediente desta data dois pedidos de voto de censura desta Câmara Legislativa. De acordo com o Regimento que usamos como referência, deverão ser votados na próxima sessão.

Esses dois votos de censura são contra atos do Governo Federal. O primeiro deles é em relação ao que a imprensa tem noticiado fartamente, ou seja, as demissões de funcionários do Banco do Brasil. Isso não mereceria de nós uma análise se fosse uma simples demissão e se ela se justificasse, a bem do serviço público ou a bem do interesse público. Mas não é isto que acontece.

Todos sabemos da função social do Banco do Brasil ao longo da história da sua existência, como fomentador do desenvolvimento nacional, principalmente no que diz respeito ao setor agrícola, ao setor agropecuário, ou seja, o Banco do Brasil é um dos principais responsáveis pela produção de alimentos neste País, uma vez que é o principal financiador da produção agrícola. O que o Governo Federal quer, atendendo aos mandos a às orientações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial? Quer privatizar o Banco do Brasil. A direção da empresa anuncia para os próximos dias uma reforma administrativa, através da qual pretende demitir, já nos primeiros dias, cerca de seis mil funcionários.

Eu diria que, segundo dados do Sindicato dos Bancários e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito — Contec — o Banco do Brasil precisa contratar aproximadamente cinquenta mil funcionários para atender a toda a demanda neste grande País. E o que quer o Governo agora? Fechar agências do Banco do Brasil — e o faz passionalmente.

Vejam V.Exas. que outro dia a UDR entendeu de protestar contra a política agrícola do Governo, e queimaram uma colheitadeira na cidade de Jatá, em Goiás. Este foi um protesto contra a política agrícola do Governo, a falta de financiamentos. O que o Presidente da nossa empresa fez? Mandou fechar a agência, penalizando toda uma comunidade.

O que o Governo Federal quer é dilapidar todo o patrimônio público construído ao longo da História desta nossa população. Começa a fazer isto com o maior patrimônio, o Banco do Brasil.

Nós, como legítimos representantes da população

nesta cidade, não nos podemos calar diante disto. Trata-se de um fato de outra região, mas vai atingir também os moradores do Distrito Federal.

Outro fato, Sr. Presidente, companheiros Deputados, que queremos censurar diz respeito a essa política privatista do Governo Federal. O Governo entende agora de privatizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e acaba de abrir na quadra 716 Norte a primeira agência privatizada em Brasília. Ou seja, vamos confiar a nossa correspondência, os nossos valores, todo aquele processo de correios que hoje existe — que até determinado momento foi considerado uma das organizações-modelo em nosso País — e vamos transformar isto agora em instrumento de lucro de alguns poucos apadrinhados do Governo Federal.

Por exemplo, as primeiras agências privadas de Correios em Minas Gerais são de propriedade do superintendente dos Correios naquele Estado. Isso não é novidade, acredito, para a maioria dos Deputados. E essa onda privatista do Governo Federal em relação aos Correios também vai ocasionar demissões. E quem não acompanhou pela imprensa a denúncia de que muitos dos funcionários públicos demitidos pelo Governo Federal estavam sendo recontraçados por empresas prestadoras de serviço? Ou seja, muda o destinatário do pagamento. Ao invés de serem os trabalhadores, passam a ser os atravessadores de mão-de-obra.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Este aparte é para dizer que somos solidários com a intervenção do Deputado Geraldo Magela, no que diz respeito a essa atitude de demissão no Banco do Brasil, porque isso é um escândalo público, é entregar o patrimônio, é a cara do Governo Collor, é a cara do desrespeito à Nação. O patrimônio de um dos maiores bancos do mundo e do nosso povo agora, a todo custo, ele quer entregar. Com relação à questão dos Correios e Telégrafos, Deputado, é uma preocupação nossa, pois o objetivo é entregar ao monopólio esse patrimônio de uma das empresas mais prestigiadas e que tem o maior índice de confiança, em relação até mesmo ao de outras instituições no País. Progressivamente, a partir da gestão de Antônio Carlos Magalhães, o propósito tem sido entregar literalmente essa empresa. Apresentamos, hoje, peña manhã, na 3ª Secretaria, projeto de resolução que diz o seguinte:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 006, de 1.991.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal resolve: Art. 1º Encaminhar aos Correios e Telégrafos solicitação de instalação de uma agência para o funcionamento em suas dependências, com a designação de funcionários para atendimento ao público. Parágrafo único. A Mesa deverá indicar a sala que ficará à disposição dos Correios e Telégrafos para instalar-se. Art. 2º A Câmara Legislativa do Distrito Federal fica impedida de firmar convênios e fazer qualquer tipo de contrato com firmas prestadoras de serviços aos Correios e Telégrafos. Os contratos para expedição de material da Câmara e dos Deputados não poderão, também, ser executados por firmas prestadoras de serviços.

Angelo Queiroz
Deputado Distrital
JUSTIFICATIVA

O Governo Federal vem, sistematicamente, trabalhando no sentido de privatizar os Correios e Telégrafos. Esta ação iniciou-se com a gestão do Ministro Antônio Carlos Magalhães no Ministério das Comunicações.

Alguns anos atrás, pesquisa de opinião pública apontou os Correios e Telégrafos como a instituição que gozava de maior confiança da sociedade. Esta constatação desmistificava a inverdade tantas vezes

reafirmada de incompetência das empresas estatais. Inverdade que já é aceita como verdade inquestionável por diversos setores da sociedade, tal foi a manipulação da opinião pública pelos setores interessados na entrega do patrimônio público do povo brasileiro aos setores privados.

Este processo privatista vivido pelos Correios e Telégrafos tem, também, suas consequências sociais. As demissões de funcionários ocorrem e em grande número. Mais uma vez, os interesses dos trabalhadores são colocados em segundo plano para atender a grupos privados.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, não aceitando que uma agência privada de prestação dos serviços dos Correios e Telégrafos seja instalada para atendê-la, estará, portanto, contribuindo para a defesa do patrimônio público nacional. Mais ainda, estará resgatando a possibilidade de os Correios e Telégrafos provarem, novamente, a eficiência das estatais, desde que não tenham suas políticas voltadas para atender a interesses privados de parcela reduzidíssima da sociedade. Diversas estatais já provaram sua

eficiência quando não sofreram influência de políticas governamentais voltadas para atender a determinados setores da sociedade em detrimento de sua maioria.

Agnelo Queiroz
Deputado Distrital

Isso garante que demos o exemplo aqui, ao não permitir que ocorra o que aconteceu em Minas Gerais, revertendo-se, assim, completamente a situação. A proposta já foi entregue. Espero que amanhã seja lida, e votada por todos os companheiros, para que se defenda o patrimônio público, os Correios e Telégrafos.

O SR GERALDO MAGELA — Certamente esse projeto terá o nosso apoio, porque entendemos que o Poder Legislativo do Distrito Federal, agora instalado, tem de se transformar numa tribuna popular de defesa dos interesses da população. Para isso estaremos aqui usando do nosso mandato, usando desta tribuna para fazer as denúncias que coloquem realmente no devido lugar as questões que interessam à população do Distrito Federal e do País inteiro.

Sr. Presidente, estamos hoje registrando na 3ª Secretaria esses dois pedidos de voto de censura, para que possamos apreciá-los na próxima sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, convoco sessão ordinária para amanhã, dia 10, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

MESA

Presidente
Salviano Guimarães (PFL)
Vice-Presidente
Tadeu Roriz (PSC)
1º Secretário
Pedro Celso (PT)
2º Secretário
José Ornellas (PL)
3º Secretário
Benício Tavares (PDT)
Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)

S U M Á R I O

1 — Ata da 4ª Sessão Ordinária, em 10 de janeiro de 1991

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Comunicado de Parlamentares

Deputado Gilson Araújo (PTR)

— Referências ao programa de assentamento para famílias de baixa renda do Distrito Federal.

— Considerações sobre matéria publicada na imprensa local acerca das demissões de funcionários do Banco do Brasil S/A.

Deputado Pedro Celso (PT)

— Citação de nota publicada no jornal "BsB Brasília" sobre a criação da Secretaria do Entorno.

— Apresentação de Moção que "solicita informações ao DETRAN juntamente com o DTU e o GDF sobre o setor de transporte coletivo de Brasília".

— Comentários sobre matéria publicada na imprensa local intitulada "Padrão" que registra a falta de segurança nos veículos de Brasília.

Deputado Wasny de Roure (PT)

— Considerando sobre o projeto de alfabetização Paulo Freire.

— Comentários sobre matéria publicada na revista "Veja" intitulada "Réveillon Bombástico" a respeito do processo inflacionário do País.

Deputado Padre Jonas (PDT)

— Congratulações à Mesa Diretora pela condução dos trabalhos legislativos desta Casa.

— Apresentação de projeto que visa a preservação da memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

— Apresentação de requerimento que "solicita voto de aplauso, louvor e congratulação pela recondução do coronel Almir Maia Ribeiro ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal.

Deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB)

Registro do exemplar da 1ª edição da Constituição Brasileira, contendo a Carta do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para arquivo da biblioteca nesta Casa.

— Referências do Projeto de Lei nº 1, que "Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e dá outras providências".

1.3 — Ordem do Dia

Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Padre Jonas, que "Solicita votos de aplausos, louvor e congratulação pela recondução do coronel Almir Maia Ribeiro ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal. Aprovado, por votação simbólica.

Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado

Pedro Celso, que "solicita tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 001/91, de autoria do deputado Fernando Naves que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências" e 008/91, de autoria da Mesa Diretora, que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências". Aprovado, por votação simbólica.

Discussão e votação em 1º turno, dos Projetos de Resolução nºs 001 e 008, de 1991 que "estabelece a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais, e dá outras providências" Aprovado, com 23 votos favoráveis e 01 voto contrário.

1.4 — Comunicados da Presidência

Convocação dos Srs. deputados para sessão ordinária a realizar-se amanhã, às 9 horas.

1.5 — Encerramento.

Ata da 4ª Sessão Ordinária, em 10 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr.(s). Deputado(s) Salviano Guimarães

Secretário(s): Sr.(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 15 horas e 10 minutos, encontravam-se presentes os Srs.

Deputados:

— Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)

— Deputado Aroldo Satake (PDS)

— Deputado Benício Tavares (PDT)

— Deputado Carlos Alberto (PCB)

— Deputado Cláudio Monteiro (PRP)

— Deputado Edimar Pireneus (PDT)

— Deputado Eurípedes Camargo (PT)

— Deputado Fernando Naves (PDC)

— Deputado Geraldo Magela (PT)

— Deputado Gilson Araújo (PTR)

— Deputado Padre Jonas (PDT)

— Deputado Jorge Cauhy (PL)

— Deputado José Edmar (PTR)

— Deputado José Ornellas (PL)

— Deputado Lúcia Carvalho (PT)

— Deputado Manoel Andrade (PTR)

— Deputada Mª de Lourdes (PSDB)

— Deputado Maurílio Silva (PTR)

— Deputado Pedro Celso (PT)

— Deputado Peniel Pacheco (PST)

— Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

— Deputado Salviano Guimarães (PFL)

— Deputado Tadeu Roriz (PSC)

— Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A leitura da Ata será dispensada. Faremos publicá-la a posteriori, sendo permitido aos Srs. Deputados, através de requerimento escrito dirigido à Mesa, solicitar correções de lapsos.

Com relação ao Expediente e à Ordem do Dia, somente poderemos apresentá-los após a constituição das Comissões Permanentes.

Passaremos a palavra aos oradores inscritos no:

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Gilson Araújo
- Pedro Celso
- Wasny de Roure
- Padre Jonas
- M^{te} de Lourdes

Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar a esta Casa o reinício do Programa de Assentamento para Famílias de Baixa Renda do Distrito Federal.

Inicialmente, serão entregues mais de mil lotes, dentre os cem mil previstos no programa de governo de Joaquim Roriz para os próximos quatro anos.

O Programa de Assentamento para Famílias de Baixa Renda foi bombardeado, em períodos anteriores, por minorias que fazem do discurso a sua arma de conversar com o povo.

O Governador Joaquim Roriz, no seu programa de governo, priorizou ao máximo o social perante 54 favelas existentes no Distrito Federal, onde cidadãos enfrentavam as piores condições de moradia.

Da mesma forma que Juscelino Kubitschek foi extremamente combatido em 1957, com a idéia de instalação da nova Capital da República no Centro-Oeste, também o foi Joaquim Roriz com a iniciativa dos assentamentos, sob a acusação de provocar migração para o Distrito Federal.

Com isso quero deixar claro que não devemos confundir o Programa de Assentamento para Famílias de Baixa Renda com migração.

Já há a idéia de solucionar o problema de moradia em todo o Brasil entre os Governos de Estados.

Ouero registrar também que, para se habilitarem a esse programa, é necessário que as famílias estejam há pelo menos cinco anos em Brasília e não possuam outro imóvel. A classe média também será contemplada.

Aproveito a oportunidade para apresentar nesta Casa nossa preocupação com a Agrovila São Sebastião, assentamento populacional que, por uma questão de justiça, deseja ser transformada em mais uma cidade-satélite.

Sobre este assunto, futuramente apresentarei esta Casa projeto de lei.

A outra questão que quero abordar — e os jornais já a estão estampando — é relativa às demissões no Banco do Brasil. Sou funcionário desse banco, uma entidade secular, que vem promovendo o desenvolvimento social em todos os rincões do Brasil. Hoje há idéia de demissão de 6 mil a 24 mil funcionários, quando sabemos que a instituição tem defasagem de 50 mil funcionários.

Isso foge aos princípios desse banco e de suas finalidades, isto é, levar a cada cidade, a cada rincão do Brasil o desenvolvimento social, principalmente na área de capacitação de recursos humanos e de desenvolvimento regional.

É preocupante essa questão. Por isso peço aos

nobres companheiros que, na medida do possível, somemos esforços para que seja amplamente divulgada, e que soluções sejam encontradas, porque são pais de famílias com mais de 10 e 20 anos de serviço que serão demitidos. Seus cargos foram conquistados com duros sacrifícios, através de concursos, exigidos pelo Banco do Brasil.

Essas demissões terão reflexo social em todo o Brasil. Se esses funcionários — de 6 mil a 24 mil — forem demitidos, haverá fechamento de agências e também o desenvolvimento regional será atingido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção para uma matéria publicada ontem no jornal BSB-Brasília, a respeito da criação da Secretaria do Entorno, que deverá ter o seu projeto aprovado rapidamente. Inclusive, a matéria diz que hoje a criação desta Secretaria já estaria aprovada.

Gostaria de ressaltar um ponto importante. A Mensagem do Governador e uma declaração do Presidente desta Casa causaram estranheza, por dizerem que essa Secretaria não seria uma Secretaria de Estado, quando no § 4º da página 3 da Mensagem do governador está claro que é uma Secretaria de Estado. O que não está claro é como será feita esta cooperação entre o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais e Goiás.

Outro fato que merece atenção, sobre a criação dessa Secretaria, é que, primeiro, ela será criada e só depois disso é que se determinará qual será a sua estrutura, através de mensagem enviada, a posteriori, a esta Casa.

Estas são questões para as quais devemos estar bastante atentos, a fim de não incorrerem em precipitação.

Em segundo lugar, quero apresentar aqui uma moção de repúdio contra a decisão do Detran, que mais uma vez puniu um trabalhador rodoviário por um erro da empresa para a qual trabalha: a Viação Planeta.

O motorista Fausto Soares da Silva teve, ontem, a sua Carteira de Habilitação cassada, o seu instrumento de trabalho, pois ele é motorista profissional; portanto, sem a Carteira Nacional de Habilitação não pode trabalhar.

Esse motorista teve a sua habilitação apreendida porque na última segunda-feira ele conduzia o ônibus envolvido na colisão com outros 22 veículos na estrada de Taguatinga.

O ônibus, conforme relato da empresa, hoje, e vistoria feita pelo Instituto de Criminalística, tinha vazamento do óleo do freio e, portanto, estava sem freio e com a vistoria vencida desde o dia 8 de dezembro, sendo que esta última informação é do Departamento de Transporte Urbano.

Pergunto: por que o Detran não puniu a empresa, a Viação Planeta e o seu proprietário?

Por isso, registro aqui o meu repúdio contra o Detran e espero que esse órgão, juntamente com o DTU e o GDF, puna os verdadeiros responsáveis e acabe de vez com a impunidade dos empresários do setor de transporte e com esta desordem nos transportes coletivos de Brasília.

Quero registrar, também, que o Sindicato dos Rodoviários, conforme farta documentação da imprensa, promoveu uma operação denominada "Paradrão", cujo resultado, também divulgado pela imprensa escrita, falada e televisada, mostrou que cerca de 70% da frota de ônibus da cidade rodam sem as mínimas condições de segurança.

Esta situação não pode persistir. Acabaram de cassar o direito do motorista Fausto Soares da Silva

de trabalhar e, conseqüentemente, de alimentar a sua família. No entanto, a empresa continua rodando, com os mesmos problemas, e a população continua correndo os mesmos riscos, por falta de segurança nos veículos.

Fica, portanto, registrado o nosso repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de utilizar o Pequeno Expediente, mais conhecido como "pinga foga", para reivindicar junto ao Governo Federal e ao Governo do Distrito Federal apoio com relação ao projeto de Alfabetização Paulo Freire, que conta com aproximadamente 30 monitores e 200 pessoas em processo de alfabetização.

O projeto é de tal eficiência que hoje vem sendo utilizado como modelo para a implantação de projetos de alfabetização dentro dos órgãos públicos.

Gostaria, ainda, nesta oportunidade, Sr. Presidente, de fazer um pequeno comentário quanto ao processo que o País vem vivendo, no que diz respeito à manipulação dos índices de inflação.

Este método já foi utilizado em governos anteriores, como no caso da famosa crise do preço do chuchu. Isto deu margem para que o Governo utilizasse o princípio da substituição de produtos, que pode ocasionar uma redução no índice inflacionário.

A Sra. Ministra da Economia lançou um novo conceito que, metodologicamente, é bastante questionado, inclusive não se usa: o de utilizar os produtos com preços promocionais no mecanismo da cesta de alimentos, e, portanto, como mecanismo de redutibilidade dos índices de inflação.

O nosso último índice, que é o do mês de dezembro, atingiu a casa de 19,39%, acusado pelos próprios índices governamentais. Isto é um princípio que fere todo o elemento da série de índices de preços que a Fundação Getúlio Vargas tem. Parece-me que a Sra. Ministra pretende introduzir o índice geral de preços promocionais. Isto não existe na história de índices, e, portanto, trará grande prejuízo para a economia brasileira.

Gostaria ainda de ressaltar que a sociedade brasileira está assistindo, neste início de ano, a duas grandes denúncias através da imprensa, inclusive da imprensa internacional, quando o "Sunday Times" traz vultuosas denúncias sobre o comportamento ético desse Governo Federal, e as revistas "IstoÉ" e "Veja" trazem farto material, sobretudo do verdadeiro assalto à população brasileira, com a utilização do processo de benesses como forma de catalizar, junto ao Governo, os grandes empresários.

Soubemos, pela imprensa, do chamado **réveillon** do governo central, o Governo Collor utilizando-se das benesses do empresário Alcides Diniz, como também da utilização, pela Ministra Zélia, das benesses concedidas pelo empresário Eugênio Staub. Além disso, não muito diferente, o Presidente do Banco Central, utilizando suas prerrogativas, teve a oportunidade de usufruir das benesses concedidas pelo empresário Frederico Seves.

Essa é uma forma de aliciar o Governo, que deve ser uma entidade imparcial no processo de análise das reivindicações, tanto do setor de trabalho como do setor capital, no que tange à administração pública, isento de estar sendo aliciado através de concessão de benesses, e, portanto, do favorecimento a determinados empresários.

Permita-me apenas fazer uma menção ao que traz a revista "Veja", no que tange à última coluna na reportagem denominada "**Réveillon Bombástico**". Diz a referida reportagem:

"Eu nunca aproveitaria a presença da Ministra em minha casa para lhe pedir algo", diz o dono da

Gradiente. "Um empresário pode até aproveitar a amizade que possui com uma autoridade para fazer uma reivindicação para o país ou mesmo para o setor que representa. O problema começa quando pede para sua empresa. Ai é incesto", completa Staub. Outro empresário, Umberto Modiano, que desde 1971 tenta receber uma indenização de 2,1 bilhões de cruzeiros por prejuízos que sofreu com alterações na política de câmbio, recebeu Zélia em sua casa e não tocou em temas monetários nas conversas que teve com ela. Modiano faz um relato muito franco sobre o encontro: "Ela viajou em meu avião, andou em meu barco, hospedou-se em meu hotel e comeu em minha casa", afirma. "Nada comentei porque sou elegante, mas quero meu dinheiro", encerra Modiano, que na quarta-feira passada entrou com nova ação na Justiça contra o Governo para recuperar-se da perda".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de cumprimentar a Mesa pela maneira como vem dirigindo os nossos trabalhos e decidindo os assuntos que lhe são afetos. Um voto de louvor aos companheiros da Mesa.

Gostaria também, nesta oportunidade, de comunicar que nos próximos dias estaremos dando entrada a um projeto que visa a organizar, preservar e divulgar a memória desta Casa, caixa de ressonância democrática do povo, para que os irmãos nossos das próximas gerações saibam de nossas legítimas origens, conheçam os fatos aqui acontecidos e avaliem as consequências construtivas dos seus efeitos, justificando a razão histórica da caminhada na busca insusltil do entrelaçamento integrado dos Poderes Legislativo e Executivo em favor do objetivo maior — o bem-estar de todos nós.

Aproveito também este momento para apresentar à Mesa requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado que seguimos até o momento, e da Resolução nº 49 da mesma Casa, de voto de louvor e congratulações pela recondução do Coronel Almir Maia Ribeiro ao comando da Polícia Militar do Distrito Federal.

O presente requerimento objetiva fazer justiça e dar reconhecimento ao trabalho realizado pelo Cel. Almir Maia Ribeiro em sua carreira militar à frente do comando da Polícia Militar do Distrito Federal, onde sempre desempenhou com galhardia as funções que lhe foram atribuídas. Neste momento histórico para Brasília, quando a democracia faz concretas as aspirações de seus habitantes, nós nos deparamos com a recondução, pelo Sr. Governador Joaquim Domingos Roriz, do Cel. Maia para o comando da corporação, na qual temos a certeza de que, usando do bom senso que lhe é peculiar, tudo fará para o maior entrosamento entre as polícias Civil e Militar do Distrito Federal, resgatando a mais completa e elementar garantia constitucional de cada cidadão. Sendo Brasília o centro das decisões nacionais, o exemplo de honradez, serenidade e galhardia do Cel. Maia há de ser um exemplo para toda a segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente gostaria de passar às mãos do nosso Presidente, Deputado Salviano Guimarães, um exemplar histórico da primeira edição da Constituição Brasileira. Neste exemplar consta aquela carta polêmica do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que foi retirada

das outras edições a pedido das Lideranças da Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que o Regimento dizia que da Constituição, só fazia parte aquilo que tinha votado e aprovado pela maioria da Assembléia. Esta carta diz o seguinte:

"O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania.

A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País.

Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem.

Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a Constituição cidadã.

Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar.

A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade. Por isso mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O governo será praticado pelo Executivo e o Legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer dificuldades. Contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos.

É a Constituição coragem.

Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destronou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei.

A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça."

Gostaria que este fosse o primeiro exemplar para a biblioteca da Câmara Legislativa. Eu, como Constituinte, passo às mãos do nosso Presidente este exemplar.

Gostaria de tratar de outro assunto. Tenho acompanhado a polêmica que a privatização dos cemitérios está causando e quero comunicar aos companheiros que no dia 27 de abril de 1990 fiz um ofício — e o tenho aqui comigo — ao Governador do Distrito Federal, Wanderley Wallin, com o seguinte conteúdo:

"Venho à presença de V. Exa. em nome da comunidade brasiliense solicitar providências no sentido de solucionar o greve problema quanto à prestação de serviços nos cemitérios do Distrito Federal. Centenas de reclamações têm chegado a meu gabinete com sérias denúncias das dificuldades sofridas por todos aqueles que dependem do serviço funerário. No momento, tomo a liberdade de sugerir a V. Exa. que a PAS — Proteção e Ação Social — assumam a responsabilidade da prestação dos serviços funerários do Distrito Federal.

Sem mais, aproveito para apresentar protestos de estima e consideração."

Pedi uma audiência ao Sr. Governador, entreguei este ofício. Ele me garantiu que este problema seria solucionado conforme minha sugestão. Nada disso aconteceu. No apagar das luzes do último Governo se fez uma licitação, e o serviço funerário foi privatizado.

Então, estou dando entrada na 3ª Secretaria ao meu Projeto de Lei nº 1, que dispõe sobre a criação dos serviços funerários e determina outras providências. Neste projeto eu crio os Serviços Funerários do Distrito Federal, com a responsabilidade de executar os serviços funerários e administrar os cemitérios do Distrito Federal. Neste projeto apresento uma alternativa — porque criticar é fácil, podemos criticar sem apresentar alternativas — que é a de dar essa responsabilidade à PAS, uma instituição comandada pela Primeira Dama da cidade, com objetivos assistenciais e sociais e que tem autonomia para contratar, demitir e dinamizar qualquer projeto.

É um projeto com sete artigos, pelo qual caberá à PAS a responsabilidade pela administração dos serviços funerários, e dispõe que os recursos financeiros da execução desses serviços sejam reaplicados na melhoria dos serviços funerários e dos cemitérios do Distrito Federal, não podendo ser usados ou transferidos para outros fins ou projetos sociais. A minha justificativa tem uma linha, que é a seguinte: acabar com a comercialização da morte e a exploração dos sentimentos humanos.

Peço aqui aos companheiros e às companheiras um voto para que possamos aprovar este projeto, porque seu princípio fundamental é a utilidade pública, e a PAS tem soberania e competência. E não seríamos também aqui responsabilizados por ser comercializado ou indicado outro tipo de comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Presidência comunica a V. Exª que lhe resta apenas um minuto.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Não vou usá-lo todo. Apenas estou aqui comentando, porque apresentando à Mesa meu Projeto nº 1, e conto com o voto de V. Exªs., pois acho que é uma prova de que a Câmara não tem só os objetivos de criticar e de denunciar, mas o de apresentar soluções viáveis para que a comunidade de Brasília fique satisfeita e que nós, como legístimos representantes do povo, possamos cumprir com a nossa obrigação, que é servir o povo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Em nome dos Deputados, agradeço a entrega da Constituição. Será nosso primeiro livro a fazer parte da biblioteca desta Casa.

Encerrando o Pequeno Expediente, passamos à

ordem do dia.

Há sobre a mesa matéria para ser apreciada urgentemente pelo Plenário.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — "Requerimento. Nos termos do disposto do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 49 da mesma Casa, requiro voto de aplausos, louvor e congratulações pela recondução do Coronel Almir Maia Ribeiro ao comando da Polícia Militar do Distrito Federal". Esse requerimento é de autoria do Deputado Padre Jonas.

Requerimento do Deputado Pedro Celso: solicita que sejam apreciados em conjunto os Projetos de Resolução nºs 008 e 001 de 1991, por regulararem a mesma matéria, nos termos do art. 258 do Regimento interno.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Os Srs. Deputados que tiverem alguma objeção queiram manifestar-se. Não havendo objeção, está aprovado.

Designo o relator Pedro Celso para proceder à leitura do parecer referente aos Projetos de Resolução nºs 001 e 008/91.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, nos termos do art. 348, inciso I, do Regimento Interno, solicito a suspensão da sessão por uma hora, para apresentação do relatório sobre a juntada que acaba de ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedida e, assim, está suspensa a presente sessão pelo período de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Reaberta a sessão, solicito ao Sr. Deputado Pedro Celso que proceda à leitura do seu relatório sobre os Projetos de Resolução nºs 01 e 08, de 1991, que tratam da composição do pessoal dos gabinetes e dão outras providências.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, siguro ao Plenário a dispensa da leitura do relatório e que

passemos diretamente aos projetos de resolução, porque, na verdade, o relatório é apenas a justificativa, e já foi aprovada pelo Plenário a juntada dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Como são dois projetos, consulto o Plenário se concorda com a proposta do nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC) — Gostaria de ouvir a leitura completa, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CELSO — Vou, então, proceder à leitura:

“PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001, DE JANEIRO DE 1991

Estabelece a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

Autor: MESA DA CÂMARA DISTRITAL

Relator: DEPUTADO PEDRO CELSO

I — RELATÓRIO

A Mesa desta Câmara Legislativa propõe no projeto em epígrafe, seja estabelecida a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais. O Projeto de Resolução trata da mesma matéria objeto do Projeto de Resolução nº 008, de janeiro de 1991, proposto pelo ilustre Deputado Fernando Naves. Ambos os projetos consubstanciam o entendimento prévio entre os Deputados Distritais, resultado de reunião realizada nas dependências desta Casa.

O Projeto de Resolução nº 001, de 1991, melhor detalhou as discussões havidas, sendo entretanto, aconselhável, a apresentação de um único substitutivo aos dois projetos de resolução, para incorporar as propostas em tramitação, com pequenas modificações.

O Projeto de Resolução nº 008 de 1991 obteve, mediante as assinaturas necessárias, a tramitação no grau de urgência urgentíssima, tendo sido requerida a juntada ao Projeto de Resolução nº 001, de 1991, com a mesma ementa e justificativa. O Projeto de Resolução nº 008 de 1991 recebeu uma única emenda oferecida pelo Deputado Wasny de Roure, do Partido dos Trabalhadores, que propõe nova redação ao § 2º do art. 2º.

VOTO DO RELATOR

É inquestionável o mérito e a urgência desta matéria, uma vez que os Deputados Distritais necessitam iniciar os seus trabalhos legislativos e de atendimento da população por eles representados.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008, DE JANEIRO DE 1991

Estabelece a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

Autor: DEPUTADO FERNANDO NAVES

Relator: DEPUTADO PEDRO CELSO

I — RELATÓRIO

O ilustre Deputado Fernando Naves propõe no projeto em epígrafe, seja estabelecida a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais. O Projeto de Resolução trata da mesma matéria objeto do Projeto de Resolução nº 001, de janeiro de 1991, proposto pela Mesa desta Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ambos os projetos consubstanciam o entendimento prévio entre os Deputados Distritais, resultado de reunião realizada nas dependências desta Casa.

O Projeto de Resolução nº 001, de 1991, melhor detalhou as discussões havidas, sendo entretanto aconselhável, a apresentação de um único substitutivo aos dois projetos de resolução, para incorporar as propostas em tramitação, com pequenas modificações.

O Projeto de Resolução nº 008 de 1991 obteve, mediante as assinaturas necessárias, a tramitação no grau de urgência urgentíssima, tendo sido requerida a juntada ao Projeto de Resolução nº 001, de 1991, com a mesma ementa e justificativa. O Projeto de Resolução nº 008 de 1991 recebeu uma única

emenda oferecida pelo Deputado Wasny de Roure, do Partido dos Trabalhadores, que propõe nova redação ao § 2º do art. 2º.

VOTO DO RELATOR

É inquestionável o mérito e a urgência desta matéria, uma vez que os Deputados Distritais necessitam iniciar os seus trabalhos legislativos e de atendimento da população por eles representados.

No artigo 1º adotamos a terminologia cargos em comissão, prevista no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal, para designar os cargos de livre nomeação que comporão o Gabinete dos Deputados Distritais. O termo “cargo comissionado” não é próprio do direito público.

Entendemos que não é aconselhável estabelecer a composição mínima de oito servidores para o Gabinete Parlamentar, restando no substitutivo apenas a limitação máxima de onze (11) cargos comissionados, sem considerar os dois (2) requisitados com ônus para o órgão de origem, para conceder maior liberdade ao Deputado.

No artigo 4º é ampliada a possibilidade de requisição de que trata o art. 2º da Resolução nº 48, de 1990, do Senado Federal, para abranger todos os servidores ou empregados dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em razão do regime jurídico único é inconstitucional a adoção do regime da legislação trabalhista para o pessoal da Câmara Legislativa. O regime jurídico dos servidores da Câmara Legislativa deve ser o mesmo dos servidores do Governo do Distrito Federal, de acordo com o artigo 39, da Constituição Federal. A Lei nº 119, de 16 de agosto de 1990, aprovou o Estatuto dos Servidores Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

A Emenda apresentada pelo Deputado Wasny de Roure foi incorporada, em parte, ao substitutivo.

No Projeto de Resolução nº 008, de 1990, não constou a possibilidade da livre exoneração do ocupante do cargo em comissão durante o exercício do mandato do Deputado distrital, como também faltou constar que a gratificação paga ao requisitado será incorporada aos proventos da inatividade, conforme entende aconselhável os Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal.

Quanto ao valor da gratificação pelo exercício do cargo em comissão, foi mantido o valor da remuneração constante do projeto da Mesa.

Assim, somos pela aprovação dos Projetos de Resolução nºs 01 e 08, de 1991 e acolhimento parcial da Emenda nº 01, nos termos do substitutivo ora apresentado.

Sala de Sessões, em 10 de janeiro de 1991.

**Deputado Pedro Celso
Relator”**

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência estabelecida no § 3º do art. 32, combinado com § 3º do art. 27 da Constituição Federal, aprovou e eu, Salviano Guimarães Borges, Presidente, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 1991

Estabelece a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

Art. 1º — O Gabinete de cada Deputado é composto dos seguintes cargos em comissão de livre nomeação e exoneração: Chefe de Gabinete, Assessor Parlamentar, Secretário Parlamentar e Auxiliar de Gabinete.

Art. 2º — Obedecido o valor total de Cr\$ 2.172.000,00 (dois milhões e cento e setenta e dois mil cruzeiros), resultante da soma das remunerações, fica a critério de cada Deputado Distrital a definição do número de cargos em comissão do seu Gabinete até o limite máximo de 11 (onze), obedecida a

correspondente faixa de remuneração constante do Anexo 1.

Art. 3º — Além dos ocupantes dos cargos em comissão de que trata o artigo anterior, cada Deputado Distrital poderá contar com mais dois servidores requisitados com o ônus para o Órgão de origem, recebendo pela Câmara Legislativa apenas a uma gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração do cargo em comissão que lhe foi atribuído pelo parlamentar, obedecida a correspondente faixa de remuneração contida no Anexo 1.

Parágrafo Único: A Gratificação a ser recebida pelo servidor ou empregado requisitado, nos termos deste artigo, não será computada na soma de que trata o art. 2º desta Resolução.

Art. 4º — Os cargos em comissão do Gabinete poderão ser ocupados por servidores ou empregados requisitados dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º — Sendo a requisição sem ônus para o órgão de origem, esses servidores ou empregados farão jus à remuneração integral. Sendo com ônus para o órgão de origem, receberão somente uma gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo em comissão que lhe for atribuído pelo parlamentar, obedecida a correspondente faixa de remuneração constante do Anexo 1.

§ 2º — A remuneração ou a Gratificação dos servidores ou empregados requisitados, nos termos deste artigo, aplica-se a disposto no art. 2º desta Resolução, computando inclusive para a soma dentro do limite máximo de Cr\$ 2.172.000,00 ali estabelecido, exceto aos servidores de que trata o art. 3º e seu parágrafo único desta Resolução.

Art. 5º — Os cargos em comissão do Gabinete são de confiança do respectivo Deputado Distrital, sendo por ele decididas a nomeação e a exoneração. A exoneração será automática ao término do mandato do Deputado Distrital não reeleito para a legislatura seguinte.

Art. 6º — Os servidores requisitados para o Gabinete são de confiança do respectivo Deputado Distrital, sendo por ele decidida a requisição e a devolução para o órgão de origem. A devolução para o órgão de origem será automática ao término do mandato do Deputado Distrital não reeleito para a legislatura seguinte.

Art. 7º — O regime jurídico dos funcionários de que trata o art. 1º desta Resolução, é o da Lei nº 119, de 16 de agosto de 1990, que trata do regime jurídico dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

Art. 8º — Os valores constantes do Anexo 1, bem como o valor total a que se refere o art. 2º desta Resolução, serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices dos funcionários públicos do Distrito Federal.

Art. 9º — A Gratificação a que se refere esta Lei, sob a qual incidirá o desconto previdenciário, incorporar-se-á aos proventos de inatividade.

Art. 10 — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

A N E X O 1

Art. 2º e 3º e 4º da Resolução nº de 1991

CARGO	FAIXAGRATIF. 50%	REMUNERAÇÃO
Chefe de Gabinete	— 271.500,00	543.000,00
Assessor de Deputado	FS.1135.750,00	271.500,00
	FS.2181.000,00	362.000,00
	FS.3242.250,00	484.500,00

Secretário Parlamentar	FS.1 72.400,00	144.800,00
	FS.219 80 1 . . 50 00 00 . . 0 0	
	FS.32 0 8 . . 8 0 0 , . 0 0	
Auxiliar de Gabinete	FS.1 36.200,00	72.400,00
	FS.2 44.750,00	89.500,00
	FS.3 54.300,00	108.600,00

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está em discussão a matéria. Lembro aos Srs. Deputados que, obedecendo o Regimento Interno, art. 14, os Srs. Líderes terão 10 minutos para apresentar qualquer proposição. Em seguida, será dada a palavra aos oradores que a desejarem, para a discussão. Após três Deputados se pronunciarem contra e três se pronunciarem a favor, a Presidência poderá encerrar a discussão. Anunciada a votação, o nobre Deputado poderá usar da palavra por 5 minutos para encaminhá-la.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento com relação ao art. 4º: peço aos Srs. Deputados que localizem o art. 4º, para que possamos fazer a correção. (Pausa). Podemos prosseguir na correção.

Dispõe o art. 4º

“Os cargos em comissão de gabinete serão, preferencialmente, ocupados por servidores ou empregados requisitados dos órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Essa é uma questão em que houve uma discussão entre nós e a nossa assessoria — um mal-entendido, a verdade é esta — e foi verificado na leitura, pouco antes de vir ao plenário, este pequeno problema. Acontece que, se fôssemos relatar todo esse artigo, demoraríamos muito mais ao datilografar uma nova página.

Peço aos colegas a supressão da palavra “preferencialmente”. A proposição que se faz é que seja reiterado o art. 4º.

Agora podemos superar alguns problemas da Resolução do Senado Federal, ampliar os poderes da requisição dos Deputados que entenderem de requisitar de outros órgãos, além do Senado Federal, da Câmara e do GDF; poderão requisitar também da União. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado, como o substitutivo é de sua autoria, V.Exa. pode apresentar um substitutivo ou uma supressão do artigo em plenário. (Pausa).

O SR. PEDRO CELSO — Pediria um tempo à Mesa para que pudéssemos chegar a um acordo sobre a melhor redação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Exatamente.

O SR. PEDRO CELSO — Como a única polêmica que surgiu até agora foi essa, acho que não será de difícil solução.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sendo o substitutivo de sua autoria, V.Exa. poderá apresentar um substitutivo ou propor a supressão deste artigo.

O SR. PEDRO CELSO — Mas nós estamos entendendo que a supressão vai prejudicar o substitutivo. Vamos oferecer nova redação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa concede 10 minutos para que seja apresentado um substitutivo.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado José Emar, que a está solicitando.

O SR. JOSÉ EDMAR — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão ao Deputado Pedro Celso. Quanto à palavra “preferencialmente”, talvez ela tenha sido usada apenas em relação aos funcionários

que estivessem em disponibilidade. É o caso que está acontecendo. Seria o mais razoável. Não estou vendo motivo nenhum para se suprimir esse artigo. Acho que está bom. Não diz “obrigatoriamente”. Diz “preferencialmente”. Só se justificaria se fosse no outro sentido.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Quero apenas prestar um esclarecimento. A dúvida está apenas na palavra “serão”, que poderá ser substituída pela palavra “poderão”.

Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente aproveitando este momento em que os companheiros estão tentando um consenso para a redação do art. 4º, eu queria solicitar um esclarecimento, se possível, por parte da Mesa. Por que esse projeto de resolução não pode ter efeito retroativo para 1º de janeiro, ou 2 de janeiro, quando ocorreu nossa posse, na medida em que temos funcionários em nossos gabinetes trabalhando a partir dessa data?

Diz o art. 10 que “esta resolução entra em vigor na data da sua publicação”. Poderia entrar em vigor retroativamente? É a consulta que faço, ao mesmo tempo em que solicito a alteração desse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Já prestei esclarecimento, porém a dúvida parece permanecer no Plenário.

A lei ou norma não pode entrar em vigor desde que cause prejuízo. Toda lei ou norma que cause vantagem pode ter efeito retroativo. Uma lei não pode ser aplicada com efeito retroativo, desde que cause qualquer tipo de prejuízo. Mas, causando vantagens, pode ter efeito retroativo. Estou repetindo para não haver dúvidas.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — No projeto original da Mesa havia o aspecto retroativo.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o Relator.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, peço a atenção dos Srs. Deputados para a correção na redação do art. 4º, a qual fica assim:

“Art. 4º — Os cargos em comissão do Gabinete” — riscar-se o “serão preferencialmente” e troca-se por “poderão ser” — “poderão ser ocupados por servidores ou empregados requisitados dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Sr. Presidente, a questão que precisa ser debatida refere-se à retroatividade. Eu gostaria de ouvir a opinião dos colegas a este respeito, para tomar uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Já prestei o esclarecimento: toda lei ou norma que tenha efeito retroativo não pode causar prejuízos. Só pode ser aplicada a lei ou norma que tenha como consequência vantagens.

Se o Sr. Relator desejar fazer nova modificação no seu relatório, pode apresentá-lo no plenário.

O SR. PEDRO CELSO — Pediria ao Sr. Presidente que fosse incluído este aspecto da retroatividade dos benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V. Exª terá de fazê-lo por escrito.

O SR. PEDRO CELSO — Escreverei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, a tabela encerra alguns pequenos erros de cálculo com relação à tabela original. Então, eu pergunto em que momento poderíamos fazer a devida correção. Seria apenas a

correção de erros de conta. São erros de conta. O princípio é o mesmo. A metodologia é a mesma; não há nenhuma contestação quanto à proposta, apenas com relação aos números.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A tabela apresentada aqui contém imperfeições, não apenas desse tipo. Deve ser realmente uma tabela completa, que contenha salário, gratificação e remuneração. O Plenário pode dar autorização à Mesa para, obedecidos esses valores, alterar esta tabela ou melhorá-la, colocando as três colunas necessárias: a gratificação, o salário e a remuneração. O Plenário pode autorizar a Mesa a fazer a tabela completa, obedecidos esses valores.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, eu apresentarei então, por escrito, a minha sugestão de alteração. Apenas gostaria de acentuar que um dos erros tanto foi encontrado no Projeto de Resolução nº 1 da Mesa, quanto nesse apresentado pelo Deputado Fernando Naves. Como este do relator é fusão dos dois, melhorada, preservou o mesmo erro anterior. Então, eu queria apenas ressaltar um aspecto. Havíamos estabelecido para Assessores de Deputados a faixa FS.1, FS.2 e FS.3, originalmente, naquelas discussões, uma diferença salarial que iria de 150 mil cruzeiros; depois, atingiria 200 mil cruzeiros; depois passava para 250 mil cruzeiros. Sobre esses valores se aplicou o índice de 1,81% de correção pela inflação. Então, o valor de 250 mil cruzeiros — eu já gostaria de ressaltar este fato perante o Plenário e a Mesa — atualizado pelo índice de 1,81%, passa para 452 mil e 500 cruzeiros. Repito que o valor de 250 mil cruzeiros multiplicado pelo índice 1,81% passa para 452 mil e 500 cruzeiros e não para 484 mil e 500 cruzeiros, como está na tabela. Consequentemente, considerando que a gratificação seria de 50% por esse projeto apresentado pelo Relator, com o qual eu concordo, o valor de 50% seria 226 mil e 250 cruzeiros e não 242 mil e 250 cruzeiros. Isso tomando como referência aquele valor original de 250 mil cruzeiros. A outra correção que gostaríamos de fazer é na faixa de Auxiliar de Gabinete. Tínhamos uma variação original para FS.1 de 40 mil cruzeiros; depois, 50 mil cruzeiros; depois, 60 mil cruzeiros. Para o FS.2 de Auxiliar de Gabinete, o valor original era de 50 mil cruzeiros, que, corrigido pelo índice de 1,81%, passa para 90 mil e 500 cruzeiros e não 89 mil e 500 cruzeiros. Dividido por dois, ou seja, 50%, dá 45 mil e 250 cruzeiros e não o valor que aí está de 44 mil e 750 cruzeiros. Eu passarei à Mesa, por escrito, essas correções para que dê a forma final ao Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. Deputado Pedro Celso, a alteração proposta pelo Deputado Carlos Alberto implica que tenhamos de fazer duas votações. Caso o Sr. Deputado aceite no seu relatório a correção proposta pelo Deputado Carlos Alberto, faremos apenas uma votação.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente, peço a V.Exa que nos dê 10 minutos para acertamos alguns detalhes que estão sendo discutidos neste plenário. Após esse período, retomaremos a discussão geral e daremos a solução final ao problema.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedidos os dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão. Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que chegamos a uma redação final da resolução que estabelece a composição de pessoal dos gabinetes. Pediria a atenção dos Srs. Deputados para

que fizessem as correções, os acertos, em suas cópias.

O art. 3º fica com a seguinte redação:

"Além dos ocupantes dos cargos em comissão de que trata o art. 2º cada Deputado Distrital poderá contar com mais dois servidores requisitados, recebendo pela Câmara Legislativa o valor da remuneração do cargo em comissão que lhe for atribuído pelo Parlamentar, obedecendo a correspondente de remuneração contida no Anexo I".

O parágrafo único deste artigo fica com a seguinte redação:

"A remuneração ou gratificação a ser recebida pelo servidor ou empregador requisitado, nos termos deste artigo, não será computada na soma de que trata o art. 2º desta resolução".

Alteração de redação do art. 4º.

"Art. 4º. Os cargos em comissão do gabinete poderão ser ocupados por servidores ou empregados requisitados dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

O art. 10 mantém sua redação original.

Sr. Presidente, a Deputada Lúcia Carvalho pede uma explicação. V.Exa. autoriza?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Autorizo o nobre Deputado Pedro Celso a explicar.

O SR. PEDRO CELSO — Aqui se coloca a questão da retroatividade dos pagamentos dos servidores que já estão nos gabinetes. É preciso explicar — e vários companheiros estão convencidos disso — que é inconstitucional fazer-se uma nomeação que retroaja.

Portanto, vamos ter de encontrar uma forma de pagar aos funcionários que estão hoje nos nossos gabinetes. Mas eles podem ficar tranquilos, porque vão receber o valor relativo aos dias que trabalharam. Vamos encontrar uma outra forma de fazer esse pagamento, inclusive, contemplando a preocupação colocada pelo companheiro Deputado Cláudio Monteiro, de se fazer incidir sobre essas quantias todos os encargos sociais.

Com relação à tabela, ao FS-3, o nobre Deputado Padre Jonas pergunta como vamos pagar. Além de serviços prestados, há uma série de outras rubricas dentro das quais podemos resolver o problema dos companheiros que estão hoje nos gabinetes. De modo que tenho a certeza de que eles não serão prejudicados de forma alguma. Trata-se apenas de compor o aspecto contábil.

O SR. PADRE JONAS — Então acho que esse adendo tem de constar aqui.

O SR. PEDRO CELSO — Na verdade, trata-se de medida que estabelece a lotação nos gabinetes, e que tem todo um aspecto constitucional.

Vamos à tabela. Na linha Assessor de Deputado — FS-3 — atenção para o acerto — onde se lê CR\$ 242.250,00 leia-se CR\$ 226.250,02. Na frente, na remuneração da FS-3, Assessor de Deputado, onde se lê CR\$ 484.500,00 leia-se CR\$ 452.500,00. Mais abaixo, na tabela de Auxiliar de Gabinete, na FS-2, onde se lê 44.750,00, leia-se CR\$ 45.250,00. E na remuneração de Auxiliar de Gabinete, FS-2, na mesma coluna, na mesma linha, onde se lê CR\$ 89.500,00, leia-se CR\$ 90.500,00.

Estes são os acertos feitos. Gostaria de colocar, ainda, que alguns problemas surgiram na redação final porque o prazo dado também foi bastante exiguo. Portanto, está aí a resolução, de acordo com o entendimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está em discussão a matéria. A Mesa assegura que o processo de discussão se fará dentro do Regimento em vigor.

Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão

do orador). — Sr. Presidente, nobres companheiros, em função do nosso compromisso com a categoria dos servidores públicos federais, creio que as alterações feitas no relatório inicialmente apresentado contemplam, e muito, essa classe, que tem sido massacrada por achatamentos salariais, principalmente os servidores colocados em disponibilidade pelo Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos, em votação. De acordo com o Regimento, passaremos à votação nominal. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Resultado da votação: 23 votos "sim" e 01 voto "não". Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, gostaria de ser informado a respeito da formação das comissões. Pelo que entendi ontem, no início desta sessão de hoje se encerrava o prazo para apresentação dos nomes que iriam compor as comissões. Dependendo da informação que V.Exa. me der agora, vou apresentar uma nova questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Também ficou para hoje a solução da questão das lideranças, e gostaria de saber se seria agora ou depois.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Presidência entendeu que, considerando o adiantado da hora, colocaria na Ordem do Dia da reunião de terça-feira a matéria a que o Deputado se referiu. Quanto à formação das Comissões, passaremos logo em seguida a comunicação ao Plenário da constituição das mesmas.

Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Acontece, Sr. Presidente, que a comunicação dos nomes indicados para as comissões não implica apenas isso, mas também discussão, caso a opção tenha sido maior que o número de Deputados apresentados pelas bancadas. Então não se trata só de apresentar esses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Apenas complementando o que a Deputada Lúcia Carvalho mencionou, seria necessário, antes, que a Presidência anunciasse a composição das comissões, da reunião das lideranças, para a discussão dos nomes indicados, porque a representatividade tem de ser conservada na formação das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Presidência recebeu a comunicação dos líderes com a indicação dos nomes. Estas indicações foram rigorosamente obedecidas, guardada a proporcionalidade de cada partido em cada comissão. Então, constituímos comissões com 7 Deputados e 7 Suplentes a partir da indicação dos líderes de blocos ou partidos.

Solicito ao Sr. Deputado Pedro Celso que proceda à leitura da constituição das comissões.

(O Sr. 1º Secretário procede à leitura do seguinte):

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ato do Presidente nº 001/91

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 78 e 80 do Regimento

Interno do Senado Federal, combinados com a Resolução 49/90, subseção 2, artigo 9, resolve:

DESIGNAR, como membros, titulares e suplentes das Comissões Permanentes, os seguintes Parlamentares:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES	SUPLENTES
1-Dep. Geraldo Magela (PT)	Dep. Lúcia Carvalho (PT)
2-Dep. Manoel Andrade (PTR)	Dep. Rose Mary Miranda (PTR)
3-Dep. Padre Jonas (PDT)	Dep. Edimar Pireneus (PDT)
4-Dep. Cláudio Monteiro (BLP)	Dep. José Ornellas (BLP)
5-Dep. Peniel Pacheco (BS)	Dep. Aroldo Satake (BS)
6-Dep. Fernando Naves (BP)	Dep. José Edmar (BP)
7-Dep. Carlos Alberto (PCB)	Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

1-Dep. Eurípedes Camargo (PT)	Dep. Wasny de Roure (PT)
2-Dep. Rose Mary Miranda (PTR)	Dep. Gilson Araújo (PTR)
3-Dep. Edimar Pireneus (PDT)	Dep. Benício Tavares (PDT)
4-Dep. Jorge Cauhy (BLP)	Dep. Cláudio Monteiro (BLP)
5-Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)	Dep. Maria de Lourdes (PSDB)
6-Dep. Lúcia Carvalho (PT)	Dep. Geraldo Magela (PT)
7-Dep. Maurílio Silva (PTR)	Dep. Manoel Andrade (PTR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

1-Dep. Wasny de Roure (PT)	Dep. Eurípedes Camargo (PT)
2-Dep. Gilson Araújo (PTR)	Dep. Maurílio Silva (PTR)
3-Dep. Benício Tavares (PDT)	Dep. Padre Jonas (PDT)
4-Dep. José Ornellas (BLP)	Dep. Jorge Cauhy (BLP)
5-Dep. Aroldo Satake (BS)	Dep. Peniel Pacheco (BS)
6-Dep. José Edmar (BP)	Dep. Fernando Naves (BP)
7-Dep. Maria de Lourdes (PSDB)	Dep. Carlos Alberto (PCB)

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,

em 10 de janeiro de 1991

(a) Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, apresentamos à Mesa, ontem, os nomes dos membros do Partido dos Trabalhadores para comissão diferente daquela em que aparecemos como titulares e suplentes.

Os membros do Partido dos Trabalhadores desejam uma explicação, porque o Regimento do Senado Federal permite à maior bancada prioridade na distribuição em relação às outras agremiações ou mesmo blocos parlamentares.

Gostáramos de saber o critério utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Presidência, de acordo com o Regimento, manteve a proporcionalidade. A proporcionalidade indica que o PT tem direito a 1,6 representantes em cada comissão; o PTR, a 1,3; os demais, a 1 representante em cada comissão.

Feitas as indicações, havia conflitos, principalmente nas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos, em que os partidos majoritários queriam mais Deputados. Foi estabelecida a seguinte sistemática: aparece em primeiro lugar o PT nas três comissões; em segundo lugar, o PTR; em terceiro lugar, o BLOCO LIBERAL PROGRESSISTA; em quinto lugar, o BLOCO SOLIDARIEDADE; em sexto lugar, o BLOCO POPULAR; e em sétimo lugar, os Deputados que não pertencem a qualquer dos blocos.

Preenchidos os interesses desses Deputados, re-

tomaram-se as indicações nas vagas existentes nas comissões, para que não houvesse problemas com as comissões que mais solicitaram membros. Na participação dos partidos, colocou-se o PTR e o PT, que tinham direito a 0,6 e a 0,3, respectivamente, na mesma comissão, comissão esta em que havia menos pedidos dos Líderes para participação, já que tínhamos de obedecer, primeiro, ao índice de 1,6, depois, ao índice de 1,3, e, finalmente, ao índice 1. Obedecidos esses índices, sobraram vagas na Comissão de Assuntos Sociais, para a qual havia menos Deputados inscritos. Assim, restaram duas vagas. Pela ordem, atendemos, primeiro, ao PT e, segundo, ao PTR, que teriam direito a 0,6 e a 0,3 de índice.

Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, na segunda indicação, entendemos que o Partido dos Trabalhadores deveria ter sido consultado, inclusive por ser a maior bancada, para fazer indicação. Entendemos que também o PTR teria prioridade sobre os demais, como partido.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sra. Deputada, preenchidas as vagas, que são sete, restaram duas apenas na Comissão de Assuntos Sociais.

Essas vagas restantes foram sendo preenchidas da seguinte maneira: primeiro, PT; segundo, PTR; terceiro, PDT; quarto, Bloco Liberal Progressista; quinto, Bloco Solidariedade; sexto, Bloco Popular.

Quanto à sétima vaga, caso nenhum dos Deputados que cito — Carlos Alberto, Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz — tivesse feito opção pela Comissão de Constituição e Justiça e pela de Assuntos Econômicos, eles seriam contemplados prioritariamente na Comissão pela qual tinham feito opção, já que tinham prioridade acima do PT e do PTR.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Por ser fração?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tanto que o Deputado Agnelo Queiroz foi mantido na Comissão de Assuntos Sociais. Assim, restaram apenas duas vagas na Comissão de Assuntos Sociais, que foram preenchidas pelo PT e pelo PTR, de modo a garantir o direito ao Deputado Carlos Alberto e à Deputada Maria de Lourdes Abadia, preferencialmente, ao PT e ao PTR.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, ontem foi feita uma solicitação pelo Deputado Geraldo Magela, no sentido de que se realizassem reuniões de Líderes. Tentei que tal acontecesse, mas não foi possível. Assim, solicito que esta sessão tenha continuidade amanhã, que seja suspensa agora, para que possamos, neste período, fazer essa reunião de líderes, a fim de que entre todos possamos chegar ou à mesma conclusão, ou talvez pudesse haver politicamente nova decisão.

Solicito à Mesa e a todos os parlamentares para que demos continuidade a esta matéria amanhã, de acordo com o espírito que norteou esta Casa até agora.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador). — Presidente, acho que o assunto comissões já foi exaustivamente discutido. Estamos aguardando essa decisão há muito tempo.

Ontem, o PTR pediu prorrogação de prazo por mais 24 horas e, antes mesmo de esgotado, já o supriu com a apresentação dos nomes.

Apelo à Mesa e aos ilustres pares para que não deixemos a questão das comissões para amanhã. Que resolvamos este assunto agora, pois já nós estamos desgastando com a formação das comissões.

Quero parabenizar a Mesa pela maneira imparcial

com que compôs as comissões. No entanto, peço que esta decisão seja tomada ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O art. 80, no seu parágrafo único, faculta ao Presidente, recebidas as indicações, fazer a nomeação nas comissões.

Eu queria pedir a atenção do Plenário para dizer que buscamos fazer as indicações obedecendo, primeiro, às indicações feitas pelos Srs. Líderes; segundo, à proporcionalidade, atendendo ao desejo de cada Deputado de participar das comissões.

Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que a conduta da Mesa não pode ser condenada, tendo em vista as explicações elucidativas apresentadas pelo Presidente.

Creio, além do mais, que as Lideranças partidárias, embora não tenham propiciado nenhuma reunião com o conjunto, reuniram-se com suas bancadas, das quais nasceu a indicação de cada membro para as respectivas comissões. Foi com base nisso tudo que o Presidente tomou a iniciativa de fazer a distribuição, atendendo, evidentemente, ao preceito que o próprio Regimento estabelece, da proporcionalidade partidária.

Portanto, a apresentação da Mesa sequer carece de ser discutida, já que é prerrogativa do Sr. Presidente, atendendo ao pressuposto no próprio Regimento Interno.

Pediria a V.Exa. que desse esse assunto por encerrado e que imediatamente reunisse os membros das respectivas comissões, para tomarmos deliberações que são tão necessárias, como a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de tanta discussão com referência à formação das comissões, e hoje com a decisão tomada, deveremos até aplaudir a maneira como foram compostas.

O art. 80 diz o seguinte:

“Fixada a representação prevista no artigo anterior, os líderes entregarão à Mesa, nas quarenta e oito horas subsequentes, as indicações dos titulares e suplentes das comissões”.

O parágrafo único diz:

“Recebidas as indicações, o Presidente fará a designação das comissões”.

Portanto, deveremos dar por encerrado o assunto. Não prevalece a condição de suspender a sessão e dar mais prazo para decisões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, baseando-me no texto a que o companheiro anteriormente se referiu — art. 80 — lembro o art. 79, que não pode ser desrespeitado. Essa Casa não pode, principalmente em se tratando de matéria tão importante, começar a querer que em poucos minutos discutamos e resolvamos os assuntos. Entendemos que esta matéria não está exaustivamente discutida.

O Partido dos Trabalhadores está prejudicado nesta discussão e pede que a Presidência transfira a conclusão do debate para amanhã, obedecendo ao Regimento que contempla reuniões de líderes e de bancadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sras. e Srs. Deputados, competia aos líderes proceder ao cumprimento do art. 79. Se os líderes não procederam ao cumprimento desse artigo e indicaram à Mesa seus representantes, é prerrogativa do Presidente fazer as nomeações.

Recebemos por escrito, de cada partido, as indicações, e, obedecendo ao que preceitua o Regimento, de acordo com as indicações, foram feitas as nomeações dos representantes de partidos ou blocos para cada comissão, guardada a proporcionalidade e o interesse de todos os Deputados.

Nomeadas as comissões, a Mesa dá um prazo até segunda-feira para as respectivas instalações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, quero propor que cancelemos a sessão plenária de amanhã pela manhã, a fim de que seja o período dedicado às reuniões das comissões, para a eleição da Presidência, Vice-Presidência e sua instalação.

Precisamos começar a trabalhar rapidamente. Entendemos que a sessão de amanhã da Câmara Legislativa pode ser cancelada. Assim, durante o período da manhã faremos a instalação das comissões e a eleição de suas direções.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não podemos cancelar a sessão. No entanto, poderemos abri-la e, não havendo oradores inscritos — já que não há Ordem do Dia, apenas o Pequeno Expediente e o Grande Expediente — será imediatamente suspensa.

Desejo convocar os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária amanhã, dia 11, sexta-feira, às 15h, com a seguinte Ordem do Dia: discussão e votação, em 2º e último turno, do substitutivo aos Projetos de Resolução nº 001 e 008/91, aprovados nesta sessão.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Sr. Presidente, recebemos hoje sete inscrições previstas para amanhã. Pergunto se os companheiros abrem mão do uso da palavra. Então, não haveria inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Amanhã pela manhã, às 9h, conforme a previsão, abriremos a sessão ordinária. Caso os Srs. Deputados inscritos não desejarem fazer uso da palavra, a sessão será imediatamente suspensa. A decisão é dos Srs. Deputados. Temos de abrir a sessão.

Concedo a palavras à Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, antes de decidirmos sobre a sessão de amanhã, e ainda sobre a matéria das comissões, eu queria deixar registrado nos Anais desta Casa que, com relação ao Regimento Interno, o art. 79 não foi cumprido, e não vou aqui continuar reafirmando a necessidade de que seja cumprido esse artigo, porque entendo que em breve teremos o nosso Regimento Interno, que não permitirá esse tipo de conduta, porque a matéria será do conhecimento de todos, provavelmente as comissões serão diferentes e estaremos perlocendo a uma outra comissão. Portanto, não insistirei no assunto, mas faço este registro oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos em seguida ao

GRANDE EXPEDIENTE

Se os Srs. Deputados inscritos dispensarem o uso da palavra, suspenderemos a sessão, dando-a por encerrada. Estão inscritos os Deputados Wasny de Roure, Maria de Lourdes Abadia, Agnelo Queiroz, Carlos Alberto, Gilson Araújo, Jorge Cauhy, Tadeu Roriz e Fernando Naves.

Não havendo quem queira pronunciar-se, convocamos a sessão ordinária de amanhã, sexta-feira, às 9 horas. Está encerrada a sessão.

SUMÁRIO

1. Ata da 5ª Sessão Ordinária, em 11 de janeiro de 1991.

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Leitura da Ata da Sessão anterior

1.2.2 — Comunicados de Parlamentares

Deputado Aroldo Satake (PDS)

— Preocupação com projeto de ampliação das Estações de Tratamento de Esgoto da Asa Sul e Asa Norte, que se encontra paralisado por falta de verbas.

Deputado Benício Tavares (PDT)

— Agradecimento ao Secretário dos Transportes pela solicitação ao Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de prorrogar por tempo indeterminado a validade das carteirinhas usadas pelos deficientes físicos.

Deputado Edimar Pirineus (PDT)

— Pronunciamento sobre a construção de novas escolas em substituição à escola de lata na cidade-satélite de Brazlândia.

Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

— Referências sobre matéria publicada pela imprensa local, anunciando a existência de casos de dengue no Distrito Federal e quais as providências tomadas pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM/DF, para evitar que a população fique exposta e contaminada pelo mosquito transmissor.

Deputado Manoel Andrade (PTR)

— Pedido de providências na montagem dos gabinetes dos Srs. Deputados Distritais uma vez que vem trazendo problemas, com o acúmulo de pedidos, expedientes e matérias.

1.3 — Grande Expediente

Deputado Wasny de Roure (PT)

— Críticas ao parecer final da SEMATEC, no que se refere à fixação da Vila do Varjão.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

— Repúdio à ação do governo americano e solidariedade ao povo árabe em possível conflito no Golfo Pérsico.

Deputado Carlos Alberto (PCB)

Referências sobre possíveis consequências na economia brasileira, devido à crise do Golfo Pérsico.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

Apoio à atuação da Secretária de Ação Social, Srª Maria do Barro, que vem cumprindo com eficiência a sua missão.

Deputado Tadeu Roriz (PSC).

Protestos às críticas feitas pelo Sr. Luiz Gutemberg através de um editorial da TV Bandeirantes, que acusa a Câmara Legislativa do DF de iniciar suas atividades com os mesmos e velhos vícios dos outros parlamentos.

Deputado Fernando Naves (PDC)

— Explicação sobre o colapso que se encontra a Polícia Militar do Distrito Federal e em defesa dos cumprimentos dos direitos do policial militar.

Deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB)

— Denúncia sobre a ocupação irregular no parque ecológico do Guará

1.4 — Comunicados da Presidência

Aviso aos Srs. Deputados sobre instalação das Comissões até segunda-feira, e alerta a todos para a importância e urgência da eleição dos Srs. Presidentes e Vice-Presidentes dessas comissões.

Convoca sessão extraordinária, com a ordem do dia já distribuída, para as 12:00 horas de hoje.

1.5 — Encerramento.

Ata da 5ª Sessão ORDINÁRIA, em 11 de JANEIRO de 1991.

1ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA, de 1ª Legislatura.

Presidentes(s): Sr(s). Deputado(s) **SALVIANO GUIMARÃES**

Secretário(s) Sr(s). Deputado(s) **PEDRO CELSO**

Às 9 horas e 00 minutos, encontravam-se presentes os Srs.

Deputados:

— Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

— Deputado Aroldo Satake (PDS)

— Deputado Benício Tavares (PDT)

— Deputado Carlos Alberto (PCB)

— Deputado Cláudio Monteiro (PRP)

— Deputado Edimar Pirineus (PDT)

— Deputado Eurípedes Camargo (PT)

— Deputado Fernando Naves (PDC)

— Deputado Geraldo Magela (PT)

— Deputado Gilson Araújo (PTR)

— Deputado Padre Jonas (PDT)

— Deputado Jorge Cauhy (PL)

— Deputado José Edmar (PTR)

— Deputado José Ornellas (PL)

— Deputada Lúcia Carvalho (PT)

— Deputado Manoel Andrade (PTR)

— Deputada Mª de Lourdes (PSDB)

— Deputado Maurílio Silva (PTR)

— Deputado Pedro Celso (PT)

— Deputado Peniel Pacheco (PST)

— Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

— Deputado Salviano Guimarães (PFL)

— Deputado Tadeu Roriz (PSC)

— Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A leitura da Ata será dispensada. Faremos publicá-la a posteriori, sendo permitido aos srs. Deputados, através de requerimento escrito dirigido à Mesa, solicitar correções ou apontar lapsos.

Com relação ao expediente, somente poderemos apresentá-lo, após a constituição das Comissões Permanentes.

Passaremos ao Pequeno Expediente

Oradores inscritos no Pequeno Expediente

- 1 — Aroldo Satake
- 2 — Benício Tavares
- 3 — Edimar Pireneus
- 4 — Rose Mary Miranda
- 5 — Manoel Andrade

Com a palavra o primeiro orador inscrito nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados esta tribuna é o eco dos reclamos da comunidade e é com esse propósito que aproveito e solicito providências urgentes do Executivo na solução de grave problema que nos preocupa e que atinge diretamente toda a população que representamos.

O projeto de ampliação das Estações de Tratamento de Esgoto da Asa Sul e Asa Norte encontra-se paralisado por falta de recursos financeiros, e se faz urgente a retomada das obras, para evitar que o nosso Lago Paranoá, antes de ser uma fonte de lazer e saúde, se torne uma gigantesca fossa, com consequências danosas à saúde da população.

Esse projeto, conforme declarações do presidente da CAESB, teria a capacidade de tratar todo o esgoto que concorre para a Bacia do Lago Paranoá.

Quero citar um número, para dar uma pequena idéia da gravidade da situação: no estágio atual, as referidas estações conseguem tratar apenas 70% do esgoto do Plano Piloto, sendo o restante 30%, que correspondem a mais ou menos um milhão e cem milhões de litros de esgoto, estão sendo lançados por mês, sem tratamento, no Lago Paranoá.

Apelamos desta tribuna ao presidente Collor, e usuário do Lago Paranoá e defensor do maior meio ambiente, no sentido de que sejam repassados ao Governo do Distrito Federal, os 20% dos recursos firmados em convênio com responsabilidade da União, os quais permitirão a conclusão a curto prazo do projeto.

Ainda, senhor Presidente, aproveito nesta oportunidade para uma questão de ordem: causa-me estranheza o fato dessa Casa não ter ainda observado o que estabelece a Legislação em vigor que orienta o hasteamento diário da Bandeira Nacional nos edifícios dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal. Como a do Distrito Federal é orientada também por legislação específica, a da nossa Casa, precisamos urgentemente instituir, penso eu, através de Decreto.

Para finalizar, agradeço ao nobre Deputado Geraldo Magela — que não está presente — pela preocupação demonstrada em benefício dos produtores, anteontem, os quais seriam os primeiros prejudicados com as consequências advindas da possível privatização do Banco do Brasil, que é a instituição maior na execução da política de crédito rural do País.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sessão de ontem tive de me ausentar, em virtude de

audiência que marquei com a Secretária Maria do Barro e com o Secretário dos Transportes, Marcelo Perrupato da Silva.

Quero informar a esta Casa que uma questão muito importante para todos nós, deficientes, foi discutida ontem nessa reunião. Tive a satisfação, depois de oito anos de luta, na qual estivemos a reivindicar o passe livre para as pessoas deficientes, de, finalmente, em agosto do ano passado conseguimos um Decreto do Sr. Governador para efetivar essa medida.

Esse Decreto, ainda com algumas imperfeições estabeleceu até 31 de janeiro um prazo de validade para as carteirinhas fornecidas. Depois de vencido esse prazo, então, seriam emitidos os passes livres. Isso criaria para todos nós uma dificuldade muito grande, tendo em vista sua distribuição. Ficáramos nós, deficientes, em filas enormes, em nossas associações, parecendo muito com o que acontece com o ticket do leite.

Ontem, nessa reunião, tivemos a satisfação de ouvir do Secretário dos Transportes a informação de que a partir da próxima semana conversará com o Sr. Governador, Joaquim Roriz, a fim de ser baixado um decreto no sentido de prorrogar o prazo de validade das carteirinhas por tempo indeterminado, até que a nossa Casa decida o assunto na Lei Orgânica.

Para nós é motivo de grande satisfação verificar que um assunto tão importante para todos os deficientes que precisam levar seus filhos para tratamento, para a escola ou para o trabalho mereceu do secretário dos Transportes, Marcelo Perrupato e Silva e da Secretária Maria do Barro, a maior atenção.

Sr. Presidente, transmito os meus agradecimentos pessoais e acredito que posso fazê-lo em nome de todos deficientes de Brasília.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, companheiros e companheiras Deputados, neste último discurso reivindicamos urgência para a instalação de rede de esgoto no setor Veredinha. Da mesma forma, solicitamos a manutenção de esgoto já existente na Quadra 12.

Pedimos a proteção da reserva ecológica do córrego Veredinha, que é o pulmão de Brazlândia. Peço, hoje, ao Presidente, à Mesa, que encaminhem esse pedido ao Governo, à Caesb, para que fique registrada a minha preocupação e a do povo daquela Satélite com a água potável da Barragem do Descoberto.

Sr. Presidente, hoje pretendemos abordar dois assuntos: escola e transporte. Quanto à escola, há seis anos a Secretaria de Educação construiu em vários pontos da cidade as escolas de lata. Em Brazlândia foi construída uma escola na Vila São José e uma sala de aula no Ingra VIII, Alexandre Gusmão. Não só a população como também professores, alunos e pais têm reclamado; é uma sala de aula que não apresenta condições: quando chove ninguém escuta, quando o sol esquenta ninguém aguenta. E ainda: corremos o risco de a qualquer momento uma criança sofrer acidente com a parte elétrica, porque a escola é toda de lata. Pedimos imediata providência para que façam outras escolas perto dessas escolas da lata.

Estamos encaminhando na próxima semana um projeto para atender, Sr. Presidente, aos alunos da zona rural. Observamos que há crianças que caminham 3, 4, 5 km para assistir a uma aula. Sabemos que vários alunos deixam de fazer o 2º grau porque não têm condições de pagar uma passagem de ônibus. Por isso, estamos elaborando um projeto que beneficie todos os alunos uniformizados, no sentido

de não pagarem passagem de ônibus na zona rural. Achamos que esse projeto atendeu ao interesse de muitas famílias de pequenos e médios produtores.

Quanto ao transporte — e pretendemos falar de transporte de tração animal — observamos que na cidade-satélite de Ceilândia, a Associação dos Carroceiros, ali existente, já possui um curral para seus animais. Pretendemos, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apresentar um projeto que estenda a todas as cidades-satélites a construção de curral, que atenda às necessidades não só do trabalhador sofrido que participou e participa da construção da nossa Capital, mas também defendemos o interesse da comunidade, preservamos e garantimos um local adequado para todos os animais e, ao mesmo tempo, pretendemos que esses animais sejam atendidos pela Fundação Zoobotânica. Nesse sentido, estamos encaminhando na próxima semana um projeto que atenda à comunidade, aos proprietários e aos animais.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com grande preocupação que faço um pedido de informação à Mesa desta Câmara Legislativa, para que consulte a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — Sucam-DF, se realmente há casos de dengue no Distrito Federal e quais as providências que estão sendo adotadas para evitar que a população de Brasília fique exposta e contaminada pelo mosquito transmissor da doença.

Recentemente os jornais locais anunciaram com grande destaque que já existem casos de pacientes internados em hospitais desta Capital com suspeita de terem contraído dengue. É preciso que se apure se esses pacientes já chegaram ao Distrito Federal com a doença ou se a dengue foi contraída aqui no Distrito Federal.

Brasília, como sede do Governo Federal, reúne as embaixadas de inúmeros países e seria muito negativo, Sr. Presidente, para um país que tem pretensões de fazer parte do Primeiro Mundo, ver a sua Capital nas manchetes internacionais envolvida numa epidemia de dengue, a exemplo do que já vem ocorrendo, lamentavelmente, em outros Estados da Federação. Porém, o que mais nos preocupa é que neste momento o Distrito Federal enfrenta o seu período chuvoso, e existe um bom número de novos assentamentos que ainda não tiveram os trabalhos de saneamento básico concluídos, com valas e esgotos ainda correndo a céu aberto, facilitando a proliferação do mosquito transmissor da dengue.

Seria oportuno, também, que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal se pronunciasse sobre as condições de atendimento da população, quantidade de leitos disponíveis em caso de uma epidemia e outras providências.

Estive visitando alguns hospitais, Sr. Presidente, e pude verificar no local que, caso haja uma epidemia no Distrito Federal, nós não temos leitos suficientes para atender a esses pacientes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — tem a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna chamar a atenção dos companheiros Deputados para as dificuldades por que estão passando os membros da Mesa. É sabido que esta tribuna, todos os dias, recebe pedidos de encaminhamento de expedientes a órgãos do Governo do Distrito Federal, do Governo Central e outros departamentos. Mas é sabido, também, que até hoje a Mesa não conseguiu montar seus gabinetes. Isto, a

meu ver, vem trazendo problemas, como o entulhamento de todos os pedidos, expedientes e matérias nos gabinetes.

Então, o apelo que faço aos Parlamentares e à Mesa é no sentido de que encaminhem proposta para que possamos complementar esse gabinete e garantir aos membros da Mesa as condições ideais de trabalho, porque muito me preocupa o distanciamento dos pedidos e seus consequentes encaminhamentos.

Portanto, venho à tribuna apelar aos nobres Pares e aos membros da Mesa para que tomem decisão urgente no sentido de formalizar os gabinetes, dando-lhes a estrutura necessária para seu pleno funcionamento e, conseqüentemente, o encaminhamento e conclusão das matérias já solicitadas e as que, com certeza, virão a ser encaminhadas.

Muito obrigado.

SRA. LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, estava inscrita para falar no Pequeno Expediente de hoje, mas peço a V. Exa. que me garanta a palavra para falar no Pequeno Expediente da sessão de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Benício Tavares.

SR. BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento. Como responsável pela 3ª Secretaria, esse expediente de inscrição tem ficado a cargo da nossa pasta. Então, gostaria de propor aos nobres Colegas que pudéssemos adotar um livro para inscrição do orador, o que me isentaria, de alguma forma, de favorecer este ou aquele companheiro. Então, a partir de segunda-feira, gostaria que, cada Deputado fizesse, pessoalmente, sua inscrição. Mas, obviamente, já se teria condições de se verificar quais os oradores que já estariam inscritos àquela sessão.

SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

SRA. LÚCIA CARVALHO - Concordo com S. Exa. o nobre Deputado Benício Tavares, mas gostaria de pedir que a nossa inscrição para segunda-feira persistisse.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Desde que o Presidente acate a inscrição, V. Exa. poderá inscrever-se no livro, e na segunda-feira, já estará garantida a inscrição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Sr. Presidente, demais companheiros, estaríamos inscritos, hoje, para falar no Pequeno Expediente, mas como a pessoa a quem iríamos homenagear não está presente, pediríamos vênias para que pudéssemos falar na segunda-feira, se for possível.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos, passaremos ao **GRANDE EXPERIDENTE**

Oradores inscritos no Grande Expediente

- 1 — Wasny de Roure
- 2 — Agnelo Queiroz
- 3 — Carlos Alberto
- 4 — Jorge Cauhy
- 5 — Tadeu Roriz
- 6 — Fernando Naves
- 7 — Maria de Lourdes Abadia

Concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure

O SR. WASNY DE ROURE - (PT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Vila do Varjão existe há mais de 25 anos, com inquestionável contribuição da sua população para o Distrito Federal. São trabalhadores que têm vivido sempre

ameaçados pelo despejo e pela insegurança. Além disso, suas necessidades têm sido utilizadas como mecanismo de aproveitamento político dos que têm ocupado o poder.

Recentemente foi apresentado à Secretaria do Meio Ambiente o RIMA — Relatório de Impacto Ambiental — do Setor Habitacional do Taquari, onde se situa a vila do Varjão e do qual disponho de uma cópia em minhas mãos. Nesse RIMA foram propostas apenas quatro alternativas para essa região: a Alternativa 1 é a permanência da situação atual. Fixa o Varjão, mas permanecem as chácaras, e não admite a ocupação urbana no restante da área. Esta alternativa apresenta como impacto positivo a fixação da Vila Varjão mas foi tecnicamente inviável, segundo a empresa que elaborou o relatório de impacto ambiental, denominada HIDROGEO.

A Alternativa 2 analisa a hipótese de destinar a área para população de todas as faixas de rendas, com quadras residenciais e lotes individuais, como sugere o Plano Brasília Revisada, de Lúcio Costa. Nesta opção, a Vila Varjão seria transferida para as habitações coletivas de baixa renda. Este cenário foi condenado pela sua alta densidade populacional, pelo elevado grau de dificuldade para suprir o saneamento básico e pela dificuldade de proteção aos recursos hídricos. Há, neste caso, restrições legais, por se tratar de uma área de proteção ambiental, A APA do Paranoá.

A Alternativa 3 apresentada pelo RIMA propõe para a área um assentamento de baixa renda, onde toda a área seria como o Paranoá ou como a Samambaia. Neste caso a Vila do Varjão poderia ficar no mesmo local ou ser transferida para outra parte do setor. Este setor teria de 200 a 300 mil habitantes.

Esta hipótese foi descartada pelos técnicos. Foi inviabilizada, pela alta taxa de ocupação do solo, que se opõe à fragilidade do terreno, com riscos de erosão e desequilíbrio hídrico, além de estimular o movimento migratório.

A Alternativa 4 prevê um assentamento no local para a classe média alta, com padrão das habitações do Lago Sul e Lago Norte. Este caso exclui a Vila Varjão, que seria transferida para a Vila Paranoá. Esta hipótese foi considerada a mais viável pelo referido RIMA.

Neste parecer estaria evidente a exclusão da Vila Varjão. Na audiência pública a população do Varjão se mobilizou e conseguiu reverter o quadro, que lhe era bastante desfavorável.

Sr. Presidente, a regra estabelecida é que a SEMATEC apresente seu parecer final quanto ao RIMA até 15 dias após a audiência pública. Essa regra não foi cumprida, o que indica um descaso, por parte do executivo, no tratamento do assunto relativo à fixação do Varjão.

Cabe ressaltar, ainda, que o Projeto de assentamento do Varjão apresentado pelo PT busca, em primeiro lugar, resgatar a luta dos moradores e que, portanto, levou o PT a manter com os moradores uma longa discussão que já dura mais de 6 meses. Para tanto, buscamos a avaliação dos grupos técnicos Chão e Teto, Universidade de Brasília, Sindicato dos Arquitetos e Sindicato dos Engenheiros. Este é um projeto fruto de discussão com os moradores e técnicos e, portanto, o mérito não é nosso e sim daqueles que estão na luta.

Ainda temos a ressaltar, Sr. Presidente, que, através de seu Prefeito, por ocasião da sua posse, recentemente, a comunidade do Lago Norte se manifestou no sentido de que o Varjão seria o local ideal para lotes comerciais, e apenas recentemente esta opinião foi alterada, diante da veemência do Executivo visando a fixar o Varjão.

Temos de aqui destacar que o Sr. Governador Roriz teve diversas oportunidades de fazer a fixação

do Varjão e não o fez. Se, em função da iniciativa do projeto do PT, ele apresentou, para nós é um bom indicativo, pois ele será mais uma força neste processo de luta, inclusive intervindo na liberação do parecer final da SEMATEC.

Não vou responder às colocações do Deputado Gilson, feitas através da imprensa, pois a grandeza de um parlamentar não está em desmerecer as pessoas e sim em desenvolver um trabalho íntegro e justo.

A mim muito assustaria se acusações fossem feitas pela população, mas advindo de um parlamentar, que tem nesta prática um meio de ascender na vida política, considero uma elogio.

Ouço o Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO - Permita-me um aparte.

Nobre Deputado Wasny de Roure, há um processo de luta, no Paranoá, que existe há 34 anos. Nesses últimos 6 anos já foram realizadas mais de cinquenta obras de porte em função do movimento comunitário junto a governos anteriores ao de Joaquim Roriz. A luta do Paranoá reacendeu a do Varjão pela fixação de seus habitantes no local. Em 1988 e 1989, com a instalação do Governo Roriz no Distrito Federal, a comunidade do Varjão intensificou a busca de sua fixação naquela área. Por falta de dados técnicos, não foi possível proceder-se à fixação do Varjão naquele local. Entretanto, em dezenas de reuniões realizadas na Sematec, na Secretaria de Desenvolvimento Social e na Fundação de Serviços Sociais, o Governador Joaquim Roriz demonstrou sua vontade política de realizar tal assentamento, comprometendo-se com isso. A luta da comunidade do Varjão foi acompanhada por várias autoridades do Distrito Federal e por líderes comunitários, e já dura aproximadamente 3 anos. O Governador Joaquim Roriz comprometeu-se, caso retornasse ao governo pelo voto, a assentar o Varjão. Essa seria uma de suas primeiras medidas. Na gestão do Governador Wanderley Vallim foram realizados estudos técnicos sobre a questão, para ver a possibilidade de se deixar o Varjão naquele local, conforme desejo da comunidade. Foram realizadas audiências públicas, com a presença da população, ocasião em que ficou patenteada a possibilidade de se assentar o Varjão. Agora, com o início do Governo Roriz — apesar de ainda estar faltando definir algumas administrações regionais e indicar a presidência de alguns órgãos públicos — sua primeira atitude foi receber representantes do Varjão e avisar-lhes que os encaminhamentos para fixação do Varjão, com a entrega dos lotes, já está em andamento. Repito: há mais de 3 anos, principalmente nestes últimos 2 anos, há um comprometimento político claro, amplamente divulgado na imprensa, no sentido de que o Varjão não será transferido para o Paranoá ou qualquer outra localidade do Distrito Federal. O mérito desta questão pertence à comunidade do Varjão, acrescida da decisão política do Governador Roriz. Aqui deveremos fazer o acompanhamento visando ao aperfeiçoamento de projeto que possa contemplar com outras melhorias esse assentamento. Se o Varjão até agora não foi assentado é porque não houve tempo de o Governador Roriz entregar um lote a cada morador. As questões técnicas serão motivo de discussões entre a comunidade do Varjão e o Governador Roriz, e a nossa contribuição, volto a dizer, deve ser no sentido do aperfeiçoamento desses projetos, pois há um compromisso do Governador Roriz, do qual S. Exa. não irá recuar.

SR. WASNY DE ROURE — Eu apenas adicionaria às palavras do nobre Deputado Gilson Araújo que a Secretaria de Meio Ambiente, tão logo foi apresentado o RIMA, em audiência pública, apresentou relatório no prazo de 15 dias.

O Secretário de Meio Ambiente não se dispôs a cumprir as regras legais para dar viabilidade ao efetivo assentamento.

O nobre Deputado há de lembrar que naquela audiência pública o projeto mais viável, apresentado pela empresa, era o de que a melhor alternativa seria a de que o Setor Habitacional Taquari apenas apresentaria uma alternativa tecnicamente viável para lotes de grandes dimensões, para moradia da classe média alta. Portanto, o Varjão estava deslocado daquele projeto. Só mesmo com a presença dos moradores e sua manifestação pública é que foi possível reverter esse quadro.

Ainda assim, Sr. Presidente, mesmo que o Sr. Secretário seja transferido para outra Secretaria, apelamos para que o relatório final do RIMA seja liberado, a fim de que os técnicos e a população tenham dele conhecimento efetivo.

Tem o aparte o nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Quero esclarecer a V.Exas. que a reivindicação da comunidade do Varjão não data de 3 anos, mas de 8 anos. Em 1984, então eu Governador, deixei um plano de assentamento para esta comunidade. Evidentemente, em 1984 não houve oportunidade de levá-lo a bom termo. Há 8 anos que aquela comunidade luta para ali ser estabelecida — e não há 3 anos, como disse o nobre colega. É muito antiga essa reivindicação. Houve um projeto para isso, e representantes da localidade estiveram comigo e disseram que retiraram da Gepaf uma cópia dele. O projeto data de 1984. Evidentemente, precisa ser revisto, pois deve estar ultrapassado, dado o número de pessoas que hoje ali residem. Repito: há 8 anos que aquela comunidade luta para conseguir seu assentamento definitivo.

O SR. WASNY DE ROURE — Tem o aparte o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE — Sr. Deputado Wasny de Roure, neste aparte quero simplesmente parabenizar o PT por estar disposto a apoiar um projeto do Governador Roriz.

Acho que o PT pode colaborar imensamente com o Governador.

Parabenizo V.Exa. pela sua participação. O Governador ficará muito satisfeito por ter o apoio do PT na execução da polícia de assentamento, na qual S. Exa. é pioneiro em Brasília.

O SR. WASNY DE ROURE — O inverso também é verdadeiro, desde que haja disposição do Governador em apoiar nosso projeto, que já tramita nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC DO B. Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo está vivendo momentos de grande tensão e gravidade com a possibilidade de eclosão da guerra no Golfo Pérsico. Apenas algumas consequências do conflito podem ser previstas, e são catastróficas: haveria o sacrifício de milhares de vidas humanas, e a crise econômica, que já assola o mundo inteiro, seria agravada ainda mais.

Afirma o "Jornal do Brasil" de ontem:

"A crise do Golfo não é apenas uma guerrilha de palavras entre Bush e Saddam Hussein, mas um conflito prestes a eclodir, envolvendo três milhões de soldados se batendo em cima de mais da metade das reservas petrolíferas do mundo, com mais de mil armas nucleares táticas de um lado e armas químicas e bacteriológicas do outro".

O meu partido, o PC do B, não apoiou e nem apóia a ocupação do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein. Ressalta, entretanto, que o território do atual Kuwait era do Iraque até 1961, quando a Grã-Bretanha resolveu, pela força, criar o Kuwait. Trata-se, portanto, de uma disputa de domínio sobre um território, cuja posse não é questão pacífica.

É, portanto, completamente diferente das diversas invasões que os Estados Unidos fizeram a países independentes, sem qualquer discussão sobre seus territórios. É importante ressaltar esta diferença para desmitificar a desculpa do Sr. Bush para intervir no conflito: estar defendendo um povo aliado da agressão de outro. Na verdade, o que está em questão são interesses geopolíticos e econômicos: os americanos querem o controle dos poços de petróleo do Kuwait, a terceira reserva mundial.

Não poderia ser diferente. Afinal, que moral têm os Estados Unidos para defender qualquer povo? Eles são conhecidos por suas invasões ao Vietnã, ao Panamá, a Granada, à Nicarágua e outros países, seja com suas tropas ou apoiando mercenários.

A verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que os Estados Unidos são os responsáveis pela situação explosiva que ameaça a paz do mundo. Com a queda da outrora potência Soviética, que patrocinou, também, diversas invasões de países autônomos, os Estados Unidos arvoraram-se em xerife dos povos da terra. Para isto, submetem o Conselho de Segurança da ONU aos seus interesses.

Desde outubro do ano passado, soldados de Israel mataram 18 palestinos em Jerusalém. A ONU aprovou quatro condenações à política israelense nos territórios ocupados. Além da retórica, entretanto, nenhuma medida concreta foi tomada contra o Estado Sionista. Contra o Iraque foi diferente. Desde a invasão, em agosto, que a ONU se posicionou de forma nítida: exigiu a retirada das tropas e admite todos os meios para fazer valer sua decisão, desde o boicote econômico até o uso da força.

A revista "Newsweek" informou que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos ordenou a realização de estudos sobre a possibilidade de uso de armas nucleares para abreviar os conflitos e reduzir as baixas americanas, que já chegam quase a cem, sem que tenha sido disparado um só tiro. A revista revela que as alternativas incluem o uso da bomba de nêutrons — a bomba capitalista, que mata pessoas e mantém intacta as propriedades.

Nem mesmo as previsões quase unânimes de que a guerra lançaria a economia americana numa crise ainda mais profunda parecem ser suficientes para sensibilizar o Governo Bush. Hoje, a dívida externa dos Estados Unidos já está em torno dos 660 bilhões de dólares e sua dívida interna atinge os 3,3 trilhões de dólares. O desemprego de quase 8 milhões de pessoas deve ampliar-se com a economia em processo de recessão desde outubro do ano passado.

O Governo brasileiro alinha-se ao Governo americano, abrindo mão de uma postura de independência. A crise do golfo, para ser resolvida de forma pacífica, passa pela retirada das forças israelenses dos territórios palestinos ocupados. Qualquer atitude diferente disto é favorecer os interesses americanos na região.

O PC do B está solidário com o povo árabe, que deve resolver seus problemas sem a interferência dos Estados Unidos ou de qualquer outra potência estrangeira. Particularmente em relação aos palestinos, o meu partido registra sua solidariedade e repudia a ação do Governo americano, que tem sido, na História recente da Humanidade, um dos maiores saqueadores dos povos do mundo.

Aproveito a oportunidade para conchamar a todas as entidades, partidos, sociedades, defensores e amantes da paz para cerrarmos fileiras contra a guerra e a favor da paz.

Neste sentido, o movimento dos setores progressistas — partidos políticos, sindicatos, associações — vai promover, na próxima segunda-feira, às 12h, em frente à Embaixada Americana, ato contra a guerra e pela paz, contra essa guerra imperialista. Convido todos os Deputados presentes a comparecerem ao local, dia internacional de manifestação contra essa

guerra de rapina, que tem objetivos econômicos e imperialistas.

Concedo aparte à nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Nobre colega, é realmente inadmissível que em pleno final de século vejamos nas manchetes de jornais e ouçamos nas emissoras de televisão notícias sobre a iminência de uma guerra. Até nossos filhos, crianças, estão envolvidos nessa triste situação. Estamos voltando a um passado que tentamos esquecer: a guerra do Vietnã. O nobre colega falou do Kuwait. Recebi no meu gabinete representantes do referido país e eles me mostraram fotos terríveis, com crianças sacrificadas, um povo morto violentamente, homens tendo seus dentes arrancados sem anestesia. Assim, não sei dizer se realmente devemos defender quem está ocupando aquele país dessa maneira. O que nesta Casa devemos repudiar é a guerra. Não podemos admitir, de maneira alguma, que seres humanos se matem uns aos outros. Estamos vivendo a guerra do vírus e milhares de pessoas estão morrendo de AIDS. Enquanto isso, presenciamos a iminência de uma guerra na qual serão usadas bombas, gases, a eletrônica, tecnologia não para curar doenças, mas para matar pessoas.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Concedo aparte ao nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ — Solidarizo-me com o nobre Deputado Agnelo Queiroz pela forma com que colocou sua preocupação em relação ao que vem acontecendo no Golfo Pérsico. Mas também gostaria de lembrar ao nobre colega que deveria preocupar-se com as conquistas imperialistas da União Soviética nas Repúblicas Soviéticas. Igualmente com isso devemos nos preocupar, e não só com os problemas que os Estados Unidos vêm enfrentando, inclusive com a invasão, por parte de tropas cubanas, de território angolano. Solidarizo-me com V.Exa., ao acrescentar estas minhas preocupações. Muito obrigado.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Ouço o Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Nobre colega, o Partido dos Trabalhadores entende que uma guerra fratricida dessas acaba com a economia e cria prejuízos de caráter social para os países do Terceiro Mundo, que entrarão com uma quota de sacrifício. Aliás, eles já não têm mais o que se sacrificar. Portanto, é uma questão de grande envergadura e que causa prejuízo social muito grande, que repudiamos. Concordamos com o posicionamento de V.Exa.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Presidente, ao encerrar esta minha intervenção, desejo reafirmar o que aqui já coloquei. Em primeiro lugar, desejaria dizer que o nosso partido nunca defendeu nem defende a invasão do Kuwait por tropas iraquianas. Não defendemos isso. Defendemos a autodeterminação dos povos. Condenamos veementemente a política da União Soviética, que desde os anos 60 pratica invasão de povos, da mesma forma que condenamos as invasões dos Estados Unidos a vários países autônomos. Não podemos, por conta disso, dizer também, companheiros Deputados, relativamente ao conflito que existe no Golfo Pérsico, que aprovamos as ações dos Estados Unidos, que têm objetivos claros de domínio econômico, imperialista, ofensivo.

Os Estados Unidos não têm a mesma conduta em relação à ocupação sionista nos territórios palestinos. Ali existem atrocidades. No início de 1988 estive nos territórios ocupados da Palestina, participando de uma missão de médicos do Brasil. Vi com meus próprios olhos as atrocidades. Vi serem jogadas bombas abortivas fabricadas nos Estados Unidos. Até trouxemos o casco de uma das bombas. Estive lá em

janeiro de 1988. A fabricação norte-americana da bomba era de janeiro de 1988. Bombas abortivas eram jogadas em maternidades. Quebravam braços, pernas e atacavam órgãos genitais, para não haver reprodução. Havia uma luta para extermínio, com a prática das piores barbaridades que existem, com aval, apoio militar dos Estados Unidos à intervenção sobre o povo palestino. Tive oportunidade de ver isso. Tenho fotos, documentos, etc. Temos que condenar isso. Os Estados Unidos promoveram atos dessa natureza durante muitos anos.

A América Latina está cheia de intervenções norte-americanas, com promoção de golpes.

Também os Estados Unidos sustentam regimes os mais hediondos, os mais brutais, como o da África do Sul, inclusive da América Latina. Os Estados Unidos bancaram e produziram tudo isso com o objetivo de dominar o mundo.

Não podemos, por conta disso, nesse conflito localizado, apoiar essa intervenção norte-americana sem condenar com veemência essa atitude.

Tem o aparte o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre companheiro, as preocupações de V.Exa. também são as nossas. Sabemos que nas guerras milhares de jovens são colocados nos campos de batalha para defender interesses daqueles que ficam nos gabinetes constantemente tomando decisões ao sabor de uísque e de outros prazeres, enquanto muitos estão perdendo a própria vida ou o seu direito de cidadão em face de uma condição até mesmo de submissão a países que têm capacidade para tomar decisões que venham a atender à comunidade. Infelizmente, são os inocentes que pagam. Lamentavelmente isto acontece, e não é possível continuar assim. Solidarizo-me com o nobre companheiro.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Muito Obrigado. Sr. Presidente, aqui encerro minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, caros colegas, o tema de que irei tratar também diz respeito ao conflito no Golfo Pérsico.

Estamos vivendo um momento que tem sido caracterizado como o do fim da Guerra Fria. Rompe-se, no chamado bloco socialista, o regime autoritário de restrições e liberdades, com a "perestroika" caracterizando uma mudança no bloco socialista, no sentido de estabelecer regimes democráticos de ampla participação, com o fim do monopartidarismo, a implantação do pluripartidarismo, como fim do sistema supercentralizado de gestão da economia, introduzindo elementos de economia de mercado. Enfim, esses regimes passam a dotar o processo democrático e descentralizado.

Isso tem caracterizado uma distinção entre os dois sistemas, socialista e capitalista, e tem sido apresentado com o fim da guerra fria.

Entretanto, quando já nos despreocupávamos com a possibilidade de um confronto que pudesse dar fim à própria humanidade, com o uso das armas atômicas, nos deparamos com o conflito do Golfo Pérsico. Acharmos que esta questão é extremamente relevante para a humanidade.

Reuniram-se na Suíça os encarregados dos negócios estrangeiros dos Estados Unidos e do Iraque, em busca de uma solução negociada para a chamada crise do Golfo. Infelizmente, tal solução não ocorreu, o que tornou mais presente o fantasma da guerra.

Importante ressaltarmos aqui os prejuízos que uma conflagração bélica naquela região poderia causar às economias mundial e do nosso País, tendo em vista a importância do Oriente Médio para o abastecimento internacional de petróleo.

E, como importador de petróleo, nosso País pode-

rá ser afetado por uma possível guerra. Sem dúvida, teríamos as nossas dificuldades nacionais agravadas, com o aumento dos gastos com importação, o que prejudicaria as nossas reais reservas de combustível, gerando uma série de transtornos graves para uma economia já em crise.

Ademais, o Brasil tem muitos imigrantes, descendentes e ascendentes de árabes e judeus, como também há muitos brasileiros na região conflagrada.

Dessa forma, apesar da distância física em que nos encontramos de lá, a crise do Golfo Pérsico nos diz respeito. E nos diz respeito, ainda, por afetar a paz mundial, por colocar em risco milhões de vidas humanas.

Por tudo o que estamos dizendo, desejamos e esperamos que a viagem de S. Exa., o Sr. Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuelar, ao Iraque se realize e seja um marco positivo e o começo de uma solução negociada.

Queremos firmar a nossa posição no sentido de que qualquer encaminamento legítimo da crise terá de ter o aval e a concordância da Assembléia-Geral da ONU, o fórum legítimo por natureza para a resolução dos conflitos internacionais. A propósito, queremos dizer que os Estados Unidos, em que pese nos vangloriarmos com a possibilidade do fim da Guerra Fria, ainda mantêm alguns cacoetes deste período, em que, para derrubar um Chefe de Estado que se dizia traficante de entorpecentes, invade o Panamá, período em que praticavam bloqueio e restrição à existência da República Socialista de Cuba.

Então, o imperialismo, em todas as partes do mundo, onde quer que se manifeste, deve ser repudiado como algo do passado. Não podemos admitir, de forma alguma, que a solução de força buscada pelo Iraque, equivocadamente, ao invadir o Kuwait seja, de outra forma, também utilizada pelos Estados Unidos, intervindo em um problema que evidentemente tem aspectos localizados, tipicamente árabes, e que estão vinculados à História daquela região. Sabemos, pois, que foi um outro momento da história do imperialismo, das intervenções coloniais, que criou aquela divisão artificial daqueles Estados Árabes. Não existia Iraque, Arábia Saudita ou Kuwait. Enfim, tudo isto foi elaborado por uma penada do imperialismo inglês, criando ali Estados artificiais, poderes artificiais. Esta rearrumação que ali existe tem também uma característica árabe que não podemos deixar de reconhecer.

Também não podemos deixar de lembrar que nós, brasileiros, não poderíamos, jamais, apoiar a invasão do Kuwait, porque senão estaríamos justificando que não se dê aos palestinos, que vivem milenarmente naquela região, o direito de ter o seu próprio Estado. Então, evidentemente, ao querermos ali defender a existência do Estado palestino, também não podemos concordar com a invasão do Kuwait. Acharmos que todas essas questões devem ser resolvidas na mesa de negociação, pelo entendimento e pelo fórum, e no fórum adequado, que é a própria ONU.

Gostariamos de tratar, também, de uma questão que afeta nossa casa. Falamos há dias sobre a demissão de pessoal da Embrater, em processo de liquidação. A situação que o País atravessa, acrescida do conflito no Golfo Pérsico, nos faz prever um verdadeiro caleidoscópio onde predominam as cores negras. As demissões dos funcionários públicos, federais e outros são hoje perspectivas que iremos combater. Não é colocando os nossos recursos humanos, os trabalhadores, o maior patrimônio de que dispomos, na condição de responsáveis por pagar a conta que iremos melhorar as condições políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Pensamos que resolver a questão do emprego na Capital da República é tarefa de todos os Poderes, inclusive do Presidente da República, que não pode

continuar com esta coisa bárbara que é a demissão de funcionários.

Queremos, também, hoje, abordar um tema de nosso interesse, para o funcionamento da nossa Câmara Legislativa, e de interesse para toda a sociedade brasileira, que são os equipamentos da Embrater, existentes, mas não disponíveis, ainda, para uso da Câmara Legislativa.

É fundamental que a gráfica e os equipamentos de Processamento de Dados estejam em funcionamento em nossa Casa. Que esses equipamentos não sejam encaixotados e enviados para qualquer canto, sendo transformados em mais um gasto supérfluo que venha a justificar despesas que irão no final da linha, alimentar a inflação ou comprometer a imagem dos políticos, malversando mais uma vez a coisa pública.

É através dos serviços que a gráfica e o CPD irão fornecer aos parlamentares que ficarão transparentes, à população de Brasília, as atividades da Casa.

A gráfica e os serviços de informática são fundamentais para que possamos dar respostas à sociedade brasileira. A agilização dos trabalhos parlamentares também depende desses equipamentos.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pensamos que logo após a formação das Comissões devemos começar a nos preocupar com a estruturação da nossa Casa. Isto é essencial para atingirmos os objetivos de um Legislativo eficaz, moderno e voltado para a atividade-fim, livre dos erros que tanto têm comprometido a prática da política e a credibilidade dos próprios políticos. Essa compreensão exige, pois, que sejam mantidos em nossa Casa os antigos equipamentos da EMBRATER, que agora estão sendo tratados como sucata.

Ouçõ o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Nobre Deputado Carlos Alberto, V. Ex.^a está abordando com grande felicidade o problema da estruturação da nossa Casa. Gostaria de acrescentar, com a permissão de V. Ex.^a, que até mesmo para a imprensa está sendo difícil acompanhar os trabalhos realizados neste plenário. Enfim, em toda a sua estrutura têm sido encontradas barreiras muitas vezes intransponíveis. Soube inclusive que um documento importante expedido pelos jornalistas aqui credenciados não pôde ser copiado por falta de xerox. A mesma dificuldade está ocorrendo com a reprodução de outros documentos que são importantes para a cobertura oficial dos assuntos aqui tratados. Aproveito a oportunidade para pedir à Mesa que agilize a dotação de equipamentos necessários ao pleno funcionamento da assessoria de imprensa instalada na Casa. Sabemos, inclusive, que nos próximos dias, quando todos os órgãos de imprensa indicarem os seus repórteres setoriais, eles deverão escolher o presidente do Comitê de Imprensa. Gostariamos que, quando da eleição desse presidente, o Comitê estivesse em pleno funcionamento, a fim de dar as notícias que são importantes para o esclarecimento da opinião pública a respeito dos nossos trabalhos, para que elas possam ser levadas ao público com maior agilidade.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO — Ouçõ com prazer o nobre colega Jose Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Nobre Deputado, é preciso que a Casa como um todo se conscientize de que a Mesa está procurando agilizar tais providências, mas para isso é preciso que tenhamos gente. Precisamos estruturar a Casa em termos de pessoas, porque no momento o que temos é meia dúzia de pessoas para fazer tudo. Nisso tudo há uma sequência e não podemos melhorar o setor de imprensa porque não temos ainda nem como contratar, nem como comprar. Então, os passos necessários estão sendo dados na medida do possível. Já temos CGC e vamos abrir uma conta bancária. Já desdobramos o Orçamento e na próxima semana, segunda ou terça-

feira, ele virá a Plenário para aprovação. Estamos procurando montar uma estrutura de compra e uma estrutura de contabilidade, mas tudo isto com muita dificuldade porque não conseguimos as pessoas. É preciso que a Casa tenha um pouco de paciência. Agora mesmo conversei com alguns Deputados e reconhecemos que o que está aqui é o mínimo, que precisamos melhorar, que precisamos fazer voltar a funcionar o CPD e outros órgãos. Mas para isto é preciso tempo, porque nós partimos do zero. Já pedi a compreensão da imprensa e vamos dar a ela realmente todo o apoio, mas esperamos que compreendam que as dificuldades que temos estão sendo suplantadas com muito esforço por uma meia dúzia de pessoas.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito grato ao nobre Deputado José Ornellas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães). Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

Sr. Presidente, Senhores Deputados, o poder Executivo, através da Secretaria de Ação Social, está desenvolvendo um relevante trabalho de recuperação e preservação dos menores que estão perambulando pelas ruas, principalmente na Estação Rodoviária do Plano Piloto.

Queremos louvar o dinamismo da Secretária de Ação Social, Sra. Maria Augusta Erich de Meneses, carinhosamente chamada de Maria do Barro pelas milhares de pessoas que ela vem há longos anos assistindo nas comunidades mais carentes do Distrito Federal.

Brasília, nos seus jovens trinta anos, infelizmente já absorveu os maiores problemas que afligem as grandes metrópoles.

Isto porque os males, na verdade, não são desta ou daquela cidade, Estado ou região. Suas raízes são encontradas na situação de subdesenvolvimento em que está imerso o Brasil.

Temos, Sr. Presidente, de buscar apaixonadamente uma saída que nos permita emergir dessa penosa condição. E nada melhor para dar início a essa busca, nada mais oportuno do que começá-la pelo tratamento digno ao menor, principalmente aquele desassistido, cuja família, quase sempre premida pela pobreza, o deixa ao léu, na busca do seu próprio destino.

Esse destino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem de ser delineado pelo poder governamental em todas as suas esferas: Executivo, Parlamentar e Judicial.

Vemos na atuação da Secretária de Ação Social aquela vontade firme de cumprir com eficiência a sua missão.

Mas essa batalha não pode ter apenas uma frente. Nela deverão estar engajadas, além de outras Secretarias do Poder executivo, as instituições privadas de assistência social, as entidades empresariais, de trabalhadores, e a sociedade civil como um todo.

Lembremos, Sr. Presidente, que a alimentação é muito importante, pois a fome é a melhor condutora ao desatino. Mas é necessário, é indispensável que se cuide ao mesmo tempo da educação e do trabalho para estes menores, a fim de que possam eles se tornar cidadãos úteis e dignos desta grande Pátria brasileira. Caberá sem dúvida, Sr. Presidente, a esta Câmara a grande tarefa de incluir na Lei Orgânica do Distrito Federal, que será a nossa Carta Constitucional, os dispositivos que permitam ao Poder Executivo realizar essa grande tarefa.

Como disse acima, esta não é uma tarefa que deva ser cumprida apenas pelo Estado, mas sim por toda a comunidade nacional.

Por enquanto, vamos colaborar com a nossa Maria do Barro, apoiando-a no lançamento dessa semente redentora em favor do menor desassistido.

De nossa parte, Sr. Presidente, quero trazer ao

conhecimento de V.Exa. e desta Casa, que, no conjunto de Obras Assistenciais que tivemos a honra de criar e presidir no Núcleo Bandeirante, estamos adaptando um pavilhão de mais de mil metros quadrados de área construída, com 160 leitos já instalados para nos integrarmos neste programa de assistência e recuperação do menino de rua, que na verdade são os meninos do nosso coração.

É o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes do meu pronunciamento, desejo manifestar uma preocupação que todos nós e o mundo inteiro temos no dia de hoje. Estamos passando por um momento de grande tensão pela iminência de guerra no Golfo Pérsico. Estamos presenciando, através da imprensa, este momento de grande apreensão, e não temos outra coisa a fazer senão orar. A prece é o sustentáculo da vida, e as nossas vibrações constituem força espiritual muito grande. Se todos nós nos juntarmos para vibrar no sentido de evitar a guerra, então estaremos tentando impedir que aquelas mentes de homens que não querem outra coisa senão o poder atinjam seus objetivos através do sacrifício dos povos aí envolvidos.

Neste momento tenho uma estória muito bonita para contar. Certa vez um grande pintor desejava encerrar sua carreira artística pintando uma obra-prima para deixá-la como recordação eterna para a Terra. Buscou inspiração na natureza de todos os lados e não a encontrou. Depois de caminhar muito, deparou com um soldado, exausto e maltrapilho, ao qual disse: — “Quem sabe você pode dar-me a inspiração que procuro. Desejo pintar uma obra-prima e deixá-la como recordação eterna para a Terra, e denominá-la a coisa mais bela do mundo”. O soldado lhe respondeu: — “Pinte a paz, que é a coisa mais bela do mundo. A guerra traz discórdia, transtornos, massacre, destruição, mata crianças e velhos. Pinte a paz”. O pintor pensou, pensou e decidiu fazer a obra-prima no seu estilo, encerrando sua carreira artística com a coisa mais bela do mundo — a paz.

Que nós todos vibremos, meus irmãos e meus amigos. O povo de Brasília, o povo do Brasil e todos nós estamos unindo nossas forças espirituais em busca da paz. Vamos vibrar para que aquelas mentes contaminadas pelo ódio, pelo rancor, pela vaidade, pelo amor próprio exacerbado não destruam os nossos irmãos. Vamos pedir a Deus que abençoe essas criaturas, para que as suas mentes se abram, para que os missionários e mensageiros de Deus as envolvam e lhes tragam a inspiração da paz de que tanto necessitamos, porque se a guerra vier, irá trazer muito transtorno para o mundo inteiro.

O SR. TADEU RORIZ — (PSC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante esta semana escutamos aqui elogios a um artigo do jornalista Jair de Farias, feitos pelo nobre colega Peniel Pacheco, que ressaltou a maneira limpa, transparente e segura com que o referido jornalista descreveu a nossa Casa.

Como membro desta Mesa e como Deputado, eu não poderia deixar de dar um testemunho da forma como vem sendo conduzido o esforço feito nesta Casa para assegurar seu funcionamento em todos os dias. Por isso temos lutado de todas as maneiras para conseguir, de modo sério, sem vícios, atingir a soberania que esta Casa merece conquistar.

E foi com bastante tristeza, eu diria, que durante esta semana tive oportunidade de ver pela televisão, mais especificamente na TV Bandeirantes, um editorial em que o Sr. Luís Gutemberg declarou em alto e bom som que a Câmara Legislativa do Distrito

Federal iniciava suas atividades com os mesmos e velhos vícios dos outros parlamentos.

A bem da verdade, venho a público para, em defesa da instituição que acaba de nascer, e a rigor ainda está nascendo, declarar que, se não temos a pureza dos anjos, estamos imbuídos da melhor boa vontade, procurando acertar, corrigir deformações e vícios, adotar práticas modernas e fazer desta uma Câmara Legislativa ágil, produtiva, em consonância com os ideais do povo do Distrito Federal.

Na crítica do ilustre jornalista, a cuja idoneidade e lisura profissional nada temos a opor, não existe nenhum fato concreto, objetivo e claro que justifique essa opinião negativa. Acreditamos mesmo que suas palavras tenham nascido dos boatos que há poucos dias ocuparam as páginas dos jornais sobre o chamado “trenzinho da alegria”.

O que nos surpreende é a facilidade com que se levantam críticas em certos setores da imprensa sem apurar a verdade. Falar contra este Legislativo, sem justificar, é fomentar discórdia, deturpar a realidade e afrontar uma representação popular que luta por se estruturar, como uma planta ainda tenra e frágil.

Levar ao vídeo, como coisa séria, o que não passa de suspeita e má informação, deve merecer de todos nós veemente repúdio, não só por ser contra esta Câmara mas em defesa do próprio princípio da verdade nos meios de comunicação.

Fica aqui o nosso protesto, para que se faça justiça ao esforço e ao desejo de acertar de que estamos imbuídos.

Tem o aparte o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O Sr. Jorge Cauhy — Tive a oportunidade de assistir na TV Bandeirantes o jornal em que se manifestava o ilustre jornalista Gutenberg. Tenho verdadeiro respeito pelo seu trabalho, mas lamento a maneira como se pronunciou, em difamação à Câmara Distrital. Eu gostaria que esse jornalista viesse nos visitar, ver de perto nosso trabalho, a seriedade com que estamos conduzindo esta Casa. Queríamos que ele soubesse que estamos partindo da estaca zero, imbuídos dos melhores sentimentos e propósitos, fazendo um trabalho sadio, sério, honesto. O ilustre jornalista não tem conhecimento de que estamos nos sacrificando: tínhamos direito a um recesso e o dispensamos para trabalhar. Já estamos trabalhando há três meses para formalização da Câmara. Eu convidaria o jornalista Gutenberg a que viesse fazer uma visita à Câmara e ver de perto o seu funcionamento. Estou solidário com o Deputado que se manifesta no momento, Tadeu Roriz, porque, como ele viu, eu vi e outros viram aquele programa, e acho que foi um ato de difamação da Câmara que não podemos aceitar, com todo o respeito pelo jornalista Gutenberg, por quem temos admiração. Eu o convido a vir à Câmara, acompanhar de perto nosso trabalho e verificar a seriedade com que estamos trabalhando.

O Sr. Tadeu Roriz — Sr. Presidente, aqui fica o meu repúdio, e acredito que V. Exas., na maioria, devem concordar comigo.

V. Exa. tem o aparte, nobre Deputado Peniel Pacheco.

O Sr. Peniel Pacheco — Sr. Deputado, quero aproveitar esta oportunidade, usando do tempo concedido por V. Exa., para enaltecer o papel daqueles jornalistas que estão trabalhando *in loco*, acompanhando os trabalhos desenvolvidos pelos Deputados Distritais. Aliás, esse trabalho não começou agora. Há três meses, quando nem éramos ainda Deputados, sem receber nenhum salário, iniciamos um trabalho no sentido de amenizar impactos, de ocupar uma casa. Não tínhamos Regimento Interno, nem sequer um prédio possuíamos. Esse trabalho foi feito, e não queremos nenhum louvor por essa atitude, nem tampouco cobrar qualquer aplauso, porque não

fizemos mais do que nossa obrigação. Era nosso dever desenvolver essas atividades; mas, se não desejamos aplausos, elogios gratuitos, também não gostaríamos de ser criticados por fatos que não foram confirmados, por afirmações que não foram consubstanciadas na prática. Então, eu me solidarizo com V. Exa. pelo seu pronunciamento e gostaria de, juntamente com V. Exa., solicitar aos nobres colegas que também procurem com sua atitude, com seu trabalho, dignificar esta Casa, evitando fazer vaziar qualquer informação que traga prejuízo prematuro. Não desejamos que ninguém use máscaras para tentar camuflar qualquer ato eventualmente praticado que venha denegrir a imagem do Parlamento. Ao contrário, se houver alguma coisa cometida neste Parlamento que possa ser motivo de crítica, de cobrança de postura séria de nossa parte, estamos dispostos até a nos solidarizar com qualquer Deputado que assim proceder, porque queremos o bem, queremos que esta Casa funcione como exemplo de um Parlamento enxuto, sem vícios, e que possa ser um exemplo de atividade política para o Brasil.

O SR. TADEU RORIZ - Para finalizar, gostaria de convidar esse nobre jornalista a participar de nossas sessões, juntamente com seus colegas que sempre estiveram conosco desde o primeiro dia, não só aqui, no prédio da Embrater, mas também na Câmara dos Deputados, como bem lembrou o Deputado Peniel Pacheco, e que vêm conseguindo também transmitir para nós até informações importantes. Que ele participe de nossas sessões e veja com que seriedade e transparência estamos trabalhando.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Fernando Neves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje gostaria de fazer um pronunciamento a respeito dos compromissos assumidos pelo nosso Governador Joaquim Roriz. V. Exa. assumiu compromissos, e os registrou em cartório, por ocasião da sua campanha. Vou frisar a parte que se refere à segurança pública, particularmente, com relação aos policiais militares.

A segurança pública não é, como muitos imaginam, simplesmente colocar um soldado nas ruas, jogá-lo nas ruas. A segurança pública tem de ter início na casa do soldado, na casa do policial, porque se ele não tiver segurança lá não terá como prestá-la a ninguém.

Não podemos aceitar que continuem escravizando praças, principalmente os soldados da corporação, submetidos que estão a um regulamento disciplinar arcaico e nazista, que coloca o pai de família, o profissional, atrás das grades em condições piores do que as do marginal. O marginal até goza do direito de se defender em liberdade, enquanto o policial, não; primeiro vai para a cadeia, depois é que pode recorrer, recurso que de nada adianta.

As arbitrariedades de determinados oficiais são constantes contra praças e, até mesmo contra companheiros, contra pares, com o objetivo de atenderem a seus interesses particulares, deixando de lado o objetivo maior, a segurança pública.

Dispõe o art. 29, incisos IV e VI, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, do Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal:

“É obrigação do policial militar cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes. Ser justo e imparcial nos julgamentos dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados”.

Inciso VI: “Zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico, também pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão”.

Isso daria aos policiais condições de ter um nível mais elevado, porque eles teriam direito de acesso ao

saber. Infelizmente isso não é cumprido, porque imaginam que o policial, ao entrar na caserna, cumpriu o registro básico de escolaridade, e depois não é necessário que ele tenha condições de acesso aos colégios ou às faculdades. Mas sabemos que vários policiais, mesmo com essa proibição, porque imaginam que ele não é um cidadão, ainda procuram desenvolver-se, até com sacrifício das suas horas de folga, sacrifício da sua família, não tendo tempo nem para o descanso.

Temos hoje a felicidade de saber que existe em nosso meio um nível mais elevado do que antes. Nossos praças hoje estão numa ascensão bem maior do que a dos oficiais, porque para ser oficial da Polícia apenas exige-se o 2º Grau, e para ser policial militar exige-se o 1º Grau. A maioria está com o 2º Grau completo, com curso superior. Temos doutores, companheiros que estão cursando a faculdade, isso com sacrifício total de suas minguadas horas de folga.

Existe também uma obrigatoriedade: garantir a assistência moral e material da sua família, conduzi-la como chefe de família modelar.

Pergunto a V. Exas.: o soldado que não tem hora para descansar, que não tem condição de cumprir qualquer compromisso social, terá condições morais de prestar assistência à sua família de maneira modelar?

Não há salário que corresponda aos anseios, não há moradias. Muitas vezes o soldado reside em um lote onde moram várias famílias, e entre elas existem até marginais. E o soldado tem de conviver com eles, até se omitindo em tomar uma providência, porque, caso ele o faça, sua família ficará exposta aos caprichos da marginalidade em sua ausência.

Isso não é possível, Excelências. Temos ainda, no art. 32, “Dos Deveres”, o inciso VI, que diz:

“A obrigação de tratar o subordinado dignamente, com urbanidade”.

Infelizmente isso está no papel, grande parte dos oficiais não trata o subordinado com urbanidade, porém como um escravo, como se fosse um elemento que estivesse sob o seu domínio, como se lhe tivessem tirado as correntes das pernas e colocado a farda para substituir os grilhões.

Sabemos que existem oficiais que realmente respondem aos anseios da sociedade, honram suas patentes e tratam o subordinado como verdadeiro ser humano, como profissional.

Recentemente — todos tomaram conhecimento do fato — um oficial colocou vários soldados para retirarem um poste no qual havia uma instalação elétrica subterrânea. Isso provocaria um curto circuito, e os policiais, por poderem ficar expostos a um acidente talvez fatal, recusaram-se a fazer o serviço. Foram considerados rebeldes, quando queriam simplesmente preservar sua integridade física.

Faço também menção ao art. 42, contido no Capítulo III, “Da violação das Obrigações e dos Deveres Policiais-Militares”:

“Art. 42 — A violação das obrigações ou dos deveres Policiais-Militares constituirá crime, contração ou transgressão disciplinar, conforme dispuser a legislação ou regulamentação específica ou peculiar.

Pergunto a V. Exas. se o regulamento foi criado para ser aplicado somente aos subordinados, só aos executantes. Não. Foi criado também com vistas aos que comandam. Mas nada disto acontece. Teremos de colocar o regulamento em prática, sim, mas desde quem comanda até o executante.

Quero fazer referência também ao art. 50 desta mesma lei, que trata dos direitos dos policiais-militares.

Diz o inciso IV:

“IV — nas condições ou nas limitações impostas

na legislação e regulamentação específica ou peculiares:

.....
e — a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários”.

Na verdade, este dispositivo existe apenas no papel. Quando o soldado necessita de um atendimento médico, até mesmo tendo consulta previamente marcada, na hora de seu atendimento, se chegar um superior, sua consulta é transferida para outro dia, a fim de ter prioridade aquele oficial e não o soldado. Entendemos que em saúde não existe hierarquia. Não ocorre isto em nosso meio.

Continuando na parte dos direitos, leremos a letra g:

“g — a alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos policiais-militares em atividade;”

Nossos policiais, em algumas unidades, não têm alimentação. São colocados em situação de entrar em serviço quando o “rancho” não está aberto para o café da manhã e sair quando o “rancho” está fechado para o almoço; ou entrar em serviço quando o “rancho” ainda não abriu para o almoço e sair depois que o “rancho” fechar para o jantar; ou de entrar em serviço quando o “rancho” ainda não abriu para o jantar e sair depois, altas horas da noite, quando já está fechado.

Quanto ao fardamento, leremos a letra h:

“h — o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa da cama, fornecido ao policial-militar na ativa de graduação inferior a terceiro-sargento e, em casos especiais, a outros policiais-militares;”

Tal fato não acontece há vários anos. O policial, o soldado tem de adquirir, às custas de seu próprio bolso, um fardamento que hoje custa por volta de 30 mil cruzeiros. Imaginem o soldado que ganha 40 ou 45 mil cruzeiros por mês ter de gastar na compra do seu uniforme 30 mil cruzeiros e ainda ter de pagar aluguel, já que não lhe fornecem moradia, e ainda ter de sustentar sua família. Além disso, muitas vezes tem de arcar com despesas com sua saúde e a de seus dependentes, já que é impossível ser atendido na policlínica.

A letra j do mesmo artigo menciona o aspecto do transporte:

“j — o transporte, assim entendido como os meios fornecidos ao policial-militar, para seu deslocamento por interesse do serviço...”

O policial-militar hoje tem de servir-se das benesses dos proprietários de empresas de transporte público. Caso contrário, terá de ficar mendigando a entrada pela porta dianteira ou traseira e sair sem pagar a passagem, porque não lhe é fornecido transporte para se locomover em serviço.

Ele não tem condições de locomover-se transportando seu equipamento, quando muitas vezes tem de carregar nas costas, sobre os ombros, os cones para cumprir o seu trabalho nas ruas, como V. Exas. já observaram várias vezes.

Temos ainda a Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1990 — Lei de Vencimentos dos Policiais-Militares da PMDF.

O art. 74 do Capítulo V, “Do Fardamento”, diz:

“Art. 74 — O aluno da Escola de Formação de Oficiais PM, o Cabo PM e Soldado PM têm direito, por conta do Distrito Federal, a uniforme, roupa branca e roupa de cama, de acordo com as tabelas de distribuição estabelecidas para a corporação”.

Como foi dito com relação à lei anterior, esta lei

também não é cumprida. São duas leis que não estão sendo cumpridas.

Quando o próprio regulamento diz que constitui crime a violação das obrigações ou dos deveres, sendo, portanto, obrigação de quem comanda dar condições ao policial de receber seus benefícios previstos em lei. É uma obrigação. O soldado não está pedindo nada, coisa alguma. Ele tem os seus direitos.

Ouço o nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Nobre Deputado, gostaria de somar a V. Exa. em sua posição, quando narra a todos nós, companheiros Deputados, e à sociedade do Distrito Federal, a realidade por que passa a segurança pública. Sabemos que, ao longo dos anos, políticas nocivas ao interesse da sociedade foram praticadas, políticas que visavam simplesmente a maquiagem dos problemas e não atacar de forma eficaz, contundente causa e efeito. Sabemos que V. Exa., ao colocar a posição dos policiais-militares, teve o intuito de estendê-la à classe policial como um todo, porque são verdadeiros sofrendores, como a maioria da classe trabalhadora deste País. O processo de escravidão a que são submetidos os homens responsáveis pela segurança pública da Capital do País é vergonhoso. Não possuem as mínimas condições. Estamos presenciando a todo instante as autoridades responsáveis por essa área dizerem nos noticiários de televisão que a segurança da Capital vai bem, que vão fazer tudo para dar a segurança devida à população. No entanto, estaremos aqui para ser cobradores, para apresentar sugestões nesta relação de causa e efeito. V. Exa., ao mencionar a questão do ensino, saiba que tem em mim uma testemunha viva deste sacrifício. Alguém que tinha os finais de semana sacrificados, porque à noite não podia comparecer a operações mirabolantes de determinadas autoridades, era sacrificado, então, em seu final de semana, não tendo condições de comparecer com sua família. Se hoje os policiais do Distrito Federal contam com nível de escolaridade superior aos demais Estados, isso é fruto, sim, de seu próprio esforço, e contra, inclusive, as imposições e explorações praticadas pelas corporações e pelas instituições — instituições ao se tratar da Polícia Militar e instituição quanto à Polícia Civil. Sabemos que a ligação direta com relação ao salário, à moradia é por demais defasada. Nós policiais, vivemos uma situação de conflito interno em nossos lares. Não temos condições de prestar a esta sociedade, que tanto espera do nosso trabalho, algo proveitoso, porque vivemos uma relação direta entre a opção de almoçar ou jantar, uma vez que nossa remuneração é incompatível para fazer as duas coisas. Sabemos que a exploração caminha ainda mais com relação aos estatutos, porque a legislação não se aplica aos direitos, mas tão-somente aos deveres. Gostaria de me somar, mais uma vez, a V. Exa. na sua posição. Estaremos aqui para denunciar e para exigir o cumprimento de uma política sadia de interesse da sociedade. Ao defender a segurança pública, não o fazemos no aspecto corporativista, simplesmente de classe, mas com um pensamento maior de atendimento à sociedade, que é o objetivo final de ambas as instituições. Não podemos esquecer, também, quando se destaca a questão da Polícia Civil e da Polícia Militar, que existem ainda, a carecer de melhor tratamento, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e o Detran.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Sr. Deputado, V. Exa. dispõe de apenas um minuto.

O SR. FERNANDO NAVES - Gostaríamos de pedir ao Sr. Presidente que prorrogasse um pouco mais o nosso tempo, haja vista que a matéria é um pouco delicada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Deputado Fernando Naves, há outros Deputados

inscritos que desejam fazer uso da palavra, porém, prorrogo o seu tempo por mais dois minutos.

O SR. FERNANDO NAVES - Concedo aparte ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA - Pretendo apenas trazer a solidariedade do Partido dos Trabalhadores a V. Exa. pelas questões levantadas. Lembro que muitos dos problemas, que os policiais civis e militares do Distrito Federal ou de todo País enfrentam, são comuns a todos os trabalhadores brasileiros: bancários, médicos, professores, taxistas, enfim, todos os trabalhadores que são vítimas do arrocho salarial e da recessão. Somos solidários com os policiais do Distrito Federal como um todo, principalmente, os policiais-militares, na sua luta em busca de melhores condições de trabalho.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço o aparte do nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO - Gostaria de parabenizar o caro colega pelo corajoso discurso, apontando questões que afetam uma das instituições mais importantes da segurança pública, não só no Distrito Federal, mas no País, e dizer que a luta dos policiais da Polícia Militar faz parte da luta de todos os trabalhadores. Entretanto, parece-me que a solução efetiva dos problemas apontados implicaria algumas mudanças estruturais na própria concepção do trabalho da PM. Eu me lembro de que, como militante de esquerda, tive boa parte da juventude entendendo a PM não como instrumento da segurança pública, mas como instrumento de uma chamada "segurança política", uma segurança do Estado que levou a uma deformação da própria PM, da própria cultura dentro da PM. Isso determinou uma relação mais autoritária ainda entre os oficiais e os soldados, porque a PM passou a ser entendida muito menos como uma instituição de segurança pública, porém muito mais como uma instituição militar que se articulava com outras forças militares: com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nessa tarefa da segurança pública. Ao longo de várias conversas que tive a oportunidade e o prazer de ter com V. Exa. pude ver que a solução definitiva talvez implicasse em pensar a Polícia Militar menos como uma instituição militar e mais como uma instituição de segurança pública, mais integrada com a instituição da Polícia Civil, talvez até unificando-as numa única instituição. Eu, realmente sei que esse é um tema que V. Exa. defende e gostaria de provocá-lo nessa questão, porque creio que seja uma das questões mais relevantes.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço o aparte da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA MARIA DE LOURDES ABADIA - Eu gostaria apenas de trazer aqui a solidariedade do PSDB e poder falar como militante e fundadora desse partido que valoriza muito o papel e a função dos militares, dos policiais e dos bombeiros. Acredito que tenha sido uma das questões mais corajosas levantadas aqui, na Câmara Legislativa. Quero também dizer que sou testemunha dessas injustiças e, a meu ver, uma das maiores é a questão da falta de atendimento com relação à moradia dos policiais. Observei, quando eu estava na Ceilândia, as dificuldades de moradia dos militares, dos soldados, morando em fundos de quintais, misturados com bandidos. Era, a meu ver, uma das questões sociais mais gritantes e de sérias consequências. Portanto, eu o parabenizo pela sua coragem e quero, aqui, hipotecar a solidariedade e o voto do PSDB nessas questões da luta pela melhoria da Polícia Militar.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço o aparte do nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Eu gostaria, também, em nome do PC do B, de elogiar e parabenizar o companheiro pelo seu pronunciamento e dizer que nós achamos que estas questões devem estar, de

fato, numa dimensão maior, como V. Exa. expôs. Trata-se de uma questão em que podemos abordar os reais problemas do policial dentro de uma conjuntura mais global, analisando-a mais em nível da situação dos trabalhadores no Brasil, porque os problemas que hoje sofre o nosso povo, os trabalhadores os sofrem também, e da mesma forma os policiais. Essa instituição, até pela tradição, pela cultura do nosso País, fica, em determinados momentos, com um estigma, forçada pelas circunstâncias: ter de tomar atitudes inclusive contra os próprios companheiros. Eu acho que, com esse espírito, é necessário refletir um pouco sobre esse episódio que eclodiu há alguns dias, esse envolvimento entre os policiais militares e civis. Isto mostra que as duas corporações foram atacadas de todas as formas e, a meu ver, havia uma injustiça, porque o centro da discussão era a situação por que passavam esses trabalhadores, todos os policiais que estavam envolvidos, assim como os outros trabalhadores do nosso País, lutando pela reposição de salários, por mais dignidade, pela recuperação das perdas salariais, de gratificações que existiam nos vencimentos e que foram tiradas, fruto da política do Presidente Collor de Mello, uma política antinacional, antipovo, contra os trabalhadores. Esse era o foco principal e, mais ainda, era a falta de liberdade de expressão criada, nesta cidade, pelo decreto do Sr. José Aparecido, que proibia manifestações públicas em áreas do Distrito Federal, em quase todas as áreas, praticamente inviabilizando manifestações públicas. Isso cercará tudo o que for livre de ser manifestado, é um tema que deverá ser discutido, para que juntos possamos encontrar uma saída de forma global, menos corporativa, porém, que atenda ao interesse da nossa população, dos trabalhadores do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço o Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO - Quero manifestar minha solidariedade a V. Exa. pelas questões abordadas, referentes a essa instituição que muito representa para a nossa sociedade, procurando buscar transformações sociais e benefícios que possam contemplar a Segurança Pública do Distrito Federal, que é um dos segmentos mais exigidos e injustiçados da nossa sociedade, principalmente a Polícia Militar. Não se justifica que um policial ganhando 40 mil cruzeiros, como é do nosso conhecimento, tenha de morar em Formosa, Goiás, em Barreiras, Bahia, ou então tenha de sujeitar-se a morar em fundos de quintal na Ceilândia, ou no Setor "P", pagando aluguéis de 25 mil cruzeiros, sobrando, apenas, para a alimentação e transporte de sua família, 15 mil cruzeiros. É necessário que haja uma preocupação constante com benefícios, uma vez que a figura do policial militar representa uma segurança total ao seu redor, seja em sua moradia, diante de uma padaria, dentro de um coletivo ou no setor de sua quadra, evitando que o marginal prejudique a sociedade como um todo. É necessário que nós, da Câmara Legislativa, e, particularmente, em nome do PTR, nos esforcemos ao máximo para fazer justiça social a uma das classes que praticamente não têm voz, que ganham pouco e que são extremamente exigidas pela sociedade, principalmente porque o policial militar segue um código de postura rígido, onde ele não tem muitas opções e alternativas de melhoria de vida na busca de empregos alternativos. Portanto, é necessário que essas questões de moradia, saúde e educação, no Distrito Federal, sejam motivo de preocupação desta Casa, porque não se justifica um policial militar, e também um oficial, não terem condições de possuir sua moradia, para "tranquilizar sua família e ter uma produção correspondente à que a sociedade deseja. O PTR se manifesta, como um todo, no

sentido de colaborar com essas transformações e melhorias para a Segurança Pública do Distrito Federal, e, em especial, para a Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que ainda há uma oradora inscrita e que a Deputada Maria de Lourdes Abadia abriu mão de parte do seu tempo para esses pronunciamentos.

O SR. FERNANDO NAVES - Agradeço à nobre Deputada e concedo aparte ao nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS - Agradeço ao companheiro a oportunidade de manifestar meu pensamento em nome próprio e na qualidade de líder do PDT, e pedir que esta questão mereça deste Plenário um tempo mais expressivo, dado que o mundo inteiro busca, na realidade, a segurança. Esta segurança não pode ser privilégio de poucos, mas sim um direito de todos. As pessoas que, de maneira prática, levam segurança à sociedade, à família, são as que mais merecem nossa atenção, que mais têm o direito de ser respeitadas em sua formação e evolução. É indispensável que nos dediquemos de coração aberto e alma lavada para que a segurança, aplicada em termos de assistência à comunidade, sociedade, família e indivíduo, mereça realmente um carinho muito especial quanto à formação e garantia material, como nosso companheiro muito bem expressou sua preocupação. E eu sugeriria um estudo aprofundado para que, — e aqui me coloco à disposição, dado que minha experiência como ex-Administrador de Sobradinho me enriqueceu bastante nesta área, quando conversamos muito sobre este assunto — junto com os demais companheiros, possamos alargar esse trabalho e dar a Brasília como efeito a causa principal, proporcionando segurança na formação, no salário, no pagamento de horas extras, horas adicionais, apólice de seguro de vida em benefício da família, que fica desamparada quando um soldado, um policial militar, um policial civil, um soldado do Corpo de Bombeiros se encontra em missões árduas e ingratas, sendo, para ele e sua família, uma verdadeira incógnita o dia de amanhã. Aqui, deixo, portanto, em meu nome pessoal e no da nossa bancada, nossa ratificação profunda, total, para este argumento. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO NAVES - Ouço o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO - Nobre Deputado, quero também somar-me à iniciativa de V. Ex.^a e elogiá-lo pela pela coragem com que está colocando a questão. Desejo também fazer algumas considerações. É lamentável que hoje o policial-militar, que presta serviço à comunidade, ainda esteja submetido a esse esdrúxulo e medieval regulamento, que precisa ser mudado. Portanto, queremos apoiar a manifestação de V. Exa. na luta pela democratização das relações na Polícia Militar, V. Exa. conta conosco, porque vamos estar juntos. Também reforçamos as palavras de alguns Colegas que nos antecederam, quando são contra os salários aviltantes que recebem os policiais militares. Eles moram em péssimas condições e se alimentam mal com o que lhes é servido. São obrigados, inclusive, contrariando-se, assim, a legislação que deveria ser cumprida pela Polícia Militar, a comprar uniformes, sapatos e botinas. Nobre colega, conte conosco nessa luta para melhorar as condições de trabalho dos policiais militares e democratizá-las, de tal forma que a corporação engrandeça esse segmento e preste melhor serviço à nossa comunidade. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Nobre Deputado, eu não poderia ficar calada nesta hora. Acompanhei de perto o trabalho desses homens, desses trabalhadores, durante algum tempo de minha vida. Pude ver,

nessa ocasião, que eram pais de famílias que saíam de casa para o trabalho sem saber se voltariam, porque não há segurança para esses homens. Não há segurança material, não há segurança física. Eles vivem em constante tensão, principalmente os policiais que trabalham em presídios, bem como os que prestam serviço dia e noite nas ruas. Portanto, Sr. Presidente, conclamo também, neste momento, toda população a que veja com bons olhos, ou com olhos diferentes, esses homens, nossos anjos da guarda. Existem maus policiais, como há maus profissionais em todas as profissões, em todas as carreiras. Não vamos sujar o nome de uma corporação tão bonita por causa de um ou dois elementos que realmente não cumprem a sua missão. Aproveito a oportunidade para citar o caso de um policial preso na Polícia Militar, a quem fui visitar. Esse homem foi preso, condenado à revelia, foi torturado, ficou vários dias sem se alimentar e bebendo água do vaso sanitário. Refiro-me a um policial que tem ficha limpa e que durante tantos anos foi exemplo nessa corporação. Entretanto, hoje está sendo tratado como o pior dos marginais. Para um policial, a cadeia, a prisão, é o que de pior lhe pode acontecer. É como se ele estivesse pagando por um crime maior do que todos os que são praticados por criminosos. Então, é mais do que louvável o posicionamento de V. Ex.^a aqui. É mais do que justo V. Ex.^a estar participando desta Casa, desta primeira Câmara Legislativa, porque só assim essa corporação poderá ter voz aqui chamando por ela. Parabênizo V. Ex.^a por suas palavras. Nobre companheiro, também nós do PTR estamos nesta luta. Muito obrigada.

O SR. FERNANDO NAVES - Ouço o nobre Deputado Manoel Andrade

O SR. MANOEL ANDRADE - Ouvimos atentamente o pronunciamento de V. Ex.^a parabenizamos o companheiro pela coragem, conhecimento de causa e fiel defesa dos interesses dos policiais militares. Temos o grande compromisso de não permitir que haja tantas distorções no tratamento a funcionários públicos e trabalhadores de nossa cidade, inclusive do nosso País. Parece que os policiais militares vêm sofrendo discriminação com mais frequência. Nobre companheiro Fernando Naves, estamos imbuídos do compromisso de auxiliá-lo, porque nossa luta é comum. Represento a categoria dos motoristas de táxi, que também sofre problemas muito sérios. Juntos tentaremos soerguer, dar dignidade e criar melhores condições de trabalho para essas categorias, a fim de que realmente, em nossa cidade façam parte de um concerto harmônico e que propicie o bem-estar social. Companheiro Fernando Naves, meu agradecimento e meus parabéns.

O SR. FERNANDO NAVES - Dando continuidade ao meu pronunciamento, quero agradecer à companheira Maria de Lourdes Abadia pela cessão de parte de seu tempo. Creio que a outra parte será complementada pelo nosso Presidente.

Citei a Polícia Militar por ser a instituição de onde saí, mas ainda corre sangue de policial militar nas minhas veias, e por isso quero que as injustiças e arbitrariedades ali cometidas sejam extintas.

Devo dizer que a questão de segurança pública não é só da Polícia Militar, também compete à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros.

Quero deixar claro que durante a campanha eleitoral cansamos de ver, na televisão, candidatos apresentando seus feitos com fins eleitoreiros, mostrando sua obrigação como se fosse um favor que estava prestando à comunidade.

Quanto à criação do Batalhão Escolar e da Rocan não é favor. Elas foram criadas no papel. Na verdade, quem arcou com o ônus da compra de equipamentos foram os policiais, quando tal obrigação era do Estado.

A criação dessas corporações foi muito boa, muito bonita para quem as assistia pela televisão, mas para os que executaram o serviço, isso gerou sacrifícios,

porque, com a escala de serviços que lá existe, o soldado apenas tem tempo de fazer uma visita à sua residência, não tem tempo para descanso.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Mesa comunica ao nobre Deputado que seu tempo, bem como o que lhe foi cedido pela nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, está esgotado.

O SR. FERNANDO NAVES - Confio em que V. Ex.^a me cederá mais alguns minutos para que eu possa concluir meu discurso.

Para finalizar, gostaria de pedir ao Sr. Presidente que, juntamente com o Sr. Governador, fizessem cumprir o compromisso contido no documento distribuído a todos e divulgado pela imprensa, isto é, trabalhar pela segurança pública não deve ser interpretado, por aqueles que têm obrigação de cumprir essa tarefa, como uma forma de se tornar candidato em 1994, não é um trampolim para eleição. Que não procedam da forma como procederam em 1990, qual seja, apresentar como favor o que era uma obrigação do candidato.

Também pediria a V. Exa. para que intercedesse, junto ao Governador, no sentido de dar grande apoio ao Cel. Maia. No Cel. Maia depositamos a confiança em que injustiças e arbitrariedades não mais ocorrerão. Tudo o que aconteceu e está acontecendo até o presente momento é porque S. Exa. ainda está no período de posse, está tomando conhecimento dos fatos, a fim de solucionar a questão, porque quando S. Exa. inverter esta situação, teremos mais segurança para a comunidade.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PS-SB - Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou usar meus 20 minutos, uma vez que cedi parte do meu tempo ao Deputado Fernando Naves.

Assomo à tribuna para fazer uma denúncia com relação ao Parque do Guará.

Segundo documentos que tenho em mãos, o Parque do Guará foi criado por decreto ainda em 1964.

Esta área foi delimitada, e em setembro de 1989 o Governador Roriz foi ao Guará e prometeu à população que resolveria o problema do Parque. Hoje, o Parque do Guará está sendo vergonhosamente invadido, com comprometimento da área.

Tenho estado com representantes da defesa do Parque, moradores do Guará aliás, quero deixar aqui registrados meus agradecimentos pela boa votação que tive nesta cidade-satélite.

Um de meus compromissos de campanha foi o de lutar pelo Parque do Guará. V. Exas. não podem imaginar o que representa para uma comunidade o privilégio de ter na sua área urbana um parque, sendo a defesa e conservação do mesmo importante.

Foi marcada por mim uma audiência com o Secretário do Meio Ambiente, Sr. Washington Novaes, para hoje, às 11h30min, porque neste exato momento S. Exa. tem a responsabilidade de definir as prioridades do Orçamento de 1991.

Aqui se encontra um grupo de líderes do Guará, e iremos agora ao secretário Washington Novaes para reivindicar o detalhamento da preservação do Parque dentre as prioridades de 1991.

A população do Guará pode contar comigo nesta luta. Não só no Guará, mas em vários pontos do Distrito Federal temos sérios problemas de meio ambiente. Essa é uma luta inegociável, porque o Distrito Federal é uma área relativamente nova em relação aos demais Estados da Federação, e temos o dever de lutar pelos nossos parques.

Concedo aparte ao companheiro Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Nobre Deputada, a Casa vai definir, no Plano Diretor a Lei Orgânica do DF, os destinos da cidade. Neste período que antecede a feitura de tais leis, vemos que há interesse em antecipar essas definições. Precisamos ter cuidado, senão, quando formos fazer a Lei Orgânica e o Plano Diretor, não teremos mais nada a definir. Portanto, pedimos muita cautela aos companheiros neste momento de transição, pois o destino de Brasília e de sua população está em jogo. Parabênizo a população do Guará e as entidades que, em muito boa hora, vêm colocar um freio na questão de desequilíbrio ecológico. Aqui estaremos também vigilantes neste sentido.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Nobre Deputada, a questão das ocupações irregulares é uma das mais sérias no DF e não ocorre apenas no Parque Ecológico do Guará. Em relação ao Parque, como a todo o Distrito Federal, existem situações que não podemos admitir. A lista de ocupantes do Parque é extensa, mas gostaria de deixar registrado um caso particular, dizendo inclusive o nome do ocupante. Trata-se de um funcionário do Senado Federal, cujo nome é Lindoarte Antônio de Moraes, que reside no Plano Piloto. Devemos buscar uma solução para isso, a fim de evitar que servidores da nossa Casa Legislativa jamais estejam envolvidos em ocupações irregulares. Temos de dar exemplo. Esse caso é apenas um dos que conhecemos. A sociedade precisa saber que muitas vezes servidores do poder Público e até do legislativo têm-se valido de sua condição para desrespeitar a lei.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Concedo aparte ao nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Nobre Deputada, solidarizo-me com V.Exa. por sua iniciativa com relação ao Parque do Guará. Devo dizer que também tive expressiva votação naquela cidade, e quero agradecer a seus habitantes por isso. Há uma proposta do Deputado Peniel Pacheco para construção de um hospital para o Guará, e eu apresentei outra para a edificação de hospital no Núcleo Bandeirante. Estamos estudando a possibilidade, juntamente com o Sr. Secretário de Saúde, de se fazer um grande hospital entre as duas cidades. Conte V. Exa. nobre Deputada, com o meu apoio nas suas iniciativas com relação ao Guará.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Gostaria de comunicar aos companheiros que na próxima segunda-feira estarei encaminhando à Mesa comunicação sobre a formação de um grupo parlamentar em defesa do meio ambiente.

Esse é um exemplo copiado da Câmara dos Deputados, criado na época da Assembléia Nacional Constituinte. O Deputado Federal Fábio Feldmann, único ecologista eleito, liderou o trabalho da constituição informal de uma comissão suprapartidária para defesa do meio ambiente.

Tive a honra de participar dessa Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente, que trabalhou incansavelmente durante quatro anos. Foi a época em que denunciávamos. Todas as denúncias que vieram a público foram feitas através dessa Frente Parlamentar. Interessante é que, na medida em que começamos esse trabalho, os segmentos da sociedade brasileira se reuniram a esse grupo de parlamentares. Tivemos o apoio de todos os segmentos sociais, inclusive da Força Aérea Brasileira, para levar o grupo às áreas de garimpos, ao Pantanal, à Amazô-

nia, a Rondônia. Todas as áreas foram levantadas a partir dessa Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente. Toda a sociedade civil nos apoiou. Recebemos cartas do Brasil inteiro e até mesmo do exterior, parabenizando essa iniciativa do Congresso Nacional. E o mais importante: isso ocorreu porque a questão ambiental seria vista e encaminhada como várias outras, de acordo com o texto da Constituição. E conseguimos, cada Deputado trabalhando com as suas lideranças, inscrever um capítulo exclusivo do meio ambiente, na Constituição. Aliás é o único capítulo especial e constitucional desse tipo. Parece-me que recentemente conseguiram aprovar, na Espanha, capítulo constitucional também especial sobre o meio ambiente.

Quero deixar aqui proposta no sentido de que na nossa Lei Orgânica haja um capítulo especial sobre defesa do meio ambiente.

Comunico, neste instante, que, no meu gabinete, estou abrindo inscrições a todos os Deputados que quiserem participar da Frente Parlamentar de Defesa do meio Ambiente do Distrito Federal.

Desejo que V.Exas. se inscrevam, para que possamos constituir informalmente esse grupo dentro da Câmara Legislativa, para defendermos o Distrito Federal.

Há questões que nos estão chegando e que hoje levarei ao secretário do Meio Ambiente, a propósito do que está acontecendo no Distrito Federal. Está havendo destruição das matas ciliares. Estamos cadastrando as matas ciliares que estão sendo destruídas. Existe também o problema da poluição dos nossos rios. Os companheiros Edimer Pireneus e Aroldo Satake, entre outros, já nesta tribuna levantaram questões ambientais, assuntos relativos ao uso de agrotóxicos que estão poluindo os rios, principalmente o Descoberto. Há esse perigo, e está comprovada a poluição. Existe, por outro lado, o sério problema da poluição do Lago. Portanto, há esse desordenamento, falta de política ambiental para o Distrito Federal.

Comunico aos companheiros que da minha agenda de assuntos sobre os quais vou tratar com o Secretário do Meio Ambiente consta proposta da criação da Frente Parlamentar de Defesa do Meio Ambiente. Também levarei várias denúncias e cobrança no sentido de que seu programa seja encaminhado a esta Câmara, para conhecimento dos Deputados a fim de sabermos em que S. Exa. vai gastar o dinheiro da sua secretaria na defesa e proteção do meio ambiente.

O Distrito Federal é novo, e podemos muito bem, através desse trabalho, coordenar o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente.

Esta é uma questão muito polêmica. Muitas pessoas pensam que defender o meio ambiente é como colocar uma pedra em cima do caminho do desenvolvimento. Não se trata disso. Podemos perfeitamente ajudar o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal protegendo as nossas nascentes, as nossas matas ciliares, denunciando o envenenamento dos rios, procurando recursos para conservação dos nossos parques.

Também existe a questão das áreas verdes. Há o problema de Sobradinho. E aqui está o nobre Deputado Padre Jonas, que bem conhece essa dificuldade.

Não há recursos para manutenção das áreas verdes e elas estão sofrendo ameaças sobre a alegação de que é muito cara a sua conservação e de que é preciso cimentá-las.

O SR. JOSÉ EDMAR - V.Ex.^a me concede um aparte?

A SRA. MARIA DE LOURDES - Concedo o aparte ao nobre colega José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR - Quero parabenizar a Deputada Maria de Lourdes Abadia por esta manifestação de apoio ao meio ambiente e dizer que não poderia ficar quieto quando participo, desde há mais de um ano, do CODEMA — Conselho de Defesa do Meio Ambiente, em Taguatinga. Debateremos todos os assuntos ecológicos da nossa cidade. Temos visto o assoreamento do córrego Taguatinga e do córrego Cortado por entrada de esgoto *in natura* no próprio córrego. Verificamos, também, nos mapas da CAESB, um emissário de esgoto nas margens do Rio Cortado, o que não é verdade, pois nunca foi construído, mas consta na CAESB como se tivesse sido feito.

Então, verificamos que o detrato, o desleixo, a irresponsabilidade com o meio ambiente é muito grande. E eu, que participo há muito tempo do CODEMA, vejo assim muito gratificado, e gostaria de me inscrever neste bloco, a fim de que de imediato constasse o meu nome já em primeiro lugar. Parabênizo V.Exa, e que possamos convidar para fazer parte deste grupo, pessoas como Yoshiaky Onoyama, que tem serviços relevantes prestados ao meio ambiente, para que, assim, os outros colegas conhecessem outras pessoas com esse espírito de ambientalista.

É uma sugestão que subscrevo a V. Ex.^a.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos, e antes de encerrar, eu queria, em primeiro lugar, lembrar aos Srs. Deputados a instalação das comissões até segunda-feira, e alerta a todos os Srs. Deputados e Deputadas para a importância e urgência da eleição dos Srs. Presidentes e Vice-Presidentes destas comissões, com vistas à regularização dos nossos trabalhos.

Em segundo lugar, a Mesa consulta os Srs. Deputados sobre a conveniência da antecipação, para dentro de dez minutos, da sessão extraordinária convocada para as 15h de hoje, com a mesma Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Está encerrada a presente sessão, convocando-se a sessão extraordinária, com a Ordem do Dia já distribuída, para as 12h de hoje.

Presidente

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)

S U M Á R I O

1 - Ata da 2ª Sessão Extraordinária, em 11 de janeiro de 1991.

1.1 - Abertura

1.2 - Ordem do Dia

Parecer do relator referente aos Projetos de Resolução nºs 001 e 008 de 1991, que "tratam da composição do pessoal dos gabinetes e dão outras providências".

APROVADO - 20 votos favoráveis e 01 contrário.

Redação final da matéria aprovada na Ordem do Dia, nos termos do art. 351, inciso II, com a finalidade de deixá-la com a redação correta.

APROVADO, com 21 votos favoráveis.

Requerimento solicitando que a instalação das comissões permanentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal fique

marcada para o dia 14 de janeiro, pela manhã, em horário a ser determinado pelo Presidente da Mesa, de autoria do Líder da Bancada Progressista, do Líder do Partido Liberal Progressista, do Líder do PDT e do Líder do Bloco Solidariedade.

REJEITADO - com 08 votos favoráveis, 10 votos contrários e 01 abstenção.

1.3 - Encerramento.

Ata da Sessão Extraordinária, em 11 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, da 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães.

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso.

Às 12 horas e 00 minuto, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Deputado Aroldo Satake (PDS)
- Deputado Benício Tavares (PDT)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro (PRP)
- Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)
- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)

- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Deputada Mª de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães (PFL)
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda Sessão Extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente sobre a mesa (a leitura da ata será dispensada).

Passamos à ordem do dia

A presente Sessão destina-se à apreciação, em segundo turno, do parecer do Relator referente aos Projetos de Resolução N.ºs 001 e 008/91. Dispensando a leitura, considerando que se encontra, sobre a mesa dos Srs. Parlamentares, o referido parecer, em sua forma final.

Em discussão. Pausa. Em votação. Convido o Sr. 2º Secretário para que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(procede-se à chamada)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Aprovado a matéria com 20 votos a favor e um contrário.

Com a palavra, o Deputado Cláudio Monteiro, para justificar o voto.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, cabe-me esclarecer, em primeiro lugar, que me surpreenderam as colocações feitas hoje pelos jornais, no sentido de que eu teria votado contra simplesmente por uma questão política e, até, atendendo a colocações de V.Exa. Devo dizer que isto não condiz com a realidade, porque eu não o faria, se não tivesse a convicção plena da consciência que aqui devo expressar.

Votei contrariamente por entender que, no art. 7º e em parte de outros artigos, o vocábulo "funcionários" não condiz com o que dispõe a atual legislação. A expressão correta é "servidor" e não "funcionários". E por quê? Porque servidor é a pessoa legal-

mente investida em cargo público, condição que passa a existir a partir do momento da aprovação da resolução. Funcionário é termo em desuso. Na composição do art. 7º, eu havia solicitado ao Relator que inserisse - e até alegaram que eu havia ajudado na redação de parte dos artigos - a expressão "aplica-se, no que couber", o que não foi feito. Então, para me preservar de, no futuro, ser responsabilizado por isso -- tenho conhecimento pequeno, é verdade, mas conhecimento jurídico -- decidi não votar a favor da matéria por não ter tido tempo de estudá-la com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Sr. Deputado, o termo "funcionário" ou "servidor" pode ser colocado na redação final, atendendo ao preceito constitucional que hoje denomina servidor, porque isto não muda a essência da matéria. Eviden-

temente, temos de adequá-la à terminologia estabelecida na Constituição.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Mas V.Ex.^a deveria acatar — e seria isso colocado ao Plenário, já após a votação — uma nova redação ao art. 7.^o, que seria a seguinte: “Aos servidores de que trata o art. 1.^o da resolução aplica-se, no que couber, o disposto na Lei n.^o 119, de 16/08/1990, que disciplina o regime jurídico dos servidores da administração direta, autárquicos e fundacionais do Distrito Federal”.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Gostaria de esclarecer que se isso se constituir em vício, a Mesa pode adequar-se para que não haja conflito com a legislação. Isso é perfeitamente possível de ser feito.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Há apenas um detalhe que gostaria de lembrar a V.Ex.^a infelizmente, a Mesa não terá como dar nova redação ao art. 7.^o, pela aprovação, porque a colocação aqui inserida, apesar de ser sutil, modifica condições futuras e questões de direito. O que tentamos fazer, a colocar isso, foi assumir, a responsabilidade desta Casa por futuras ações jurídicas. Daí a nossa preocupação com a questão da terminologia.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não se trata de darmos nova redação ao artigo, mas apenas de adequarmos os termos usados à legislação maior vigente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Perfeitamente. Estou satisfeito porque a Mesa pensa desta forma. E o restante do Plenário deve estar de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não se seguida à aprovação, teremos de colocar em votação a redação final da matéria, nos termos do art. 351, inciso II, com a finalidade de deixá-la com a redação correta, consoante a técnica legislativa. Para isso, a Mesa coloca em discussão uma autorização do Plenário para que ela possa proceder à redação.

Em discussão a matéria.

Em votação. Convido o Sr. 2.^o Secretário para proceder chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Aprovada a matéria, com 21 votos a favor.

Há sobre a mesa requerimento de líderes que solicito ao 1.^o Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — (Pedro Celso) — “Os líderes abaixo relacionados solicitam ao Sr. Presidente que a instalação das Comissões Permanentes desta Casa fique marcada para a próxima segunda-feira, dia 14, na parte da manhã, em horário a ser determinado por S. Exa.”

Assim o Líder da bancada progressista, o Líder do Partido Liberal Progressista, o Líder do PDT, o Líder do Bloco Solidariedade.

O SR. GILSON ARAÚJO — (Sr. Presidente, o PTR também dá apoio a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra, para uma questão de ontem, o Sr. Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apresentar uma questão de ordem à Mesa, para submeter a solicitação das lideranças à votação do Plenário. Minha proposta é de que as comissões se reúnam ainda hoje. Estamos diante de uma situação em que já entraremos na próxima segunda-feira na terceira semana de funcionamento da Câmara e só aprovamos um único projeto, assim mesmo dada a situação de urgência urgentíssima. Como as comissões não estão funcionando, não temos condições de ter pareceres e, portanto, o processo legislativo fica todo prejudicado.

Já realizamos a sessão prevista para hoje à tarde, a extraordinária. Vejo, então, que temos todas as condições para realizar, ainda hoje, as reuniões das comissões, eleger as suas direções e, na próxima segunda-feira, já promover as reuniões ordinárias dessas comissões, para que elas possam agilizar o processo administrativo.

Ontem, alguns Deputados, inclusive o próprio Líder do Bloco Solidariedade, Deputado Peniel Pacheco, usavam do argumento da celeridade, e sou solidário com ele nesse aspecto. Temos de dar celeridade ao processo legislativo.

Portanto, apresento esta questão de ordem para que a submetamos ao Plenário. Tenho a expectativa de que o Plenário vai votar favoravelmente, uma proposta no sentido de que a reunião das comissões seja realizada hoje à tarde, para que possamos passar imediatamente a agilizar o processo legislativo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo apenas reforçar a colocação do Deputado Geraldo Magela e tentar sensibilizar os outros parlamentares para o fato de que toda a comunidade está esperando respostas desta Casa. Ontem conseguimos com muito êxito e todos estamos de parabéns - votar a matéria da lotação nos gabinetes. Esse foi um passo importante.

Quanto à questão das comissões, para que as matérias comecem a tramitar — e temos notícias de que os projetos estão se avolumando na Secretaria Legislativa — eu pediria aos líderes um esforço no sentido de que se realizasse essa sessão hoje, a fim de que já na segunda-feira conseguíssemos encaminhar, e, se possível, até votar algumas matérias que estão se acumulando cada vez mais, e a comunidade espera respostas nossas.

É um apelo que faço às lideranças e aos parlamentares, para que essa sessão se realize ainda hoje.

Sr. Presidente, há um requerimento dirigido à Mesa assinado por cinco lideranças representativas de blocos ou partidos, e o PTR, que vem contribuindo para que haja um bom relacionamento nesta Casa, se preocupa em evitar precipitações que normalmente trazem prejuízo à Casa e também à sociedade de Brasília.

Portanto, quanto à instalação das comissões, deverá ser feita na segunda-feira, a fim de encontrarmos as melhores composições possíveis, no sentido de contemplar aquelas pessoas interessadas em contribuir para que tenhamos um bom desempenho nas comissões.

Acredito que, no que concerne a uma matéria de alta relevância, como a instalação das comissões, deve ser levado em consideração a reflexão em torno de como serão compostas.

As lideranças que assinaram esse documento pedem que essa matéria seja votada na segunda-feira, de modo que tenhamos tempo de continuar as discussões em torno dos nomes dos presidentes e dos membros de cada comissão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável o que ocorreu ontem. Ainda que o Partido dos Trabalhadores tenha solicitado, através de diversas intervenções, que a Mesa promovesse a reunião das lideranças, essa proposta foi, no nosso entender, deliberadamente esvaziada através de uma tentativa de iniciativa do próprio Partido dos Trabalhadores, o que vem de encontro àquilo que se tem tentado caracterizar como aspecto radical do partido, o que é uma falsidade. Apelo ainda para o art. 7.^o do Regimento Interno do Senado Federal, que impõe esse critério como forma de discutir a composição das comissões, a presidência entendeu que o assunto já havia sido exaustivamente discutido.

Foi uma oportunidade em que a presidência, utilizando-se de suas prerrogativas, colocou-se na posição de mediadora da questão.

Entendemos que a própria presidência, naquela oportunidade, considerava que essa matéria deveria ser definitivamente encerrada no dia de hoje, até

Assim sendo, Sr. Presidente, e entendendo que o horário vespertino é um horário de trabalho para nós, não podemos perder mais tempo, uma vez que as negociações já se delongam há mais de quatro meses. Todos sabemos que o processo político é amplo e de discussão, e não podemos mais prorrogar essa discussão sobre a instalação das comissões e a votação para Presidência e Vice-Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador). — Gostaria de obter uma informação da Mesa: realmente houve alguma alteração no prazo inicialmente anunciado para que esse assunto só fosse tratado mesmo na segunda-feira? Pelo que me consta, na sessão extraordinária convocada ontem para hoje à tarde se deveria apenas votar em segundo turno a matéria apresentada ontem neste plenário. Não me lembro se foi tratada também essa questão naquela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Apenas para esclarecimento. A Mesa entendeu que a reunião das comissões deveria se realizar até segunda-feira, em virtude de hoje pela manhã termos de realizar uma sessão ordinária e à tarde, uma Sessão extraordinária. Houve uma mudança no horário da sessão da tarde, e ela está se realizando neste instante. Além disso, o art. 88 estabelece que no início da legislatura, nos cinco dias que se seguirem à designação dos seus membros, no que diz respeito às comissões, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, seu Presidente e Vice-Presidente. De modo que a segunda-feira ainda está dentro do prazo, não só estabelecido pela Presidência, como também configurado no art. 88.

O SR. PENIEL PACHECO — Gostaria de saber se existe sobre a mesa algum pedido formal para antecipar essa reunião, que seria na segunda-feira, para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Existe, apenas, um requerimento para que a reunião das comissões se realize na segunda-feira, pela manhã.

O SR. PENIEL PACHECO — O que seria até desnecessário. Tendo em vista que não há nada formal nesse sentido, pediria a V. Exa. que desse continuidade aos trabalhos, atendendo àquilo que foi previamente anunciado pela Mesa, encerrando, portanto, a sessão, que já cumpriu seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Existe um pedido verbal do Líder do PT, feito pouco antes do início da reunião, que não foi formalizado.

O nobre Deputado Geraldo Magela tem a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem. Acredito que, na medida em que o Deputado faz uso da palavra em plenário e formaliza uma questão de ordem, ela passa a existir formalmente para a Mesa. Parece-me que não procede a argumentação do companheiro Peniel Pacheco. Faço esta consulta à Mesa, porque me consta que, uma vez apresentada uma questão de ordem, ela é formalizada à Mesa, a quem compete decidir-la.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, era exatamente o que eu estava querendo dizer, porque uma questão de ordem deve ser pedida para reparar um erro cometido pela Mesa, o que não aconteceu. Até agora os trabalhos têm se desenvolvido dentro da normalidade. Então, acho que a questão de ordem apresentada pelo nobre Deputado, data venia, foi impropriedade porque não feriu, até agora, nenhum dos princípios estabelecidos. Então, essa questão de ordem simplesmente não existe. Agora, se houver o desejo do PT de solicitar verbalmente a autorização do Presi-

dente, não deve ser como questão de ordem. Era o que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PRP. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, como à preocupação do Partido dos Trabalhadores quanto à seriedade do processo legislativo. Sabemos que a sociedade espera ansiosamente que esta Casa dê plena continuidade a seus trabalhos. Mas é importante salientar que, na composição das comissões, há necessidade de uma discussão profunda sobre o posicionamento dos presidentes, e é de bom alvitre que isso ocorra após uma ampla discussão política que não ocorreu ainda.

Portanto, faz-se necessário o atendimento do requerimento formal, para que possamos, na segunda-feira, deliberar sobre o assunto, já que neste interregno estaremos voltados à discussão política da composição das presidências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas quero dizer, ao Deputado Peniel Pacheco, que não se trata de uma discussão puramente regimental, protocolar e, sim, de uma discussão política.

A Mesa esclareceu que o prazo dado pela Presidência é até segunda-feira. Isso significa dizer que a reunião tem todas as condições para acontecer hoje. Volto a apelar para a necessidade de este encontro acontecer, para que os projetos comecem a tramitar e comecemos a deliberar neste plenário, porque é isto que a comunidade está esperando de todos nós. Então, não se trata simplesmente da questão do Regimento e, sim, e essencialmente, da discussão política sobre a necessidade da realização da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PTR insiste em que haja uma compreensão por parte do PT, uma vez que o nosso partido vem dando exemplo de colaboração e composição em todas as questões que vêm sendo discutidas nesta Casa. O PTR insiste em que essa reunião de instalação das comissões continue, para que seja deliberada na segunda-feira, uma vez que o PTR entendeu que esta questão seria decidida na segunda-feira.

Portanto, para uma boa harmonia, um bom relacionamento nesta Casa, solicitamos a compreensão do PT, a fim de não quebrar os laços de exemplo que o PTR vem dando nesta Casa, contribuindo para uma boa relação, um bom trabalho.

É de suma importância que o pleito, em que cinco lideranças assinaram um documento formal, seja entendido pelo PT como um pedido de colaboração, envolvendo todos desta Casa, mantendo o clima que vem ocorrendo aqui na Câmara Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, neste momento, de recordar um pensamento chinês: "O tempo perguntou ao tempo o que era tempo, o tempo respondeu ao tempo não perca tempo". O tempo está em função das idéias, e aqui temos de aprimorá-las, já que estas fecundam uma solução que dê resposta à altura das nossas necessidades.

Então cito que é um momento muito oportuno de se pensar um pouco mais, para que, quando dermos resposta a essas questões, e principalmente em se tratando das comissões, prevaleça realmente um espírito de filtragem das coisas que não são mais

coisas, são a expressão vital da nossa atividade para com a comunidade.

Gostaria, então, que o tempo ficasse a serviço das coisas e não as coisas a serviço do próprio tempo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito à Mesa esclarecimento sobre se a bancada do Partido dos Trabalhadores, através de sua liderança, deverá formalizar solicitação para que seja realizada reunião hoje à tarde, porque entendemos que, ontem e hoje, pelo pronunciamento do Deputado Geraldo Magela, já fizemos formalmente tal pedido. Gostaria de saber se temos de fazê-lo oficialmente, para que haja uma consulta da maioria do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sra. Deputada, não há necessidade. O requerimento verbal é formal.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, então, gostaríamos de que fosse o requerimento submetido à decisão do Plenário, na medida em que existem duas proposições: uma, para realização da reunião de comissões hoje à tarde; e, outra, que aconteça na segunda-feira. Argumentações de parte a parte já foram levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Vou submeter à apreciação do Plenário, o requerimento dos Líderes, sobre as reuniões das Comissões serem realizadas na segunda-feira, de acordo com o prazo estabelecido por esta Presidência.

O SR. GILSON ARAÚJO — Sr. Presidente, como a matéria vai ser submetida à decisão do Plenário, solicito que esta reunião seja suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Acatada a solicitação, suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensão a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão.

Em votação a proposta.

O SR. GERALDO MAGELA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, na tentativa de buscar entendimento, eu e o Deputado Gilson Araújo, em comum acordo, estamos apresentando uma nova proposta, no sentido de instalarmos as comissões amanhã, às 9h. Portanto, as instalações não seriam realizadas nem hoje à tarde nem segunda-feira.

O SR. PENIEL PACHECO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, tendo como certo que o Plenário não se reuniria aos sábados, assumi compromissos inadiáveis para amanhã. Portanto, neste caso, eu estaria impossibilitado de aqui comparecer. Bem sei que a falta de um só elemento não prejudicaria o processo. Acho que as instalações das comissões poderiam ser marcadas para as 18h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Estamos em processo de votação que não pode ser interrompido. É permitido apenas o encaminhamento da votação, falando um Deputado contra e outro a favor. Temos de votar esta proposta. Depois poderá ser apreciada outra.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — No decorrer dos entendimentos, surgiu uma terceira proposta: que as instalações ocorressem amanhã. Teríamos de incluí-la entre as outras.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Após a votação desta matéria, poderá ser feita essa solicitação à Mesa.

O SR. GERALDO MAGELA — A proposta em votação é a que se refere a segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A proposta é no sentido de que as comissões se instalem segunda-feira, a partir das 9h. Está em votação. Os Deputados que a aprovarem responderão "sim"; os que a rejeitarem, dirão "não".

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Secretários, caros companheiros, não tenho a pretensão de usar todo o tempo. Inscrevi-me para usar do benefício da inscrição.

Devemos rejeitar a proposta. Estou de acordo com a proposição apresentada pelo companheiro Peniel Pacheco, ou seja, para que nos reunamos hoje às 18h.

Regimentalmente, só é possível apreciarmos esta proposta em votação. Mas também é permitido apresentar outras, tanto para reunião amanhã quanto para hoje, às 18h.

Sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o 1.º Secretário a proceder a chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada).

A Presidência anuncia o resultado da votação: "sim", 8; "não", 10; "abstenção", 1.

Está rejeitado o requerimento.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, votei pelo "sim" porque acredito que deveríamos conversar um pouco mais. Percebi que havia divergências que precisariam ser superadas, e continuo acreditando no diálogo e no entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY (PTR. Sem revisão da oradora). — Sr. Presidente, votei "sim", pelo adiamento, seguindo o exemplo dos companheiros do PT.

Quando formamos nossa Mesa foi sugerido que deveríamos discutir até à exaustão para chegarmos a um acordo. Seguindo essa orientação, votei "sim".

Acho que ainda há algumas dúvidas na formação dessas comissões, inclusive na eleição para Presidente. Creio que deveríamos discutir mais profundamente esse assunto. Visando a um entendimento, votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — (PDT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, não obstante eu haver assinado em nome da bancada que decidia pela segunda-feira, novamente consultando os companheiros, cheguei a outra expressão de um provérbio: termináramos hoje, com um pouco mais de tempo, a partir das 16h. Teríamos tempo suficiente para que pudéssemos formalizar as comissões e, por outro lado, ganharíamos tempo, que seria utilizado na próxima semana. Por isso votamos contrariamente à reunião de segunda-feira e nos manifestamos favora-

velmente às diversas hipóteses que poderão surgir a partir deste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O requerimento foi rejeitado. Compete às lideranças dos partidos marcarem dia e hora para a reunião, estabelecido o prazo até segunda-feira. A Presidência só interferirá no processo caso não seja cumprido o art. 88 do nosso Regimento Interno, que, para tal, estabelece o prazo de cinco dias. Portanto, ficam os líderes dos partidos, a partir deste instante, responsáveis pela marcação da reunião, para que se instalem as comissões.

Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, consulto a Mesa se posso apresentar uma proposta de plenário e se os líderes, em plenário, podem manifestar sua concordância ou não. Já tenho conhecimento da posição de vários líderes que aqui estão e gostaria que fossem adiantadas as suas opiniões, através de uma sugestão de plenário. Creio que a consulta deve ser feita aos líderes, a fim de que se pronunciem, concordando ou não.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Esta reunião extraordinária foi convocada apenas para a votação, em segundo turno, do projeto de resolução, nada mais estando previsto na pauta. Foi estendida em função de haver um requerimento sobre a mesa. De modo que acho que, extra-reunião, extra-sessão, os líderes podem se reunir e comunicar à Presidência a instalação das comissões, mesmo porque foi percebido que existem divergências quanto ao dia e horário. A instalação das comissões é de responsabilidade dos líderes. Não desejamos prolongar mais esta sessão, em virtude desse assunto não constar da pauta.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, já iniciamos a abordagem deste assunto. Se hoje não houver deliberação dos líderes, o requerimento que acaba de ser rejeitado pelo Plenário poderá vir a ser

aprovado, em face de, nestas condições, não haver acordo das lideranças. Isto seria muito ruim, porque atitude dessas se confrontaria com a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT — Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados, como estava previsto, chegamos a um entendimento. Há um consenso de que as comissões deverão reunir-se hoje, em lugares distintos, às 18h.

Sendo impossível haver acordo sobre eleição dos presidentes, as comissões, reunidas, decidirão o melhor momento para se reunirem novamente.

Esta é a proposta de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados, gostaria de saber quem estabelecerá os locais.

É importante sabermos isso, porque, por uma falha técnica, talvez não venhamos a nos reunir hoje nem segunda-feira.

Solicitaria ao Deputado José Ornellas que nos indicasse onde nos vamos reunir.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Temos várias dificuldades: de local e de pessoal de apoio às reuniões das comissões. Temos apenas um local disponível para a reunião das comissões e um pessoal de apoio para essas comissões. Os próprios Deputados estão constatando essas dificuldades.

Como isso é da competência das lideranças, entendo que estas devam reunir-se e estabelecer local e horário da reunião.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente,

acho que deve ficar fixada alguma recomendação. Se forem os líderes a determinar os locais, poderiam eles reunir-se às 15h para defini-los. Outra forma seria todos nos encontrarmos aqui às 18h. Esses os dois caminhos que temos. Não basta que apenas marquemos alguma coisa, é preciso saber o que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sra. Deputada, devo informar a V.Exa. que já ficou estabelecido que todos se reunirão aqui às 18h. No momento em que os líderes e os membros das comissões aqui estiverem, será determinado o local da reunião.

Antes de encerrar a sessão, passo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso, que deseja fazer um comunicado a V.Exas.

O SR. PEDRO CELSO (PT — Sem revisão do orador). — Srs. Deputados, quero comunicar a todos que a Universidade de Brasília me pediu que reforçasse convite feito anteriormente a V.Exas. para o debate sobre transporte de massas, que acontecerá na segunda-feira, aqui no auditório da nossa Casa, às 9h30. O referido debate é promovido pelo Mestrado de Transportes Urbanos da Universidade de Brasília, pelo Núcleo de Estudos e Transportes, pelo Projeto Pró-Lei Orgânica do Decanato de Extensão da UnB e pela Associação Nacional de Pesquisa e Ensino de Transporte.

Quando conversei com os companheiros da Universidade de Brasília, solicitei que fossem trazidos ao debate as duas visões sobre a questão do transporte de massa no Distrito Federal, isto é, a favorável ao metrô de superfície e a desfavorável a ele, para que possamos ter uma idéia a respeito do assunto.

Apelo aos colegas para que compareçam ao debate, uma vez que o mesmo é muito importante para a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão.

S U M Á R I O

1. Ata da 6ª sessão ordinária, em 14 de janeiro de 1991

1.1 Abertura

1.2 Pequeno Expediente

1.2.1 Comunicações de Líderes

Deputado Jorge Cauhy, em nome da bancada do PL.

— Solicitação ao Secretário de Saúde à modificação no horário de funcionamento do Hemocentro de Brasília a fim de viabilizar o número de doações de órgãos.

Deputado Aroldo Satake, em nome da bancada do PDS.

— Discurso em repúdio às denúncias de contaminação dos tomates produzidos no Distrito Federal, apresentada pelo proprietário de um laboratório no Centro de Atendimento Tecnológico.

Deputado Benício Tavares, em nome do PDT.

— Discurso ressaltando e enaltecendo a atuação do PDT no quadro político atual.

Deputado Eurípedes Camargo, em nome do PT.

— Apresentação de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências".

Deputado Maurílio Silva, em nome do PTR.

— Pronunciamento em defesa de uma melhor condição de vida para a sociedade de menor poder aquisitivo.

Deputada Rose Mary Miranda, em nome do PTR.

— Apresentação de Projeto que cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal-IPASFE.

Deputada Lucia Carvalho, em nome da liderança do PT.

— Referências sobre a composição das Comissões desta Casa.

Deputado Edimar Pireneus, em nome do PDT.

— Apresentação de Requerimento que solicita a presença nesta Casa do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Jofran Frejat, para prestar informações sobre a morte da menor Leticia Alves dos Santos, no último dia 2, vítima de infecção hospitalar, contraída no Hospital Regional de Brazlândia.

Deputado Agnelo Queiroz, em nome do PC do B.

— Apelo ao Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Jofran Frejat, para que reconsidere a sua decisão e faça justiça para com todos os profissionais de Saúde.

— Comentários sobre o cancelamento da licitação que tinha

como propósito privatizar os serviços funerários do Distrito Federal.

Deputado Carlos Alberto, em nome do PCB.

— Cumprimentos aos moradores do acampamento da Telebrasil.

— Comentários sobre a participação do PCB em ato público, realizado em frente da Embaixada Americana em favor da paz no Golfo Pérsico.

— Referências sobre a implantação do metrô de superfície no Distrito Federal.

1.3 Grande Expediente.

— Deputado Eurípedes Camargo (PT).

— Apresentação de Projeto de Lei que determina a fixação definitiva do Acampamento da Telebrasil.

— Deputado Manoel Andrade (PPR).

— Referências sobre matéria publicada pela imprensa local, sob o título "Rodoviária é privatizada só com apoio popular".

— Deputado Peniel Pacheco (PST).

— Doação de um exemplar da Bíblia Sagrada para fazer parte do acervo bibliotecário dessa Casa Legislativa.

— Leitura da carta em que o governo americano nega o envolvimento de suas entidades oficiais com o trabalho de qualquer comunidade religiosa no Brasil.

— Deputado Tadeu Roriz (PSC).

— Leitura da comunicação enviada pela Secretaria do Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia sobre o estado em que se encontra a barragem do Rio Descoberto.

— Referências sobre recebimento de um abaixo assinado dos moradores da QNP 6 e da QNP 8, que adquiriram lotes comerciais da Terracap, reivindicando o loteamento urgente dessas áreas, uma vez que as mesmas estão sendo invadidas.

— Enfoque sobre a violência na República Soviética da Lituânia.

— Deputada Lúcia Carvalho (PT).

— Solicitação à Mesa no sentido que seja encaminhada ao Sr. Governador a proposta de enviar seu Plano de Governo a todos os parlamentares, como prevê o art. 5º da Resolução nº 15 de 1988 do Senado Federal.

— Pronunciamento em protesto ao descaso com que é tratado o ensino público no Distrito Federal.

1.4 ENCERRAMENTO.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Sr. Vice-Presidente, Deputado Tadeu Roriz, a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Passamos ao Pequeno Expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Jorge Cauhy
- Aroldo Satake
- Benício Tavares
- Eurípedes Camargo
- Lúcia Carvalho
- Maurílio Silva
- Rose Mary Miranda
- Edimar Pireneus
- Agnelo Queiroz
- Carlos Alberto

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy. V. Exa. dispõe de cinco minutos na tribuna.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Em Brasília, milhares de pessoas aguardam transplantes de órgãos.

Atualmente, os hospitais da rede oficial só estão capacitados para o transplante de córnea e rins, este último dificilmente realizado por falta de doadores.

Houvesse mais verba, já poderíamos dispor de transplante de coração, medula óssea etc. Além disso, e da dificuldade habitual de conseguir-se doador, existe outra questão.

Para o sucesso do transplante, o órgão do doador tem de ser retirado logo após a constatação da morte, o que exige presteza na atividade.

Num período recomendável de 12 horas, os receptores da vez são convocados e selecionados previamente pela compatibilidade sanguínea.

Dispensados os incompatíveis, são necessários inevitavelmente dois outros exames básicos: o de sorologia e histocompatibilidade, que informam se o doador é ou não aidiético e se não haverá rejeição celular, respectivamente. Tais exames dependem de um laboratório especificamente equipado e permanentemente disponível.

Ocorre que a única entidade pública capaz de realizar esses exames é o Hemocentro de Brasília, uma gerência do Instituto de Saúde do DF, componente da Secretaria de Saúde, que só funciona em horário comercial de segunda a sexta-feira.

Assim, doadores potenciais, recém-falecidos, sem impedimentos orgânicos, legais ou familiares, obtidos de sexta-feira à noite até a madrugada de domingo, têm seus órgãos desperdiçados, meramente por falta de um laboratório nas condições mencionadas.

E os enfermos, Sr. Presidente, que já não podem esperar? Quanto tempo se passará até surgir novo doador? Vidas se perdem dessa forma.

A bem da saúde e da existência de seres humanos, urge dilatar-se o horário de funcionamento do Hemocentro de Brasília para 24 horas, ininterruptamente, ou se aperfeiçoar o laboratório do Hospital de Base.

Estamos informados de que, na Unidade de Saúde daquele hospital, a ampliação do laboratório interno depende apenas de verba, pois o pessoal técnico já está disponível.

Já a administração do Hemocentro pretende instalar o sistema de plantões, assim que puder aumentar o seu quadro funcional, entre outras medidas capazes de dar a cobertura indispensável a essa implantação.

Nestas condições, Sr. Presidente, fica a nossa indicação no sentido de que esta Casa se dirija ao Sr. Secretário de Saúde, Deputado Jofran Frejat, chamando a sua atenção para o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em novembro do ano passado, o Sr. Otávio Americo Brasil, proprietário de um laboratório no Centro de Atendimento Tecnológico, apresentou, via imprensa, denúncia alertando a população sobre os perigos de se consumir tomate produzido no Distrito Federal, pois tinha detectado em exame que o produto se encontrava com alto teor de contaminação.

As consequências foram desastrosas para os produtores locais, já que atravessávamos o período de plena safra. A demanda caiu consideravelmente, ocasionando perdas consideráveis.

Para se ter uma idéia dos prejuízos acarretados aos produtores, a média mensal comercializada na Ceasa/DF é de 1.226 ton/mês, representando, aos preços de dezembro/90, um valor de 96 milhões de cruzeiros. Com a denúncia, fartamente explorada pela imprensa, deixou-se de comercializar 60% desta média, o que representou um prejuízo de 57 milhões de cruzeiros, conforme a administração da Ceasa.

Como é do conhecimento de V. Exas., dois órgãos que dispõem de alta tecnologia para processar análise de teor toxicológico, especificamente o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, da Fundação Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, e a Divisão de Bromatologia e Química do Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, concluíram, baseados em amostras enviadas, que o produto estava de acordo com a legislação em vigor e que seu consumo não apresentava nenhum risco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em defesa da comunidade agrícola do Distrito Federal, com a qual sou identificado, manifesto repúdio à denúncia que tanto prejuízo causou a esta classe sofrida sem que tenha havido anteriormente um sério exame laboratorial que determinasse contaminação toxicológica em área de origem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados deixo aqui uma pergunta: com que intenção vem a público tal informação, prejudicando trabalhadores já tão sacrificados e colocando a população em polvorosa? Alguém foi responsabilizado criminalmente pelos prejuízos ocorridos aos produtores?

Não podemos mais permitir tais abusos, como também precisamos dotar o Distrito Federal de meios e materiais que possam, idônea e oficialmente, promover a proteção da população, detectando produtos e áreas contaminadas.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra, o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o fechamento, na manhã de hoje, do processo de escolha das direções das comissões técnicas desta Casa, com a eleição do companheiro Edimar Pireneus para a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, é um fato que não pode deixar de ser objeto de comemoração pela legenda do PDT. inclusive com o fim do cabal esclarecimento da opinião pública brasileira sobre o desenrolar dos fatos, a problemática do nosso partido e a sua postura diante desta Casa.

Estava em disputa a direção de uma comissão, importante para a sociedade, essencial para o PDT. Não custa salientar que nosso partido tem a questão social como básica para a solução dos problemas da

sociedade, sendo sempre útil relembrar a revolução educacional e social promovida no Rio de Janeiro pelo governador Leonel Brizola, um dos principais motivos do seu retorno, nos braços do povo, ao Palácio da Guanabara. Não há dúvidas da ligação entre os resultados das urnas e os projetos implementados durante o seu primeiro governo, destacando-se o modelo de educação em tempo integral, os Cieps. Aliás, uma experiência que Brasília já conhecia, aqui implantada sob a responsabilidade do Prof. Anísio Teixeira, mas com a inquestionável influência do Prof. Darcy Ribeiro, agora eleito Senador pelo PDT carioca e responsável, ali, pela idéia dos Cieps.

Não se pode deixar de assinalar que o PDT se portou de forma a não impor qualquer isolamento no processo de negociação parlamentar, uma prática que marcará aqui a nossa presença, comprometida a nossa bancada com a escolha dos melhores caminhos para o desenvolvimento do Distrito Federal, beneficiando seus setores marginalizados, mas sem a mínima intenção de usar nossos mandatos unicamente para jogar para a platéia. Os resultados nos interessam mais que as versões.

De resto, pois algumas interpretações correntes temiam identificar incompatibilidade internas no PDT, uma crise incontornável, fique claro de uma vez por todas que o PDT vive, sim, uma crise, pela qual, aliás, só temos que nos felicitar. É a crise do crescimento. Ao contrário do que possa parecer, o PDT saiu das urnas triunfante. Desfrutando do prestígio popular pela firmeza das suas posições, elegeu três governadores estaduais — os companheiros Leonel Brizola, no Rio; Albuíno Azeredo, no Espírito Santo; e Alceu Collares, no Rio Grande do Sul. Ressalte-se que, ao vencer no Espírito Santo, derrotou por vantagem esmagadora o próprio Líder do Governo Collor no Senado Federal e, no Rio Grande do Sul, levou ao Governo um amigo de Brasília, autor da primeira emenda de representação política plena para o Distrito Federal.

O PDT hoje é o terceiro maior partido do Brasil. Dispõe da terceira maior bancada na Câmara dos Deputados e, coincidentemente, também da terceira maior nesta Câmara. Lá como aqui, esta presença atribui-lhe responsabilidade e delas o partido não se furtará. O PDT, enfim, é um partido em que se pode confiar.

Não tenho dúvidas de que o resultado da manhã de hoje, garantindo a direção de uma das comissões técnicas para os setores progressistas, facilitará a aprovação dos projetos do interesse social dos brasileiros. Esperamos, para isto, contar com a solidariedade de todo o campo progressista, negando-nos a crer que disputas partidárias possam colocar em plano secundário o interesse da sociedade, e mesmo de outros pares, eleitos por legendas de menor compromisso com o avanço popular. Mas que venham a se sensibilizar pela problemática social de Brasília, que se aguça seriamente com a política de recessão do Governo Federal.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar a importância de discussão ocorrida a partir de denúncia feita quanto ao que estava acontecendo com a questão ligada aos cemitérios de Brasília. Havia a tentativa de se tornar esse serviço privativo. No entanto, por causa da denúncia que fizemos, houve um recuo por parte do Governo do Distrito Federal. Considero este fato extremamente importante. Houve, também, após a denúncia, o apoio público de alguns parlamentares aqui presentes em relação a esta questão, e a eles agradecemos. Foi esta uma das primeiras vitórias concretas da Câmara Legislativa.

Leio projeto que estamos encaminhando para tramitação, juntamente com os demais já entregues: PROJETO DE LEI DA CÂMARA LEGISLATIVA Nº 007, DE 1991.

(Dos Deputados Distritais **EURIPEDES PEDRO DE CAMARGO — PT** e **AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO-PCdoB**)

Dispõe sobre criação dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências. A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º — Ficam criados, com ônus para o Governo do Distrito Federal, os serviços funerários e administrativos dos cemitérios.

§-1º — Os serviços funerários compreendem a venda de urna, o transporte do morto, a cova, a campa e o sepultamento.

§-2º — O Serviço Funerário de Brasília é de utilidade pública e sem fins lucrativos.

Art. 2º — Os serviços funerários e a administração dos cemitérios serão executados pela Fundação dos Serviços Sociais, podendo ser firmados convênios com entidade de assistência social, sem fins lucrativos, indicada, de comum acordo, pela Fundação do Serviço Social e o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e Orientação Profissional do Distrito Federal-SENALBA.

§-1º — A entidade escolhida, cujas atividades serão supervisionadas pela Fundação do Serviço Social, aproveitará os recursos materiais e humanos existentes na atual estrutura, respeitado o padrão salarial.

§-2º — Enquanto não for escolhida a entidade de que trata o "caput" deste artigo, os serviços nele referidos serão executados pela Fundação do Serviço Social.

§-3º — Fica vedada a exploração desses serviços por empresas privadas.

Art. 3º — Os recursos financeiros necessários à cobertura das despesas dos serviços e administração dos cemitérios serão repassados à entidade escolhida pelo GDF via Fundação do Serviço Social.

§ único — As receitas próprias dos cemitérios destinam-se exclusivamente à manutenção de suas instalações e equipamentos.

Art. 4º — No prazo de 30 dias, a contar da publicação desta Lei, a Fundação do Serviço Social, auxiliada pelo SENALBA/DF, tomará as providências necessárias ao cumprimento deste diploma legal.

Art. 5º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até que a matéria seja disciplinada na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem por finalidade devolver ao GDF os serviços funerários, o que, em nosso entender, constitui atribuição básica do Estado pelo caráter de serviço de utilidade pública. A transformação deste projeto em norma jurídica põe fim a uma das mais odiosas explorações comerciais, que agride os sentimentos humanos: o comércio de sepultamento.

A presente lei tem caráter transitório e extingue-se com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, na qual esta matéria certamente estará mais bem disciplinada.

Certo de merecer o apoio de meus pares nesta iniciativa de inequívoco sentido social, registro o apoio do SENALBA/DF na elaboração desta proposição.

EURIPEDES PEDRO DE CAMARGO-PT

AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO-PCdoB
Brasília, 11 de Janeiro de 1991

Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar o apoio do SENALBA na defesa dos interesses da categoria dos

trabalhadores representados pelo Sindicato que, também com a firme determinação do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e demais Parlamentares que se pronunciaram neste plenário, conseguiu reverter o processo de privatização dos serviços funerários do Distrito Federal, encontrando alternativas menos danosas aos trabalhadores do setor e da população do Distrito Federal.

É, portanto, o projeto que estamos encaminhando para que tramite na Casa. Temos certeza de que contaremos com o apoio de todos os Parlamentares que compõem esta Câmara Legislativa.

Muito obrigado companheiros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — (PT. Sem revisão da oradora). — Sr. Presidente, é regimental que, sobrando tempo no Pequeno Expediente, aqueles que não tiverem sido contemplados tenham direito a usar a palavra? Inclusive a minha solicitação para falar foi encaminhada para o Grande Expediente. Eu havia reservado, juntamente com o Deputado Padre Jonas e a Deputada Rose Mary Miranda, a sexta-feira pela manhã para fazer meu pronunciamento. Há ainda vinte minutos de Pequeno Expediente, tendo sido iniciada a sessão às 15 horas. Assim, eu solicitaria ao Presidente da Mesa que concedesse mais vinte minutos para o Pequeno Expediente, contemplando aqueles que se haviam anteriormente inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Eu gostaria de esclarecer à Deputada Lúcia Carvalho que, no Pequeno Expediente, não pode haver mais de seis oradores. Com a ausência dos Deputados Maurílio Silva e Geraldo Magela, abriram-se duas vagas para mais oradores. Após o pronunciamento destes Deputados, daremos por encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Maurílio Silva, que acaba de chegar ao plenário.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há cerca de dois, três meses, estive visitando algumas regiões e deparei-me com sérios problemas dos quais analisei alguns. Pude ver fome, miséria, aflição. Procurei acompanhar um caso específico e, deste, tirei uma lição. Hoje a Comissão de Assuntos Sociais foi instalada nesta Casa, e quero fazer um apelo ao seu Presidente no sentido de que olhe para as pessoas, para a sociedade de menor poder aquisitivo, para aqueles que não têm o pão de cada dia, enfim, para aqueles que não têm ensino e nem lugar para morar.

Acompanhando um caso específico, encontrei um menino com menos de 12 anos vivendo maritalmente com uma mulher de 30 anos. Este caso, para mim, constitui um problema grave, porque o problema social está na fome, na miséria que bate à porta e, às vezes, nós ficamos aqui sem olhar para este tipo de situação, para este tipo de pessoas. Só se tomam providências cabíveis, no que diz respeito ao lado jurídico, e isso não resolve o problema. É necessária uma ação social efetiva. Por isso, estou aproveitando, hoje, no momento em que esta Comissão foi instalada, para vir a esta tribuna fazer um veemente apelo, não somente aos membros da Comissão, mas, também, aos nossos companheiros, para que possamos, no mínimo, amenizar o sofrimento de milhares de pessoas, de crianças, em particular, que passam fome nesta cidade.

Não é tomando uma atitude jurídica que vamos resolver o problema. É arranjando emprego, ensinando a pescar, e não dando o peixe ou o pão a cada dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Distrito Federal, com sua emancipação política, passa por um processo de desenvolvimento jamais experimentado. Vemos diuturnamente a preocupação dos integrantes desta Casa com os problemas locais abordados de maneira contundente, própria de quem conhece e se encontra comprometido com suas soluções. A população, mormente através de suas lideranças, nos seus mais diversos segmentos, tem ocorrido aos nossos gabinetes trazendo suas preocupações e reivindicações, apresentando contribuições e, ainda, apresentando cumprimentos pela assunção ao cargo que ora ocupamos e também pela instalação desta Câmara Legislativa.

Nossa preocupação com o social nos impulsiona a cada instante à procura de solução para os mais diversos problemas da comunidade. Neste momento, nossas preocupações se voltam para os servidores do complexo administrativo do Distrito Federal, que desde a criação de Brasília, vêm sofrendo os mais diversos encargos, típicos daqueles que, por opção ou por injunção, se transformaram numa casta de pessoas que se vêem cantadas e decantadas, em prosa e em verso, com o não tão honroso título de pioneiras.

Muitos dos órgãos instalados no Distrito Federal contam com programas especiais de atendimento aos seus servidores. O Governo do Distrito Federal, por suas peculiaridades, não dotou seu corpo de servidores de programas que direta ou indiretamente proporcionem maior bem-estar a si e a seus familiares.

Assim, Sr. Presidente, dando continuidade ao nosso programa de trabalho e, mais uma vez, atendendo aos compromissos assumidos em campanha, aqui estamos apresentando, talvez, o mais importante projeto que tem tramitação nesta Casa, a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal — IPASFE.

O projeto que ora apresentamos dota os servidores do Distrito Federal dos Três Poderes de meios capazes de atender aos seus reclamos, nos mais diversos campos de benefícios e da assistência social.

Vimos o nobre Deputado Fernando Naves pronunciar desta Tribuna veemente discurso no qual relatava, com propriedade, as dificuldades do corpo de segurança do Distrito Federal.

Aqui, nobre Deputado Fernando Naves, e demais integrantes desta Casa, está a contribuição para a solução de considerável parcela dos problemas que afligem tanto os servidores da área de segurança quanto os demais servidores da administração direta, autárquica, fundacional e, ainda, opcionalmente, os servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista, onde o Governo do Distrito Federal tem a maioria acionária.

Conclamo, pois, os Srs. Deputados, a cerrarmos fileiras no sentido de envidar esforços para dotar os servidores do Distrito Federal, inclusive os desta Casa, de um instituto de previdência capaz de assegurar-lhes melhores condições de vida.

Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhar à Mesa o projeto de lei que cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal — IPASFE. E, ao fazê-lo, julgamos oportuno destacar os principais motivos que embasam a nossa proposição: primeiro, a necessidade de propiciar assistência condigna aos servidores que integram o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal; segundo, carência de instituições prestadoras, em condições adequadas, deste tipo de atendimento. E a existência de instituições similares em outras Unidades da Federação, onde seus servidores

usufruem de benefícios maiores e proteção mais efetiva.

E assim, solicitamos a V. Exa. que seja o citado projeto de lei submetido à apreciação e votação do Plenário desta Casa.

Sem alarde, fizemos tramitar o projeto que cria os cursos técnicos profissionalizantes, que, sem dúvida, se aprovado por V.Exas, e assim espero, virá não somente contribuir para o aperfeiçoamento da educação no Distrito Federal, mas virá, sobretudo, revolucionar a vida do brasileiro, que passará a dispor de meios para, objetivamente, aparelhar-se de conhecimentos para, com mais dignidade, enfrentar os percalços da vida, no desempenho de suas atividades profissionais.

Aquele projeto, cujo alcance não tem fronteiras, pois atinge a todos quanto dele queiram utilizar-se, desde o aposentado, em grande parte desqualificado profissionalmente, e por isso mesmo detentor de um mísero provento de aposentadoria, até o jovem que, não tendo meios de frequentar uma universidade, pode-se tornar profissional de nível médio, com condições de atender às suas necessidades e às de seus familiares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de nos pronunciar em nome do Partido dos Trabalhadores, fazendo uso da função que estamos, neste momento, assumindo, a liderança do Partido.

Mas, em primeiro lugar, antes deste pronunciamento, queria fazer uma saudação, em nome do Partido dos Trabalhadores, aos companheiros do Acampamento da Telebrasil, e dizer que nos solidarizamos com a luta dos companheiros aqui presentes no plenário. É será a presença dos que nos assistem que irá garantir uma política habitacional justa para todos os trabalhadores de Brasília.

O pronunciamento que queremos fazer, em nome da bancada, é sobre a composição das comissões, que foi realizada na sexta-feira, sendo hoje a de Assuntos Sociais.

Em primeiro lugar, a bancada do Partido dos Trabalhadores critica publicamente a atitude do Presidente desta Casa, que, usando de suas funções, pressionou e fez acordos a propósito de votos, promovendo e trazendo para esta Casa a política de favorecimento pessoal.

Em segundo lugar, gostaria de criticar as atitudes daqueles que aceitaram o jogo das pressões e se subordinaram a essa política. Desejaria, ainda, criticar também a postura da Câmara Legislativa, de avocar a si a redistribuição dos membros das comissões sem prévia consulta aos líderes, ferindo o art. 79 do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos da Resolução 49/90.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que atitudes como esta ferem a democracia desta Casa, remetendo-nos aos vícios que permeiam os parlamentos tradicionais, que repudiamos com veemência e não mais imitamos.

Assim fazendo, Sr. Presidente, torno público este pronunciamento, que fica registrado nos Anais da Câmara Legislativa.

Acrescento, ainda, que estou inscrita para falar no Grande Expediente, oportunidade em que abordarei assunto referente à escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador). — Exmo. Sr. Presidente e demais membros da Mesa, caros colegas, encaminho à Mesa requerimento solicitando a presença, nesta Casa, do Secretário de Saúde, Sr. Jofran Frejat, para prestar informações sobre as condições de atendimento,

funcionamento e higiene dos hospitais públicos do Distrito Federal e esclarecimentos sobre a morte da menina Letícia Alves dos Santos, no último dia 2, vítima de infecção hospitalar contraída no Hospital Regional de Brazlândia.

Solicitamos ao Sr. Secretário de Saúde que sejam apuradas as responsabilidades e que tome, com urgência, as providências necessárias para um melhor atendimento médico hospitalar para o nosso povo, para que casos como esses não venham mais a ocorrer no Distrito Federal.

Desejo, ainda, em nome do PDT, expressar nosso apoio à fixação do Acampamento da Telebrasil. Achamos justa esta reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, em nome do PC do B, manifesto meu integral apoio à fixação do Acampamento da Telebrasil. Mais do que isto, esperamos que todos os que hoje não têm moradia no Distrito Federal possam morar com dignidade. É o que defendemos. Vamos lutar por isto nesta Casa.

Meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata da questão da saúde.

Os médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal recorreram à Justiça, em 1988, para fazer valer seu direito de isonomia com os médicos do INAMPS. Depois de três anos de batalha judicial, conseguimos vitória expressiva, incorporando a seus vencimentos 67.98%, registrando, ainda, o direito de receber este diferencial desde janeiro de 1988.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isonomia, por definição, não permite a exclusão de ninguém. O Secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, entretanto, interpretou de forma diversa e decidiu que só teriam direito aos 67.98% os médicos que trabalhavam na Fundação no momento em que a ação entrou na Justiça, ou seja, janeiro de 1988.

Criou-se com este fato uma situação anômala. Parcela dos médicos da Fundação Hospitalar tem direito à isonomia e cerca de 300 médicos, contratados a partir de 88, não têm.

Isonomia, ensina-nos o Prof. Aurélio Buarque no seu famoso dicionário, é a "igualdade de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional". Não existe, portanto, Sr. Presidente, amparo legal para uma interpretação diversa da que reconhece aos médicos contratados pela Fundação, independente da data, direito aos 67.98% de reajuste nos seus salários. Não há como admitir a existência de uma isonomia parcial — o que nega o seu próprio conceito.

Faço, portanto, da tribuna da Câmara Legislativa do Distrito Federal, um apelo ao Secretário de Saúde, Jofran Frejat, para que reconsidere a sua decisão e faça justiça para com todos os médicos da Fundação, como a própria Justiça do Trabalho fez.

Mais do que isto, entretanto, deveria, na minha opinião, fazer o Sr. Secretário. Ao conquistar a isonomia para os médicos da Fundação, criou-se uma grande disparidade entre os vencimentos dos diversos profissionais da área de saúde, tanto em relação aos de nível superior, quanto aos de nível médio.

A paridade dos aumentos e a homogeneidade de tratamento sempre foi uma reivindicação de destaque entre os diversos trabalhadores e Sindicatos da área de saúde. O reajuste de 67.98%, portanto, é um justo anseio dos servidores da saúde do Distrito Federal.

Conclamo o Secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, a que entre com firmeza nesta luta pela valorização do profissional da saúde. Toda a

comunidade, todo o setor de saúde do Distrito Federal não espera do Sr. Secretário outra atitude que não a de incorporar-se à luta pela extensão do reajuste de 67.98% a todos os trabalhadores da saúde.

Apelo a todos os companheiros para que se aliem a essa luta a fim de que fortaleçamos um segmento hoje completamente desvalorizado: o da saúde pública do Distrito Federal e, em consequência, os trabalhadores dessa área.

Voltarei, oportunamente, a esse assunto.

Aproveito o minuto que me resta para dizer que fiquei muito satisfeito com o cancelamento da licitação que tinha como propósito privatizar os serviços funerários do Distrito Federal.

Acredito que os apelos feitos por diversos Deputados foram ouvidos e, com isso, essa área deixa de ser de exploração vil. Pretendia-se entregá-la à iniciativa privada, com o sentido de explorar a morte. Os trabalhadores já são muito explorados em vida; com essa privatização, seriam também explorados na morte.

Esta é uma vitória da Câmara Legislativa, pois, através de nossas vozes e da cobertura da imprensa, conseguimos reverter uma injustiça muito grande, uma perversidade, qual seja, a privatização dos serviços funerários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar apresento minha solidariedade aos companheiros do Acampamento da Telebrasil, que têm o justo direito de conquistar sua maioria no local em que se encontram.

Hoje tivemos notícia de um grave incidente na Lituânia, onde tropas soviéticas praticaram um massacre, no momento em que a Lituânia busca sua autonomia e sua independência.

Pensamos que a democracia, como valor universal, não pode mais admitir quaisquer formas de imperialismo e de opressão.

Digo a propósito, novamente, de acontecimentos de caráter internacional que trazem graves riscos à paz e à segurança da Humanidade.

Na condição de Deputado Distrital e também como militante do Partido Comunista Brasileiro, participei hoje, juntamente com outros companheiros desta Casa, de ato público em frente à Embaixada Americana a favor da paz no Golfo Pérsico. Não tanto pelo número de presentes, mas o ato, em última instância, representou a vontade da população de Brasília contra a guerra e pela harmonia entre todos os povos.

Realmente, entristece-nos, e até nos enche de revolta, que tenhamos de ocupar esta Tribuna, quando esta Casa está às voltas com tantos problemas relacionados à cidade, para tratar de questões que foram tensionadas fora de nossas fronteiras e que poderão ceifar a vida de mais de 100 mil pessoas e, ainda por cima, prejudicar a economia de quase todos os países do mundo, entre eles o Brasil. Não se preocupar com uma crise que pode colocar em risco a própria paz mundial, seria cair no provincianismo, e me parece que este não é o espírito desta Câmara.

Nós, comunistas, somos contra a guerra, não somente porque ela implicará prejuízos para o Brasil, mas principalmente porque é a manifestação mais hedionda já gerada na História da Humanidade. Ela se baseia em princípios hegemônicos, na intolerância e na mais absoluta falta de respeito pela vida do ser humano, e normalmente é deflagrada por setores dominantes da sociedade apenas para manter seus privilégios. Outro detalhe: a guerra não atinge os seus idealizadores e responsáveis, mas a grande massa de trabalhadores e patriotas que acabam

morrendo nas frentes de batalha ou mesmo de fome.

Esta noite dormiremos com o terror pairando sobre nossas cabeças. Torçamos para que Saddam Hussein, que cometeu um desatino ao invadir o Estado soberano do Kuwait, e o exército americano, que ainda sobrevive com a cabeça presa ao conceito de guerra-fria, do militarismo e do imperialismo, tenham bom senso, abdicuem de candidatos à besta do apocalipse e passem a apostar apenas em verdadeiras saídas negociadas para quaisquer tipos de conflitos regionais.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Hoje foi realizado, no auditório desta Casa, importante debate sobre a implantação do metrô de superfície, envolvendo técnicos da UnB, do GDF, populares e Parlamentares.

Nas várias intervenções pudemos perceber claramente que a viabilização do metrô não é uma questão tão simples, posto que está relacionada a inúmeros outros desdobramentos, como política de assentamento, adensamento populacional e industrialização, os quais, inevitavelmente, fazem parte de um projeto muito maior e inadiável: o Plano Diretor do Distrito Federal.

Sabemos que o metrô foi um dos pontos da campanha do Sr. Governador, aliás, campanha bem-sucedida, pois S. Exa. ganhou no primeiro turno. Esse ponto criou uma expectativa, inclusive positiva, na sociedade, como se o metrô pudesse vir a solucionar todos os graves problemas de transporte.

Entretanto, há alguns aspectos que precisaremos aprofundar. Brasília é uma das poucas Unidades da Federação que não têm endividamento — temos de 2 a 3% do Orçamento comprometidos.

Neste momento de crise em que nosso País se encontra, o Governo Federal não tem condições de financiar o metrô, tampouco nós, que dependemos de cerca de 42% de recursos da União para nossas despesas, a não ser que venhamos a aumentar os impostos, as tarifas, enfim, a onerar mais o bolso e a vida do assalariado.

Não queremos, em hipótese alguma, impedir ações de Governo, até mesmo porque uma das funções do Executivo é agilizar e cumprir decisões para que o conjunto da sociedade não fique à deriva.

Entretanto, se ações rápidas e imediatas do Governo são fundamentais, estas não podem atropelar um plano de longo prazo, capaz, ao mesmo tempo, de manter a característica básica do planejamento da cidade e gerar um elevado padrão de desenvolvimento econômico-social para enfrentar o desemprego, aliás, já bastante grave entre nós — Brasília talvez tenha hoje um dos maiores índices de desemprego do País, isto é, a relação entre desempregados e população.

Estávamos falando do financiamento. A única forma de financiarmos o metrô é com recursos externos, empréstimos externos vinculados ao financiamento de equipamento, trens, enfim, peças do metrô.

Evidentemente, sabemos que os metrôs são deficitários. Na cidade de São Paulo, se não houvesse subsídios, o metrô significaria um déficit de cerca de 80% em termos de custos. É muito importante termos conhecimento e discutirmos esse assunto com olhos abertos.

O atual Governador, quando em campanha, alardeou a existência de um programa, com registro em cartório, mas que até agora não foi dado a conhecer a esta Câmara Distrital e à própria sociedade civil. Temo, Sr. Presidente, que, copiando o método já largamente adotado pelo Palácio do Planalto em sua tentativa de desmoralizar o Congresso Nacional, o chamado Plano Roriz seja enviado como um grande pacote ao Legislativo recém-instalado, criando-lhe

dificuldades para cumprir sua tarefa principal: a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa, segundo o meu entendimento, deve estar aberta à discussão de qualquer projeto vindo do Governo do Distrito Federal e cuja execução urge ser colocada em prática. A questão do problema do menor abandonado é um exemplo. Outros projetos, entretanto, como o metrô, a política de industrialização, assentamentos não previstos anteriormente, entre tantos outros, não podem ser vistos isoladamente, sob pena de redundarem em fracassos ou então, caso executados, de provocarem distorções urbanísticas, sociais e econômicas difíceis de serem superadas posteriormente.

Gostaria de concluir agradecendo à benevolência pelo tempo que foi superado, deixando claro que antes de começarmos a decidir sobre a questão do metrô deveríamos trazer a esta Casa um debate profundo. Tenho certeza de que os Srs. Deputados saberão examinar o plano do metrô, como qualquer outro do Governo, com a máxima responsabilidade. E se esses projetos forem necessários, úteis, viáveis, daremos o nosso apoio. Mas não podemos admitir que a decisão sobre o metrô seja considerada final antes mesmo de ser debatida nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com as palavras do nobre deputado Carlos Alberto, a Presidência dá por encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Grande Expediente:

- Eurípedes Camargo
- Manoel de Andrade
- Peniel Pacheco
- Tadeu Roriz
- Lúcia Carvalho

Cada orador disporá de 20 minutos para seu pronunciamento.

Com a palavra o nobre deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com o objetivo de defender a fixação do Acampamento da Telebrasília. Desde logo, quero salientar que a causa dos moradores do Acampamento da Telebrasília tem o apoio da unanimidade dos membros desta Casa, haja vista o número de assinaturas que estão sendo coletadas a favor do Projeto de lei que hoje encaminho a esta Câmara Legislativa.

Desde já, há a garantia de que esta Casa se coloca à disposição da luta para viabilizar a fixação deste acampamento.

O Acampamento da Telebrasília existe no local há trinta e quatro anos, sendo precárias as condições de vida de seus moradores, cuja melhoria de qualidade passa fundamentalmente pelo direito de moradia, através da fixação e da implantação da infra-estrutura básica. Desta forma, a presente proposição visa ao atendimento de uma necessidade social, ao mesmo tempo em que faz justiça à comunidade do Acampamento da Telebrasília, responsável, em parte, pela mão-de-obra da construção de Brasília e que continua a prestar seus serviços a esta cidade.

O Acampamento da Telebrasília já conta hoje com vários serviços públicos, como energia elétrica, abastecimento de água, rede telefônica, dois telefones públicos, caixa de coleta de correios, coleta de lixo, posto policial e creche.

O Acampamento da Telebrasília, dispõe, ainda, de vários equipamentos urbanos localizados nas suas proximidades, como hospital, posto médico, escolas de 1º e 2º graus.

A maioria de sua mão-de-obra está vinculada ao

Plano Piloto, sendo que um número expressivo desses trabalhadores não necessita de condução para se deslocar aos locais de trabalho.

O Acampamento da Telebrasília é um referencial histórico da memória da construção de Brasília, que poderá, em futuro próximo, integrar perfeitamente os padrões técnicos e paisagísticos do Plano Piloto, dos quais faz parte, sem prejuízo das áreas de preservação ambiental adjacentes.

Toda a luta desenvolvida pelos seus moradores, ao longo de muitos anos, já comprovou, através da farta documentação, que não há impedimentos de ordem técnica para que a fixação se realize. Depende da vontade e decisão política a realização dos sonhos daquelas famílias que ali criaram raízes culturais e precisam de tranquilidade, garantida a solução do problema social maior que é a moradia.

Gostaria de lembrar que este projeto de fixação do Acampamento da Telebrasília já existia desde o Governo de José Ornellas. Portanto, esta é uma luta que já dura alguns anos e que agora, a partir do consenso entre os Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pode vir a tornar-se realidade.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Concedo o aparte a V. Exa. com muito prazer.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Apenas para um esclarecimento. O meu Governo não tinha apenas a vontade de assentar o Acampamento da Telebrasília, como, efetivamente, deixou um projeto que infelizmente foi arquivado pelo Governo que me sucedeu.

O SR. MANOEL ANDRADE — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Quero parabenizar o Deputado Eurípedes Camargo, e também essa gente humilde do Acampamento Telebrasília, e dizer que conheço muito bem aquele Acampamento. O Governador Joaquim Roriz, em passagem, por mais de uma vez, pelo Acampamento, garantiu o assentamento daquelas pessoas. E eu, que tive oportunidade, em diversas ocasiões, de ir até lá, vi o sofrimento daquela gente, a dificuldade de ter um lote, a fragilidade dos equipamentos. A Câmara Legislativa deve olhar para o Acampamento da Telebrasília com bons olhos, e fazer com que o Governador Joaquim Roriz possa tornar efetivamente regularizada a situação de todos os moradores. Parabenizo também o Deputado Eurípedes Camargo pela iniciativa, acreditando que esta Câmara estará unida no sentido de dar ao povo do Acampamento a dignidade que ele merece. Sr. Deputado, meus parabéns, e vamos juntos trabalhar com Joaquim Roriz para que o Acampamento da Telebrasília seja definitivamente assentado.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Quero também parabenizar o nobre Deputado por se ter lembrado do pessoal do Acampamento da Telebrasília. Em meu trabalho, pude visitar diversas vezes aquele local, e lá tenho muitos amigos, que me proporcionaram conhecer de perto seu sofrimento, porque por lá já fiquei vários dias, almocei em casa de alguns deles, e, nesse convívio, pude sentir as dificuldades pelas quais passam essas pessoas. A primeira dificuldade é a instabilidade, o medo de que aquela área, considerada nobre, seja ocupada por ricos, por aqueles que têm o poder aquisitivo na mão, e sejam essas pessoas, que ali estão por direito, jogadas para um lugar bem mais distante. Sei, e posso afirmar aos companheiros do Acampamento da Telebrasília que aqui estão, que o Governador Joaquim Roriz não esqueceu, em momento algum, a promessa feita a vocês de que iria assentá-los. Haverá uma equipe de técnicos investigando a área, acompanhada pelos moradores, observando a possibilida-

de de fixação do Acampamento no local, e, se os moradores assim quiserem — e nós, Deputados, vamos forçar para que isso aconteça — o Acampamento da Telebrasília será fixado no local. Vamos acompanhar de perto o assunto, e queremos dizer ao nobre Deputado que tomou essa iniciativa, e a vocês que aqui estão nos honrando com sua presença, que aqui estaremos, juntos, nessa luta, já bem antiga, dos moradores do Acampamento da Telebrasília. E vamos cobrar soluções.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Ouço a Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Quero deixar aqui registrado o meu voto para o seu projeto, como também o apoio e o posicionamento do PSDB, que sempre tem cobrado uma política habitacional séria e efetiva para o Distrito Federal. Estamos cansados de ver coisas improvisadas, pioneiros sendo expulsos do Plano Piloto. Nós, agora, com a Câmara Legislativa, não podemos permitir mais que coisas absurdas aconteçam aos nossos pioneiros. Quero deixar aqui registrado o nosso apoio e solidariedade aos moradores do Acampamento da Telebrasília, pioneiros de Brasília. Temos de preparar-nos porque sabemos que muitas dificuldades serão apresentadas no momento da fixação de pessoas nestes locais onde as imobiliárias têm grandes interesses. Como o nosso companheiro José Ornellas disse, sou testemunha do trabalho do seu Governo e da época em que foi estudada a fixação do Acampamento da Telebrasília. Esta é uma luta muito antiga entre os moradores e os Governos, e, sendo uma área muito valorizada, há o interesse de grandes imobiliárias. Por esta razão ainda não houve a fixação. Mas fica aqui nosso voto de solidariedade e o nosso compromisso de luta, juntamente com estes moradores, para a fixação da Telebrasília.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Ouço o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Ilustre Deputado Eurípedes Camargo, em meu nome e, particularmente, em nome do PDC, quero apresentar a V. Exa. o nosso apoio por esta iniciativa. Quero deixar claro que a iniciativa do Governo, ao atender este pessoal que necessita do assentamento, deve ser extensiva também a todos os necessitados do Distrito Federal, que seja uma iniciativa e uma providência urgente, porque quem não quer que isto aconteça são aqueles que jamais moraram de aluguel ou debaixo de uma ponte. Todos nós sabemos que os que criticam o assentamento, a distribuição de lotes, a condição de moradia, a ser concedida ao cidadão, são aqueles que vivem explorando através do comércio imobiliário. Conte V. Exa. com o nosso apoio e o do Partido Democrata Cristão. Muito obrigado.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Também desejo parabenizar o nobre companheiro Eurípedes Camargo, parabenizar o pessoal do Acampamento da Telebrasília, e dizer a vocês e a todos os companheiros do Parlamento que estive pessoalmente com o Governador Joaquim Roriz no Acampamento da Telebrasília. Sou testemunha do seu compromisso de assentar a Vila da Telebrasília. Quero aqui relembrar um passado, o passado de luta, guerra e briga deste povo. Povo velho bom para lutar! Quase todas as invasões de Brasília foram removidas para Samambaia, mas eles resistiram, eles seguraram. Vocês vão ficar lá. Porque se depender de nós aqui, companheiro Eurípedes, parece que é unânime o apoio ao Acampamento da Telebrasília. Quero também registrar que, nessa semana que passou, trouxemos o pessoal da Vila São José, que se encontra na mesma situação do pessoal do Acampamento da Telebrasília. Também estão com a promessa do Governador Joaquim Roriz, já há algum tempo, do assentamento

da Vila São José. Gostaria de que ficasse registrado e que todos os companheiros, juntamente conosco, nos apoiassem nessa busca de soluções e do cumprimento de compromissos assumidos. Muito obrigado.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Ouço o companheiro Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Quero também, em meu nome, solidarizar-me com a luta dos moradores do Acampamento da Telebrasília e também registrar que se hoje eles praticamente conseguem esta vitória é porque foi fruto de muita luta, de muita resistência e de nenhuma dádiva de alguém. Parabéns a vocês, que durante todos esses anos, souberam resistir, lutar e conquistar suas reivindicações. Quero aproveitar também para convidá-los para que, em outras oportunidades, quando estaremos aqui discutindo questões como transporte, saúde, segurança e tantas outras, voltem a esta Casa para fazer a pressão necessária, apresentar reivindicações e, desta forma, fazer com que as reivindicações populares do Distrito Federal se transformem em lei dentro da Câmara Legislativa. Muito obrigado.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Concedo aparte ao companheiro Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Cumprimento o nobre Deputado Eurípedes Camargo pela iniciativa, que dignifica a luta dos trabalhadores. Quero também deixar aqui, em nosso nome pessoal e em nome do nosso partido, nosso apoio aos companheiros moradores do Acampamento da Telebrasília que muito bravamente resistiram à pressão da polícia. Essa luta não terminou, está apenas começando, e também não termina no ato de se votar o projeto. Quero cumprimentar também os parlamentares que entendem que essa luta merece o voto de solidariedade de todos nós, dos 24 Deputados Distritais, como demonstração inequívoca do apoio desta Câmara Legislativa à luta de muitos anos por uma habitação digna para a população do Distrito Federal. Muito obrigado.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Ouço o nobre companheiro Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Cumprimento o nobre colega e quero dizer que o Partido Liberal está de mãos dadas com esse povo. Vamos trabalhar juntos e em futuro bem próximo todos eles estarão em suas casas.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre colega Eurípedes Camargo, permita-me retornar ao microfone para fazer um esclarecimento. Queria dizer aos moradores do Acampamento da Telebrasília que a polícia não faz pressão. Ela é mandada pela autoridade competente a fazer tal ou qual coisa. Mas as autoridades estão dentro dos gabinetes e não sabem o que se passa na comunidade, o que a polícia sente e o que enfrenta. Ora, os policiais são trabalhadores, tanto quanto nós, e também necessitados de moradia, mas, por obrigação de dar cumprimento à lei, fazem o que lhes mandam, pois se assim não fizerem podem ser punidos como marginais. Então, gostaria de deixar bem claro que, quando a polícia se apresenta em algum lugar, ela está cumprindo ordens, arbitrárias ou não, de quem está dentro dos gabinetes e não conhece a realidade dos fatos. Era o que queria esclarecer.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Gostaria de apresentar o abaixo-assinado dos moradores, que já conta com 21 assinaturas. Faltam apenas três, que, acredito, não nos faltarão.

Ouç o nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Quando falamos com amor para aqueles que esperam maior amor ainda, dos que representam a comunidade, então todos nos sentimos muito felizes. Hoje os moradores de Brasília começam a perceber a razão da existência desta Casa. Hoje Brasília começa a perceber a necessidade

de um plano diretor para a cidade, a fim de que todas as classes tenham um lugar ao sol, tenham educação, transporte e outros equipamentos sociais. Portanto, em meu nome pessoal, como Líder da bancada do PDT e em nome da comunidade que tenho a honra de representar nesta Casa, quero cumprimentar os moradores do Acampamento da Telebrasília pelo gigantesco passo dado. Cumprimento todos os segmentos da comunidade que vêm buscar, nesta Casa, resposta àquilo que lhes toca mais fundo no espírito e cuja conquista lhes faria brilhar enormemente a alma, pois estou certo de que a Câmara Legislativa será, daqui para diante, o espelho nítido das respostas oportunas, adequadas e justas a todas as necessidades populares.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO — Entendo que a tramitação da matéria, Sr. Presidente, começa a partir da entrada do projeto nesta Casa. E entendo que essa tramitação poderá ser agilizada, a fim de que os moradores do Acampamento da Telebrasília possam ter a segurança de que seu pleito foi atendido.

Gostaria de convidar os Srs. Parlamentares que assistirem à apresentação de um vídeo, na quarta-feira, após o encerramento da sessão, no auditório desta Casa. Esse vídeo trata da exclusão da população que veio construir Brasília e do processo de extinção de moradias.

Um exemplo que bem ilustra esse problema são as invasões, a do IAPI, a de Ceilândia, a da Telebrasília e outras que se formaram por falta de uma política que determinasse local definitivo para os invasores morarem, como a Deputada Maria de Lourdes Abadia colocou com grande oportunidade.

E esse vídeo vai além da questão da moradia, mostrando as pessoas excluídas, que foram morar na Rodoviária, já num estado de semiloucura, tudo isto por falta de uma política direcionada para a questão social.

Portanto, o que esta Casa propõe é restabelecer a dignidade da população sofrida do Distrito Federal. É por esse motivo que renovo convite a todos para que participem desse evento e prestigiem a apresentação do vídeo realizado por César Maia e Dulcídio, e que já foi premiado nacional e internacionalmente. É uma amostra nua e crua da realidade de Brasília.

Muito obrigado.

PROJETO A QUE SE REFERE O DEPUTADO

DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA LEGISLATIVA Nº 009. DE 1991.

(Do Deputado EURÍPEDES PEDRO DE CAMARGO PT)

Determina a fixação definitiva do Acampamento da Telebrasília no próprio local onde está estabelecido.

A Câmara Legislativa decreta:

Art. 1º Fica instituído oficialmente o "Acampamento da Telebrasília" situado na Asa Sul à margem direita do Lago do Paranoá e à esquerda da via L-4 Sul.

Parágrafo único — No prazo de 90 dias, a partir da publicação desta lei, o GDF apresentará à Câmara Legislativa um plano urbanístico de assentamento do Acampamento da Telebrasília, definindo, entre outros, a delimitação do Acampamento da Telebrasília, áreas de preservação, vias de acesso, localização de escola(s), posto de saúde, igrejas, comércio, áreas de lazer e posto policial.

Art. 2º A fixação do Acampamento da Telebrasília é competência da Secretaria de Viação e Obras, da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Serviços Públicos, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP.

Parágrafo único — Todo o processo de fixação deverá seguir a orientação da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — SEMATEC, a

qual deverá considerar os resultados do Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, para o setor, elaborado por empresa especializada, vencedora de licitação pública convocada pelo GDF, acrescido das alterações e complementações julgadas procedentes e audiências públicas do respectivo RIMA.

Art. 3º Para fixação dos moradores no Acampamento da Telebrasília serão obedecidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I — Estar residindo no Acampamento da Telebrasília há 03 (três) anos, ininterruptamente, na data de publicação desta lei.

II — Estar incluído no último levantamento sócio-econômico realizado no Acampamento da Telebrasília pelo órgão competente do GDF.

III — Não ser e não ter sido proprietário ou promitente comprador ou cessionário à aquisição de direito de unidade habitacional no Distrito Federal.

IV — Havendo impossibilidades para que todos os cadastrados sejam fixados no local, o excedente deve ser assentado em outro ponto do DF com toda infra-estrutura.

V — No caso do inciso anterior, terá prioridade para ser fixado no Acampamento da Telebrasília os moradores que comprovarem maior tempo de moradia no local.

Parágrafo único — Aplica-se subsidiariamente o Regulamento de Cadastro de pretendentes à moradia no Distrito Federal.

Art. 4º Para a implementação do processo de que trata a presente Lei, fica instituído o Grupo Executivo para assentamento e melhorias do Acampamento da Telebrasília GEAMAT, com a duração de 2 (dois) anos, prorrogáveis, a critério da Câmara Legislativa.

§ 1º A Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia — SEMATEC, e cada órgão e entidade citados no artigo 2º desta Lei deverão indicar um representante, com dedicação prioritária, para compor o GEAMAT.

§ 2º Integraram também o GEAMAT um representante da Universidade de Brasília, do Sindicato dos Arquitetos, Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Engenheiros, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — CREA.

§ 3º O Governo do Distrito Federal indicará o coordenador do GEAMAT.

§ 4º As indicações de que tratam os parágrafos anteriores deste artigo serão apreciadas e aprovadas pela Câmara Legislativa.

§ 5º O Grupo Consultivo da Política Habitacional para as Populações de Baixa Renda deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta lei, encaminhar à apreciação e aprovação da Câmara Legislativa o Regulamento de Competência e Atribuições do GEAMAT.

§ 6º O Grupo Executivo será sediado no Acampamento da Telebrasília.

Art. 5º O Acampamento da Telebrasília contará com um Conselho Comunitário cujas atribuições serão, dentre outras, a de propor alternativas de solução para os problemas locais e sugerir as prioridades de aplicação dos recursos.

§ 1º O Conselho será integrado por 10 (dez) membros, com mandato de 02 (dois) anos, apresentados por entidades da comunidade e eleitos pelos moradores do Acampamento da Telebrasília.

§ 2º A primeira eleição para a escolha dos membros do Conselho será regulamentada pela Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasília.

§ 3º O Conselho elegerá 03 (três) de seus integrantes para compor o GEAMAT.

Art. 6º Os trabalhos prestados pelo membros do Conselho Comunitário são gratuitos e considerados serviços relevantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, vamos ouvir agora o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupando hoje esta tribuna, gostaria de tecer alguns comentários a respeito da matéria publicada no "Correio Braziliense" sob o título "Rodoviária é privatizada só com apoio popular". A questão da privatização da Rodoviária tem tomado corpo nos últimos dias, e nós, parlamentares e sociedade organizada, precisamos nos ater a esta questão. Não se trata simplesmente de propor a privatização. Todos nós sabemos que a questão da Rodoviária é um problema que vem capengando ao longo de muitos anos. Brasília é uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes, é a capital da República, e não possui um terminal rodoviário que contrabalance estas duas condições. Mas a minha preocupação, meus companheiros, não é apenas com a questão da privatização. Há poucos dias, em visita à Rodoferroviária, vi o sofrimento dos passageiros que embarcam e desembarcam ao mesmo tempo no mesmo local, sob sol escaldante ou chuva. E as famílias ficam ali desprovidas de qualquer segurança.

Fui, a convite de um funcionário da Rodoferroviária, conhecer a obra de expansão daquele terminal e verifiquei que, lamentavelmente, a obra foi paralisada, já quase chegando a seu final. Com isso, vamos ter por muito tempo uma Rodoferroviária sem condições de atender ao grande volume de passageiros que saem e que chegam a Brasília. E ao conversar com os funcionários da Estação, disseram-me que neste momento as duas únicas coisas que faltam é remanejamento da linha férrea e de um posto de gasolina que há ao lado daquela Estação. A Rodoferroviária poderia, ainda que precariamente, atender aos passageiros que saem e que chegam a Brasília.

Aproveitando este momento, quero apresentar à Mesa e deixar gravado nos Anais desta Casa o nosso apelo para que a Mesa da Câmara Legislativa solicite informações ao setor competente do GDF, para que propicie uma retomada das obras e Brasília não fique com uma Rodoviária improvisada, uma Rodoviária que só poderia se justificar se estivéssemos ainda construindo Brasília, nos anos de 1960.

Então, meus amigos, está em questão o sofrimento, o descaso, a falta de higiene, a falta de segurança. Precisamos não só privatizar, precisamos fazer com que o instrumento público seja valorizado, fazer com que a coisa pública tenha um direcionamento social. Por isto é que ocupei esta Tribuna para, nesta primeira fala, fazer comentários a respeito das Estações Rodoviárias de Brasília, particularmente a do Plano Piloto e a Rodoferroviária.

Como segundo tema, meus amigos, eu gostaria de enfatizar uma questão de suprema importância. Desta feita, quero comentar as dificuldades que vêm enfrentando os motoristas de táxi, no labutar diário. É comum presenciar-se grandes filas em todos os setores desta cidade. É comum ver o motorista dentro de seu carro aguardando, por duas a três horas, o usuário. Mas é fácil verificar que não há qualquer estrutura que possibilite a esse motorista realizar o seu ofício com dignidade, porque, nos últimos anos, Brasília não contemplou um único abrigo de táxi com um banheiro, uma sala de estar, ou um telefone, para que esses profissionais possam desenvolver suas atividades. Já falei, há dias, do sofrimento da categoria, das dificuldades, da insegurança, da incerteza de levar o leite das crianças, como eles dizem, como eu também disse muitas vezes. É comum assistir o quanto essa categoria ainda é discriminada, o quanto ainda é esquecida. Quero, aqui, fazer um apelo no sentido de que o Distrito Federal, o nosso Governador e o Secretário de Transportes viabilizem um projeto que dê ampli-

tude à construção de abrigos de táxi.

Concedo a aparte à nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Quero solidarizar-me com o nobre Deputado com relação à categoria dos motoristas de táxi. Na minha profissão, por diversas vezes, tive de anunciar assassinatos de trabalhadores, motoristas de táxi, que, forçosamente, tinham de dirigir noite a dentro, e têm de dirigir noite a dentro para levar o sustento aos seus familiares.

Se eu tivesse, como muitas vezes tive, de noticiar isso, o faria com revolta. Até hoje, apesar de reconhecer a luta de V.Exa. à frente do sindicato, não se encontrou um mecanismo para que o taxista possa voltar para sua residência com vida e abraçar sua mulher e filhos, sabendo que sua profissão tem segurança. Conclamo V. Exa. e os outros nobres Deputados que aqui estão a que se engajem nessa luta para que o motorista de táxi, o trabalhador que nos socorre nos momentos de maior necessidade, seja respeitado como merece. Essa é uma categoria de prestadores de serviço que tem de ter de nós, independentemente de segmentos sociais e de Partidos políticos, o respeito que merece.

O SR. MANOEL ANDRADE - Ouço o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Cumprimento o nobre colega Manoelzinho — assim tratado carinhosamente por todos nós — em face de sua luta. Conheço o problema a seu respeito por ouvir, ler e manter contato com outros companheiros nossos. Tenho certeza de que a luta de V. Ex.ª. não será em vão, porque todos aqui lhe estaremos apoiando, estaremos vigilantes, a fim de que soluções sejam encontradas para que os motoristas de táxi não sejam alvejados, altas horas da noite, quando estão defendendo o sustento para suas famílias. Quero deixar, em nome do Bloco Progressista, particularmente do Partido Democrata Cristão, e em meu próprio nome, o apoio ao nobre companheiro e à classe dos motoristas de táxi, tão sofrida e tão alvejada por bárbaros assassinos. Os motoristas estão dispostos a trabalhar, mas ao mesmo tempo os assassinos estão dispostos a levar o que eles ganham, o que é principal. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE - Ouço o Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Prezado Parlamentar, agradeço esta oportunidade. Morador de Brasília há 21 anos, segui o processo lento, progressista dessa classe. Sentimos que, realmente, quando se dá um pouco, isto já representa muito para eles e para a própria comunidade. A construção de abrigos com sala e telefone dará alegria a esses homens trabalhadores para servirem melhor à comunidade. Estou inteiramente de acordo com V. Ex.ª. e ratifico, em nome do meu partido, o apoio a esse seu trabalho. Sugiro ao nobre companheiro que veja a possibilidade de solicitar das autoridades a isenção de pagamento de IP1 que recairia sobre as cabines de proteção. Realmente, a segurança, a estabilidade dá maior alegria, maior participação, portanto, melhor resultado para o motorista, para sua família e para a sociedade. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MANOEL ANDRADE — Ouço o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado também me como à voz das lideranças que aqui se pronunciaram em relação a esse assunto, que considero da maior relevância, tendo em vista que Brasília é uma cidade que tem característica toda peculiar. É difícil locomover-se em Brasília, por sua própria natureza, pois é uma cidade cujo traçado dificulta o acesso do cidadão aos lugares que ele forçosamente tem de frequentar. Acredito que a classe dos taxistas presta serviço importante ao cidadão brasileiro. Muitas vezes, em paga dessa prestação de serviço, o

que o taxista recebe é um tratamento não adequado, dificultando o exercício da sua profissão. Somo-me à voz de V. Exa. e me alio nesta luta por saber que esse trabalho em favor dos taxistas é um trabalho em prol da sociedade brasileira e que essa luta deve continuar, para o bem da nossa sociedade.

O SR. MANOEL ANDRADE — Muito obrigado a V. Ex.^a. Ouço o deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO - Ilustre Deputado Manoel Andrade, solidarizo-me com a sua preocupação no sentido de buscar alternativas que venham a contemplar essa classe dos taxistas, que tantos serviços de alta relevância tem prestado à nossa sociedade, não só pela sua necessidade, mas por uma opção, tendo em vista a situação geográfica de Brasília, onde os meios de transportes coletivos não atendem dignamente à sociedade local. A opção por uso de táxi permite que vidas e mais vidas sejam salvas durante o dia, porque, além do transporte em Brasília ser de extrema deficiência, sem nenhum conforto, o taxista salva vidas quando a cada momento há acidente de trânsito. Acredito que deve ser uma prioridade. Solidarizo-me com o companheiro, e, inclusive, gostaria de que V. Ex.^a, através da Secretaria de Serviços Públicos, procurasse fazer com que além de delimitar-se à contemplação de novas inscrições para táxi, pelo menos nos próximos 4 anos não fossem distribuídas licenças no Distrito Federal, porque a concessão está inflacionada, fazendo com que os taxistas, principalmente aqueles que não têm carro próprio, aluguem táxis de terceiros e depois, durante o dia, tirem dinheiro para pagar ao titular do táxi, só estão eles começam a ser contemplados com a indenização pelo seu trabalho. Centenas de taxistas têm de trabalhar 24 horas por dia, sem nenhum conforto, sem qualquer segurança. Portanto, que o companheiro, junto à Secretaria de Serviços Públicos, busque alternativas para melhorias, para instalação de cabines dentro dos táxis, inclusive, se tiver de ser importada alguma tecnologia, que busque alternativa para que essa tecnologia venha, de forma a não onerar os taxistas.

Eu, particularmente, Deputado Gilson Araújo, juntamente com os companheiros do PTR, estarei endossando todas as alternativas para melhorar a vida do taxista e também a sua segurança, porque a situação geográfica de Brasília força o taxista a ter um desgaste físico e mental, além de não ter segurança para sua sobrevivência. Conte conosco nessa luta, nas suas alternativas.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE - Obrigado. Agradeço aos companheiros pelo apoio.

Brasília é uma cidade com feições geográficas diferenciadas, disposições geográficas diferentes daquelas das demais cidades do País, mas é uma cidade que tem vocação turística. E o motorista de táxi é o ingrediente importante para o turismo, uma vez que é o cartão de visita, quando recebe o turista. É ele quem vai ter o primeiro contato com as pessoas que chegam a Brasília.

Daí a importância que tem o governo local e o governo federal também, ao incentivar essa categoria, para que gere mais empregos, não com novas placas, como disse o companheiro Gilson Araújo, porque há 10 anos não permitimos que saísse uma única placa e não permitiríamos que seja inflacionada a concessão de licenças para táxi, pois isto cria um mal-estar, e disso queremos preservar a categoria.

É preciso que Brasília repense o motorista de táxi, o serviço que ele presta à comunidade, o sofrimento, a incerteza. Muitas vezes se pergunta: o governo concedeu isenção de IPI, isenção de ICM, ou favoreceu o financiamento? E o motorista de táxi desfila de carro novo. É bom que fique bem patente que o carro novo é o instrumento de transporte do usuário.

Aquele carro novo vai servir muito mais ao usuário do que ao motorista.

Nos próximos dias estarei apresentando projeto de lei nesta Casa, autorizando o GDF a conceder isenção de ICM aos motoristas autônomos - somente aos autônomos, não aos empresários. Pedirei também ao governo local para que abra uma linha de crédito que propicie a esses profissionais adquirirem seus carros a preços mais baratos. Também já apresentamos proposta ao BRB para que financie a aquisição de cabine de segurança que possibilite ao motorista diminuir, amenizar o número excessivo de crimes praticados contra a categoria.

Agradeço à Mesa e aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, ouviremos agora o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, já fiz uso da palavra durante o Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Então passarei a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — (PST. Sem revisão do orador). — O Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sirvo-me desta tribuna para nesta oportunidade ser o porta-voz de uma associação que presta relevante serviço, enquanto trabalha na elaboração de projetos de saneamento moral e social.

Trata-se da Sociedade Bíblica do Brasil, entidade que se preocupa em produzir a Bíblia e distribuí-la junto à comunidade, para que este livro possa servir como fonte e manancial de consolo e de conselho, como afirmou o nobre Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde.

Muitos tentaram, ao longo da história, diminuir o efeito da influência da Bíblia sobre as nações desenvolvidas. Muitos desejaram vê-la eliminada, dizendo até mesmo tratar-se de um livro pernicioso e alienador.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, que os anos se passaram e a Bíblia continua sendo o livro mais distribuído, lido e traduzido de todos os livros de que se tem notícia.

Alguns poderiam questionar o fato de estarmos diante deste Plenário para falar a respeito desse livro, quem sabe até indagando: seria este um assunto para ser trazido ao plenário de uma Câmara Legislativa? Creio que sim. A Bíblia tem também advertências dirigidas a nós, homens que estamos investidos do poder público para executar a tarefa de legislador.

A Bíblia nos diz, no capítulo 10, do profeta Isaías: "Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos".

A Bíblia, na sua mensagem, prima pela igualdade social, aponta no sentido de o ser humano ser visto de forma digna, a fim que possa, desta maneira, ter uma vida digna, de acordo com os padrões estabelecidos pelo próprio Criador.

Se alguns crêem que esta mensagem que diz respeito a nós legisladores seria circunscrita a um ambiente histórico, estão equivocados, pois o que aqui se descreve tem abrangência universal e atemporal.

Há também uma mensagem do mesmo profeta Isaías que denuncia os grandes latifundiários, os grandes proprietários de terra, quando diz: "Ai dos que juntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra. Refere-se a pessoas que utilizam a terra, que, na realidade, é um patrimônio público, é um bem comum, para seu enriquecimento ilícito, contrariando, assim, os preceitos fundamentais estabelecidos na Escritura Sagrada.

A Bíblia continua dizendo:

"Ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem, mal;

que fazem da escuridade luz e da luz escuridade; põem o amargo por doce e o doce por amargo; ai dos que são sábios aos seus próprios olhos e prudentes em seus próprios conceitos; ai dos que são heróis para beber vinho e valentes para misturar bebida forte, os quais, por suborno, justificam o perverso e ao justo negam a justiça".

Aqui há também uma mensagem àqueles que estão investidos no poder público para realizarem a tarefa nessa área do Direito: negar o direito ao justo significa perverter a lei em benefício ilícito, algo que não é incomum em nosso País.

Creio, Sr. Presidente, que uma terra desolada como o nosso Brasil, cujas atitudes muitas vezes violentam a característica do homem sem condições, do homem sem teto, do homem sem salário, do homem sem oportunidade, provocando uma situação terrível de pobreza, de miséria, uma Nação como esta precisa, sem dúvida, conhecer mais de perto a mensagem da Bíblia Sagrada.

A Sociedade Bíblica do Brasil, fundada em 1804, atua de forma expansiva em muitas nações distribuindo a Bíblia. Hoje, em 1907 línguas foi traduzido, e é conhecido, o Livro Sagrado. Essas pessoas lêem em seu próprio idioma o Livro Sagrado. Foram distribuídas 14 milhões, 27 mil e 782 Bíblias no Brasil. Isto significa que este trabalho que a Sociedade Bíblica presta não é apenas religioso, pelo que acabamos de verificar através do conteúdo deste livro. É um trabalho também moral e social.

Seguindo o exemplo da nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia, que em dias anteriores ofereceu um exemplar da Constituição da República Federativa do Brasil para ser o primeiro livro a constar da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu gostaria de passar às mãos do Sr. Presidente em exercício o exemplar da Bíblia Sagrada, para fazer parte também do acervo bibliotecário da nossa Câmara Legislativa. E o faço com muita alegria, sabendo que os homens que ao longo da História pautaram suas vidas pelos ensinamentos das Escrituras foram pessoas que prestaram um trabalho útil à sociedade, foram homens que procuraram pautar suas vidas para o bem do cidadão, procuraram estar a serviço do próximo e, assim, desta maneira amenizar um pouco a miséria tão profunda na sociedade humana.

Ao entregar este exemplar da Bíblia, Sr. Presidente, creio que estarei dando oportunidade a todos quantos no futuro forem consultar este livro de encontrarem uma fonte de consolo e de conselho e de também poderem ter momentos de devoção e de inspiração incomparáveis.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para solicitar a V. Exa. que autorize constar dos Anais desta Casa documento expedido pela Embaixada americana, em que o Governo americano nega o envolvimento de entidades oficiais daquela Nação no trabalho de qualquer comunidade religiosa no Brasil.

Como é do conhecimento de V. Exa. e dos nobres Pares, dias atrás tivemos oportunidade de trazer a este plenário denúncia feita por Dom Paulo Ponté, Arcebispo de São Luís. Nessa denúncia aquela autoridade eclesiástica afirmava que grupos religiosos do Brasil estariam sendo financiados pela CIA.

Esta carta, portanto, é um esclarecimento àquele nota e, repito, gostaria que constasse dos Anais desta Casa.

Neste momento, passo às mãos de V. Exa., Sr. Presidente, um exemplar da Bíblia como um presente da Sociedade Bíblica do Brasil a esta Câmara Legislativa.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Peniel Pacheco
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília, D.F.
Excelência:

Tenho a honra de responder a sua carta de 11 do

presente mês de janeiro, e de lhe comunicar que o governo dos Estados Unidos da América não dá apoio nenhum a grupos evangélicos brasileiros.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a tradição norte-americana neste respeito é de pluralismo, tolerância e liberdade de religião. O favorecimento pelo governo de uma religião sobre qualquer outra seria até impedido pela constituição.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Robert Blau Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — A Presidência agradece a V.Exa. por este exemplar, que figurará em nossa biblioteca.

Como desejo usar a palavra agora, eu solicito ao nobre Deputado Padre Jonas — que é o mais idoso, e por isto regimentalmente pode presidir a sessão, ou, como queiram, o mais experiente — que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Padre Jonas) — Concedo a palavra ao nobre companheiro Vice-Presidente desta Casa, Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Edimar Pireneus, em sessão do dia 9 de janeiro de 1991, fez uma denúncia — eu não diria denúncia, mas uma crítica até construtiva — sobre a barragem do rio Descoberto.

Recebi da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia uma comunicação sobre o estado em que se encontra a barragem do rio Descoberto, que passo a ler:

A SITUAÇÃO DA BARRAGEM DO RIO DESCOBERTO

A Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, através do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), por determinação do Governador Joaquim Roriz, vem realizando a Operação Descoberto, com o objetivo de levantar todos os problemas da bacia do Rio Descoberto, responsável pelo abastecimento de grande parte da população do Distrito Federal. Já foram identificados os principais e o ICT deu início ao trabalho de formulação de propostas de solução para cada um deles.

Entretanto, todas as soluções, de curto e longo prazo, passam pela educação ambiental, já em processo de execução, capaz de criar na comunidade o espírito de respeito e de defesa do meio ambiente. No ano passado, a campanha foi levada a algumas escolas de Brazlândia e da sua zona rural, com resultados positivos. No decorrer de 91, todas as escolas, tanto da cidade como do campo, bem como as entidades de produtores e moradores, serão alcançadas pela campanha educacional, que envolverá professores da Fundação Educacional, técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e lideranças comunitárias urbanas e rurais, além de órgãos públicos que atuam na região.

Quanto ao caso específico do Veredinha e da lagoa da cidade, estão definidos quase todos os projetos para a sua recuperação, alguns já em fase de levantamento de recursos, como:

- Obras de infra-estrutura no setor Veredas;
- Demarcação e construção de cercas em torno da faixa de proteção do Veredinha, incluindo as matas e as cabeceiras do córrego;
- Estruturação de um Parque Vivencial, com acesso da população à área, sem agressão ao meio ambiente e com a preservação da qualidade da água que, em última instância, irá cair no lago formado pela barragem do Rio Descoberto".

Era isso que eu queria informar ao nobre Deputado e aos demais colegas parlamentares sobre a situação em que se encontra a "Operação Descoberto" e as medidas que vêm sendo adotadas pelo Governador Joaquim Roriz, através da Secretaria do Meio Ambiente.

A segunda questão que eu gostaria de abordar, hoje, neste plenário, é a seguinte: estive, ontem, na Ceilândia, especificamente no Setor P-Sul, e recebi um abaixo-assinado dos moradores da QNP 6 e da QNP 8 que adquiriram lotes comerciais da Terracap. Eles prepararam um requerimento para que as Quadras 6 e 8 e adjacentes — área comercial — sejam transformadas em loteamentos, porque foram invadidas por chácaras. Nessas chácaras estão sendo construídos barracos para serem alugados. A renda é destinada a outros moradores. A área, portanto, está servindo para que haja exploração na própria comunidade.

Com relação a essas chácaras, surge outro problema: lá não há qualquer plantação, pois, na verdade, não se encontra sequer um pé de cheiro-verde para se comprar. Não produzem nem feijão. Apelo à Terracap ou à Secretaria de Desenvolvimento Social para que tomem uma medida que regularize as Quadras 6 e 8 das QNP, 6 e 8 do Setor P-Sul da Ceilândia, a fim de que lá possa ser feito um loteamento ou um assentamento, de acordo com a conveniência social da localidade, e também que seja construída a rede de esgoto, inclusive para que se instale a infra-estrutura necessária ao loteamento.

Trata-se de reivindicação dos próprios moradores que adquiriram lotes através de licitação da Terracap e hoje estão pedindo o loteamento das quadras 6 e 8.

Como terceira questão, eu queria enfocar um fato internacional. Estamos à beira de uma guerra que vai afligir toda a humanidade, todo o planeta. Estamos preocupados. E este Parlamento não poderia ficar omissivo, presenciando a preocupação tão séria e importante por que possamos no atual momento.

Hoje, tive a oportunidade de ver na televisão imagens de um massacre feito por tropas da Rússia, na República Soviética da Lituânia. Fiquei realmente escandalizado com tal violência, que envolveu inocentes e causou a morte de 13 pessoas.

É bom que se diga, quando aqui acusamos neste plenário os países imperialistas, que não nos podemos calar diante do fato ocorrido com um povo que defende os seus interesses, que luta pela sua independência.

Concedo aparte ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Deputado, solidarizo-me com a indignação de V.Ex.^a ao referir-se à invasão na União Soviética. Para mim isto não constituiu nenhuma novidade. Para mim isto não constituiu nenhuma novidade, nem fiquei indignado, porque a União Soviética pratica esses atos há 30 anos. Ela mudou sua linha de ação, invade países, age de maneira imperialista, como os Estados Unidos. Essa atitude é desconhecida do nosso povo, em virtude de nada se divulgar sobre a União Soviética, devido ao período do regime militar no nosso País. O nosso povo nunca teve a oportunidade de discutir os erros da União Soviética e de caracterizá-la como um país socialista. Por isso, comenta-se que o socialismo morreu. O PC do B tem discutido sobre este assunto há 30 anos e denunciado a União Soviética como social-imperialista, com esse tipo de prática despótica, de acumulação de riquezas, de favorecimento. Hoje ela está escancaradamente aberta como um país capitalista. Muito obrigado.

O SR. TADEU RORIZ — Concedo o aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Nobre Deputado, tive a oportunidade, hoje, de me pronunciar sobre essa questão realmente lamentável, inadmissível. A Lituânia luta pela sua autonomia, pela sua independência, realizando, após muitos anos, um desejo do seu povo, e, no entanto, se vê submetida a uma agressão dessa natureza. Entretanto, acho que preci-

samos contextualizar esta questão. Há necessidade de se ver que, ali, esse processo se dá exatamente como na União Soviética, isto é, um processo de democratização, com a Perestroika, com a adoção do pluripartidarismo, com a saída de um sistema burocrático, de planejamento absolutamente centralizado para a adoção de mecanismos de mercado. É um processo, evidentemente, difícil. Essas repúblicas bálticas pertenceram, durante os últimos 40 e 50 anos, ao Estado Soviético, faziam parte da Federação Soviética. Então, há uma contextualização totalmente diferenciada. Fazemos questão de dizer isso, para que não se perca a percepção de que, simultaneamente com o processo de democratização, ocorrem esses incidentes, que não contestam a democratização; ao contrário, devemos esperar que continue, que isso não seja sinal de reversão, porque, se for, aí não há dúvida, a liberdade e a independência da República lituana ficaram relegadas ao segundo plano. Muito obrigado.

O SR. WASNY DE ROURE - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. TADEU RORIZ - Concedo um aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, nobre Deputado Tadeu Roriz, foi com surpresa, com extremo desagrado, que a população mundial, sobretudo a que acompanha o desenrolar dos eventos, tanto no Leste Europeu como em toda a União Soviética, ficou sabendo da invasão da Capital da Lituânia, Vilna. É uma afronta aos princípios democráticos, e sobretudo descaracteriza o projeto de Gorbachev, mostrando, evidentemente, os seus interesses bastante equivocados neste projeto. E ainda mais. Srs. Deputados, é uma demonstração, em um momento em que a imprensa nacional e internacional concentra todo o seu equipamento e toda sua atenção no Golfo Pérsico, de que a União Soviética deliberadamente assume essa postura de invasão a uma República que busca desesperadamente a sua real independência e autonomia. Nós, em nome do Partido dos Trabalhadores, também repudiamos essa atitude imperialista da União Soviética, sobretudo daqueles que estão descomprometidos de construir uma sociedade democrática e mais justa. Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. TADEU RORIZ - Concedo um aparte ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, nobre Deputado, todos nós acompanhamos, dia a dia, através das emissoras de televisão e da imprensa em geral, as notícias dos atos de violência que tomam conta do mundo. Assistimos com perplexidade cenas de assaltos a bancos, de sequestros, e todos nós nos indignamos e até cobramos das autoridades constituídas uma ação mais efetiva na prevenção da criminalidade, dos atos hediondos e de assassinatos, enfim. Agora, estamos diante de cenas ainda muito mais brutais e chocantes, só que não são delinquentes e assaltantes os protagonistas da história; são aqueles que detêm o poder em suas mãos; são os líderes que estão, a toque de caixa, determinando, ordenando que haja massacres, guerras e destruição.

Eu me somo à preocupação de V. Exa., neste momento, e conclamo todos nós, cidadãos civilizados, a que façamos algo em favor da paz. Não apenas à paz distante da Rússia, da Lituânia ou do Golfo Pérsico, mas que também alcemos nossa voz, buscando a paz, em nossas vizinhanças, porque o mundo, no estado de calamidade em que está, de tensões, de guerra, de convulsões sociais, não é o mundo que desejamos. Portanto, minha voz se soma à de V. Exa. para denunciar tais atitudes, principalmente aquelas cometidas por pessoas que estão, em

nome do povo, exercendo o poder público. Muito obrigado.

O **SR. TADEU RORIZ** - Fico satisfeito quando ouço vozes expressivas, como as do PC do B, do PCB e do PT, preocupando-se também com a independência dos povos da União Soviética. Esse povo, bastante oprimido durante mais de 50 anos pela Revolução Marxista de 1917, hoje busca ansiosamente a liberdade, sem a qual o homem não vive. Satisfaz-me também a solidariedade dos nobres colegas, inclusive, quando ocorrem massacres em países socialistas, principalmente quando representantes de partidos marxistas-leninistas também levantam suas vozes em protesto.

Era o que tinha a dizer.

O **SR. PRESIDENTE** (Tadeu Roriz) — Com a palavra, a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A **SRA. LÚCIA CARVALHO** (PT. Sem revisão da oradora.)

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, venho tentando pronunciar-me há algum tempo sobre a situação da escola pública, mas o que me levou a um adiamento foi a dificuldade que encontramos em relação às inscrições no livro próprio. Ora nos inscrevemos com o Deputado Benício Tavares, ora na própria Mesa. Outra dificuldade se relaciona com o tempo de que dispomos para cada pronunciamento.

O assunto que hoje trago, referente à escola pública, é de grande importância, e creio que será tratado por todos nós. Certamente, durante os próximos quatro anos, ela será lembrada por mim e por todos os colegas, porque entendemos que, promovendo a educação, poderemos ter uma sociedade mais justa.

Sr. Presidente, a Secretária da Educação, nestes últimos dias, ocupou espaços da imprensa tratando do atendimento à escola pública, questão que também nos preocupa. O assunto de que vou tratar no meu pronunciamento está mais do que presente, porque nem sempre se pode permitir que o que é dito na imprensa se torne verdade e efetivamente realidade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, um dos papéis desta Casa é o de, além de denunciar, também fiscalizar o Governo.

Aproveito esta oportunidade para tornar pública a solicitação que faço à Mesa no sentido de que seja encaminhada ao Sr. Governador a proposta de enviar seu Plano de Governo, o mais breve possível, a todos os parlamentares, como prevê o art. 5º da Resolução nº 157, de 1988, do Senado Federal. Esse dispositivo determina que, em todo início de legislatura, o Governo do Distrito Federal deve enviar à Comissão do Distrito Federal seu Plano de Governo. Hoje, entretanto, esse plano deve ser remetido à Câmara Legislativa. Essa atitude nos permitirá encaminhar propostas através de emendas e sugestões.

Historicamente temos assistido no Distrito Federal a um descaso com o ensino Público. Em todos os anos letivos que se iniciam, os problemas são os mesmos: faltam vagas e professores, ocasionando uma verdadeira disputa por parte da comunidade, num total descumprimento, por parte do Governo, dos arts. 205 e 208 da Constituição Federal.

Sem citar nomes, devo dizer que um companheiro apresentou projeto no sentido de preservar vagas nas escolas públicas para crianças cujas mães tenham mais de cinco filhos, isto é, para a população carente. O ensino público, direito do cidadão brasileiro, não pode ver aprovado projeto de tal natureza, embora eu tenha a certeza de que o Deputado que o apresentou o fez na melhor das intenções.

O que temos de exigir é o cumprimento da Constituição, nem que para isso tenhamos de, a cada momento, nos pronunciar no sentido da cobrança do

acatamento desse artigo constitucional, para nós fundamental.

Peço autorização dos companheiros para ler uma notícia de jornal, com validade de 14 a 20 de janeiro, cuja manchete é "Faltam vagas nas escolas".

"Faltam vagas nas escolas. Recomeça o drama da falta de vagas nas escolas públicas. Enquanto o Governo põe na vitrola o disco furado de que ninguém ficará de fora, pais de alunos madrugam nos portões dos colégios, com fé maometana, na esperança de ver os filhos estudando. A funcionária pública demitida, Ana Maria Sales, entende que o Presidente Collor, ao demitir tantos funcionários de uma só vez, poderia se responsabilizar pelo grande número de pessoas desempregadas e investir mais na área pública, como construir mais escolas. É impossível pagar os preços abusivos do ensino privado, como é absurdo ficar sem estudar por falta de vagas. O diretor substituto do ensino de Taguatinga, Aristóteles Albuquerque, diz que o número de alunos por sala será ampliado; o turno da fome, mantido; a carga horária reduzida em alguns casos, enquanto a idéia do Ministério da Educação é ampliar a carga horária e o ano letivo".

Coincidentemente, temos aqui vários depoimentos que mostram que não há vagas nessa escola.

Podemos apresentar aos companheiros um sem-número de exemplos em relação às escolas públicas, onde até se realizam provas para que os alunos possam preencher uma vaga.

Embora com o plenário quase vazio, com um número reduzido de Deputados, gostaríamos de dizer que esse assunto é de nossa responsabilidade, e, para resolvê-lo, temos de tomar algumas atitudes.

O fato de termos turmas com 40, 50 e até 70 alunos, como aconteceu em 1990, na Samambaia, é grave. Professores de 1ª série, alfabetizadores, portanto, lecionavam duas horas para 70 alunos.

Acreditamos que a valorização da escola pública não é mero compromisso de campanha, mas significa vaga para todos, construção de salas de aula, equipamento para as escolas e contratação antecipada de professores e demais profissionais da área.

Essa política, Srs. Deputados, está de acordo com a política federal maior de desacreditar os serviços públicos e privatizá-los, não sendo diferente com relação à escola pública. Em contrapartida, o ensino privado vem-se fortalecendo e tornando a educação um bem social, um bem de todos, um dever do Estado, em algo acessível apenas aos que podem pagá-lo.

Na qualidade de educadora e de dirigente sindical, tenho participado, ao longo dos últimos 20 anos, das lutas de toda a comunidade do Distrito Federal por uma educação digna e eficiente. Agora, na condição de Deputada, continuarei buscando soluções para essa luta, que não deve ser, nesta Casa, privilégio meu.

Em recente pronunciamento à imprensa, o Governador Joaquim Roriz afirma que haverá vagas para todos os que procurarem a escola pública. Louvável tal afirmação. No entanto, ela deverá ser acompanhada de medidas práticas urgentes, para que não tenhamos as salas superlotadas e os famigerados turnos da fome — o que acontece na maioria das escolas das cidades-satélites e, principalmente, nos novos assentamentos.

Também a implantação do turno integral vem sendo anunciada. Ninguém mais do que nós, trabalhadores da educação, defende a implantação dessa medida, e a temos como uma das formas de se fazer uma educação eficiente. No entanto, no atual quadro, em que convivem salas superlotadas com falta de profissionais e turnos da fome, a afirmação nos soa como mero discurso de campanha.

Nosso pronunciamento vem no sentido de manter

esta casa alerta para sua responsabilidade diante deste assunto e solicitar à Mesa que requeira da Secretaria da Educação seu plano de ação, para que possamos todos cobrar as medidas e soluções propostas.

Ainda com a finalidade de contribuirmos para um melhor início do ano letivo, propomos à Mesa da Câmara Legislativa que estabeleça contatos com a Sra. Secretária no sentido de levar-lhe nossas sugestões. Primeira, ampliação do número de vagas oferecidas no concurso que será realizado em fevereiro, para que possamos suprir a demanda que será ocasionada pelas mais de 3 mil aposentadorias, a ocorrerem no ano de 1991, e pelo aumento do número de vagas.

Ao mesmo tempo em que achamos que temos de dar atendimento a todos os que procuram a escola pública, também acreditamos que para acolher essas crianças é necessário que existam profissionais capazes de lhes dar o ensino que merecem, para que não ocorra neste ano o que vem acontecendo ano após ano, turmas sem professores, não por greves ou manifestações da categoria, mas por falta de contratação, principalmente nas áreas fundamentais: matemática, física e química, inclusive no início do aprendizado, nas séries iniciais.

Como esse é um fato que já se tornou rotineiro — falta de vagas e de contratação de professores — esta Câmara Legislativa, ainda no mês de janeiro, deverá pronunciar-se, não só por meu intermédio, mas por outros Deputados, no sentido de cobrarmos o efetivo cumprimento do Executivo nessa questão.

Neste momento, não devemos sonhar com o turno integral, mas podemos fazê-lo em relação a sanar essas deficiências com o concurso a ser realizado.

Temos conhecimento de que mais de 3 mil professores solicitaram aposentadoria. Entretanto, para esse concurso são oferecidas apenas 300 vagas. O que pedimos à Mesa é que solicite à Sra. Secretária que esse concurso supra as reais necessidades que a Secretaria da Educação terá no ano de 1991, isto é, que corrija o número de vagas a serem oferecidas, pois não temos idéia de onde firaram esse número. Certamente haverá mais de 20 mil pessoas concorrendo a essas 300 vagas.

Segundo, a construção imediata, ainda no mês de janeiro, de novas salas de aula, para que não haja superlotação nas escolas. Para tanto, talvez seja necessária uma dotação extraordinária de verba.

Terceiro, fim definitivo do turno intermediário, o turno da fome.

Aproveito a oportunidade para dizer que na Samambaia não existe o turno da fome, porque lá as escolas funcionam em turnos de duas horas — há escolas com 5 turnos de duas horas.

No meu ponto de vista, acredito que também no de V. Exas., esse não é o ensino que queremos.

Concluo, Sras e Srs. Deputados, reafirmando que a escola pública do Distrito Federal é uma das melhores do País, considerada por muitos até como modelo. Para que realmente ela ocupe esse lugar de destaque, é preciso que todos nós nos empenhemos para dotá-la de toda a infra-estrutura necessária, pois é através da educação que poderemos construir uma sociedade justa.

Sociedade justa.

Ouço o nobre Deputado Agnelo Queiroz.
O **SR. AGNELO QUEIROZ** — Quero parabenizar a companheira Lúcia Carvalho pela sua intervenção. O PC do B sente que a educação pública foi abandonada. A filosofia de educação do País é a dependência, da submissão, da ignorância. Se as classes governantes se interessassem em incentivar a educação do nosso povo, este teria outro comportamento. Os pais têm lutas constantes para, pelo menos, recompor seus salários. Esse o nosso cotidiano:

Um, o turno da fome, o outro, a escola de lata, que deixa de cabeça quente o nosso humilde estudante, que, além de ser pequeno, fica embaixo de uma lata, sob uma temperatura enorme, capaz de arrebentar sua cabeça. Tive conhecimento do turno da fome através de uma amiga professora na Samambaia, numa escola com turno de duas horas, que existe só para dar satisfação aos pais de que seus filhos estão estudando. Essas pessoas jamais terão condições de competir na sociedade, e essa é uma atitude proposital que deve ser combatida. Estamos solidários com a nobre Deputada Lúcia Carvalho. Vamos lutar juntos para que esse ensino público seja garantido, como está na Constituição, pois é direito de cidadão brasileiro. Muito obrigado.

O SRA. DEPUTADA LÚCIA CARVALHO — Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Quero parabenizar nossa companheira pelas justas colocações em defesa do ensino público, uma das bandeiras mais importantes da democracia deste País. Não haverá igualdade de oportunidades enquanto todas as crianças e adultos que queiram continuar estudando não tiverem acesso ao ensino público e gratuito. Gostaria de lembrar um item da campanha da Frente Popular, o ensino em tempo integral, exigência da população pobre, abandonada, de pais desempregados. Não podemos deixar nossas crianças na rua. Por essas razões não podemos deixar de nos indignar com turno de duas horas, mera satisfação, talvez demagógica, que se tenta dar aos pais dessas crianças mas que não resolve o problema da educação, tampouco o dos pais dessas crianças que ficam presos a esse círculo muito curto. Precisamos, efetivamente, acabar com essa indignidade na educação do Distrito Federal e cobrar do Sr. Governador seu compromisso com a escola de tempo integral, que afirmou entre aqueles que colocou em cartório. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA CARVALHO — Concedo aparte ao nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS - Também tive oportunidade nesses anos de Brasília, de participar da Fundação Educacional, como diretor de colégios, como professor, e sinto na sua preocupação uma objetividade imensa. É claro que hoje a companheira Parlamentar está certamente esboçando o início de um projeto. Percebemos que quando a escola visa com exclusividade ao ensino, realmente é fácil menosprezar ensinamentos desrespeitando até o princípio vital da exigência da criança. Mas quando percebemos que a escola é uma complementação bastante desenvolvida das condições que a situação da família não permite dar à criança, então chegamos àquele patamar fundamental, a formação, que inclui a informação e o ensino. O que mais preocupa a nós, professores, é ensinar aqueles que são objeto de nossas atenções. Sentimos que a educação passa por diversas peripécias, porque é inadmissível que cada orientação nova de uma Secretaria faça do ensino uma cobaia de novas experiências. Talvez isso leve Brasília a ser estável nessa busca objetiva da implantação da formação global durante o período estudantil. Percebemos, portanto, que há necessidade de que se estruture com delicadeza, perfeição, visão do que significa ter uma escola a favor da amplitude e da união das pequenas e grandes famílias da sociedade.

Além disso, gostaria de reforçar a posição da companheira, dizendo que há necessidade, realmente, de que o concurso seja mais aprimorado, pois estamos colocando nas mãos dessas pessoas crianças em botão, para que desabrochem com um sorriso de felicidade pela educação que recebem. É necessário aprofundarmos a seleção dos professores, na medida em que a própria sociedade está a exigir maior evolução no campo educacional. Outro assunto a que nos podemos referir ao analisar esse projeto, como ex-professor da Fundação Educacional, diz respeito aos custos inúteis, porque não se implantou ainda um espírito de família no sistema educacional. Não vimos nenhum colégio particular, no fim do ano, mostrar quanto gastou com estragos e desperdícios. Isto não acontece, porque tudo tem uma solução interna, pois há o cuidado do dono, que assume o colégio. Há necessidade de se dar responsabilidade às pessoas que assumem os cargos, talvez sem tomar conhecimento dos encargos que eles representam para si, para a escola e a comunidade. Há necessidade de que as pessoas que assumem os cargos de direção nessas escolas, assumam também a responsabilidade por elas. Existe condição para isto, orçamento, boa vontade do corpo de professores, interesses dos pais. Por que não se implantar esta dinâmica, para que os colégios não precisem mais, a cada fim de ano, ser reformados, com custos absurdos para a instituição? Então, é preciso reformular o ensino, para que quem dele participa arque com dignidade e esplendor dos compromissos assumidos com a sua vocação.

O Sr. PENIEL PACHECO — V.Ex.^a. me concede um aparte?

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Concedo aparte a V.Ex.^a. com muito prazer.

O SR. PENIEL PACHECO — Sei que o tempo de V.Ex.^a. está bastante sacrificado, mas não poderia deixar de trazer algumas considerações sobre o ensino público. Creio que Brasília perde, agora, com as medidas adotadas pelo Governo Federal que reformularam o serviço público, aquele aspecto de cidade meramente administrativa. Todos acreditamos que Brasília poderá vir a se configurar como uma cidade que vai adentrar o campo industrial. Apenas desejaria incluir no seu pronunciamento a preocupação que tenho com relação ao ensino profissionalizante, para que nossos filhos sejam preparados para ser úteis à cidade, não somente como funcionários públicos, para um serviço meramente administrativo, mas que possam também ser qualificados profissionalmente e participar do mercado de trabalho que deverá surgir com a industrialização de Brasília. O ensino deve ser adequado a esta realidade. Era isso que desejava acrescentar ao pronunciamento de V.Ex.^a.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, gostaria de comentar um aparte do companheiro Agnelo Queiroz, referindo-se a que temos, ainda, dezessete escolas de latas, espalhadas por toda a periferia. Não existem escolas de latas no Plano Piloto, mas sim nas cidades-satélites, como Taguatinga, Guará, Brazlândia, o que se torna extremamente prejudicial, pois até a choques elétricos a criança é submetida, porque os fios, muitas vezes, se descascam, e só percebemos quando uma criança

sofre algum tipo de acidente. É muito grave essa situação.

A outra questão é sobre o curso profissionalizante, que também já foi alvo de pronunciamento da companheira Rose Mary Miranda. Antes de formar novos cursos profissionalizantes, temos de equipar os já existentes, como os cursos de Enfermagem, Administração de Empresas e outros. Todos os cursos profissionalizantes de Brasília carecem de profissionais habilitados e de material adequado.

Seria irresponsabilidade de nossa parte aprovar novos cursos sem dotar de melhores condições os já existentes. Então, é preciso ter conhecimento da realidade ao apresentar proposições que, embora justas, não vêm a contemplar a realidade que estamos vivendo na escola pública.

Faço este pronunciamento a fim de sensibilizar os Srs. Deputados que venham a apresentar projetos a propósito dessa área, para que se informem sobre a realidade junto aos sindicatos e à Secretaria.

Defendo os cursos profissionalizantes, mas defendo, em primeiro lugar, que esses já existentes tenham estrutura, pois não há sequer uma máquina de datilografia para uso daqueles que fazem um curso de Administração, não há seringas ou mesmo lugar para o treinamento final, o estágio, a locação, quando se trata de um aluno da Fundação Educacional.

Por todas essas dificuldades, os cursos profissionalizantes devem ser tratados com muito carinho por nós, e temos de dotá-los de condições para funcionarem, antes da criação de novos.

Gostaria que todos compreendessem que nós, profissionais da área de educação, lutamos com muita seriedade em relação aos nossos salários, mas também lutamos o ano todo pela seriedade do ensino. E lutar por uma escola eficiente é equipá-la, dotá-la de material necessário, construí-la. Não só reivindicamos salários, como também que a escola pública seja a melhor escola, aquela que sintamos orgulho de frequentar.

Sobre a guerra, temos de fazer uma reflexão. Nós que vivemos no ano de 1991, na última década, que vamos enfrentar a passagem para um novo milênio, podemos estar destruindo milhares de vidas de pessoas que não poderão ter a oportunidade de ver o ano 2000 chegar, por imbecilidade de uma disputa capitalista de quem vende armas e petróleo.

SR. PRESIDENTE — (Tadeu Roriz) — Ainda havendo disponibilidade de tempo no Grande Expediente, a palavra está franqueada. (Pausa.)

Não havendo mais oradores inscritos, convoco a próxima sessão para amanhã, às 14h30.

Está encerrada a sessão.

Mesa
Presidente
Salviano Guimarães (PFL)
Vice-Presidente
Tadeu Roriz (PSC)
1º Secretário
Pedro Celso (PT)
2º Secretário
José Ornellas (PL)
3º Secretário
Benício Tavares (PDT)
Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)

S U M Á R I O

1— Ata da 7ª Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991.

1.1— Abertura

1.2— Pequeno Expediente

1.2.1— Leitura da Ata da Sessão anterior

1.2.2— Comunicados da Mesa

Requerimento nº 016/91, de autoria do deputado Fernando Naves, que “solicita ao presidente desta Casa, que interceda junto ao Sr. Governador do Distrito Federal, no intuito de sensibilizá-lo quanto ao atendimento do ofício referente aos policiais militares do Distrito Federal”.

Requerimento nº 017/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que “solicita à Novacap a substituição do Engenheiro Fausto Amador Francisco Favale, por um profissional indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — CREA/DF”.

Requerimento nº 019/91, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda, que “recomenda à Secretaria de Educação do Distrito Federal prioridade de vagas nas escolas da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º graus aos arrimos de família e a mães com mais de cinco filhos”.

Requerimento nº 020/91, de autoria do deputado Wasny de Roure, que “solicita maiores esclarecimentos quanto às reeleições, previstas no parágrafo 1º do art. 83 e art. 223, Resolução nº 38, de 30 de outubro, do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

Projeto de lei nº 015/91, de autoria do deputado Gilson Araújo, que “autoriza o GDF a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências”.

Projeto de lei nº 013/91, de autoria do deputado José Edmar, que “autoriza o GDF a utilizar área que especifica, no Guará I, às margens da ferrovia, divisa com o Conjunto Habitacional Lúcio Costa, para fins de expansão urbana visando a propiciar habitação para famílias de classe média”.

Projeto de lei nº 014/91, de autoria do deputado Benício Tavares, que “autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal, a conceder isenção do imposto sobre operações referente à circulação de mercadorias, na aquisição de veículos que especifica e dá outras providências”.

Projeto de lei nº 012/91, de autoria do deputado José Ornellas, que “aprova o detalhamento de dotação orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso”.

Requerimento nº 021/91, de autoria do deputado Euripedes Camargo, que solicita que seja agilizado o processo relativo ao Projeto de Alfabetização de Adultos.

1.2.3— Comunicados de Líderes

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade — Comentários sobre a designação de Comissões e a indicação de cada membro.

Deputado Padre Jonas, em nome da bancada do PDT — Solicitação da colocação da Bandeira Nacional, Bandeira do Distrito Federal e um relógio no plenário desta Casa.

Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada do PT — Referências ao pronunciamento do deputado Peniel Pacheco.

1.2.4— Comunicados de parlamentares

Deputado José Edmar (PTR) — Cumprimentos à imprensa local pela cobertura da instalação da CPI, que visa corrigir as distorções nos programas de assentamento rural no Distrito Federal.

Deputado Wasny de Roure (PT) — Comentários sobre a comissão nomeada pela Novacap para apurar acidente do Ginásio Nilson Nelson.

Deputada Lúcia Carvalho (PT) — Críticas à Medida Provisória nº 290, aprovada pelo Congresso, e a lei derivada da referida medida.

Deputado Jorge Cauhy (PL) — Referências às obras assistenciais privadas no Distrito Federal.

Deputado Gilson Araújo (PTR) — Repúdio à abertura do comércio local nos finais de semana.

1.3— Ordem do Dia

Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Agnelo Queiroz.
REJEITADO.

1.4— Grande Expediente

Deputado José Edmar (PSL) — Críticas à matéria publicada em um jornal local, a qual informava que o Sr. Governador do Distrito Federal não abriria novos assentamentos no Distrito Federal.

Deputado Gilson Araújo (PTR) — Apoio ao programa de assentamentos do Sr. Governador Joaquim Domingos Roriz, no Distrito Federal.

— Apresentação de projeto de lei nº 015, que “autoriza o Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências”.

Deputada Rose Mary Miranda (PTR) — Solicita providências do Sr. governador do Distrito Federal no sentido de sanar o estado precário dos hospitais de Brasília.

Deputado Wasny de Roure (PT) — Comentários sobre o agravamento da crise no Golfo Pérsico.

Deputado Peniel Pacheco (PST) — Pronunciamento sobre as providências adotadas pelo Sr. Governador do Distrito Federal, a respeito dos serviços funerários do Distrito Federal.

1.5 — Comunicados da Presidência

Determina que sejam transcritos nos anais desta Casa, além do resumo do discurso do dia anterior da deputada Lúcia Carvalho, o art. 78 do Regimento Interno do Senado e dos ofícios dos senhores líderes com as indicações dos deputados que resultaram na composição final das comissões permanentes.

1.6— Encerramento

Convocação de sessão ordinária para amanhã às 14:30 minutos.

Ata da 7ª Sessão Ordinária, em 15 de janeiro de 1991. 1ª Sessão Legislativa ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Pedro Celso, José Edmar

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Rose Mary Miranda, Pedro Celso e José Ornellas

Às 14 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)
- Deputado Aroldo Satake (PDS)
- Deputado Benício Tavares (PDT)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Deputado Cláudio Monteiro (PRP)
- Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)

- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)
- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel de Andrade (PTR)
- Deputada Mª de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães (PFL)
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Sra. Deputada Rose Mary Araújo para secretariar a Mesa e proceder à leitura da Ata.

(A Sra. Secretária procede à leitura da Ata.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sras. e Srs. Deputados, ontem fui surpreendido com críticas da Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada, sobre a composição das Comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais.

Não tenho a intenção, na qualidade de Deputado, de criar polémica a nível pessoal e não devo, como Presidente desta Casa, descer ao nível dessas críticas, que parecem revelar ou falta de inteligência, ou ignorância ou má fé, já que, ao anunciar as composições das comissões em plenário, respondendo a indagação da própria Deputada Lúcia Carvalho, forneci a todos os Deputados os critérios adotados, conforme determina o Regimento Interno, bem como o cumprimento fiel das indicações formais dos Srs. Líderes.

Não cabe, portanto, voltar ao assunto. Todos têm consciência de que a composição das comissões obedeceu rigorosamente aos parâmetros democráticos de equidade e justiça.

Determino, portanto, para complementar o pronunciamento de ontem da Deputada Lúcia Carvalho, sejam igualmente transcritos nos Anais desta Casa, além do resumo do seu pronunciamento, o art. 78 do Regimento Interno do Senado, adotado por esta Casa, e os ofícios dos Srs. Líderes com as indicações dos Deputados que resultaram na composição final das comissões permanentes.

Finalmente, não desejo que em nenhum momento, agora e no futuro, se duvide da inteligência e do preparo da professora e hoje Deputada Lúcia Carvalho.

Matérias a que se refere o orador

Resumo do pronunciamento da líder do Partido dos Trabalhadores, deputada Lúcia Carvalho, sobre as composições das comissões.

1 — A bancada do Partido dos Trabalhadores critica publicamente a atitude do Presidente da Casa, que, usando de suas funções, pressionou e fez acordos de votos para seu campo, promovendo e trazendo para esta Casa a política do favorecimento pessoal.

2 — Crítica também a atitude daqueles que aceitaram o jogo das pressões e se subordinaram a essa política.

3 — Crítica ainda a postura do Presidente da Câmara Legislativa de trazer individualmente para si a redistribuição dos nomes das comissões sem a consulta prévia aos Líderes, ferindo o artigo 79 do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos da Resolução 49/90, também do mesmo.

4 — E finaliza dizendo que atitudes como essa ferem a democracia desta Casa, remetendo-nos para os vícios que permeiam os Paramentos tradicionais, que devemos repudiar com veemência e não mais repetir.

Brasília, 14 de janeiro de 1991.

Ato do Presidente nº 001/91

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 78 e 80, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com a Resolução 49/90, subseção 2, artigo 9, resolve:

DESIGNAR, como membros titulares e suplentes das Comissões Permanentes, os seguintes Parlamentares:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
TITULARES

- 1-Dep. Geraldo Magela (PT)
 - 2-Dep. Manoel de Andrade (PTR)
 - 3-Dep. Padre Jonas (PDT)
 - 4-Dep. Cláudio Monteiro (BLP)
 - 5-Dep. Peniel Pacheco (BS)
 - 6-Dep. Fernando Naves (BP)
 - 7-Dep. Carlos Alberto (PCB)
- SUPLENTES**
Dep. Lúcia Carvalho (PT)
Dep. Rose Mary Miranda (PTR)
Dep. Edimar Pireneus (PDT)
Dep. José Ornellas (BLP)
Dep. Aroldo Satake (BS)
Dep. José Edmar (BP)
Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

TITULARES

- 1-Dep. Eurípedes Camargo (PT)
- 2-Dep. Rose Mary Miranda (PTR)
- 3-Dep. Edimar Pireneus (PDT)
- 4-Dep. Jorge Cauhy (BLP)
- 5-Dep. Agnelo Queiroz (PCdoB)
- 6-Dep. Lúcia Carvalho (PT)
- 7-Dep. Maurílio Silva

SUPLENTES

- Dep. Wasny de Roure (PT)
Dep. Gilson Araújo (PTR)
Dep. Benício Tavares (PDT)
Dep. Cláudio Monteiro (BLP)
Dep. Maria de Lourdes (PSDB)
Dep. Geraldo Magela (PT)
Dep. Manoel de Andrade (PTR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

TITULARES

- 1-Dep. Wasny de Roure (PT)
- 2-Dep. Gilson Araújo (PTR)
- 3-Dep. Benício Tavares (PDT)
- 4-Dep. José Ornellas (BLP)
- 5-Dep. Aroldo Satake (BS)
- 6-Dep. José Edmar (BP)
- 7-Dep. Maria de Lourdes (PSDB)

SUPLENTES

- Dep. Eurípedes Camargo (PT)
Dep. Padre Jonas (PDT)
Dep. Jorge Cauhy (BLP)
Dep. Peniel Pacheco (BS)
Dep. Fernando Naves (BP)
Dep. Carlos Alberto (PCB)

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, em 10 de janeiro de 1991

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**

Presidente

Brasília, 09 de janeiro de 1991.

Apresento a V.Exa., Deputado Salviano Guimarães, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os nomes dos Deputados do Partido dos Trabalhadores para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa.

São titulares:

1. **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Sr. Geraldo Magela

2. **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Sr. Eurípedes Camargo

3. **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

Sr. Wasny de Roure e Sra. Lúcia Carvalho.

E com base no Artigo 83 do Regimento Interno do Senado, seus respectivos suplentes:

1. **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Sr. Wasny de Roure

2. **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Sra. Lúcia Carvalho

3. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Sr. Eurípedes Camargo e Sr. Geraldo Magela
Sem mais para o momento, atenciosamente.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO

LÍDER DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
A Exa.

Sr SALVIANO GUIMARÃES

PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

NESTA

OF. LD/PTR Nº 001/91

Brasília-DF., 10 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que preceitua o art. 80º do Regimento Interno adotado por esta Casa, e em acatamento ao que decidiu o PARTIDO TRABALHISTA RENOVADOR — PTR, indicamos os Senhores Deputados abaixo relacionados para comporem as Comissões de que trata o artigo em tela, a seguir:

— ROSE MARY MIRANDA e MAURÍLIO SILVA para Comissão de Seguridade Social.

— GILSON ARAÚJO para Comissão de Assuntos Econômicos e

— MANOEL DE ANDRADE para Comissão de Constituição e Justiça.

Para suplentes, indicamos os Srs. Deputados a saber:

— MANOEL DE ANDRADE para Comissão de Assuntos Econômicos

— GILSON ARAÚJO para Comissão de Seguridade Social

— ROSE MARY MIRANDA para Comissão de Assuntos Econômicos

— MAURÍLIO SILVA para Comissão de Constituição e Justiça e

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a V.Exa., protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Dep. **MANOEL ANDRADE**

Líder do PTR

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**

MD. Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Nesta

OF Nº

Brasília, 08 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Na condição de líder do PDT, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes abaixo para a composição das comissões permanentes desta casa:

1 — **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**
Deputado Padre Jonas

2 — **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**
Deputado Benício Tavares

3 — **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**
Deputado Edimar Pireneus

Nesta oportunidade, renovo-lhe meus protestos da mais alta e distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado Padre Jonas

Líder do PDT

ao Excelentíssimo Senhor

Dr. Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**

DD. Presidente da Câmara Legislativa

Nesta

OF 002-BLP-L/91

Brasília, 09 de janeiro de 1991.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Salviano Guimarães

DD. Presidente da Câmara Legislativa

NESTA

Senhor Presidente

Na qualidade de Líder do "Bloco Liberal Progres-

sista" tenho a honra de indicar os nomes dos seguintes Senhores Deputados para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa.

1. Comissão de Constituição e Justiça

Efetivo: Deputado Claudio Monteiro

Suplente: Deputado José Ornellas

2. Comissão de Assuntos Econômicos

Efetivo: Deputado José Ornellas

Suplente: Deputado Jorge Cauhy

3. Comissão de Assuntos Sociais

Efetivo: Deputado Jorge Cauhy

Suplente: Deputado Claudio Monteiro

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de elevado e distinto apreço.

JORGE CAUHY

Deputado Distrital

Líder do Bloco Liberal Progressista

Brasília, 9 de janeiro de 1991

Senhor Presidente

Na qualidade de Líder do Bloco Solidariedade, indico os Deputados Aroldo Satake para titular da Comissão de Assuntos Econômicos e, em caráter de suplência na Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Peniel Pacheco como titular da Comissão de Constituição e Justiça e, em caráter de suplência na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesta oportunidade, renovo-lhe meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Dep. PENIEL PACHECO

Exmo. Sr.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

DD. Presidente da Câmara Legislativa

N E S T A

Brasília-DF., 08 de Janeiro de 1991

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF

Em cumprimento ao disposto no artigo 7 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 11 da Resolução 49/90, também do Senado Federal, comunico a V. Exa., a indicação dos membros deste Bloco para composição das Comissões:

Fernando Naves-PDC-titular da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Assuntos econômicos.

José Edmar-PSL-titular da Comissão de Assuntos Econômicos e suplente da Comissão de Constituição e Justiça.

Esclareço que deixo de indicar o nome do Deputado Tadeu Roriz, por contrariar o parágrafo 2^o do artigo 9^o da Resolução retrocitada.

DEPUTADO FERNANDO NAVES

LÍDER DO BLOCO PROGRESSISTA

Excelentíssimo Senhor

Deputado SALVIANO GUIMARÃES BORGES

Digíssimo Presidente da Câmara Legislativa do DF

N E S T A

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Atendendo à solicitação de V.Exa., comunico o meu interesse em participar da Comissão de Constituição e Justiça.

Na oportunidade, apresento meus protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

DEP. CARLOS ALBERTO

EXMO. SR.

DEP. SALVIANO GUIMARÃES

DD PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA

NESTA

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Informo que pretendo participar, como titular, da Comissão de Assuntos Sociais e, em caráter de

suplência, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente,

Agnelo Queiroz

Deputado Distrital

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF

Deputado Salviano Guimarães

NESTA - DF

Brasília-DF, 09 de Janeiro de 1991

Senhor Presidente:

Apresento a Deputada Maria de Lourdes Abadia Bastos — PSDB — para compor, como titular a Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

MARIA DE LOURDES ABADIA

DEPUTADA DISTRITAL

Edmo. Sr.

Deputado: SALVIANO GUIMARÃES

MD: Presidente da Câmara Distrital

NESTA

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Passa-se ao Pequeno Expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

— José Edmar

— Wasny de Roure

— Lúcia Carvalho

— Jorge Cauhy

— Gilson Araújo

— Salviano Guimarães

Com a palavra o nobre Deputado José Edmar

O SR. JOSÉ EDMAR (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou vindo mais uma vez à tribuna para fazer um agradecimento público à imprensa do Distrito Federal que realizou, neste final de semana, a cobertura da instalação da CPI por mim proposta nesta Casa.

Quero agradecer especialmente ao jornal "BsB-Brasil", que na sua edição de domingo estampa na primeira página — e V.Exas. podem tomar conhecimento — que a CPI que propus visava justamente a corrigir as distorções nos programas de assentamento rural em Brasília. A reportagem mostra claramente que a "singela" — entre aspas — mansão fotografada não é nenhum assentamento agrícola.

A extensa reportagem de mais de meia página, com total imparcialidade, retratou diligências in loco, entrevistou pessoas residentes no local, como o Vice-Presidente da Associação Comercial de Taguatinga, que endossa as minhas palavras. Os repórteres tiveram também contacto com órgãos do Governo, da Secretaria de Agricultura, que tentam justificar, de certo modo, em parte, o citado assentamento urbano.

Quero também agradecer a inúmeras pessoas, a amigos que ligaram para minha casa no domingo, não deixaram meu telefone quieto, parabenizando-me pela iniciativa que tomei nesta Casa, apoiando a implantação da referida CPI.

Quero aqui ressaltar que a imprensa tem um papel tão importante quanto o nosso. E quando os autores de uma reportagem desta magnitude vão *in loco*, com imparcialidade, verificar um fato, levando ao conhecimento da sociedade o que realmente acontece, é hora de agradecer, de dizer a eles muito obrigado, não em nosso nome pessoal, mas em nome da própria sociedade que, de certo modo, nos é grata pela nossa atitude.

O que mais me forçou a tomar a decisão de requerer a instalação dessa CPI foi a injustiça que se comete com o pessoal da Vila São José, em Taguatinga, e que mais uma vez venho denunciar a esta Casa, porque se nós, Deputados, eleitos para um mandato popular, não pudermos resgatar a credibilidade de um princípio de justiça, em Brasília, não

estaremos desempenhando nosso mandato como o povo deseja.

Aquele povo que está ali, ameaçado, sendo expulso, pessoas que vivem naquela Vila há 10, 15 e até 20 anos, não tem direito às suas chácaras, porque essas chácaras são "dadas" — entre aspas — a outros que lá nunca estiveram, exceto para serem agraciados, enquanto para os reais ocupantes as chácaras são a fonte do seu sustento, da sua sobrevivência.

Portanto, venho pedir, implorar a V.Exas que lutem para que a justiça seja feita, e neste momento, na minha vida pública, ela deve fixar à Vila São José. Peço às Sras. e Srs. Deputados que entendam e passem também a considerar esse princípio de justiça.

Quando relato a situação do pessoal da Vila São José, não o faço com mágoa nem com raiva, nem venho falar contra qualquer autoridade. Alguns podem dizer que estou contra o nosso Governador Joaquim Roriz; muito pelo contrário, estou aqui endossando as palavras de S.Ex^a em praça pública, no sentido de que queria assentar as famílias da Vila São José. Talvez este meu pronunciamento e a instalação dessa CPI venham fazer com que haja maior agilidade por parte do Governo, com que haja justiça para com a Vila São José, justiça para com a nossa cidade, justiça para com esse povo de Brasília que espera sejamos fiéis ao nosso mandato de Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Deputados.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Líder do Bloco Solidariedade, solicitamos a palavra em comunicação de Liderança com o intuito de reparar publicamente algumas afirmações feitas no sentido de lançar dúvidas sobre a forma como esta Presidência, cujo mandatário maior é membro do nosso Bloco, se comportou no que concerne à designação de comissões e à indicação de cada membro, atendendo à proporcionalidade, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, ora em vigor nesta Câmara Legislativa.

Somos testemunhas e participamos de perto, em alguns momentos, das tensões que antecederam as indicações de cada um dos membros para as comissões, e vimos o interesse de V.Exa no sentido de requerer das lideranças já indicadas que comunicassem oficialmente quais membros deveriam ocupar as respectivas comissões. Sabemos da lisura com que esse processo transcorreu.

Por isso, venho a este plenário fazer também minha oposição àquelas vozes que tentaram de alguma maneira distorcer os fatos, apresentando-os de modo que não condizem com a realidade.

Sou testemunha desses fatos e asseguro que todo o processo de indicações para as comissões obedeceu rigidamente aos preceitos estabelecidos no nosso Regimento. Tanto é que não houve contestação no momento oportuno, mas somente depois de verificadas as eleições. As manifestações contrárias foram como "chorar o leite derramado".

Eu gostaria de ver nesta Casa, Sr. Presidente, mais equilíbrio nas colocações feitas em relação a colegas nossos que estão exercendo atividades perante a sociedade que nos elegeu. Acusar qualquer um de nós é lançar lama sobre todos, especialmente quando as acusações são infundadas. São atitudes que não recomendamos a nenhum dos nossos Pares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) —
Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados eu lembraria ao nobre Deputado Peniel Pacheco que,

tão logo foi feito pela Mesa o encaminhamento desta matéria, nos manifestamos contrários à maneira como foi orientada a lotação das pessoas, até mesmo por ser tradição no Senado Federal, em caso de dificuldade com relação ao número de membros, fazer-se sorteio.

Nesta tarde, farei duas colocações. Desejo apresentar aos nobres Deputados uma séria preocupação concernente à comissão nomeada pela Novacap para apurar o recente acidente do Ginásio Nilson Nelson.

Ocorre que a comissão é formada por Gaspar Ferreira Duarte — Engenheiro da Novacap; Carlos Alberto Pereira — Engenheiro do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal; e Fausto Amadeu Francisco Favalle — Engenheiro da ETALP. O último foi um dos responsáveis pela construção; portanto, não está habilitado a compor uma comissão de inquérito para examinar uma obra de sua própria autoria. É como bem lembra o tradicional verbete: "É o lobo que vigia o galinheiro".

Assim sendo, Sr. Presidente, sugiro que o CREA seja convidado para integrar essa comissão no lugar do referido técnico nomeado pela NOVACAP.

Referente a essa matéria, gostaria de destacar a reportagem da revista "Veja" do dia 9 de janeiro último, na qual a indicação do engenheiro Fausto é questionada. Além disso, também temos em mãos a resposta do Sr. Presidente da NOVACAP, onde relata os componentes dessa comissão.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a coluna do jornalista Ari Cunha, do "Correio Braziliense" do último dia 12, faz referências a outras obras de engenharia do Distrito Federal com problemas.

Diante do exposto é que reafirmamos nossa reivindicação a propósito da substituição do nome do engenheiro Fausto pelo de um engenheiro indicado pelo CREA, conforme requerimento já enviado à Presidência desta Casa no último dia 9.

Sr. Presidente, desejo aqui fazer colocações sobre o movimento sindical do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o movimento sindical, nos últimos anos, vem sofrendo um articulado processo de perseguição a nível federal e regional. As demissões de líderes, além de representar um desrespeito constitucional, representam ato de confronto com a organização e mobilização dos trabalhadores.

Aqui no DF tivemos as demissões dos eletricitários da CEB, Furnas e Eletronorte. Apesar da disposição do Governo Federal e do DF de dialogar com os trabalhadores, não houve disposição em solucionar o problema. Quero aqui também manifestar nosso repúdio à demissão do companheiro Luiz Alberto de Campos Gouveia — Presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, por ter denunciado diversos problemas que teriam ocorrido a nível da TERRACAP.

O movimento sindical e os Parlamentares que se colocam no campo da luta, não se curvaram às demonstrações do autoritarismo e às tentativas de desarticular a luta histórica dos trabalhadores desta cidade.

A última tentativa do GDF em tentar desarticular o movimento sindical, através da substituição do Sinder por comissões de negociação a nível de empresa pública, é mais um desrespeito à livre organização sindical.

Sr. Presidente, a livre opção pela organização sindical e a unidade do movimento (artigo 8º, inciso II da Constituição) foram alguns dos poucos avanços que a Constituição garantiu aos trabalhadores. Não é aqui, no DF, que os trabalhadores abrirão mão. Nossa luta não permitirá que isso aconteça.

Costaria ainda de lembrar o argumento da decisão do TST, com relação ao caso da Cobal, de que os servidores de empresa pública não são servidores

públicos. A equivocada decisão do Ministro Marcelo Pimentel no dissídio coletivo dos trabalhadores da Cobal não foi consensual, além de apenas ter trazido sérios prejuízos para a categoria.

Temos de ouvir os interesses dos trabalhadores e respeitar suas organizações.

Gostaríamos por intermédio desta Casa, de solicitar ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário do Trabalho que passem a respeitar as organizações dos trabalhadores, de tal maneira que as negociações coletivas ocorram com as suas demais representações sindicais, legitimamente eleitas pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento hoje, no Pequeno Expediente, será sobre as escolas particulares e o interesse da sociedade.

Antes de entrar neste assunto, eu gostaria de falar sobre as críticas públicas ao pronunciamento do Sr. Presidente, e também do Líder, Peniel Pacheco. O PT sempre estará nesta tribuna fazendo críticas públicas à conduta de qualquer um de nós que venha a ter um comportamento que fira a democracia desta Casa.

Entendemos que o Sr. Presidente não precisa descer nem subir para dar uma resposta, pronunciando-se contrariamente às nossas críticas. Nossas críticas foram pautadas em sua conduta, através de entrevistas e declarações à imprensa. Consideramos equilíbrio dizer diretamente o que pensamos, sem medo de pressão. Não pretendemos começar uma disputa nem acirrar desnecessariamente um desentendimento com o Presidente desta Casa. No entanto, quando forem necessárias críticas, nós as faremos publicamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quanto às escolas particulares, mais uma vez estamos assistindo em nosso País à prevalência dos interesses particulares, prejudicando os da sociedade. Refirimo à situação absurda a que chegou o caso das mensalidades escolares.

"A verdadeira democracia pressupõe a liberdade de escolha". Esta, Sr^{as} e Srs. Deputados, é uma frase de conteúdo profundo, mas que, proferida por certas bocas, perde o significado. Ela está sendo usada como lema da campanha das escolas particulares.

No entanto, uma vez que o poder de determinação do valor das mensalidades está nas mãos dos empresários do ensino, que escolha pode restar à sociedade?

Com a aprovação da Medida Provisória nº 290 pelo Congresso, a determinação dos valores das mensalidades ficou a cargo dos proprietários de escola, deixando praticamente sem poder de intervenção os pais. Pode-se dizer que a lei aprovada é mais prejudicial que as anteriores.

A educação, assunto de interesse público, não deve e não pode estar à mercê dos lucros da escola privada. É necessário que a sociedade participe diretamente da determinação dos valores das mensalidades e que se retire dos empresários do ensino esse privilégio inconcebível.

Neste momento, a Curadoria de Defesa do Consumidor está apurando as denúncias sobre 103 estabelecimentos particulares, acusados de cometer crime contra a ordem econômica. Segundo as denúncias, as escolas não estão fornecendo declarações de conclusão do 2º grau aos alunos que vão prestar vestibular por estes não terem pago taxas adicionais ilegais.

Colocando-se acima da lei, algumas escolas colocam cláusulas em seus contratos estabelecendo que

estes são soberanos a qualquer medida governamental, afrontando a prerrogativa constitucional que assegura o direito do exercício do ensino privado, desde que de acordo com as normas da educação nacional — art. 211.

A lei derivada da medida provisória consegue ser pior que esta, pois dá aos estabelecimentos de ensino a prerrogativa de fixar o valor das mensalidades 45 dias antes do ano letivo; institui que os recursos só poderão ocorrer pela iniciativa dos pais até 10 dias após a estipulação das mensalidades, com o apoio de 10% dos pais ou pelas associações de pais representando pelo menos 40% dos alunos. Há, portanto, desprestígio das entidades organizadas.

Segundo denúncias, algumas escolas aumentaram a mensalidade em mais de 300%, de 90 para 91.

Além do mais, neste momento, a situação das matrículas já está completamente definida, deixando os pais de mãos atadas.

Não podia, Sr^{as} e Srs. Deputados, deixar de repudiar veementemente o abuso praticado pelos donos das escolas particulares, que, através de seus lobbies, alteram leis a seu favor, tendo como único objetivo o lucro e a ampliação de seu capital, deixando em segundo plano seu fim principal, a educação.

Peço a esta Câmara Legislativa, representante legítima do povo do Distrito Federal, eleita para exercer e fazer exercer a democracia, que não se cale diante de fato tão gritante, e que tomemos a iniciativa de fiscalizar e elaborar projeto regulamentador da matéria, através da Comissão de Assuntos Sociais, tão logo esta comece a funcionar.

Para finalizar, Sr. Presidente, ilustro o que estou dizendo com um fato. Em recente greve no CEUB, que durou mais de três meses, o Sr. João Hercúlio, também candidato a Deputado Federal na época, disse não ter condições de pagar o salário reivindicado pelos profissionais. Naquela mesma ocasião, comprou o Colégio Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde nossa chegada a Brasília, há 30 anos, quando esta Capital mal saía das pranchetas inspiradas de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, sob o pulso forte de Israel Pinheiro, nos dedicamos ao trabalho voluntário de assistência aos menos favorecidos.

Dentro da modéstia dos nossos recursos pessoais e da colaboração de amigos, também sensibilizados pela pobreza e pelo abandono de milhares de irmãs, conseguimos plantar uma pequena semente que germinou e se transformou no Parque Assistencial do Centro Espírita Sebastião, "O Mártir".

Ali encontram-se o Lar dos Velhinhos, a Creche, o Albergue, a Casa da Sopa, a Assistência à Mãe Solteira, a Escola de Capacitação Profissional, entre outras.

Na vivência diuturna daquelas obras, Sr. Presidente, nos foi possível aquilatar as imensas dificuldades que esperam todo aquele que se dispõe a fundar e regularizar uma obra assistencial.

Desde a falta de terrenos para a construção, passando pela dificuldade na tramitação dos documentos necessários, até os contatos com os órgãos do governo responsáveis pela área, tem de se percorrer um longo e tortuoso caminho, capaz de levar ao desânimo os menos persistentes.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar conhecimento a esta Casa de que dentro de poucos dias trarei à apreciação de V. Exas um projeto de Lei regulamentando as relações das obras assistenciais privadas com o Governo do Distrito

Federal, inclusive disciplinando a concessão de terrenos para a construção dos seus estabelecimentos, as diretrizes para os convênios e detalhamento das suas atividades e relações bilaterais.

Nosso objetivo, Sr. Presidente, é estabelecer uma sistemática que venha a facilitar a ação daqueles que, movidos pela piedade cristã, desejem levar o socorro e a assistência aos necessitados e, ao mesmo tempo, propiciar às autoridades governamentais os meios para a fiscalização das obras sociais, visando ao seu correto funcionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o agravamento da recessão econômica e a iminência da eclosão da guerra do Golfo Pérsico está tirando o sono de todo o mundo. Aqui no Brasil, a preocupação é ainda maior. Mas o que preocupa, sobretudo, é o drama dos trabalhadores, cada vez mais presas fáceis dos interesses das elites econômicas.

Recebi, hoje, em meu gabinete, mensagem do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal despertando nossa atenção para a causa da livre abertura do comércio. O argumento da recessão é mencionado:

"Ilmo. Sr.

M. D. Deputado Distrital
Gilson da Guia Araújo
SAIN 916 - Parque Rural Norte
Câmara Distrital
Brasília/DF (70740)

Solicitamos de V.Sa. especial atenção quanto ao apoio à livre abertura do comércio e consequentemente desaprovação de qualquer tentativa de criação da semana inglesa, tendo em vista interesse da comunidade que necessita ter o comércio aberto todos os dias da semana para atender a muitos que não têm tempo durante os dias úteis, de fazer suas compras. Esta posição beneficia, além da comunidade em geral, também os comerciários que desejem trabalhar em horários diferentes, sem qualquer prejuízo de todos os seus direitos, inclusive quanto ao trabalho máximo de 44 horas semanais, conforme a nova Constituição, abrindo espaço, portanto, para criação de novos empregos no comércio, assunto de grande relevância, principalmente quando atravessamos fase recessiva, com redução de oferta de empregos.

Cordias saudações,
Lazaro Marques Neto
Presidente do Sindicato do Comércio
Varejista do Distrito Federal

Parece incrível, mas a intenção que emerge dessa questão não é outra senão sacrificar ainda mais uma parcela do trabalhadores anônimos e abnegados. São 70 mil comerciários que trocam suas vidas por alguns tostões de salário, só em Brasília. Aumentar a carga de trabalho dessa mão-de-obra barata é um absurdo, pois ao rosário de problemas que a categoria é obrigada a absorver se somaria, certamente, o desgaste familiar e psicossocial. Qualquer cidadão consciente sabe que categorias como a dos comerciários são massa de manobra para acumulação de riqueza.

A esses trabalhadores não é dado o direito sequer de sonhar com uma vida um pouco melhor. A jornada diária retira deles qualquer ânimo para pensar num horizonte melhor. Não há tempo para estudar, até porque não há recurso para isso. Não há perspectiva de evolução profissional na atividade.

Enfim, são trabalhadores que, em troca de uma

remuneração acanhadíssima, dão literalmente o sangue, o suor e as lágrimas. Tudo em nome dos lojistas. No entanto, na hora em que os negócios não vão bem, como estava desenhado no planejamento, são os primeiros alvos para redução de despesas. E, aí, qualquer um sabe isso, não se pensa no homem que é o funcionário, não se pensa que é um pai ou mãe de família. Não se pensa por que anos a fio ele andou quilômetros e quilômetros de ônibus, e mesmo a pé, todos os dias. Em nome do emprego, em nome não sei-mais-de-quê. A livre abertura do comércio não há de prosperar. É uma discussão para o qual não há justificativa. Estudos na área médica já concluíram que, além de manifestações de ansiedade, estafa e depressão, os comerciários apresentam em quadro de distúrbios de saúde, que vão da coluna às varizes nas pernas.

Se a livre abertura do comércio significa prosperidade, essa prosperidade é apenas para alguns, não há usufruto para os trabalhadores. Um conceito, assim, de prosperidade é vergonhosamente falso.

Desta tribuna, quero que ecoe meu repúdio a essa idéia, que vai de encontro a princípios cristãos, segundo os quais pelo menos um dia da semana deve ser reservado ao descanso e ao convívio familiar.

Os comerciários podem contar comigo na sua luta contra quaisquer interesses espúrios. O momento, do ponto de vista sócio-econômico, é grave, todos o sabemos. Porém, querer tirar partido da situação para espezinhar os mais sagrados direitos desse trabalhador, é crime.

Deixamos, portanto, aqui registrados o nosso inconformismo e o nosso apelo à sociedade para que não se deixe levar pelos falsos argumentos que dão sustentação à causa do comércio varejista. Não se pode esquecer, em momento algum, a observação filosófica de que o homem é a medida de todas as coisas.

Apelo aos companheiros Deputados desta Casa, que representam os anseios da sociedade — porque a Câmara Legislativa deve sempre se pautar pela defesa das transformações sociais e da justiça social — para que acompanhem de perto os interesses econômicos que vêm prejudicar os trabalhadores, principalmente os comerciários que ganham salário mínimo, que não têm tempo, não têm liberdade e nenhuma oportunidade para se defender.

Sou contra a abertura do comércio aos domingos, porque o domingo é um dia de descanso para todos.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Pedro Celso).

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) — Com a palavra o Sr. Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PFL. Sem revisão do orador.) — Sras. e Srs. Deputados, como foi lido no Pequeno Expediente, estou apresentando, hoje, meu primeiro projeto de lei, que determina a fixação do bairro Nossa Senhora de Fátima na região administrativa de Planaltina, e não poderia apresentar esse projeto de lei sem vir à tribuna para justificá-lo, não só aos nobres Deputados Distritais, mas, principalmente, aos sofridos moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima que, mesmo antes da existência do Distrito Federal, já tinham, ali, as suas casas até hoje não viram seu direito de propriedade reconhecido.

O Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Planaltina, é um loteamento regular, aprovado pela Câmara de Vereadores do antigo Município de Planaltina, e devidamente sancionado pelo Prefeito, em 1954, antes da existência do Distrito Federal.

Os vários governos do Distrito Federal sempre ignoraram sua existência, alguns até negando o diploma legal de sua criação, embora os adquirentes de lotes tenham escrituras devidamente registradas

em cartório do antigo Município de Planaltina e averbadas em cartórios do Distrito Federal.

A partir de 1979/80, intensificou-se a luta dos moradores do bairro pelo reconhecimento de seus direitos, negados e colocados sob suspeição unicamente porque, sobre esta área, baixou-se um decreto de desapropriação, sob a alegação da necessidade de construção da Barragem do São Bartolomeu.

Dez anos se passaram sem que o Governo indenizasse os proprietários. Em 1983, outro diploma legal colocou o bairro dentro da área de proteção ambiental. Esta lei não impede sua fixação, mas obriga o Governo a proceder à defesa ambiental da área, inclusive providenciar o tratamento de esgoto, tratamento este de há muito reclamado pela população de Planaltina, cujo projeto está pronto desde 1984, e a verba para sua execução foi destacada no exercício de 1985, não tendo sido até hoje aplicada.

Hoje, nesta área, moram humildes proprietários, sem direito à água, energia elétrica, esgoto e demais benfeitorias, que construíram com sacrifício suas moradas definitivas e outros que ainda não conseguiram fazê-lo, todos convivendo com a incerteza e a ameaça da desapropriação pela CAESB, que já adquiriu quase metade dos lotes.

Como sabemos, a CAESB é uma companhia de água e esgoto, e nada tem a ver com lotes, portanto, deve vendê-los à Terracap, para que o GDF possa elaborar um projeto urbanístico que atenda aos interesses do povo de Planaltina, do Distrito Federal e do próprio Governo do Distrito Federal, em sua política de assentamento habitacional, o que gerará impostos e propiciará empregos e desenvolvimento para aquela região.

Reassume a Presidência o deputado Salviano Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo, ainda, sobre a mesa documentos, projetos e petições, antes de encerrarmos o Pequeno Expediente, passaremos a palavra ao 1º Secretário para que proceda à leitura dos mesmos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — "Projeto de Lei nº 015, de 1991, de autoria do Deputado Gilson Araújo.

Autoriza o Governo do Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paraonó e dá outras providências".

"Projeto de Lei nº 013, de 1991, de autoria do Deputado José Eddmar.

Autoriza o GDF a utilizar área que especifica, no Guarã I, às margens da ferrovia, divisa com o Conjunto Habitacional Lúcio Costa, para fins de expansão urbana, visando a propiciar habitação para as famílias de classe média."

"Projeto de Lei nº 014, de 1991, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder isenção do Imposto sobre Operações, relativo à circulação de mercadorias, na aquisição de veículos que especifica e dá outras providências."

"Requerimento nº 016, de 1991, de autoria do Deputado Fernando Neves.

Solicita ao Presidente da Câmara Legislativa que interceda junto ao Governo do Distrito Federal no intuito de sensibilizá-lo quanto ao atendimento de ofício referente aos policiais militares do Distrito Federal."

"Requerimento nº 017/91 de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Solicita à Novacap a substituição do engenheiro Fausto Amadeu Francisco Favale por um profissional indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — CREA/DF."

"Requerimento nº 019/91, de autoria da Deputada Rose Mary Miranda.

Recomende à Secretaria de Educação do Distrito

Federal prioridade de vagas nas escolas da Rede de Ensino de 1º e 2º Graus aos arrimos de família e às mães com mais de cinco filhos”.

“Requerimento nº 020/91, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Solicita maiores esclarecimentos quanto às reeleições previstas no parágrafo 1º de art.83 e art.223, Resolução nº 38, de 30 de outubro, do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

“Requerimento nº 021/91, de autoria do Deputado Eurípedes Camargo.

Solicita que seja agilizado o processo relativo ao Projeto de Alfabetização de Adultos.”

“Projeto de Resolução nº 12/91 de autoria do Deputado José Ornelas.

Aprova o detalhamento da dotação orçamentária de CR\$ 5.600.300.000,00 do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso”.

Era o que havia sobre a mesa até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, demais membros da Mesa, na qualidade de representante da bancada do PDT, sugiro que sejam colocados no plenário a Bandeira Nacional, a Bandeira do Distrito Federal e, ainda, um relógio para nos auxiliar na marcação do tempo para os debates.

Proponho, ainda, a realização de um concurso para a escolha da bandeira da Câmara Legislativa, o que despertaria o ânimo da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, solicito a V.Exa. uma informação. Como devemos apreciar, em curto prazo, matérias atinentes à estruturação da Casa, ao Regimento Interno e à elaboração da Lei Orgânica, apresentei o Projeto de Resolução nº 02, que, creio, ainda não foi lido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, vou verificar, e passarei a V.Exa. a informação.

Com a palavra, a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, apresentamos à Mesa requerimento a propósito do Plano de Governo do Distrito Federal, que, segundo o Regimento Interno deve ser encaminhado à Câmara Legislativa para que possamos acompanhar, fiscalizar e propor alterações. Creio que não foi lido em plenário e gostaríamos de saber se não foi entregue à Mesa, porque o encaminhamos.

Há outro requerimento, para que a Mesa peça informações à Secretaria de Educação a respeito de vagas de Concursos e o “turno da fome”, matéria de que tratei no pronunciamento de ontem.

O companheiro Pedro Celso leu algumas matérias ontem, que deram entrada à Mesa.

Solicito a V.Exa. informações sobre esses dois requerimentos de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com relação à primeira matéria, devo informar a V.Exa. que ela entrou hoje na reunião da Mesa, sendo aprovada por unanimidade. Já está sendo providenciado ofício no qual se solicita ao sr. Governador que nos envie seu Plano de Governo.

O SR. FERNANDO NAVES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO NAVES — (PDC — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a comunidade está ansiosa para saber quais as providências toma-

das para que, dentro em breve, possamos ter nossa Lei Orgânica. Esse é um anseio muito grande da sociedade brasiliense. Gostaríamos de ouvir uma explicação a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa esclarece os srs. deputados que temos realização de inúmeras reuniões. Hoje, pela manhã, efetuaremos mais uma.

Devo dizer, para ciência dos srs. Deputados, que temos enfrentado dificuldades enormes para que esta Casa funcione a contento. Como todos sabem, falta tudo, desde mobiliário. Mas o que mais nos preocupa hoje é o funcionalismo, os servidores que virão para esta Casa. Várias propostas foram apresentadas, e por isso a Mesa resolveu criar uma comissão, formada pelos assessores dos membros da Mesa, especificamente seus chefes de gabinete, para que até a próxima reunião da Mesa que será realizada na quinta-feira, possam nos apresentar uma proposta definitiva de como requisitar funcionários e como contratar pessoas por livre provimento.

Na verdade, até hoje ainda não temos na Casa um ordenador de despesa. Não temos como adquirir nem mesmo o relógio que o Padre Jonas nos solicitou. Precisamos abrir uma conta no banco, porque já existe um destaque de verba que pode ser movimentada pela Câmara Legislativa, mas não podemos fazer isso por não termos nenhum funcionário legalmente requisitado para cumprir funções junto à Mesa. Sequer temos uma resolução autorizando a Mesa a delegar a qualquer funcionário competência para movimentar as contas da Casa.

Acredito que até quinta-feira teremos pronta uma proposta sobre esse assunto para submetê-lo em caráter de urgência — se os srs. deputados assim o entenderem, de urgência urgentíssima — ao Plenário, a fim de que possamos desamarar o processo e iniciar imediatamente a composição de pessoal para que a Casa possa cumprir com seu papel.

Outro problema que temos é saber a quantidade de funcionários e como requisitá-los para atender às necessidades das Comissões já instaladas.

Estamos buscando soluções. Gostaríamos de contar com a colaboração de todos os deputados para esse processo, a fim de que possamos contar com um número mínimo de pessoas que possam prestar serviços à Casa.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem Revisão do orador) — Sr. Presidente, Srªs e Srªs deputados, peço a atenção de V.Exas. para algumas questões que pretendo trazer para o debate nesta Câmara sobre a liderança partidária.

A grande maioria dos deputados aqui presentes tem pouca experiência com processo legislativo, e na discussão sobre formação de lideranças, a nosso ver, está havendo uma inversão de valores, que contraria frontalmente a prática legislativa utilizada no País.

A liderança tem como pressuposto a existência de partidos. A própria legislação eleitoral não permite que haja candidaturas avulsas. A atual legislação determina que as candidaturas sejam partidárias.

Tomei a liberdade de coletar o texto de vários Regimentos Internos de diversas Casas Legislativas, seja em processo constituinte, seja em normal. Todos os deputados aqui presentes receberam uma coleção de oito regimentos internos que encaminharei, também à imprensa.

Desde o Senado, passando pela Câmara Federal e chegando às Assembleias Estaduais, a tônica de todos os regimentos é o reconhecimento do partido como a forma preferencial de organização dos depu-

tados. Em alguns regimentos não é sequer mencionada a formação de blocos.

Mesmo assim, em todos os casos, é bom que se ressalte, EM TODOS OS CASOS, o bloco é formado por partidos. Nenhum regimento permite que um grupo de deputados de um mesmo partido forme um bloco parlamentar — o que só reforça a primazia do partido sobre os blocos.

Desconhecer a prática legislativa é admissível. Negá-la, entretanto, é negar a experiência de décadas de funcionamento do Poder Legislativo e pode levar a uma total inversão de princípios.

O que acho que aconteceu aqui foi fruto do nosso desconhecimento e da nossa inexperiência. Decidimos sobre a representação dos blocos, mas não decidimos sobre a representatividade partidária. São duas decisões distintas.

Se V. Exas. repararem nas cópias dos regimentos que cada um recebeu, vão observar que o Regimento Interno do Senado prevê, no caput do art. 61, que “as representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar”.

Sr. Presidente, srªs e srªs deputados, o Regimento Interno do Senado usa o verbo “poder”, o que indica que é uma opção e não uma obrigatoriedade. A recíproca, portanto, é que os partidos poderão NÃO formar blocos partidários. Esta opção é-lhes facultada no Regimento Interno do Senado. Não tomamos nenhuma decisão sobre a representação partidária. Começamos a discutí-la na última reunião que realizamos antes da posse, e depois só se falou em blocos.

Esta é, portanto, a questão de ordem que apresento: que, neste momento, abra-se em plenário a discussão sobre a representação partidária para que seja ainda, decidida nesta sessão.

Sr. Presidente, como foi dito que essa matéria constaria da Ordem do Dia de terça-feira, apresento esta questão de ordem, para que se inicie a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sr. deputado, esclareço que questão de ordem deve ser objetiva, indicando o dispositivo regimental interno em que se baseia; deve referir-se a caso concreto, relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre tese de natureza doutrinária ou especulativa.

No caso, V.Exa. fez a defesa de uma tese.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Se V.Exa observar direito o Regimento Interno do Senado, verá que tenho cinco minutos para apresentar minha questão de ordem, e nesse período posso argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O requerimento feito pelos Deputados foi entregue ao Deputado Tadeu Roriz, para que o relatasse e o submetesse à apreciação da Mesa que, na época, era a única comissão existente. Hoje já temos constituída a Comissão de Constituição e Justiça que se deve pronunciar sobre a matéria que, então, voltará a plenário para ser apreciada. Não podemos incluir matéria para discussão na Ordem do Dia sem que ela tenha percorrido os trâmites legais na Casa.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Essa matéria já foi encaminhada duas vezes a este plenário. Por ter feito a Ordem do Dia, gostaria de saber se V.Exa., como está rigorosamente seguindo o Regimento, colocaria em votação esta questão.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — concedo a palavra à nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — (PSDB. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras Deputados, gostaria de fazer uma

proposta. Estou sentindo que estamos meio perdidos. V.Exa. tem razão quando diz que ainda não estruturamos esta Casa. Por este motivo, proponho que comecemos a aprovar o nosso Regimento Interno, porque é muito diferente o Regimento Interno de uma comissão do Senado Federal, composto por onze senadores de partidos diferentes ali representados, e o de uma Câmara Legislativa, composta de vinte e quatro Deputados Distritais. Faço esta proposta a fim de darmos um melhor funcionamento a esta Casa. Temos também que aprovar o Regimento Interno da Constituinte que elaborará a Lei Orgânica. Os debates estão praticamente parados. Estamos vindo aqui, nem tudo está funcionando bem, e V.Exa. está sem instrumentos para fazer com que esta Casa funcione. Esta é a minha preocupação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A grande dificuldade, que já expus baseia-se na falta de pessoal para que possamos fazer esta Casa funcionar. Criaram-se e instalaram-se as comissões, mas hoje nem pastas temos para colocar os projetos de lei. Não temos impressos, não temos absolutamente nada para que possamos dar andamento ao processo legislativo. Precisamos contratar ou requisitar funcionários para criar uma seção de pessoal, uma seção financeira. A Mesa precisa delegar atribuições para ordenadores de despesas, mas não temos instrumentos aprovados pela Casa para que comecemos a agir. A grande dificuldade está em que possamos colocar essas pessoas dentro da Casa.

Foi feita uma proposta de contratação emergencial ou requisição de funcionários.

Esta proposta não foi avançada. Ainda existem dúvidas por parte da Mesa Diretora sobre a melhor maneira de se colocar pessoas aqui dentro. Não podemos submeter ao Plenário uma proposta que não tem uma base sobre a qual o Plenário possa apreciar.

Hoje foi criada uma comissão, praticamente composta por voluntários, de pessoas que entendem do assunto, a fim de apresentar um quadro mínimo de funções para podermos colocar as pessoas aqui trabalhando.

É preciso que haja um pouco de compreensão por parte dos Deputados, porque senão caminharemos para um impasse.

Neste momento, estamos conseguindo trabalhar graças à boa vontade das pessoas que estão trabalhando nos gabinetes. O Deputado Benício Tavares faz o trabalho da 3ª Secretaria com o pessoal do seu gabinete, assim como há a colaboração do pessoal do gabinete do Deputado José Ornellas, do Deputado Pedro Celso, do Deputado Tadeu Roriz e mesmo do meu. Estamos usando o pessoal do nosso gabinete para atender aos interesses de toda a Casa sem que, inclusive, essas pessoas de gabinetes tenham a segurança quanto à remuneração no fim deste mês.

Então, é preciso que a Casa faça um esforço e compreenda as dificuldades, para que possamos dar o primeiro passo. E este primeiro passo foi profundamente questionado pela própria Casa.

Agora estamos tratando de outro projeto de resolução, para que a Casa possa apreciá-lo. Mas, sem a apreciação e aprovação por todos os Srs. Deputados, não poderemos, efetivamente, tomar nenhuma providência de cunho legal, porque não temos como.

Sobre a questão de ordem no nobre Deputado Agnelo Queiroz, recorro ao art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal, sobre questões de ordem:

“Art. 408 — Havendo recurso para o plenário, sobre a decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação do texto constitucional.

§1º — Solicitada a audiência, fica sobrestada a decisão”.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Esta é uma interpretação completamente equivocada do Regimento do Senado Federal. Primeiro, V.Exa., reclamou, dizendo que usei muito tempo para fazer a minha intervenção. Em segundo lugar, o art. 403 diz:

“Art. 403 — Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento”.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V.Exa. usou os cinco minutos.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Pois bem, não poderia haver reclamações sobre uso do tempo. Em segundo lugar, esse art. 408 é aplicável quando se trata de interpretação do texto constitucional, o que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — O art. 48 do Regimento do Senado Federal diz:

Art. 48 — “Ao Presidente compete:

§11 — Impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento, reservado aos autores recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”.

Esta não é uma questão que o Presidente pode decidir sozinho. Indicamos um Relator, que irá apresentar o seu relatório à Mesa, que o apreciará e trará à aprovação do Plenário.

O SR. AGNELO QUEIROZ — O relatório está pronto há três dias.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Mas a Mesa tem de apreciar este relatório e ainda não houve tempo hábil para a Mesa examinar a matéria. Justifico este atraso porque havia, como ainda há sobre a mesa processos e projetos de maior relevância, inclusive alguns que podem propiciar a organização desta Casa. Não há como se atender, se esta Casa não tiver o mínimo de organização. Estamos, efetivamente, tentando atropelar um processo natural.

As comissões e a própria Mesa ficarão paralisadas, se não tivermos condições de colocar pessoal aqui dentro para cumprir as tarefas administrativas necessárias ao andamento da Casa.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. deputados, senhoras e senhores, queria prestar um esclarecimento ao companheiro Agnelo.

Infelizmente, há essa questão da necessidade de contarmos com profissionais para as atividades legislativas.

O que temos hoje é a colaboração dos companheiros da Comissão do Distrito Federal que são especializados no assunto e estão nos ajudando, informalmente, sem serem requisitados oficialmente.

Então, peço aos companheiros um pouco mais de compreensão, pois quando se colocou a necessidade de contratação de um especialista na área, houve um alarde de que estávamos tentando fazer um “trenzinho da alegria” dentro da Câmara.

Acho que precisamos tomar um certo cuidado quando dizemos isso, porque gostaríamos de ver tudo certinho, funcionando muito bem. Mas precisamos também ter consciência de que para funcionar é necessário sem sombra de dúvidas, que os companheiros entendam nosso problema, pois é preciso que haja disposição de pessoal técnico, capacitado, de acordo com as funções que vão exercer.

Diante de alguns companheiros nossos que estão

prestando serviços, peço compreensão. Já disse isso em momentos anteriores. Não se trata de pessoal especializado, mas sim de pessoal que está colaborando para o andamento dos nossos trabalhos.

Humildade todos devemos ter, mas acho que também temos de ter compreensão. Se houvesse a possibilidade de termos uma estrutura, esta Casa poderia funcionar melhor. Então, precisamos analisar isso de forma concreta.

Em relação aos erros, creio que estamos aprendendo, e pedimos paciência até chegarmos a um bom termo. Enquanto isso, tentemos organizar a Casa da melhor maneira possível.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Para não haver dúvidas com relação a esse aspecto, quero dizer que a nossa colocação aqui é sobre uma questão política.

Discutimos sobre os blocos parlamentares sem recorrer à Comissão de Justiça, alegando semelhança com o Regimento do Senado, sem ir, a rigor, ao pé da letra, a fundo na questão política.

A questão da liderança é política, porque foram definidos os líderes de vários partidos, e há partidos, aqui, com sua representação cassada até este momento.

Com relação ao problema dos funcionários, estamos interpretando um regimento completamente fora da nossa realidade e peço que haja, também, paciência e confiança.

Esta questão tem de ser colocada em votação, caso não seja resolvida, e será decidida aqui, pois somos autônomos, não podemos ficar amarrados a um regimento, a uma orientação que foge completamente à do Senado.

Há um fórum legítimo para resolver este problema: este Plenário.

Qualquer questão deve ser colocada em votação, caso não seja de livre entendimento, e os Srs. Deputados são soberanos para votar politicamente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Gostaria de explicar ao Deputado Agnelo Queiroz que a Mesa considerou a solicitação dos três Deputados e, na própria formação das comissões, acatou as indicações para a composição das comissões.

Quanto à segunda parte, da formalização das lideranças individuais, existe um processo em andamento que não podemos atropelar. Existe um relator, existe uma Mesa que deverá opinar sobre este processo e trazer à votação em plenário. Então, solicitaria ao Deputado Agnelo que tivesse um pouco mais de paciência até que essa matéria venha a plenário no seu tempo certo, e possa ser votada. Assim o será.

O SR. CARLOS ALBERTO - Peço a palavra, ao sr. Presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador). - Há uma questão de encaminhamento ou processo legislativo que não estamos entendendo. Pensamos que após a iniciativa - que é fase de instrução, que em situação normal seria julgada pela Comissão de Constituição e Justiça ou, digamos, discutida e relatada na Comissão de Constituição e Justiça - não caberia à Mesa opinar sobre a decisão das comissões. Caberia à Mesa apenas levar adiante, gerir o processo legislativo, ou seja, organizar, colocar em pauta, mais nada. Não caberia mais à Mesa opinar sobre qualquer tipo de decisão tomada em comissão. Isto me parece de boa norma, segundo nosso entendimento, sujeito, evidentemente, a erros em face da inexperiência quanto à forma como as coisas deveriam seguir. Então, pensamos que após a opinião do relator, só caberia à comissão, opinar e,

depois, vir à plenário para discussão e decisão. Nada mais faltaria.

A forma como está sendo apresentada a questão, não está nos parecendo absolutamente correta. A resolução nº 2 trata da formação de uma Comissão de Estruturação, de outra para elaborar - Regimento Interno e de outra para elaborar o Regimento da Constituinte. Então, as três comissões mereceriam ser estabelecidas independentemente de uma formalização completa de todo o processo legislativo. Por quê? Porque são indispensáveis para que possamos tocar nosso trabalho legislativo.

Concordo com o mérito da questão, colocada pelo companheiro Agnelo, no sentido de que temos algumas questões de ordem política, necessárias para a agilização de nossos trabalhos, que podem perfeitamente ser decididos pelo Plenário, nas circunstâncias em que nos encontramos. O Plenário é absolutamente soberano para tomar essas decisões.

Acredito que caberia à Mesa tratar, neste momento, de algumas questões essenciais ao nosso funcionamento sem que, necessariamente, passasse por todos os passos que poderíamos dar, se todos estes instrumentos legislativos já estivessem estabelecidos. O fato é que não estão. E não podemos permitir que nossos trabalhos se paralise.

Então, gostaria de insistir, até por uma questão de ordem, quem sabe até para votação. Eu soube que a Mesa já foi sensível à formação de uma comissão voltada para a estruturação da Casa, para uma estrutura provisória. Então, por que não apreciar o Projeto de Resolução nº 2, que trata exatamente de questão organizativa, de uma forma mais direta, submetendo-o ao Plenário que, na sua soberania, pode tomar uma decisão mais rápida? Acredito que isto viria ao encontro da agilização de que precisamos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Então permita-me informar o seguinte. No caso, teremos de fazer um requerimento pedindo urgência, solicitando que a resolução seja apreciada em primeiro lugar, já que a pretensão é de que a comissão, que é a Mesa, não opine sobre o parecer do relator, mas que o projeto venha diretamente a Plenário. É preciso saber se o Plenário aprovaria que esta matéria fosse colocada em votação. E se o Plenário aprovar que esta matéria seja colocada agora em votação, a submeteremos a votação. Com a palavra o deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento ao nobre companheiro Agnelo Queiroz.

Com relação ao requerimento datado de 8 de janeiro de 1991, enviado ao meu gabinete em 10.01.91 por V. Exa., gostaria de esclarecer ao companheiro Agnelo Queiroz que o meu parecer, na qualidade de relator, está pronto. Entretanto, como não foi ainda apreciado pela Mesa, o nobre deputado Carlos Alberto solicitou que fosse enviado à Comissão de Constituição e Justiça. Ora, em 8 de janeiro a referida Comissão não tinha ainda sido constituída. Parece-me, pois, que não há necessidade de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, porque em 8 de janeiro ela ainda não tinha sido composta. Entretanto, se é do interesse do Plenário e se houver acordo a respeito, posso até ler o parecer que já está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A leitura do parecer será feita após a decisão do Plenário sobre se concorda que a matéria seja colocada em votação. Vamos consultar o Plenário, portanto, sobre se a matéria em questão deve ou não ser colocada em discussão e votação.

Tem a palavra o deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do

orador) - Sr. Presidente, em torno dessa discussão que está ocorrendo no plenário e diante de todas as explicações que foram dadas, acho que se está transformando a matéria em questão polêmica. Preocupa-me que estabeleçamos uma metodologia de comportamento segundo a qual todas as questões teriam de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pela apreciação da Mesa. Se estabelecermos essa metodologia e jurisprudência nesse sentido, correremos o risco de, futuramente, ser novamente citados pela imprensa a propósito do "trem da alegria", já amplamente explorado por ela.

Acredito que, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando nesta Casa, a par da grande produtividade de trabalho aqui apresentada, é preciso que haja bom senso e que se dê tempo ao tempo. Estamos há pouco mais de 48 horas úteis da data em que foi instalada a Comissão de Constituição e Justiça. É necessário que nos preocupemos com o Regimento Interno, é necessário que nos preocupemos com outras questões também, mas que tais preocupações não sejam encaradas como metodologia precipitada para servir de regra futura, o que poderá vir a prejudicar os interesses de Brasília na pressa de resolver questões que poderiam ser resolvidas em mais algumas horas.

Isto me preocupa bastante, porque vislumbro a possibilidade de incorreremos novamente em disputas como as que ocorrem com a errônea interpretação de "trem da alegria", quando todos nós pagamos um alto preço pela quebra das regras e na busca de outra metodologia. Temos a Comissão de Constituição e Justiça instalada e a própria Mesa para apreciar essas questões. Por não poderem esperar para vir a Plenário, não é correto que apreciemos matérias sobre as quais não temos conhecimento, o que pode representar um perigo para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, queria esclarecer um aspecto que não ficou bem claro quanto à proposição do companheiro Agnelo Queiroz, inclusive um que teve precedência sobre os demais, porque foi pedida urgência urgentíssima, a fim de que ele fosse apreciado antes dos outros. Naquela ocasião, quando o projeto foi apresentado, não havia ainda Comissão de Constituição e Justiça. A Mesa passou a fazer esse papel temporariamente, porque a Casa não estava devidamente equipada para realizar o trabalho. O mesmo aconteceu com o requerimento apresentado pelo companheiro Agnelo Queiroz. Esse requerimento agora está caminhando normalmente e presenças a ser trazido ao Plenário, após reunião da Mesa, que poderá ser até amanhã, se assim a Presidência entender. Apreciada a questão, ela poderá vir para votação do Plenário. Então, quebrar essa rotina, que tem sido a rotina para todos os demais requerimentos e projetos, seria privilegiar solução de uma questão em detrimento das demais. Portanto, acredito que o assunto não deveria ser apreciado pelo Plenário enquanto a Mesa não se pronunciar, respondendo, nesse caso, ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, que não existia na época.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A matéria está em votação.

Convido o deputado José Ornellas a tomar assento à Mesa e proceder à chamada dos Srs Deputados.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à aprovação do requerimento deverão dizer "sim". Os Srs. Deputados que forem contrários à aprovação do documento nesta sessão deverão dizer "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães), com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Apenas uma orientação para a Bancada do Bloco Solidariedade recomendo votar "não", em razão de abrirmos um sério precedente que poderia, em outra oportunidade, comprometer o andamento normal das matérias nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora) Sr. Presidente, antes do encaminhamento da votação, como líder do PT, também gostaria de fazer um pronunciamento no sentido de que todos os companheiros presentes observem que esse dispositivo regimental foi quebrado em relação à constituição dos blocos parlamentares. Assim sendo acho legítima a aceitação do que o Deputado Agnelo Queiroz pleiteia na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Jorge Cauhy. (Sem revisão do orador).

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, em nome do Bloco Liberal Progressista, também dizemos "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, como líder da bancada do PDT e levando em consideração que o assunto afeta diretamente nossos companheiros da Frente Popular, Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz, somos pelo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves. (Sem revisão do orador).

O SR. FERNANDO NAVES (PDC). Sr. Presidente, o Bloco Progressista vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Faremos a chamada dos Srs Deputados.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Onze Deputados responderam "sim" e doze responderam "não". Está rejeitado.

Com a palavra o Sr. Deputado Agnelo Queiroz, para declaração de voto.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, votei a favor porque achei que se deveria discutir. Entendo que esta protelação da discussão é política, legítima e corriqueira em qualquer Parlamento. Tenho notado essa protelação reiteradas vezes, inclusive em questões fundamentais. O Projeto de Resolução nº 002, de autoria do Deputado Carlos Alberto, dispõe sobre a instalação da comissão para encaminhar o Regimento da Casa e o Regimento da Constituinte até hoje não foi apreciado e agilizado, para então podermos aprovar o Regimento da Casa, global, definitivo e não aprovar fatos fragmentados de Regimento, de acordo com o interesse de cada grupo aqui dentro ou da Presidência desta Casa.

O Projeto 003, de minha autoria, que constitui uma Comissão de cinco Deputados, para analisar e tornar pública a requisição dos funcionários de que toda hora é falada aqui, quando se diz que não os temos, que não funciona esta Casa - até hoje não foi viabilizado. Isso é fundamental para garantir rapidamente a requisição, mas de forma transparente, aberta à população.

Companheiros, a formação dos blocos, nas diversas casas legislativas, é um fato político muito difícil de ocorrer, não é o alinhar em uma colcha de retalhos, porque pressupõe a existência de partidos diferentes, que representam posições que não couberam numa agremiação partidária. A formação do bloco significa a negação da identidade partidária. Os próprios regimentos, quando falam em bloco, afir-

mam que o partido que o formar perde a sua liderança partidária.

Como o meu partido, o PC do B, tem uma história de quase 70 anos e não foi montado nos gabinetes do poder para agasalhar os diversos pretendentes a cargos eletivos, não aceitamos o bloco - o que é direito nosso. Não se trata de intransigência. Temos a opção de não nos anularmos.

Lamento a decisão, mas respeito-a. Ela indica, porém, a realidade da política da nossa cidade. Ela nos indica o tipo de política que o Governo do Distrito Federal pretende: a política de calar a voz dos partidos que não estão a ele subjugados. E a subserviência dos partidos a ele vinculados nos mostram que podemos formar blocos com extrema facilidade, porque os seus programas são um só: o programa de governo do Senhor Joaquim Roriz.

O Governo Federal tentou constituir um bloco no Congresso Nacional. Não conseguiu unificar os partidos, mesmo com titularização diferenciada. Infelizmente esta é a nossa realidade, e com ela temos de trabalhar. O meu partido não fica na defensiva. Pela decisão aqui tomada, esse requerimento será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, alegando-se o Regimento Interno do Senado, e em 48 horas deverá retornar aqui para votação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Lembro não apenas ao Deputado Agnelo, como também aos demais, que todos os requerimentos e projetos que o autor entende que devem ser submetidos a votação rapidamente poderão ser baseados no dispositivo da urgência urgentíssima. Cabe ao autor da proposição encaminhá-la com pedido de urgência urgentíssima, cumprindo, evidentemente, o que manda o Regimento Interno.

Passamos ao Grande Expediente

Oradores inscritos no Grande Expediente:

- José Edmar - Wasny de Roure
- Gilson Araújo - Peniel Pacheco
- Rose Mary Miranda

Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador). - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar este meu pronunciamento, vou retratar a minha vida aqui em Brasília.

Vim da vizinha cidade de Formosa. Desde os idos de 60 que acompanho a construção desta cidade. Vim para aqui para morar na Candangolândia. Depois passei pelo Morro do Urubu, e lá fiquei cerca de noventa dias. Residi em Sobradinho, no Plano Piloto e há dezessete anos moro em Taguatinga. Já casado, como inquilino, morei em barraco de fundo de quintal, sem condição de comprar minha casa própria. Hoje não tenho mais essa dependência. Por meios próprios, atuando na iniciativa privada, consegui sair dessa situação. Mas essa vida de que fui vítima levou-me também a atuar em associações de moradores. Fui presidente de uma associação de moradores por sete anos. Defendi, inúmeras vezes, em várias lutas, uma política habitacional mais séria, que pudesse realmente minimizar o sofrimento da gente que assim morava. São conhecidas de toda a população as passeatas que fazíamos para a Samambaia, quando reclamávamos da venda, pela Terracap, de toda aquela cidade, que existe desde os idos de 72.

O ex-Governador José Ornellas, aqui presente, tem conhecimento da cidade de Samambaia e da política habitacional que ali havia. Nos governos posteriores ao de S. Exa. também assim agimos. Veio o nosso Governador Joaquim Roriz e, em face de uma reivindicação muito forte da própria comunidade, S. Exa. entregou a cidade de Samambaia, assim como outros assentamentos, a uma política habitacional

para população de baixa renda. Eu não poderia, de modo algum, ser contra essa política habitacional, que defendi desde 1972, quando iniciamos o trabalho na Associação de Moradores da QND.

Portanto, companheiros, vi com espanto, hoje, em um jornal local, o governador falando que não vai abrir novos assentamentos. Eu, que acompanhei a caminhada do Governador Joaquim Roriz e toda a sua campanha política, espantei-me ao ver tal declaração no jornal.

Acredito que com isso, no fundo, se tenta coibir a migração para Brasília, até de certo modo desestimular as pessoas que para aqui poderiam vir. Não quero acreditar que o Governador vai fugir da sua postura nos palanques, quando informava que abriria novas cidades, novos núcleos, que iria realmente assentar todas as famílias de baixa renda no Distrito Federal. Essas famílias ainda se encontram nas mesmas condições de promiscuidade. Há lotes com mais de vinte, trinta famílias na cidade de Taguatinga. Posso citar vários a V. Exas.

Hoje foram lidos dois projetos meus. Dois projetos que fazem parte de um grupo de três, e que dizem respeito à cidade Estrutural. Apresento esses projetos para minimizar o déficit habitacional existente hoje em Brasília. Como subsídio, apresento ao próprio Governador Joaquim Roriz, para que ele tenha em mãos, locais, áreas que podem servir para assentamento de famílias de baixa renda, não para transformá-las em chácaras, como já está fazendo na Estrutural.

Quero deixar bem claro a todos os meus colegas Parlamentares que em nenhum momento da minha vida pública de 4 anos nesta Casa me furtarei a este compromisso de luta com os inquilinos. Em nenhum momento estarei longe dos meus companheiros de passadas, de caminhadas, das nossas associações de moradores. V. Exas. terão a oportunidade de ver esta Casa lotada de inquilinos reclamando, aprovando a proposta que aqui apresento.

Quero falar sobre o déficit habitacional de Brasília.

A especulação imobiliária que aqui existe, aumentando sempre os preços, com a Terracap segurando os imóveis, sem cedê-los ou liberá-los, não propicia uma política habitacional adequada para Brasília. Ela empurra a classe média para a periferia, os pobres para o Entorno e os miseráveis para debaixo das pontes. Aglomera as pessoas em pequenos espaços, longe dos locais de trabalho. Assim sempre foi a política de Brasília. Depois de o Plano Piloto construído, criaram-se os núcleos habitacionais, do lado de lá da serra, para que as pessoas pobres tentassem se virar como pudessem e a classe dominante, a elite, nele permanecesse.

Proponho que neste momento de transformações sociais, quando estamos constituídos na Câmara Legislativa, comecemos a praticar uma política habitacional, até que venha a Lei Orgânica, para ordenar esse crescimento natural, como todas as outras, cujas periferias sempre dispõem de loteamentos, de assentamentos, de lotes, dando continuidade à cidade. Em Brasília a periferia é controlada pela Terracap, que não libera os lotes e empurra nosso povo para Luziânia, para o cafundó, como é o caso de Planaltina de Goiás.

Proponho o assentamento da cidade Estrutural em três projetos distintos, que vou aqui relatar.

O primeiro projeto refere-se ao assentamento de classe pobre. Talvez V. Exas. possam saber. Se alguém tiver dúvida quanto à localização a que me vou referir, poderá consultarme, porque tenho em mãos o mapa do Distrito Federal, para saná-la.

O primeiro projeto seria localizado atrás da Rodoferroviária, ao lado direito da Estrutural, justamente naquele balão que há no meio da Estrutural, onde há um lixão. Lá existe uma favela, onde as pessoas sobrevivem catando lixo.

Ente o Parque Nacional e a Estrutural existe uma área completamente desimpedida. Basta que o Governo queira fazer ali um assentamento populacional, nos moldes dos que foram feitos na Samambaia.

Ao mesmo tempo, entendemos que esse assentamento não pode ser único e exclusivamente para a classe pobre; a classe média também deve ser beneficiada. Num segundo projeto propomos um assentamento para a classe média, ampliando um pouco mais o programa do Governador Joaquim Roriz. Digamos que seria uma expansão do projeto de Lúcio Costa. Como sugestão, poderíamos autorizar o Executivo a desapropriar o Jóquei Clube de Brasília, dando-lhe, em contrapartida, uma área de terra aqui na Granja do Torto, o que viria ao encontro dos seus interesses, visto já existir o Parque de Exposição Agropecuária na Granja do Torto. Por conversas que já mantive com alguns associados, sei que essa mudança seria aceita de bom grado, pois eles sentem que o Jóquei Clube não prosperou na área em que se encontra. Aquela área, com a devida desapropriação, poderia servir para atender à classe média, que hoje está sendo expulsa do Plano Piloto e não tem lugar para onde ir. Para esta classe poderia ser feita uma cidade, ou um assentamento, nessa área do Jóquei Clube, que estaria perto do lugar de trabalho de seus moradores, em condições de igualdade com o Guará.

O terceiro projeto refere-se aos companheiros que vão para Taguatinga, que seguem depois do primeiro projeto, ali no trevo, na subida para Taguatinga, bem ao lado direito, onde aparecem mirabolantemente, como por encanto, duas torres de rádio, em locais de chácaras.

Nesta semana já passaram a rede de luz por cima da Estrutural, para dotarem aquelas chácaras de luz elétrica.

Se não agirmos imediatamente nesta CPI, em pouco tempo aquela área à direita também estará do mesmo jeito que a da esquerda, porque é assim que se propagam esses loteamentos clandestinos de chácaras.

Propusemos que neste local seja feito um loteamento, para o Governo vender lotes para a classe média, do modo que lhe convier. Com o dinheiro arrecadado, poderia viabilizar o assentamento das famílias de baixa renda nos dois projetos anteriormente citados.

Quero acrescentar que se tiverem qualquer dúvida, por favor, dirijam-se a mim, já que estou com toda a documentação da área à disposição, e darei qualquer esclarecimento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Deputado, agradeço a V. Exa. a generosidade em me conceder dois dos seus vinte minutos. Eu queria apenas dizer que é muito louvável a atitude de V. Exa. ao se preocupar com o assentamento das populações de

baixa renda, a fim de que tenham um teto para seus filhos.

Ocorre, entretanto, que temos de ter uma visão mais ampla de sociedade. Ela não pode sobreviver somente com moradia. Temos de pensar também na produção agrícola, indispensável à sobrevivência de uma cidade como Brasília, que até pouco tempo dependia quase 100% da importação dos produtos consumidos na mesa dos brasilienses. Lembro-me, inclusive, de uma charge publicada num dos jornais da cidade em que aparecia um trabalhador raquítico segurando um garfo e uma faca na mão e ouvindo um anúncio no rádio dizendo: "A mesa do brasileiro é farta". E na charge aquele trabalhador dizia "Farta arroz, farta feijão, farta carne". Realmente, era o que acontecia aqui. Não tínhamos oportunidade de ter o essencial para nossa sobrevivência. A política de desenvolvimento agrícola do Distrito Federal, cedendo áreas a arrendatários que pudessem, através do plantio, do cultivo, minorar este problema tão grave, foi uma solução positiva, pois hoje, praticamente, os hortifrutigranjeiros, na sua essência, estão sendo produzidos aqui mesmo no Distrito Federal. Creio, Sr. Deputado, que devemos ter preocupação social com o assentamento, mas não podemos esquecer também do assentamento do homem do campo, para a produtividade agrícola. Sei que muitas áreas hoje destinadas a chácaras são utilizadas de forma errada. No entanto, acredito e quero imaginar que sejam exceções, e não podemos tomar a exceção pelo todo. Se há necessidade de produzirmos, cremos que o Governo age corretamente quando propicia ao homem do campo, ao pequeno produtor agrícola, o direito de lavar a terra e de produzir. Todos desejamos e queremos que o campo seja trazido para a cidade. Queremos que aquilo que é produzido na lavoura, no campo, venha até à cidade. Não queremos que a cidade vá até o campo, ou seja, que o produtor rural tenha de morar em choupanas paupérrimas, ser um elemento que não tenha sequer roupa para vestir-se. Acho que este conceito já está vencido. O produtor agrícola, como o trabalhador do campo, são cidadãos tão dignos quanto quaisquer outros e merecem também o direito à saúde, à vida, à moradia, ao lazer.

O SR. JOSÉ EDMAR — Quero comentar um pouco as palavras do nobre companheiro Deputado Peniel Pacheco. Eu o desafio a dizer isso naquela sua igreja, que faz parte da sua congregação, dentro da Estrutural, onde aqueles pobres coitados, aqueles humildes, estão sendo praticamente expulsos pelos pequenos produtores rurais, que os jornais estamparam ontem como sendo 80% das chácaras desses fantasmas que V.Exa. citou ainda há pouco. Eu os desconheço porque conheço a localidade e, lá, não há pequenos produtores. Amigos meus, empresários de Taguatinga, quase todos têm chácaras lá. Não há nenhum pequeno produtor. Esses pequenos produtores são justamente os que estão sendo expulsos de lá, como é o caso da Vila São José. É este o motivo pelo qual estou solicitando a constituição dessa CPI. Permita V.Ex.ª dizer-lhe que está equivocado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Quero louvar a iniciativa do ilustre Deputado Edmar e reconheço a sua luta. Ele foi consagrado nas urnas em 1986 com treze mil votos e, desta vez, novamente foi consagrado com a vitória. Eu me somo à luta do nobre Deputado, apenas para atender àquelas pessoas que realmente precisam de moradia. Gostaria de lembrar que no programa do Governo que está se instalando, o Distrito Federal foi contemplado com cem mil moradias para todas as pessoas que estejam precisando delas. É preciso, também, que, com esta contribuição sejam encontradas alternativas dentro

desses cem mil lotes. É evidente que temos que nos preocupar com a questão da migração dentro do Distrito Federal. Apesar de a Constituição permitir o direito livre de ir e vir, temos de nos preocupar com o problema da migração, aplicando metodologias em termos interestaduais para preservar a boa qualidade de vida em Brasília, para que não aconteça a superlotação de trânsito, de desemprego, de hospitais. Porém, o mérito da discussão em torno das proposições aqui discutidas pelo nobre Deputado é da maior relevância. Lembrou apenas, que o Governador Joaquim Roriz vai procurar resolver essas questões, principalmente essas que acabaram de ser divulgadas e aqui apresentadas, como a destinação do uso do solo para aqueles que não precisam dele, em prejuízo àqueles que vêm sofrendo há muitos anos sem moradia, morando em fundo de quintal ou mesmo em ambiente de lixão, onde nos defrontamos com a mais agressiva falta de dignidade do ser humano, morando no meio do lixo. Louvo o nobre Deputado e me somo ao seu esforço nesta luta de muitos anos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço a V.Exa. o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado José Edmar a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) — Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR, sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho procurado contribuir para o bom relacionamento desta Casa naquilo que possa melhor contemplar o Distrito Federal.

Lamento as colocações anteriormente apresentadas pelo Deputado Agnelo Queiroz, que, em um momento de precipitação, colocou sob suspeita de subserviência Deputados eleitos pelo povo para representá-lo e buscar as transformações sociais. Desse argumentos aqui apresentados, como subserviência, eu me excluo, porque não fui eleito para ser subserviente a ninguém. Tenho demonstrado minhas convicções pessoais, tenho demonstrado postura, e esses questionamentos ideológicos, faccionistas, só vêm dificultar o nosso relacionamento futuro, prejudicando os interesses do Distrito Federal.

Subserviente é uma palavra muito mal empregada nesta Casa, porque ela denigre a imagem daqueles que têm compromisso com o povo.

Apóio o Governo Joaquim Roriz porque ele tem propostas transformadoras, propostas modernas. Brasília, em 30 anos, conta com 54 favelas. Há quase 10 anos vinha lutando pelo assentamento do Paranoá, em vários governos, e Joaquim Roriz o assentou. Joaquim Roriz tem procurado melhorar a qualidade de vida dos moradores das favelas, procurando transformá-las em cidades-satélites com infraestruturas.

Portanto, lamento esse tipo de vocabulário, quando ele não é específico.

Gostaria de aproveitar esta intervenção e apresentar o seguinte projeto:

"PROJETO LEI nº 015, DE 1991
(Do Dep. Gilson Araújo)

Autoriza o Governo do Distrito Federal a construir ponte sobre o Lago Paranoá e dá outras providências.

Art. 1º — Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a construir ponte sobre o Lago Paranoá, na altura da QL 26 ou QL 28 do Lago Sul, conforme traçado do Arquiteto Lúcio Costa constante do anexo I desta Lei.

Parágrafo Único — A ponte, a que se refere este

artigo, poderá fazer parte integrante do projeto do transporte rápido — metrô de superfície —, ligando Taguatinga a Sobradinho.

Art. 2º — Para a viabilização econômica deste Projeto, o Governo do Distrito Federal poderá realizar convênio com a comunidade organizada a ser beneficiada diretamente com este empreendimento.

Parágrafo Único — O entendimento com a citada comunidade poderá resultar, entre outras, na cobrança de Contribuição de Melhoria nos termos do art. 145, III, da Constituição Federal e art. 81 e 82 do Código Tributário Nacional.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A finalidade deste Projeto é possibilitar a expansão urbana, aproximando as comunidades do Paranoá, ABC, Interlagos e Agrovila São Sebastião ao Plano Piloto, de acordo com o projeto original do arquiteto Lúcio Costa, que prevê a interligação, através de transporte coletivo rápido, de Sobradinho a Taguatinga.

A construção da ponte sobre o Lago Paranoá irá facilitar o acesso daquelas comunidades ao atendimento hospitalar, às universidades e aos órgãos públicos, com sensível economia de combustível, além de desafogar o trânsito já bastante estrangulado da Ponte Costa e Silva.

O escoamento agrícola da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal — PADEF e de outras regiões não só será amplamente facilitado como também gerará economia de tempo e custos com a consequente redução dos preços finais ao consumidor e beneficiará milhares de agricultores que produzem e comercializam diversos cereais e produtos hortifrutigranjeiros.

Sala das Sessões, 15 janeiro de 1991
Deputado Gilson Araújo

Com relação a esta proposição, em 1974, o Dr. Lúcio Costa escreve ao Senador Cattete Pinheiro, reafirmando os pontos fundamentais do Plano Piloto.

Do seu manuscrito, vou ler apenas alguns tópicos: Prezado Senador Cattete Pinheiro

Preliminarmente, conforme assinalei, não se trata, no meu entender, de "reformular" o plano original de Brasília, e sim, antes de mais nada, de assimilá-las as intenções e de constatar o que ainda está faltando a fim de completá-lo.

Quanto à futura expansão das áreas residenciais da cidade propriamente dita, parece de fato conveniente, tal como já o declarei, o aproveitamento das terras que ficarão contidas entre o grande lago resultante da projetada Barragem de São Bartolomeu e o lago atual. Mas a ponte que fará a ligação desses bairros novos com a matriz — ou seja, o chamado Plano Piloto, não poderá estar no prolongamento do eixo monumental. Assim, a eventual instalação de transporte coletivo rápido — possivelmente o monorail — deverá passar na ilha sul da Esplanada, acima das passarelas de ligação com as extensões dos ministérios já programadas, prolongando-se até Sobradinho e Taguatinga.

Deixem Brasília crescer tal como concebida, como deve ser, — derramada, serena, bela e única.

Este projeto reflete a necessidade atual de uma ponte, ou seja, da terceira ponte, a ser construída na Quadra 26, por onde será escoado o trânsito que ocorre próximo ao Palácio da Alvorada. Não se previa a criação da cidade satélite do Paranoá, fruto de uma longa luta de muitos anos dos moradores. Não se previa também o adensamento da Agrovila, do ABC, das Quadras 12 e 17 do Lago Sul.

Hoje encontramos o trânsito totalmente estrangulado naquela área.

A construção da terceira ponte do Lago reflete os

anseios e a luta que essas comunidades vêm empreendendo no sentido de, além de encurtar as distâncias, reduzir o custo do transporte.

Apresento este projeto, esperando encontrar apoio desta Casa para que este pleito daquela comunidade seja plenamente atendido.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o pronunciamento que faria hoje transferirei para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) — Com a palavra a nobre Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Volto ao velho assunto — velho para mim e talvez velho também para V. Ex^{as}. Trata-se das questões dos hospitais e do atendimento médico.

Uma das maiores reclamações que constantemente recebia era com relação aos hospitais.

Logo após as eleições, visitei diversos hospitais, em Brasília, e pude constatar a precariedade em que se encontram com relação ao atendimento, ao material e aos medicamentos.

Estive no Hospital de Taguatinga e conversei com o seu diretor. Fiquei horrorizada, quando fui informada de que, em determinados dias da semana, as pessoas que chegam à ortopedia saem de lá aleijadas. Não há um médico ortopedista. Simplesmente enrolam o braço, ou a perna, de qualquer maneira, quando há fratura, e o paciente vai para casa. Isto é verdade, porque o médico me confiou, pedindo segredo.

Diante deste absurdo, não posso ficar calada.

O Hospital Regional de Taguatinga está pedindo socorro há muito tempo e ninguém faz nada por ele.

Nestes últimos dias, a imprensa local tem divulgado com frequência a precariedade em que se encontra a rede hospitalar do Distrito Federal. Chegou-se mesmo a conhecer pronunciamento do Dr. Recheleux, ex-Secretário de Saúde e Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que num ato de grandeza e honestidade profissional informou que o legado ao seu sucessor não é dos mais satisfatórios.

Relatou as dificuldades que se verificam, desde a manutenção dos já obsoletos equipamentos à carência de material de consumo hospitalar, passando pela generalizada falta de recursos humanos.

Devemos ainda ressaltar a necessidade de reformas nas dependências das unidades hospitalares e postos de saúde, que, na maioria dos casos, se encontram em lastimável estado de conservação.

Uma das coisas que eles me pediram, até pelo amor de Deus, foi que lutemos para que haja uma reforma nos hospitais das cidades satélites — aliás, constantemente estamos ouvindo promessas de reformas no Hospital de Base. Entretanto, as satélites são sempre deixadas para segundo plano. Enquanto os hospitais não sofrem reformas, há promessas e mais promessas de construção de novos hospitais, deixando-se de lado os já existentes, que apenas carecem de manutenção que, infelizmente, não é feita.

O SR. FERNANDO NAVES — Nobre Deputada, gostaria de apresentar a V.Exa. nosso apoio, porque sabemos que esse mal não atinge somente o Hospital de Taguatinga. Não é só este hospital que está pedindo socorro. Todos os do Distrito Federal estão carentes de manutenção, a fim de que a comunidade seja atendida à altura, para que as pessoas se dirijam aos hospitais com segurança, não pensando que poderão dali sair em piores condições do que as em que entraram. Ontem o nobre Deputado Edimar Pireneus solicitou fosse apurada a morte de uma menina no Hospital de Brazlândia. Isso, sim, preci-

samos fazer: cobrar, exigir do Governo e das autoridades que tomem providências urgentes. A saúde não espera, a doença vem e, se não for tratada, mata. Quero deixar aqui o apoio do nosso partido a V.Exa. quanto a essa questão. Vamos tratar com carinho a situação.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Sabemos das dificuldades que o Distrito Federal passa no momento e que elas não atingem apenas o DF, pois é pública e notória a escassez de recursos da União, da qual considerável parcela do Orçamento local é oriunda.

Quero apenas lembrar ao nobre Deputado que aqui me refiro a todos os hospitais. Citei o exemplo do Hospital de Taguatinga porque estive lá, visitando-o.

Ouço a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Nós, do Partido dos Trabalhadores, nos solidarizamos com V.Exa. pelo seu pronunciamento em relação à situação da saúde no Distrito Federal. Devo dizer que saúde, transporte, moradia, educação são serviços que o Governo deve prestar à população, e para tanto recebe de todos nós contribuição, mês a mês, através de impostos que advêm de construções e da circulação de mercadorias. Sabemos que o Distrito Federal não se conduz autonomamente na arrecadação de impostos. São de competência da área federal os recursos destinados à saúde, à segurança e à educação. Vivemos num país rico, cuja riqueza, entretanto, é mal distribuída. Esse país rico deve priorizar não a construção de obras faraônicas, mas a construção de escolas e de hospitais, equipando-os de forma correta. Um povo que tem educação e saúde, se desenvolve, critica e constrói a democracia. No momento em que me solidarizo com V.Exa., pelo seu pronunciamento, aproveito para dizer-lhe que, por ser V.Exa. representante da bancada do Governo, deve cobrar, de forma firme, do Governador que obras como o metrô não sejam prioritárias em detrimento da falência do ensino e da saúde em nossa cidade.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Agradeço a V.Exa. o aparte.

Quero lembrar aos Srs. Deputados aqui presentes que é realmente com firmeza que fazemos essa cobrança ao Sr. Governador. Também temos certeza de que a educação e a saúde são prioridades do Governo Roriz.

Cabe a nós, parlamentares, alertar as autoridades com relação a esses fatos, pois sabemos que um povo desnutrido, sem educação é facilmente manipulado.

Falando ainda de Taguatinga, devo acrescentar que hoje a referida cidade dispõe de 400 leitos, entretanto só 320 estão ativados. Os 80 restantes não podem funcionar por falta de pessoal, como médicos, atendentes, enfermeiras etc. A situação se agrava mais pelo deslocamento de grande número de doentes de outras satélites, principalmente da Ceilândia, criando mais transtornos para a população de Taguatinga.

E aí cabe nosso veemente apelo ao Governo: urge que se faça a manutenção nos hospitais já existentes para depois construir novos. Temos hospitais em condições de atender à população, mas infelizmente estão parados por falta única e exclusiva de manutenção.

Pior do que isso é saber que a situação atual ainda pode durar algum tempo. Com certeza, aqueles que tiverem a infelicidade de usar os serviços hospitalares da Fundação Hospitalar, sem dúvida passarão por desagradáveis situações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poderíamos aqui passar horas e mais horas desfiando as mazelas cometidas no sistema oficial de saúde de nossa cidade. Com isso, nada mais faríamos do que

repetir a V.Exas. o que já estão cansados de saber. Entretanto, não conseguimos calar perante o que presenciávamos e por isso usamos desta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Secretário de Saúde no sentido de que acelere os trabalhos de recuperação do sistema de saúde, que, tenho certeza, mais hoje, mais amanhã, estará em condições de ser utilizado pela população do Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para saudar nosso Secretário de Saúde pelo seu retorno. Conheci de perto o trabalho de S.Exa. e pude constatar que, nessa área, foi um dos melhores Secretários que tivemos. Capacidade, sabemos, não falta ao médico e homem público Jofran Frejat. Considerando o que acabamos de expor, S.Exa. terá grandes problemas a enfrentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Secretário de Saúde tem à sua frente exigirá esforços descomuns, desde a necessidade de conseguir recursos para suprir as carências mais prementes até a adoção de uma política de recursos humanos capaz de proporcionar meios de capacitação profissional, mormente nas atividades de apoio, passando por um reescalonamento no quantitativo profissional e no horário de trabalho e, por fim, dotar as folhas de pagamento de pessoal de salários condignos, para que não sejam forçados a ter dois ou mais empregos para sobreviver.

É comum as pessoas acusarem a classe médica de mau atendimento. É fácil usarmos os meios de comunicação para agredi-los, mas seria muito mais lógico que todos fossem ver as dificuldades que eles enfrentam para atender à população. Aí, sim, nossa visão seria diferente. Não estaríamos criticando aqueles profissionais que trabalham dia e noite, muitas vezes virando plantões, cansados, deixando suas famílias em casa, desgastando sua própria saúde, mas infelizmente em vão. O sistema não permite que sejam reconhecidos pelos seus trabalhos.

Em que pese à penúria em que o poder público se encontra, rogamos que algumas medidas emergenciais sejam tomadas, antes que alguma catástrofe aconteça.

Solicitamos sejam tomadas medidas no sentido de agilizar a recuperação de equipamentos, desde o conserto de uma caldeira ao de um Raio X.

O diretor do Hospital de Sobradinho me informou que os lençóis lá não estão sendo lavados e que há sérios problemas de tubulação. É comum passarmos por lá e vermos vasamento até de vasos sanitários. E ele continua trabalhando e lutando para que aquele hospital não morra.

No Hospital de Taguatinga existem apenas trezentos lençóis servindo aos leitos e nem todos os pacientes podem se cobrir. Os médicos, com pena, colocam pedaços de panos, para que eles não se deitem sobre os colchões frios.

Peço ainda que sejam distribuídos, de imediato, medicamentos de uso constante aos hospitais e postos de saúde; que se promova a distribuição, também aos hospitais e postos de saúde, de material de limpeza e conservação; que seja realizada melhor distribuição de pessoal, até que os quantitativos sejam refeitos; por fim, que se estude a possibilidade de dotar, emergencialmente, de maior autonomia administrativa e financeira as unidades do sistema, de forma a possibilitar àquelas unidades suprirem, quando necessário, as eventuais faltas de materiais, adquirindo-os no mercado local.

Alguns diretores de hospitais me informaram que a única maneira de agilizar esse trabalho seria dotando os hospitais de uma maior autonomia, para evitar essa burocracia na chegada do dinheiro, que demora tanto a chegar que, quando chega, já está defasado.

Ao concluir, queremos mais uma vez assegurar nosso apoio ao governo que ora se instala, com a certeza de que as promessas realizadas em palanque

serão cumpridas em menos espaço de tempo do que se imagina, e assim veremos, pouco a pouco, desaparecer o sofrimento de que a população do Distrito Federal ora padece.

Quero dizer aos Srs. Deputados que apoiamos o Governo Joaquim Roriz porque acreditamos em suas propostas e que estamos vigilantes para lembrá-lo de suas promessas.

Não pedi um aparte, Deputado Edmar, na hora do discurso de V.Exa. gostaria de falar agora.

Visitei aquela área do lixo em 1980 e desde então pude ver de perto senhoras sofrendo, crianças catando lixo, e vi, a poucos metros do Plano Piloto, quatrocentas famílias vivendo, comendo às custas do lixo. Eram seres humanos vivendo como animais. Passados alguns anos, visitei-a novamente e fiz uma matéria nacional. Pude constatar que o número de pessoas havia aumentado, mas não havia nenhum benefício. Na hora em que eu estava lá, chegou um caminhão de lixo. E os vi correndo e jogando-se embaixo daquela enchorradada de lixo, querendo, acima de qualquer coisa, catar primeiro o ferro, o cobre, o zinco, a lata, os quais são separados e vendidos, transformados em dinheiro para a alimentação. Eles vivem em condições sub-humanas. Não podemos nos calar, de maneira alguma, deixando simplesmente para lá estas pessoas que tanto sofrem, fechando os nossos olhos para esta situação, pois há negligência das pessoas que têm o poder nas mãos e nada fazem por elas.

Sr. Presidente, nobre Deputado José Edmar, que ora preside esta sessão, estamos aqui para defender a sua causa. Já havia dito isso a V.Exa. e agora reafirmo que estamos aqui para defender estas pessoas humildes que sofrem.

Muitas vezes entrevistei inquilinos, inclusive V.Exa. já foi entrevistado por mim, e todos reclamaram da precariedade em que vivem nos fundos de quintal. Já visitei várias casas e pude ver esgotos escorrendo pelos quartos, e famílias inteiras convivem com esta situação. E, além disso, ainda sofrem abusos por parte dos proprietários, que só se interessam pelo dinheiro dos alugueis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) — Concedo a palavra ao nobre deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sr^{as} e sr^s deputados, em todos os órgãos de comunicação do País acompanhamos as preocupações, inclusive do Governo, com a Economia de Guerra expressa pelo Ministro da Justiça no "Correio Braziliense" de 13/01/91 — se houver agravamento da crise no Golfo Pérsico. Basicamente, discute-se o abastecimento dos derivados do petróleo e seus respectivos impactos nas exportações, nas importações, no Plano Collor, na dívida externa etc.

É evidente que com a colocação dessas apreensões não se pretende provocar corrida aos postos de abastecimentos ou propiciar especulações para elevação dos preços dos produtos que têm, em sua composição, elevado percentual de derivados de petróleo. No entanto, frente à iminência de guerra, seria de uma enorme irresponsabilidade, deixar de se analisar as suas consequências em nosso País.

Assim, o Sindicato dos Servidores Públicos no DF — Sindsep, promoveu no último final de semana reunião com os Delegados Sindicais da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA, para analisar as condições do abastecimento alimentar do Brasil.

O resultado do debate é preocupante e evidencia a irresponsabilidade do governo Collor, da sua equipe econômica e, principalmente, da direção da recém-criada CNA. Não podemos deixar de informar a opinião pública a propósito desses resultados, objetivando conseguir a reação da sociedade brasileira

influenciando o governo e fazendo com que este ataque o problema com a profundidade necessária evitando um quadro de fome e miséria em proporções bem maiores do que os em que estamos mergulhados hoje.

AS CONCLUSÕES DO DEBATE — Foram as seguintes: primeira ao compararmos o nível dos estoques mundiais dos principais alimentos com os existentes no Brasil (ver anexo I), chegamos à terrível conclusão de que o País está tremendamente vulnerável. Os percentuais dos estoques em relação ao consumo, no mundo, são de cerca de 16% para o arroz, 15% para o milho e 24% para o trigo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, cerca de 8,0%, 5,0% e 9,0%.

Segunda, além da falta de uma política de estocagem estratégica e de conservação dos alimentos, há o agravante de que estoques são preponderantemente de produtos de baixa qualidade, como ocorre com cerca de 2.000.000 T (dois milhões de toneladas) de arroz em poder da CNA.

Terceira, a safra 90/91 está atingindo o ponto de colheita em diversas regiões e até o momento não se vislumbra programas e recursos para a colheita ou crédito de comercialização, que terão grande impacto na atual e nas safras vindouras, pois os produtores estão descapitalizados e endividados. Se os recursos não chegarem imediatamente ao campo, considerando a alta prevista dos combustíveis e dos fretes, a depressão dos preços agrícolas será inevitável, fazendo com que os pequenos produtores não executem com eficiência as colheitas, perdendo-se parte significativa dos alimentos no campo.

Quarta, estão previstas elevadas importações de alimentos pelo Brasil, graças a imprevidência do Governo em não atender ao nível de demanda de recursos para plantio da safra e não praticar nenhuma política de estocagem estratégica de alimentos. Essas importações, desconsiderando-se possíveis problemas climáticos que impliquem redução das safras de verão do Centro-Sul e Nordeste, bem como a de inverno do Sul do País, deverão abranger aproximadamente 500.000T (quinhentas mil toneladas) de arroz, 100.000T (cem mil toneladas) de milho, 500.000T (quinhentas mil toneladas) de soja e 1.700.000T (um milhão e setecentos mil toneladas) de trigo, totalizando cerca de 3.000.000T (três milhões de toneladas) de grãos, sem contar as eventuais importações de feijão, leite e carne.

Com o desdobramento da crise no Golfo, as consequências previsíveis para o Brasil englobam redução da exportação de manufaturados, elevação dos preços das "commodities" (em função da demanda para necessidade de curto prazo no mundo), aumento do serviço da dívida externa (em razão da elevação da taxa de juro internacional), elevação dos gastos com importação de petróleo, elevação dos preços dos fretes e seguros internacionais, dificuldades e custos elevados nos financiamentos das importações e exportações. Essas consequências, dificultarão sobremaneira as importações de alimentos, provocando desabastecimento, especulação e alta violenta do custo de vida, tirando ainda mais o alimento da mesa do povo.

Quinto, o presidente do Banco Central reconheceu ("Gazeta Mercantil", 11.01.91) que o governo subestimou a repercussão do conflito no Golfo na economia brasileira. Inclusive foi noticiado que o presidente Collor ("Correio Braziliense", 12.01.91), em reunião com a equipe econômica, teria perguntado "quem poderia prever a crise no Golfo?". Observa-se o despreparo do governo com as questões estratégicas, sobretudo no abastecimento alimentar. Mesmo sem a crise no Golfo, é possível admitir um futuro cenário, onde o Presidente perguntaria "quem poderia prever um desastre climático?".

Sexta, um preciso indicador de que existe incompetência do Governo quanto ao abastecimento alimentar pode ser prontamente visualizado neste momento, pois os desdobramentos da crise no Golfo não fizeram ainda maiores estragos na economia brasileira. Mesmo detendo um estoque de aproximadamente dois milhões de toneladas de arroz, o governo permite absurda alta nos preços do produto. O fardo do arroz do atacado, em São Paulo, passou de C\$ 2.200,00/30 kg para cerca de C\$ 4.500,00/30 kg, impondo uma elevação de mais de 100% em menos de um mês.

No momento em que a sociedade brasileira anseia por medidas contra o desemprego, a miséria e a fome, o governo privilegia tecnocratas enraizados na estrutura de poder, estimulando-os a desmontar, ao invés de moralizar, estruturas como a CFP, CIBRAZEM e COBAL. Esses tecnocratas, protegidos por um programa econômico do governo, demitiram, sem ter sequer a estrutura organizacional da CNA, cerca de 6.000 servidores. Anunciando ainda a demissão de mais 2.000 servidores. Mas deixam de lado a produção agrícola nacional e o abastecimento alimentar da Nação, que envolve 150 milhões de brasileiros. Jogam na rua a experiência dos servidores demitidos, acenam para as empresas importadoras de alimento, "traidings", com milhões de dólares, não se preocupam com a fome e desestruturam o sistema produtivo nacional, negando armazéns, garantia de preços, infra-estrutura e terras.

É de se esperar que assim como em anos anteriores — já se culpou o chuchu pela alta da inflação e, por último, chegou-se ao absurdo de se responsabilizar a Constituição pela inflação de dezembro/90 — queiram agora esconder-se atrás da guerra no Golfo Pérsico para justificar a alta dos preços. Mas o fato é que a inflação não é causada nem pelo chuchu nem pela Constituição, nem pela guerra. A alta dos gêneros alimentícios, que podemos presenciar, será fruto, sim, de uma política econômica orientada exclusivamente para proclamar superávits orçamentários destinados ao pagamento da dívida externa, para provocar o desmantelamento da estrutura governamental voltada ao abastecimento, a desorganização da produção e ainda a demissão de milhares de funcionários.

EM DEFESA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DO ABASTECIMENTO POPULAR!

CONTRA O DESMORONAMENTO DO SETOR PÚBLICO VOLTADO AO ABASTECIMENTO.

Os dados aqui referidos foram obtidos pelo Departamento de Agricultura do Governo Americano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Concedo a palavra ao nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Gostaria de adiantar aqui, Sr. Presidente, uma nota que está sendo distribuída à imprensa que está cobrindo o Palácio do Buriiti, dando conta das providências adotadas a respeito dos serviços funerários no Distrito Federal. O Governador Joaquim Roriz decidiu anular, por vícios insanáveis, a licitação realizada no Governo passado para a contratação de serviços de vigilância, de coqueiro para os cemitérios do Distrito Federal, durante despacho realizado às 11h com a Secretária de Desenvolvimento Social, Stephania Queiroz, e a Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social, Lúcia Bittar, na presença do Procurador-Geral.

O Governador determinou, ainda, Sr. Presidente, que a Secretaria de Desenvolvimento Social aprofunde estudos para definir a forma de prestação de serviços funerários no DF e prorogue, em comum acordo com a Secretaria de Administração, pelo prazo máximo de sessenta dias, a prestação destes serviços pela Fundação do Serviço Social. A idéia do

Governador é de que, antes deste prazo máximo de sessenta dias, o assunto seja solucionado de uma forma definitiva. Esta decisão também está respaldada no despacho da Procuradoria Jurídica da Fundação, que orientou este processo. De acordo com esse despacho, foi constatado dirigismo no Edital de tomada de preços, frustrando os princípios de igualdade. Além disso, o total de recursos necessários para tais despesas não havia sido assegurado e, mais ainda, uma das empresas vendedoras, segundo a Procuradoria Jurídica da Fundação, não preencheu todas as exigências do edital.

Há mais uma questão que eu gostaria de relatar, Sr. Presidente, sobre a suspensão do contrato. É que, com os serviços hoje prestados pela Fundação

de Serviço Social, são gastos algo em torno de três milhões de cruzeiros mensais, e agora os mesmos serviços passariam a ser prestados, pelas empresas vencedoras da licitação, por 11 milhões e trezentos mil cruzeiros. Tendo em vista que, nas últimas sessões, este assunto foi exaustivamente trazido à baila, vemos aqui, portanto, a resposta pronta do Governador do Distrito Federal, solucionando este problema que tem sido uma preocupação para todos nós parlamentares nesta Casa.

Muito obrigado, sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Edmar) - Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando os nobres deputados para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

Mesa

Presidente
Salviano Guimarães (PFL)
Vice-presidente
Tadeu Roriz (PSC)
1º Secretário
Pedro Celso (PT)
2º Secretário
José Ornellas (PL)
3º secretário
Benício Tavares (PDT)
Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)

RELAÇÃO DOS COMPONENTES DA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

Marcos de Alencar Dantas - Chefe de Divisão
Nerice Estevão dos Santos - Secretária
José Geraldo do S. Oliveira - Aux. De Administração

SETOR DE TAQUIGRAFIA

André Lemgruber B. dos Anjos - Chefe de Setor
Marcelo Ferreira Ribeiro - Chefe Substituto
Antonio Geraldo Filho - Aux. de Administração
Célio Souza V. Ferreira - Assistente Legislativo

TAQUÍGRAFAS E REVISORES

Alicéia Osorio Guarany
Alzira dos Santos Magalhães
Ana Lúcia Rodrigues
Arnaud Rosa de Oliveira
Aya Maria P. Twamoto
Carlos Benedito C. de Menezes
Célia Ferreira Cabral
Cláudia Bianchini
Cláudia Montezuma Firmino
Clarice Zanella
Denise Correa X. Giusti
Édson Theodoro dos Santos
Eliane Doro dos Anjos
Franceska Campos S. M. Saldoni
Geraldo Lopes
Hermioni Elias Chaves
Ivete Piccoli
Jacqueline Mamede Rauol
Kátia Back Carrijo
Lara Correa Xavier
Lilian Gonçalves de Araújo
Lizete de Almeida Castro
Lúcia Souto Maior Salgado
Luciene Jane P. da Costa
Maria Aparecida S. T. Pacheco
Márcia de Araújo Monteiro
Márcia de Carvalho Antunes
Maria Clara S. de Q. Lima
Maria Clara Branco Valença
Maria Gilvânia Cordeiro
Maria Helena Xavier
Mônica Percília C. Rodrigues
Ney Mandim Júnior
Regina Márcia Santana
Riva Van D. de Thuin
Sabá Cordeiro de M. C. Filha
Sulamita Sampaio F. C. Oliveira
Yeda de Barros

SETOR DE TRAMITAÇÃO ATA E SÚMULA

Marise Duarte de Souza - Chefe de Setor
Alba Luge Magalhães de B. Saldanha
Anahides Santos Suar
Edi Freitas de Paula
José Aparecido Peixoto

Mara Stela M. M. de Oliveira
Maria Emirene de Freitas
Maria Gislene dos S. Miranda
Maria Helena Pires
Sandra Regina de Oliveira

SETOR DE APOIO AO PLENÁRIO

Willian Ricardo Esteves - Chefe de Setor
André Pain
Elise Sayri Tomo
Ernani Cataldo Júnior
Fernando Carlos S. Araújo
Hugo Alves de Souza
José Nilson dos Santos
Milton Ruy S. Pantuzzo
Moacyr Martins A. Filho
Roberto Sarah de Paula
Tereza Christina C. B. Cunha
Valdeli José da Silva
Wilson Carlos Jardim Vieira

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Ivan Carvalho - Coordenador de Editoração
Produção Gráfica
Luis Augusto Soares Gomes - Chefe da Seção de Editoração
Antonio Eufrauzino de Souza Neto
Apolo Gino da Silva Guandalini
Francisco Dino Moraes Souza
Helio Lourenço de Araujo
Jose Antonio de Brito
Jose Carlos de Souza
Luci Cardoso Furtado da Silva
Marcelo Perrone Campos
Marcos Antonio de Souza Lisboa
Nelci Maria Stein
Sebastião Antonio de M. Peres
Sebastião Luis R. dos Santos

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA GRÁFICA

Randal Martins Junqueira - Chefe da Seção Produção Gráfica
Antônio Carlos Pereira de Lima
Oscar Rafael Montes Monterrojas

Abimael Aromim de S. Roma
Adeilton Martins de Godoy
Celso Vieira de Santana
Denilson Gomes Caldas
Edson de Lima
Glacy de Brito Barrozo
Gonçalo Oliveira Magalhães
José de Jesus Gomes
José Luiz Bergamaschi
José Teles de Albuquerque
Lázaro José Soares Tolentino
Luis Antônio Fidyk
Raimundo Nonato Teixeira de Carvalho
Reinaldo Andrade Mendes
Vicente Dias Lima

Câmara Legislativa
do Distrito Federal

SAIN - Parque Rural
70.086-900 - Brasília - DF